

PANDIÁ CALOGERAS

# Problemas de Administração

RELATORIO CONFIDENCIAL APRESENTADO  
EM 1918 AO CONSELHEIRO RODRIGUES  
ALVES SOBRE A SITUAÇÃO ORÇAMEN-  
TARIA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL



---

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
RUA DOS GUSMÕES, 26 - 28 - 30 — SÃO PAULO —

Ào Dr. Raul Várconcellos.

sincera e gratamente  
offerece.  
Arthur Alves Linsares.

Rio, 4. 1. 26.

## PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

236  
1926

Obras do mesmo autor editadas pela

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

CONCEITO CHRISTÃO DO TRABALHO

O MARQUEZ DE BARBACENA (Volume II da Serie V —  
BRASILIANA da Bibliotheca Pedagogica Brasileira

DA REGENCIA A' QUÉDA DE ROZAS (Volume XV da  
Serie V — BRASILIANA da Bibliotheca Pedagogica Brasileira.

1672 12 11 69

## PREFACIO

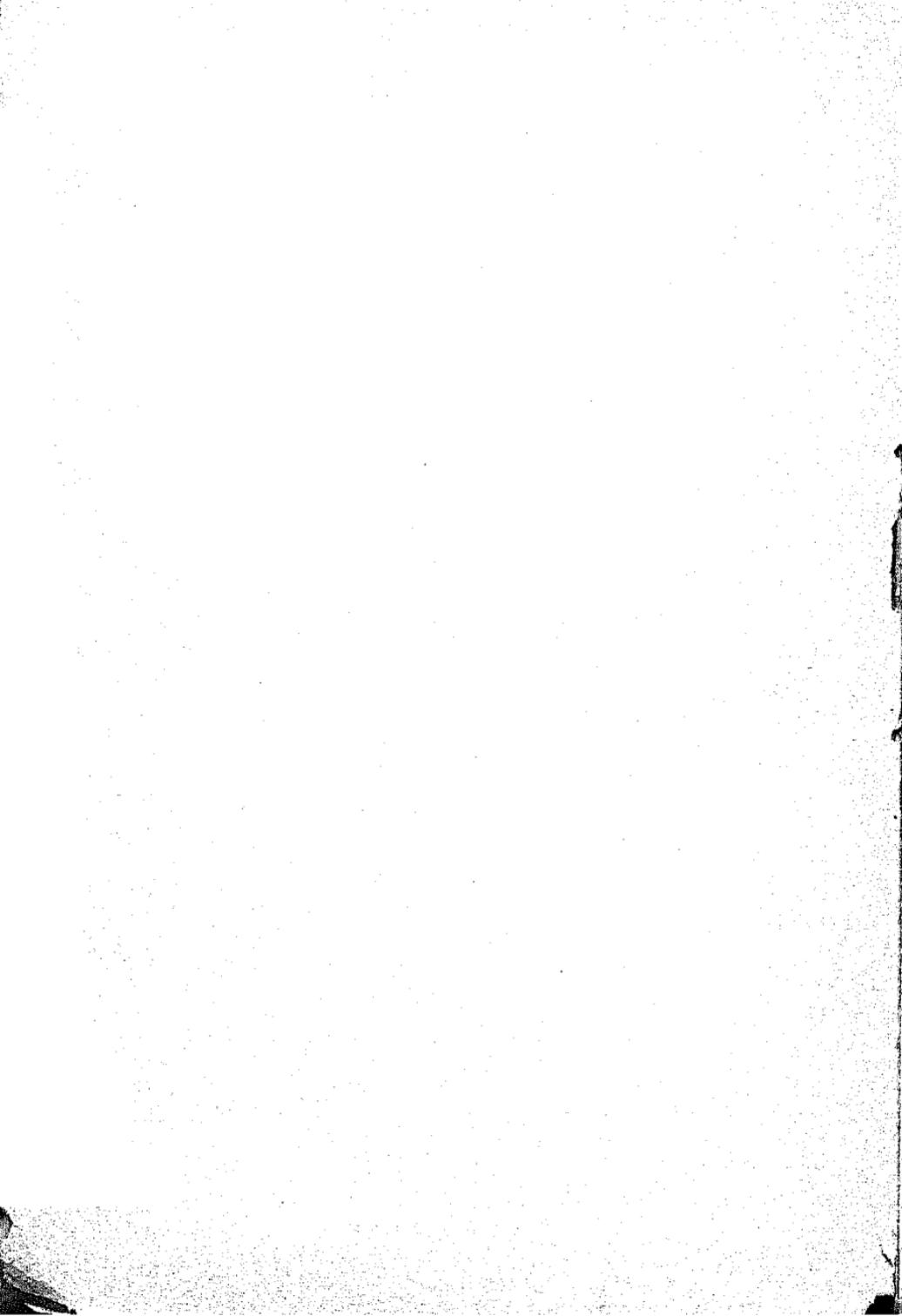
*Não me cabe a iniciativa da publicação deste trabalho. Como eu explico, paginas adiante, recebi de meu amigo Alvaro de Carvalho a incumbencia de redigir para o Conselheiro Rodrigues Alves minhas opiniões pessoais sobre o Orçamento da União para 1918. Dei logo inicio a tal estudo e em Setembro do anno anterior preparei e entreguei a seus destinatarios tres copias delle, endereçadas ao Conselheiro Rodrigues Alves, ao Dr. Alvaro de Carvalho e ao Dr. Francisco Sá, alem do exemplar original, que para mim proprio reservei. Tive conhecimento, posteriormente, que sem intervenção minha levam-no tambem os meus amigos Drs. Altino Arantes, Armando de Salles Oliveira e Afranio de Mello Franco.*

*Nenhum intuito pessoal presidiu a essa divulgação. Tanto assim que, tendo já dezeseis annos de existencia, nunca se tornou publico, e só hoje se torna conhecido do grande publico. Conservei esse relatorio estrictamente confidencial, conforme fôra escripto.*

*Só condescendi agora, perante o argumento, ao qual eu nunca soube resistir, que, divulgal-o, podia considerar-se como um serviço ao paiz. Não posso ser juiz no caso, mas posso accrescentar, para me justificar, a phrase de Michel de Montaigne: Ceci est un livre de bonne foy.*

*Rio — Outubro de 1933.*

CALOGERAS



## CONFIDENCIAL

*Meu caro Alvaro,*

*Ordenou-me V. Ihe desse, em suas linhas geraes, meu modo de encarar a elaboração das leis de meios para o exercicio vindouro. Venho cumprir minha promessa, sendo estritamente confidencial quanto vou expender.*

*Devo preliminarmente declarar que só o faço por expressa determinação sua, pois si fôra minha a iniciativa se revestiria do aspecto de extranha e impertinente invasão de tarefa alheia. Com essa explicação prévia, e pedindo desculpas pela desvalia do meu trabalho, aqui o sujeito a seu benevolo criterio.*

*Rio, Setembro de 1918.*

CALOGERAS



## A POLITICA GERAL DO ORÇAMENTO

Todo orçamento traduz uma politica. No actual momento do Mundo, nossa rota deve estar definida na nossa attitude internacional e no preparo militar do paiz. A solução dessas premissas fixará as despesas e as receitas de 1919.

Minhas idéas sobre taes questões são sabidas. Deixo-as de lado, para discutir objectivamente.

Houve um periodo em que o Brasil poude escolher o caminho a seguir, entre tres que se lhe offerciam: a neutralidade mais ou menos accentuada (apesar da contradicção existente entre a idéa de neutralidade e a possibilidade de pender esta por um ou por outro grupo de contendores); o accordo com os Imperios Centraes; o accordo com as Potencias da *Entente*.

Tentou-se a primeira formula. Embora qualificada modelar, numerosos indicios ha de que foi pouco sympathica ao grupo franco-inglez. A extranha *démarche* quanto á tentada retirada do ministro Delcoigne, acreditado pela Belgica junto ao Governo brasileiro, tentativa que se diz ter sido feita pelo antecessor do Snr. Nilo Peçanha; os torpedeamentos de navios por submarinos allemães, sob as vistas de barcos brasileiros que, neutros tambem, nada sofreram entretanto; a tolerancia para com paquetes allemães que, internados nos portos, delles sahiam para ope-

rações de guerra (abastecimentos ás esquadras de combate e a cruzadores auxiliares e corsarios allemães) e livremente voltavam; a agitação armada nos nucleos coloniaes de Santa-Catharina (Annitapolis, por exemplo) objecto de investigação por parte do Ministerio da Agricultura, reveladora de que tudo obedecia a uma organização presidida pelo consul allemão de Florianopolis, e, apesar de tão grave revelação, a ausencia de providencias repressivas; a difficuldade havida em se fazerem sahir, juntamente com o ministro plenipotenciario Pauli e a Legação, os funcionarios consulares vehementemente suspeitos de dirigir a agitação pangermanista no Sul e os attritos surgidos em outros pontos do territorio nacional; as facilidades de abastecimentos egualmente, e com razão e justiça, liberalizadas a todos os belligerantes, quer directamente, quer por intermediarios neutros; todos esses pontos, em resumo, merecerão indagação opportuna nos Archivos das Relações Exteriores. Si não chegam, por ora, a fazer suspeitar da existencia de accordos formaes, ou de entendimentos tacitos com um dos grupos em lucta, por certo evidenciam, pelo menos, que nossa neutralidade não era hostile á Allemanha (deixe passar o termo, embora entre em conflicto com a idéa neutral).

E' caracteristico desta potencia, e, mais particularmente, de seus subditos, mostrar-se servil com quem tem força, e arrogante para quem cede. E, não raro, confunde a obediencia á lei ou a principios com o temor inspirado pela bruteza de suas armas. Fizemos, os brasileiros, a experiencia desse estado d'alma. Em breve tempo a campanha submarina, desrespeitando nossos direitos de neutros, veiu ferir interesses vitaes do paiz e aniquilar vidas de patriocios nossos.

Estava julgada a causa da neutralidade, do ponto de vista do interesse brasileiro, admittindo-se (no que discor- do) que tal se pudesse adoptar como criterio differencial

em uma guerra como esta, em que se debatem valores moraes e sociaes de outra monta e de quilate infinitamente superior.

Precipitaram-se as occurrencias. Do rompimento de relações diplomaticas com o Imperio Allemão, fomos progressivamente arrastados pelos factos á acceitação do estado de guerra. Tem-se criticado esta maneira de enunciar a situação. E' infundada a censura. Nem só a definição caracteriza os acontecimentos — actos de guerra praticados contra nós, cuja existencia reconhecemos e cujas consequencias acceitamos, — como, perante o Mundo, e isso é importantissimo, tira do Brasil qualquer responsabilidade de aggressão, dando a iniciativa desta a quem a tem, á Allemanha.

Mas mesmo esse acto foi incompleto. Como nos Estados Unidos, como em toda a parte, a Austria, mais do que nunca, hoje enfeudada a Berlin, é a capa, ou serve de bandeira ás manobras germanicas no nosso paiz.

Por mais extranha pareça a pergunta, proclamado o estado de guerra, cumpre indagar: qual a nossa situação internacional?

Documentos officiaes numerosos têm falado em alliança, em potencias alliadas nossas, e confirmação dessas palavras tem vindo de Alem-mar, das potencias interessadas.

Alliança presuppõe um pacto, em que estejam ajustados os termos do esforço commum, os elementos com que cada contractante entra para a obra collectiva, os fins que visam, as responsabilidades assumidas, as compensações esperadas. E', acima de tudo, um acto internacional. Mas até hoje a Nação ignora por que, até que limites, com que intuitos communs, para que alvos definidos, somos Alliados. O Congresso deveria sabel-o, mas sua ignorancia, no caso, eguala a do mais remoto habitante do Acre.

Tratar-se-á de um pacto com responsabilidades limitadas? Será, simplesmente, uma acção privativamente bra-

sileira, parallela á das potencias da *Entente*, sem com ella confundir-se? Outros tantos problemas graves a desafiarrem esclarecimentos, não dados até agora. E, no entanto, toda a vida do Brasil, inclusive a orçamentaria, depende das respostas a indagações tão essenciaes.

Indicios ha de que nossa collaboração não deve ser apenas de fornecedores de generos e de materias primas, á margem da contenda, auferindo lucros della, transmutando em ouro o sangue que nos campos de batalha generosamente irmana filhos dos mais afastados paizes. Vale o esforço de investigar um pouco o que é a lucta actual.

Por maiores as investidas feitas no sentido de se dar á guerra o character de méro conflicto de interesses materiaes e de competição de ambições, a causa hoje está julgada.

As revelações trazidas pela divulgação de quanto o pessoal, os capitaes, os methodos economicos germanicos se haviam infiltrado em toda parte, trouxeram a todos os espiritos a convicção da evidencia: em plena paz, silenciosamente, e com mais vinte annos de labor persistentemente orientado a victoria economica e commercial allemã seria indiscutivel. Para esta a guerra foi um mal.

Os livros diplomaticos já publicados por todos os beligerantes, as declarações dos governos deixaram evidenciado que, máo grado o desastre que a guerra significava para a expansão commercial allemã, a Allemanha quiz a lucta e, quando a possibilidade de removel-a appareceu (em 29-30 de julho de 1914), agiu de modo a tornal-a inevitavel. Finalmente o Memorandum secreto do Principe de Lichnowsky deitou por terra com a fabula allemã de uma Inglaterra intratavel, inconciliavel politicamente com o Imperio Allemão, ciosa de supremacia, e de uma *Entente* desejsa de isolar (*encercler*) a Monarchia dos Hohenzollern.

Por que motivo a guerra, portanto?

Nasceu da tendencia imperialista allemã, avida por conseguir seu ideal de dominio no mundo, realisando o que chama seu modelo cultural.

Duas philosophias ahi se defrontam. Para as potencias da *Entente*, imbuidas do ensinamento christão, o homem é ente perfectivel pelo proprio esforço, posto seu ideal nas alturas em que Christo prégou o Sermão da Montanha. Na dura Prussia hegeliana, enrijecida pela Reforma, Luthero e os philosophos deram origem a se crear uma norma de acção que emana do Estado, abstracção-directora, e nelle faz tudo convergir. Organização social, lineamentos politicos, actividade militar, trabalho commercial, tudo e tudo pauta sua vida por taes conceitos. Como consequencia, o Estado torna-se a bitola do progresso, do bem, da moral. E' bom, justo, moral o que serve ao engrandecimento do Estado, pouco importando os choques e as sentenças de morte d'ahi decorrentes para as individualidades, e para os sentimentos de piedade, de altruismo, de sacrificio ensinados pelos Grandes Aryanos.

A esse antagonismo de conceitos, chamam os Allemaes, mofando, conflicto entre a phase de organização e a de liberdade, entre os povos viris e os povos femininos. A quantos encaram o phenomeno com espirito desprendido, afigura-se elle a lucta entre a liberdade e a autoridade, entre o presente e o passado, entre a solidariedade humana e o despotismo, entre as franquias conquistadas pelo homem e o feudalismo, entre a doçura de Christo e a ferrenha dureza de Luthero.

Tanto bastaria para que não pudesse permanecer neutro um espirito, ou uma Nação cuja razão de vida estivesse vinculada aos primeiros dos principios enunciados linhas acima. E esse foi o pronunciamento unanime de todos os homens de Estado, tanto nos paizes desde logo invadidos e envolvidos no turbilhão, como naquelles onde

a reflexão sobre qual fosse o Dever levou á participação na tormenta. Essas foram as palavras do Presidente Wilson.

Ante os crimes do ataque á Servia, e da invasão na Bélgica, era incomprehensível cruzar os braços. Não ha neutralidade perante o crime: é-se juiz e repressor, ou cúmplice.

No Brasil, então, o caminho a seguir era claro: filho intellectual da França, politicamente moldado pelos Estados Unidos, com a disciplina moral catholica, só lhe restava, instinctivamente, mesmo, condemnar os Imperios Centraes. E nesta róta, cumpre notar que o elemento popular precedeu, e de muito, ainda hoje, a acção diplomatica do Governo.

Uma outra razão, porem, fortalecia a decisão brasileira: o perigo da acção allemã no Sul.

Quem está a par da literatura germanica sobre assumptos politicos e coloniaes, e conhece as theorias correntes naquelle paiz sobre "a projecção da nacionalidade alem de suas fronteiras", não pode deixar de se sentir profundamente convicto da gravissima emergencia que seria para o Mundo a realisação do Mittel-Europa.

Hoje em dia, não esconde mais o pangermanismo dominante ser este o seu intuito. Na effectivação deste programma acha-se incluída a America Meridional, do Paraná para o Sul, abrangendo ainda a Argentina, o Chile, e, talvez, parte do Perú austral. Para quem foi Governo no Brasil, neste periodo, é ponto de fé que só ficaram tranquillos os elementos germanicos e germanophilos do Sul porque palavra de ordem nesse sentido lhes foi transmittida, após a victoria do Marne. Cumpre nunca olvidar a visita do Principe Henrique da Prussia, pouco antes da guerra, aos Estados Unidos, e ao Sul da America Meridional. Convem rememorar ainda a visita ao Paraná do Barão de Lindequist, antigo ministro das colonias da Al-

lemanha, visita que se estendeu a Sta. Catharina e ao Rio Grande do Sul. Deve-se tambem ter em mente a agitação colonial em 1914-1915, a que já alludi e que a excursão do emissario allemão acalmou, e que motivou providencias officiaes reservadas, que cessaram, creio eu, com minha sahida do Ministerio da Agricultura.

E' convicção minha que, como nos demais paizes, a organização invasora allemã, bem como sua rêde de espionagem, estão inteiramente apparelhadas entre nós, sob a direcção dos consules, de casas allemãs, de grande valor, e, provavelmente, de agentes especiaes que eu desconheço, e que o Governo do mesmo modo não conseguiu descobrir.

Basta ler os relatorios confidenciaes do antigo administrador do nucleo Annitapolis (Luiz Verney Campello) e do hoje Tte. Cel. Alipio Gama, para ali enviado em missão, para se ter a impressão de uma trama, bem organizada, á qual a tradicional ingenuidade brasileira não tem ligado a importancia capital que merece.

Dados todos esses factores, universaes uns, peculiares á nossa terra outros, era obvio que o Brasil só podia enfileirar contra a ameaça commum: os imperios centraes, sob a hegemonia prussiana.

Como o fez, entretanto? Estabelecendo-se como que o calumnioso proconicio official da covardia brasileira...

\*

Quando uma decisão desta ordem se apresenta como um dever a cumprir, verdadeiro imperativo categorico, não ha mais tergiversar. E' o Dever. E' o absoluto. E com o absoluto não se transige; nem se discute o dever. A norma a applicar é sempre a que adoptou Augusto, herdeiro de Cesar: *Age quod agis*. Executar de verdade e até seus ultimos limites o emprehendimento que se deli-

berou levar a cabo. No caso, pois, o lemma seria: até o ultimo homem, até os ultimos recursos para a victoria final, já que desvanecida está qualquer expectativa de terminação da guerra a não ser pelo triumpho definitivo das democracias.

Estamos assistindo a uma remodelação do Mundo, que só encontra paralelo, como importancia, no advento do Christianismo, com essa differença essencial, entretanto; os quatro seculos que precederam a conversão de Constantino constituiram o labor obscuro, quasi insensivel ás massas, da propaganda do novo ideal travez perseguições e vicissitudes varias sem que a visão finalista se houvesse feito sentir sinão no Divino Mestre e no raro escol dos pensadores da nova religião; hoje, sinão para todos ao menos para um numero crescente de espiritos claridentes, somos operarios conscientes dessa grande renovação social e politica, verdadeira palingenesia humana. E' o que impõe e justifica todos os sacrificios: individuos tanto quanto collectivos.

Situação de augusta e terrivel responsabilidade! na qual se deveram congregar os esforços de mais apurada valia, em todos os sentidos, de todos os brasileiros. Conjuntura a desafiar os maiores engenhos, a pedir a collaboração de todas as culminancias, praticas, intellectuaes, politicas e moraes! E que, por destino tragico do Brasil, está sendo encarada com mentalidade municipal, a querer compor differenças, evitar criticas de reporters, afagar interesses subalternos, impedir brigas ou rusgas de compadres, angariar popularidades baratas, poupar incommodos proprios... embora se descurem os interesses da Nação e da Humanidade inteira.

Já tive occasião, referindo-me ao conjunto de taes phenomenos, de declarar ao illustre Dr. Wenceslau Braz que "a situação do Brasil, ante os factos da politica internacional e seus deveres como membro da sociedade das

nações, só não é de traição, por ser de inconsciencia". E o remedio, já o proclamei ante o Brasil inteiro, com a responsabilidade de Ministro de Estado, em documento que corre impresso: "O Brasil pede homens e não sombras, energias e não accommodações".

Ao invés de tal appello á energia e á virilidade, re-velou-se desde os primeiros momentos o receio de desagradar a um e a outro dos grupos belligerantes. Na evolução progressiva que nos levou á guerra, procurou-se sempre resguardar a possibilidade de não participar nas agruras da lucta, como si tal preconicio á ausencia nossa nos pontos de sacrificio não fosse uma offensa ao Brasil, pela duvida que lança sobre o valor moral e militar de seus filhos, e um abandono daquelles a quem chamamos Alliados, negando-lhes o concurso de nossas armas. Da guerra se fazem duas partes: o tributo de dôr e de luto, o holocausto para os outros; as industrias remuneradoras para nós.

Nem se diga que não ha possibilidade de ser pedido nosso auxilio directo. Por honra e por conveniencia nossa, não deveriamos esperar a solicitação. Inda que não tomemos a iniciativa, não é cousa cabivel um appello aos recursos em homens do Brasil? E, dada a dependencia economica (já não falo em nosso dever moral de alliados) de nossa terra pelas suas exportações e pela necessidade de capitaes estrangeiros, que força sem par adquire tal convite?...

Nem siquer com a hybrida situação actual lucrámos material ou moralmente. Os Alliados enxergam em nós um *embusqué* de novo genero. Os Allemães escripturam em nosso debito todos os nossos gestos e, mais abundantes do que estes, nossa exuberante eloquencia tropical, ameaçadora e vazia, para cobrarem a conta dentro em breve, si conseguissem vencer, ou em futuro mais remoto (pois para taes letras internacionaes os prazos são decen-

nios e mesmo seculos), á custa do Sul do Continente e em favor do Pangermanismo.

No Congresso da Paz, ao qual forçosamente teremos de comparecer sob pena de decahirmos na *comitas gentium*, que autoridade moral poderemos ter, com taes precedentes de ganancia, de pusillaniedade e de ambigua situação de factos? Acaso nos satisfará apparecer tão somente *á la suite* de alguma Grande Potencia?

Como para mim não ha culminancia nem altura que eu julgue demasiada para o Brasil, nutro a intima e profunda convicção de que nossa attitude e nosso comparecimento nessa Assembléa, que dará novas linhas á estrutura politica do Mundo, deverão ser os de uma Grande Potencia. E' para o caso nosso repetir o que a visão genial de Cavour conseguiu para o Piemonte e para a casa de Savoia na guerra da Criméa.

O proprio brio ordena não esperarmos o convite para collaborarmos. Teremos de comparecer nos campos de batalha. Façamol-o voluntariamente, sem coacção, nem delongas, que são argumentos contra nós.

Por tudo isso, penso que deveremos, no Congresso da Paz, merecer direitos eguaes aos das demais Nações belligerantes, tendo compartilhado todos os azares da guerra, tendo pago nosso tributo de homens e de sangue, independentes, sem figurar como subalternos ou satellites de qualquer outra Potencia, como Grande Potencia autonoma e soberana, que não tem de baixar a fronte perante outra qualquer.

Por isso, penso que nossa collaboração deve ser levada, systematicamente e não por crises (como até agora), ao theatro da peleja. Para isto, ali devemos ter como representação um corpo expedicionario de 120.000 a 150.000 homens, que nada são para um povo de 25 milhões.

Nem só o citado motivo internacional, de ordem generica e abrangendo o Mundo e a Humanidade, deve ser o movel unico de nossa intervenção. Dois outros ha, de igual valia: um de politica continental americana, outro de politica interna.

Não creio violar a discreção que, mesmo depois de morto o Barão do Rio Branco, devo observar para com as opiniões e confidencias com que me honrou, dizendo o resumo do que pensava do Monroismo.

Nascido de um acto de defesa dos Estados Unidos, em 1823, revestiu-se logo, para as ex-colonias Ibero-Americanas, do caracter de protecção. A nobre iniciativa de Luiz José de Carvalho e Mello, o futuro Visconde da Cachoeira, transformou-o, quanto ao Brasil, propondo-se este a tornar-se solidario com os Estados Unidos na manutenção da doutrina, por meio de uma alliança que propoz entre as duas Nações. Por não haver probabilidade de ter de agir semelhante alliança, naquelle tempo, o Governo de Washington declinou negociar, de accordo, embora, dizia o então Secretario de Estado Clay, com os intuitos do Brasil, mas por falta pratica de objecto provavel de acção commum. Esse deve continuar a ser o ponto de vista nosso. Collaboradores effectivos e fortes da manutenção do Monroismo, especialmente na Sul-America, teremos prestado nosso auxilio accôrde a tradição historica que nos legou o Imperio, e servindo a Humanidade inteira. Esse, o que em trabalho anterior já appellei a face positiva da doutrina de Monroe para o Brasil, em opposição ao aspecto negativo que é o da protecção offerecida pelos norte-americanos.

Essa róta sempre seguiu o Barão do Rio Branco em sua gestão diplomatica no nosso Continente. E alcançou, como o prova a luminosa resenha dos actos de sua fecunda administração, conquistar o logar almejado em todas as Republicas hespanholas, por sua constante e dis-

creta intervenção pacifica. solicitada, respeitada e obedecida. elemento de tranquillidade e de solidariedade continental.

Nessa época, estavamos presentes e collaboravamos em todas as capitães da America. Hoje, somos uns ausentes em toda parte, e pagamos o tributo de nosso absentismo.

E' esta a consequencia da vacancia do Ministerio das Relações Exteriores desde o fallecimento de Rio Branco. Não que aos dignos brasileiros que transitaram pelo Itamaraty faltasse patriotismo, intelligencia ou capacidade de acção. Mas em vez de Ministros de Extrangeiros, eram méros candidatos á Presidencia da Republica; e a politica interna perturbou-lhes a nitidez de visão e impediulhes ver os interesses permanentes do Brasil no exterior.

Corollarios dessa desagradavel situação foram o desastre do chamado Tratado do A. B. C., e o abatimento do prestigio de nossa terra perante as demais. Desastre, chamo eu ao mencionado tratado por muitos motivos. Em politica internacional, acto inutil é acto perigoso, pois não solve problema algum e, por suas declarações, pode ser invocado em circumstancias outras, que não haviam sido previstas.

Ora entre a Argentina, o Brasil e o Chile, ha tres pactos bilateraes, prevendo com a maior amplitude as soluções a proferir por arbitramento. Porque substituir, em dada emergencia, a discussão entre *dois* contractantes por outra onde, sendo *tres*, quasi sempre se dará o grupamento de *dois contra um*, isto é, sempre haverá uma parte vencida, pois serão rarissimos os casos de coincidirem os interesses dos tres em uma decisão unica.

Já prevendo taes difficuldades, e apesar da insistencia do Perú em intervir no debate, Rio Branco havia recusado estender a elle a negociação do tratado de Petropolis, celebrado com a Bolivia. Na propria essencia

dos tratados entre *tres* contractantes, está o germen de discordias futuras.

Alem disso, tratando-se de um pacto de amizade perpetua, em que se firmam principios de fraternidade continental, como evitar que a seus termos adhiram as outras Potencias sul-americanas? Sendo o Chile um dos signatarios, que attitude será a do A. B. C. si o Perú e a Bolivia adherirem e, por iniciativa brasileira (já que a tivemos no caso), reviverem a palpitante questão de Tacna e Arica, a Alsacia-Lorena de nosso Continente? Adormecida, hoje, terá vindo despertal-a a desasada gestão do Itamaraty.

Resultado: de sympathico a todas as Republicas do Pacifico, o Brasil se tornou a ameaça á paz da America. E si se examinar a fundo a questão, talvez a adhesão do Chile, tão custosamente obtida mediante viagem a Valparaiso dos dois chancelleres da Argentina e do Brasil, não tivesse tido outro movel, embora occulto. Ora nossa Patria, para actos de benemerencia sul-americana, nunca precisou enviar *cometas* internacionaes. Quanto mais grave o erro, em se tratando de um verdadeiro gesto de hostilidade á tranquillidade do Pacifico.

Já por isso, tão somente, baixaria a sympathia com que eramos vistos pelas Nações de lingua hespanhola, si não viesse aggravar a situação a habilissima e perfeitamente calculada delonga do Congresso argentino em aprovar o tratado, arvorando-se em campeão (si bem que reservadamente) das demais Republicas, e com isto granjeando-lhes a merecida gratidão, e ao Brasil collocando em attitude diametralmente opposta. Já não falo no desar para nós de termos imprudente e levanamente negociado, com vigor pouco comprehensivel, um tratado máo para a America, termos moralmente coagido ao Chile a acceital-o, e sermos batidos pela calculada inercia da Argentina, apesar de todas as suggestões, conquistando ella

na amizade continental todo o terreno que nossa *gaffe* nos tinha feito perder.

E' certo que o novo Ministro das Relações Exteriores abandonou esse terreno movediço, pouco se importando com a delicada situação resultante para o Chefe de Estado, o mesmo nas duas attitudes contradictorias. Mas o mal feito está, e para reparal-o, fôra necessario ao Itamaraty uma autoridade moral que, infelizmente, não possui. Nem só o abandono em que continuam os interesses politicos do Brasil na America do Sul enfraquece o valor de sua intervenção, como a tergiversação nos rumos seguidos crea um ambiente de incertezas e de máo estar no pactuar, por se desconhecer si "amanhã" confirmará ou derruirá a obra de "hoje".

Alem d'isso, as restricções nas trocas commerciaes exigindo uma constante actividade do Ministerio para obter concessões de transporte, de venda ou outras, a intervenção de certos funcionarios só se obtem mediante commissões vergonhosas, já conhecidas (ao que me affirmou um membro do actual Governo), e taes deslises não concorrem para augmentar o prestigio da Chancellaria. De um factio sei, de conhecimento proprio: no Corpo Diplomatico aqui acreditado, é notoria a convicção de serem pouco fidedignas a acção e as affirmações do Itamaraty. E disso ha provas concretas: a correspondencia sobre o chamado Convenio do Café, sobre a utilização dos navios, e, principalmente, os detalhes de taes operações.

Taes factos eram conhecidos e cuidadosamente seguidos e aproveitados pela diplomacia allemã, nella incluindo-se a espionagem vasta e poderosa e rica e bem provida de meios de acção. Os graves incidentes de Bernhard Dernburg, de Bernstorff nos Estados Unidos, do Conde de Luxburg em Buenos Aires, são apenas capitulos interdependentes da mesma obra. No Brasil já são numerosos os indicios de actividade analoga, nas gréves

sem explicações, nos incendios de fabricas que preparam mercadorias susceptiveis de servirem aos Alliados, na virulencia de certa imprensa, na agitação de certos congressistas, nas reivindicações pseudo-socialistas chefiadas por suspeitissimos *leaders* operarios hespanhóes, no ataque systematico á autoridade do Governo, de seus membros, e dos homens publicos em evidencia. Nella têm colaborado, por mal nosso, a incuravel e pouca avisada ingenuidade de varios membros do Poder Publico, e o desejo de fugir aos incommodos pessoas de uma repressão, mal vista pelos gritadores da imprensa, embora a exija em altos brados o dever imprescriptivel da Salvação Publica.

Si informações reservadas que, por acaso, pude ter em meios commerciaes forem exactas, a obra de diplomacia e de espionagem já teria ido alem, não lhe sendo extranhos conflictos já havidos no Brasil. E' de se esperar, a qualquer momento, e sem surpresa, uma reedição brasileira dos escandalos revelados na Argentina pela contra-espionagem norte-americana com o Conde de Luxburg. Note-se que, no Brasil, só se afastaram a legação e os consules allemães; toda a demais organização continúa a funcionar, talvez reforçada. E ha, como capa ao pangermanismo, a representação official austriaca, *serva a mandatis* da Prussia, prompta a dar como subditos de seu paiz quantos allemães se apresentarem, com os documentos perfeitamente regulares que sabem fabricar as agencias officiaes de falsificação de passaportes e de outros papeis publicos.

Como resultado de tão grande actividade em favor dos Imperios Centraes, de um lado, e intrigando contra o Brasil e os Estados Unidos, do outro, é certo que na America do Sul se constituíram dois grupos, quanto a sympathias por belligerantes.

A Argentina, por motivos occasionaes, a que parece não ser extranha a vida intima do Presidente Irigoyen,

tem sido alvo de grandes suspeitas por parte da *Entente*. Justa ou injustamente (e meu modo pessoal de ver é este ultimo), tem sido arrolada como germanophila.

O Chile, velho adversario dos Estados Unidos no Pacifico, e filho da Prussia, do ponto de vista militar, é outro centro contrario ás Potencias Alliadas, proseguindo na tradicional politica anti-*yankee*, que tem observado desde tantos lustros e manifestada desde a Conferencia Pan-Americana do Mexico.

A Colombia, a sangrar ainda da perda do Isthmo, é o terceiro termo dessa agremiação, ao qual, talvez, se possa addicionar o Paraguay.

Os demais paizes são favoraveis á *Entente*, tendo mesmo alguns declarado a guerra a seus adversarios.

Pouco provavel parece uma manifestação de força em nosso Continente, em favor do Germanismo. O exemplo do Mexico é eloquente, em que hoje está averiguado que Huerta, Villa, Zapata e outros chefes de guerrilhas, rebeldes e assassinos, não eram sinão instrumentos allemães, dominados na penumbra pelo chefe da espionagem local, Franz von Rintzelen, e por este largamente subsidiados. Só foi evitada a guerra entre esse paiz e os Estados Unidos, porque a calma e a intelligencia de Venustiano Carranza e de Wilson, pelo exame superior da situação, conseguiram apprehender os fios conductores da trama allemã.

Um só meio existe de aparar tal golpe, possivel desde que previsivel: estar o Brasil aparelhado para a lucta, no desempenho de sua missão historica e politica de co-responsavel pela doutrina de Monroe, de defensor das nacionalidades ameaçadas pela expansão de povos que, como o Chile, por contingencia geographica, por educação politica, tem de procurar desafogo a seu desenvolvimento nos territorios a Norte. Si o Chile é a Prussia americana, forçado pela educação e pela angustia de sua

asphyxia entre os Andes e o Pacifico, a Bolivia e o Sul do Perú são, no entender de seu vizinho austral, terra partilhavel, e valem por uma Polonia americana.

E não haja duvida que a Allemanha, já *sympathica* ao Chile na guerra de 1879-1882, hoje afaga e impulsiona a resistencia chilena ao plebiscito previsto no tratado de Ancón e, mais do que isso, mercê da adhesão bolivio-peruana á *sympathia ententista*, não estaria longe de precognisar e de pavonear uma conquista territorial.

Deante do Monroismo, conservador da situação presente, respeitador do direito das nacionalidades, se ergueria um Annexionismo representado pelos appetites chilenos e, talvez, pelas aspirações argentinas a reconstituir o Vice-Reinado do Prata (vide o *Zollverein* ultimo com o Paraguay, e a lenta, persistente, irresistivel infiltração argentina nesse paiz) até que o Pan-Germanismo, porventura victorioso, realisasse seu plano da Allemanha antarctica, abrangendo o Sul do Brasil, a Argentina, o Chile, o Uruguay, o Sul da Bolivia e do Perú.

Acredito firmemente na possibilidade de modificar-se esta situação, especialmente com a Argentina, cuja orbita normal de gravitação é latina e não germanica. Para tal, basta reencetar e continuar a norma de *sympathia* e de generosa collaboração e confiança instituida pelo Barão de Rio Branco, em Buenos Aires e alhures, em toda a America, politica sabia, providente, accôrde com a nobre tradição brasileira desde o Imperio, e da qual em má hora nos afastámos.

Em previsão de tudo, porem, do inesperado, que é o mais certo em politica, estejamos preparados, e em vez de enfraquecernos, fortaleçamos o preparo militar do paiz, no qual as improvisações são impossiveis ou desastrosas.

Tenhamos sempre em mente que, em politica internacional, o valor das nações não reside tanto na missão que hajam de cumprir ou no ideal que propugnam, como

na capacidade moral e material que possuam para realizar sua missão ou corporificar seu ideal. Ninguém respeita nem procura a aliança dos fracos. Para defender um conceito superior da Vida e da Civilização, para atingir níveis mais altos de Cultura e de Bondade, cumpre ser forte. A força consciente e generosa é um polo de atracção.

\*

Egual dever dicta o estudo de nossa politica interna.

Entre os grandes e inolvidaveis serviços prestados ao Brasil pelo Imperio, do qual tanto nos devemos ufanar, a todos sobreleva o ter realisado e mantido a Unidade Nacional. Sem faltar ao respeito e á gratidão devidos á memoria do magnanimo Sr. D. Pedro II, cujos exemplos e esforços por nossa Patria merecem devoção cultural, é licito dizer que desconheceu a funcção das forças armadas no organismo politico da Nação, a missão que lhes era peculiarmente devolvida no nosso meio inculto e com tendencias dispersivas, como aparelho de educação civica, de combate a appetites de méro gozo e instrumento de união territorial.

Philosopho e idealista convicto, cedeu, por demais, ás generosas utopias do triumpho crescente do bem sobre o interesse, do direito sobre a força. Talvez esplendente realisação de amanhã, mas, hoje, méro alvo de esforços na fimbria do horizonte, o conflicto candente das mais desencontradas paixões de mando, de riqueza, de egoismo, e de aspirações subalternas. Após a guerra do Paraguay, onde, apesar de todos os erros, numerosos aliás, devidos ao despreparo do Exercito, este havia nobremente pelejado, foi flagrante o contraste entre o carinhoso cuidado liberalisado ao ensino, ao reparo economico do paiz, ao prestigio externo do Brasil, e o despreparo reinante quanto ás cousas militares, que eram, e são,

para a existencia de uma Nação independente e para a garantia de se fruïrem as grandezas, as benções e os progressos que decorrem da civilisação.

Em um paiz que, originariamente, só por dever politico e sábia intuição de seus pro-homens da Independencia e da Regencia, se não destinou a ser Republica, e no qual esta soluçào historica fatalmente se tinha de impôr, cedo ou tarde, era obvio que nos meios universitarios e de ensino superior a propaganda teria farto elemento de cultura para a producçào de seus adeptos e de seus chefes.

Para que o sentir do Exercito se confundisse com o do Brasil todo, fôra mistér estreitar os laços entre ambos, nunca fomentar ou mesmo apenas permittir se constituisse o primeiro em corpo a parte, elemento extranho no evoluir do paiz. Factos politicos como o 2 de dezembro de 1852, em França, e o 15 de novembro, aqui, só se comprehendem inteiramente tendo em mente o isolamento em que se haviam segregado as forças armadas quanto ao resto da collectividade nacional.

Era corrente, em todas as Provincias, menos no Rio Grande do Sul, mais guerreiro, e nas do Norte, fornecedoras de voluntarios, o descaso, quasi o desdem pela farda. Nos ambientes politicos e governamentaes, as pastas militares gozavam de apoucada consideração e destinavam-se a principiantes da carreira ministerial. E' quasi excepção unica o caso do Conselheiro Junqueira.

Quando se deu a abolição, e as classes agricolas abandonaram a politica monarchica á qual haviam vinculado suas esperanças de permanencia de organisação economica baseada no elemento servil, nada mais se oppoz ao advento tranquillo e á realisação das tendencias de 1822, novamente propugnadas em 1831 e em 1842 e, ininterruptamente, desde o manifesto de 1871. E a Republica se fez.

Espiritos menos observadores e incompletamente a

par de nossa Historia viram apenas no facto um levante de broquéis, a abertura de uma éra de *pronunciamientos*, a seguir o exemplo hispano-americano. Como toda idéa simplista, esta arraigou-se na opinião, favoneada e fortalecida pelo desabafo dos desgostosos do regimen novo, ou daquelles que, desconhecendo contingencias humanas, viam apenas, travez theorias de Aristoteles, de Platão, de Montesquieu e de Tocqueville, uma sociedade perfeita, onde a triste fallibilidade dos homens e o imperio dos factos traziam o conflicto eterno dos interesses.

Com isto soffreram as forças armadas, postas em suspeição pela opinião nacional, por esta apenas tolerada como um mal necessario, inevitavel, irremovivel porque dispunham dos elementos de coerção material precisos para suffocar qualquer protesto.

Nenhum erro politico teve consequencias mais graves. E este, embora robustecido após 1889, tinha suas origens remotas no proprio descaso, velho de quatro lustros, de S. M. o Snr. D. Pedro II.

Officiaes formados nesse ambiente não podiam ter valor profissional elevado. Mal orientados, e illudidos pela feição extrinseca dos acontecimentos, começaram a desviar-se de sua missão para se transformarem em *missi dominici* da effervescencia politica reinante. No Congresso Constituinte, e, depois, nas Assembléas Legislativas, figuraram os menos adhesos aos arduos deveres da profissão, e os mais propensos a lides partidarias.

Foi um grande mal: para as forças armadas, sem representação digna de seu valor e de sua faina; para o publico, a confundir toda a classe com os méros cabidés de fardas com assento no Congresso; para o paiz, que não teve ali vozes autorisadas a tratar com proficiencia de assumptos militares; para o estimulo profissional, perturbado nas promoções pela intervenção indebita dos camaradas politicos, e pelo accesso (embora por antigui-

dade) destes ultimos, dando-se o escandalo de alferes e tenentes chegarem ao generalato, com responsabilidade da conducção de tropas e de velar por vidas humanas, por serviços... parlamentares.

Cada vez mais, ia aprofundando o fosso divisorio da Nação e das forças armadas. Tudo conspirava nesse rumo. Os civis, politicos ou não, olhavam desconfiados para ellas. Faziam garbo de sua indiferença e de sua ignorancia em taes materias. Cogitando de assumptos, mais elevados (em seu parecer), descuravam do elemento basilar da vida, do progresso, da garantia de toda sociedade; o poder material que lhes assegura a existencia e o evoluir pacifico. Exercito e Armada eram o mal, o inimigo, o desordeiro nacional, que só não era extirpado do organismo por simples impossibilidade de agir contra elles.

Alheiam-se delles os elementos populares. Emquanto em todas as posições civis, militares eram acceitos, com justo espirito liberal de aproveitamento de competencias, onde quer que estivessem, nos meios militares a intervenção civil, bem orientada e idonea embora, era profligada, não tanto pelos officiaes, como pelos proprios politicos paizanos. "Deixemos ás classes armadas a responsabilidade de sua organização e de sua direcção, para que nos não possam accusar, como fizeram ao Imperio", repetiam politicos de vistas curtas, deslembados de que a responsabilidade dos homens publicos existe, não para com determinadas classes, sim perante a Nação. E o descalabro que ia pelas cousas militares pouco interessava a taes myopes, desde que delles não fosse a culpa. Nesse lamentavel phenomeno de fuga ao cumprimento do dever, onde ficavam a dedicação e o sacrificio pelo interesse do Brasil?

O divorcio, de dia para dia mais accentuado, ia creando duas mentalidades antagonicas no seio da Nação. Nos meios militares, com um treinamento intensivo, dominava

a idéa da subordinação do elemento civil; este intrigava e procurava conquistar nos detentores da força, para desta se servirem em seus designios políticos. Nos Estados e nos partidos locais, a Força Nacional era vista suspeitosamente; contra ella se organisaram pequenos exercitos regionaes. A bella obra do Imperio, a Unidade Nacional, ia sendo solapada pela estreiteza e pela inconsciencia de taes conceitos.

Olvidados de que os Pretorianos só foram a ameaça quando Roma deixou de ser a Republica dos cidadãos-soldados das legiões conquistadoras do mundo; que os Varangianos só dominaram a Byzancio, quando se isolaram da Nação; que os Janizaros só enthronisaram sultões, quando o sopro religioso que animara aos mahometanos se amorteceu e quando o conforto e os cuidados dos proprietarios do sólo transformaram a indole guerreira das hordas arabes e turcas, sempre acampadas e nunca fixadas definitivamente, e as levarem a entregar a defesa do Imperio mussulmano a mercenarios ao invés das tropas nacionaes; deslembrados de taes exemplos historicos, repito, os politicos sem visão alongada fizeram do Exercito e da Armada, profissionaes e não nacionaes, o perigo para a integridade do Brasil, o elemento dissolvente da unidade legada pelos benemeritos Braganças e pelos homens da Independencia e da Regencia.

Essa foi a era lamentavel da politica militar orientada pela antipathia, pela desconfiança e pelo medo. Triste phase em que todos pareciam ter esquecido que nenhum regimen é duradouro e forte, que se estribe na suspeita e na falta de entendimento e de amor.

Veiu aos poucos a reacção. Não dos grupos de positivistas e positivoides, tenentes na proclamação da Republica, promovidos aos postos superiores com o decorrer do tempo, candidatos muito praticos ás doçuras das posições rendosas, meneando por conveniencia propria o

calão philosophante da *Synthese Subjectiva*, "révolutionnaires arrivés et assagis" na causticante phrase franceza. Sim de um pugillo de officiaes estudiosos, libertos de influencias extra-profissionais, e de outro, nucleo de civis convencidos de que, para solver um problema, é preciso estudal-o, conhecer-lhe as exigencias peculiares e dar-lhes as satisfações convenientes.

Que dizer de um hygienista que, conhecendo um mal, não o combatesse a fundo extirpando-o, e preferisse circumscrevel-o e isolal-o embora corresse o risco da explosão subitanea dô vulcão ao qual se houvesse tentado açaimar? Isso foi o que não quizeram fazer os citados civis e militares. Acharam que o dever para com o Brasil consistia, não em reprimir ou tolerar por impotencia ao perigo militar, sim em eliminál-o pela integração das forças armadas na Nação.

E a solução assim ideada é tão certa, tão urgente, tão absolutamente premedora, que ou ha de ser adoptada, ou o Brasil se ha de desintegrar em republiquetas por descompreensão da natureza e da missão dos Exercitos nas democracias, e especialmente na nossa, onde a disciplina social está por ser creada.

O rumo a seguir é logico e simples: investigar com sympathia real, e desejo de comprehender e de solver, os problemas inquirendos, e que se resumem em fazer das forças armadas o elemento de que o Brasil precisa para essa mesma disciplina interna e para manter, perante o Mundo, os ideaes que lhe justificam a vida internacional e a actividade.

Deve a Nação rever-se toda no Exercito e na Armada. Cumpre haja uma interpretação reciproca do elemento civil e do elemento militar, irmanados, fundidos e caldeados pelos mesmos principios motores, respirando o mesmo ambiente, vivificados pela mesma alma. Urge separar da

tropa, de seu preparo technico, a indebita intervenção politica.

A essas tres grandes exigencias genericas, correspondem tres ordens de providencias.

Para que na tropa de terra e de mar se reveja a Nação, é necessario que esta envie para a fileira todos os seus filhos. Tal solução, republicana, politica, virilisadora e energica é a que fornece o serviço militar obrigatorio generalizado. O sorteio, anti-democratico e prestando-se a mil abusos, é méra solução transitoria. De um para outro systema a passagem é facilima, bastando que se sorteie toda a classe recenseada e alistada.

Este methodo attende ao segundo dos requisitos indicados, a fusão intima das classes, militares e civis. Nem só elle estabelece o principio da Nação armada, isto é, todos os cidadãos acudindo ao desempenho da sua missão defensora da Patria, como crêa uma escola unica de civismo, de ideal patriotico, uma alma só para o conjunto dos brasileiros. E' a indestructibilidade da União que assim se firma.

Cumpra accrescentar-lhe, entretanto, na phase de transição, uma intensa propaganda por divulgar entre os paizanos os estudos de administração militar, por familiarisar o publico em geral com os problemas referentes á defesa da bandeira. Fazer, em duas palavras, nas cousas militares, com os civis, o que já está felizmente conquistado nas fainas pacificas com a preciosa collaboração de officiaes, da Marinha e do Exercito, especializados tambem em funcções puramente economicas ou administrativas.

Ainda coopera em solver o terceiro dos reclamos enunciados, a luta contra a indebita intervenção politica nas forças armadas, desde que se lhe addicione o serviço regional largamente comprehendido e applicado. Tentativas de intervenção, fomento de revoltas, nos Estados,

serão sempre possíveis, enquanto a tropa fôr instrumento em mãos de chefes sem escrupulos, e é o que se dá com os corpos provenientes do conceito do exercito profissional, com engajamentos e re-engajamentos continuos, que tornam as praças executores passivos e cegos das ordens recebidas. Serão impossiveis com as formações decorrentes do principio da Nação armada e do serviço regional, pois Minas, por exemplo, será guarnecida por unidades recrutadas em Minas, com a quasi totalidade da classe ali nascida, sem escolha deste ou daquelle grupo, sem predominio de intuitos partidarios, portanto. Em summa, a tropa representará o proprio interesse regional da zona onde tiver de servir; seus soldados serão conhecidos e relacionados ali; entre elles haverá liames de toda sorte, desde o parentesco e as relações de amizade, até as conveniencias de interesses.

Cessará a possibilidade de conflicto entre o Estado e um conjunto de batalhões, recrutados alhures, porque taes batalhões serão filhos do proprio Estado interessado. Fortalecerá a defesa nacional a adopção de tal methodo, porque melhor do que tudo se defende ao proprio lar, e esta é a tendencia do serviço regional.

Para conseguil-o, porem, convem organizar o plano de distribuição de unidades, descentralisando-o até aos districtos de batalhões, si é que não devemos descer até ao proprio cantão de companhia, tendo sempre em vista, claro está, as necessidades e conveniencias da mobilisação nas diversas hypotheses que se podem formular.

Alem das questões technicas, numerosas, que vêm em segunda linha, os elementos primordiaes para apurar o preparo profissional da tropa e expurgal-a da politicagem, estão na Grande Missão, que só pode e só deve ser franchezza, e na separação da administração da guerra do serviço do Estado Maior.

A administração é realmente politica, tem de obede-

cer a considerações multiplices, extranhas ao aperfeiçoamento technico das forças. Deve attender á mutabilidade dos factores politicos, dentro e fóra do paiz. E' a funcção do Ministro, como que fornecedor dos meios de acção de que dispõem Exercito e Marinha para sua preparação bellica.

Esta ultima, porem, deve ser permanente; não pode soffrer os embates da politica; tem que apurar o maximo de efficiencia do organismo, para o qual a administração fornece os materiaes humanos e outros.

E' licito comparar a differenciação das funcções á que se dá em uma construcção qualquer: o architecto planea, dirige a obra; os fornecedores preparam e collocam ao pé da mesma os operarios e os materiaes precisos. Nas pastas militares, esta ultima funcção, meramente administrativa, é a do Ministro. A primeira, essencial e exclusivamente technica, é a do Chefe do Grande Estado Maior.

Nenhum cargo se compara a este, pelo conjunto de qualidades excepçionaes e superiores, de intelligencia e de coração, que exige. Deve ser, para bem do paiz, exercido o mais longamente possivel pelo mesmo serventuario; e este, em caso de guerra, é o chefe de antemão designado das forças em operações. Exactamente pela elevação e pela delicadeza de sua missão, intensa e exclusivamente profissional, cumpre seja superior ás vicissitudes da politica. Responsavel pelo preparo technico da tropa, por sua immediata utilização, não pode nem deve soffrer a intromissão da ingerencia indebita de qualquer factor extranho a taes cogitações, a começar pela do Ministro cuja orientação suprema não tem que penetrar no trabalho technico da preparação para a guerra.

O Chefe do Grande Estado-Maior, orgam do Alto Commando, realisador eventual de suas decisões em caso de lucta, possui funcções militares. O Ministro, orientador geral da faina do Ministerio, sob os impulsos da po-

litica complexiva do Governo, prepara e fornece os elementos cuja utilização technica é feita pelo primeiro.

Realisada a distincção, separam-se as funcções, de administração, de um lado, de commando, de outro.

Resta a Grande Missão. Querem-na todos os officiaes novos, cujo supremo anhelos é ver o Brasil no nivel militar que lhe compete, como Grande Potencia que pode e deve ser. Querem-na os melhores de nossos officiaes superiores. Por ella anseiam, no generalato, aquelles em que o Brasil deposita suas legitimas esperanças.

Repellem-na com horror, sómente aquelles officiaes cujas falhas profissionais e insufficiencia technica seriam expostas á luz meridiana ao primeiro encontro com uma turma de officiaes dirigentes na altura das exigencias da guerra moderna. Por isso, no generalato e nos postos superiores se encontram seus oppositores mais encarniçados. Sabem estes, effectivamente, que seu pedido de reforma lhes seria moralmente imposto, logo se evidenciasse sua fraqueza como conductores de homens na lucta sangrenta. Seria isto um bem inestimavel para as Forças Armadas, e uma garantia de segurança para o paiz. Mais do que nunca, neste momento, se impõe tal providencia.

O Governo actual, pelo orgam do Ministro da pasta, assumiu a tremenda responsabilidade, em plena guerra, de preparar nosso Exercito para intervir na batalha sem o concurso da Missão. Pois bem, tal compromisso falliu miseravelmente, e a efficiencia actual de nosso Exercito si não é menor, será quando muito igual á que era ha um anno. De preparo profissional só se cogita em discursos vazios ou em *films* (o technicamente ridiculo *Patria e Bandeira*), tendo-se chegado ao criminoso exaggero de sacrificar a propria instrucção regulamentar da tropa, afim de limpar e pintar o armamento que deve figurar asseiado e brilhante na parada de 7 de setembro vindouro.

A Grande Missão, com o conjunto de providencias já esboçadas, salvará o Exercito, como salvará a Marinha, e com elles ao Brasil.

\*

Contra tal modo de encarar e de solver o problema, a principal objecção tem sido o sacrificio pecuniario exigido. De facto, assim é. Em grande parte por culpa nossa. Temos confundido, injustificavelmente, cousas heterogeneas.

Parcelas de despesas ha que se repetem todos os annos: soldos, etapas, forrageamentos, remonta, consumo normal de munições para exercicios, substituição automatica dos generos dados a consumo para a reconstituição do nivel normal dos *stocks*, que deveriam existir, etc. etc.

Outras parcelas representam gastos feitos em bloco, prestando serviços por prazos longos, excedendo em muito as exigencias do exercicio financeiro: fortificações que podem durar decennios, seculos mesmo em casos excepcionaes; material bellico; campos de instrucção e de exercicio; formação inicial dos *stocks* de guerra, etc. etc.

São duas ordens de dispendios cuja satisfação deve decorrer de processos diferentes. Na primeira, é certamente o credito orçamentario annuo o instrumento proprio para solver o caso. Na segunda, porem, é a operação de credito a *unica* solução possivel. Exemplifico.

Si determinado plano de fortificações, de formação de esquadras, de compra de canhões ou de munições, exige cem ou duzentos mil contos, seria impraticavel, do ponto de vista militar da boa utilização dos recursos para o preparo da força e ainda do da exigencia politica que impoz a despesa, distrahir do orçamento normal verba tão avultada ou distribuil-a por fracções eguaes em dois

ou tres exercicios, apenas, quando a situação impõe, por vezes, o aproveitamento da occasião e sobretudo a economia intensiva do tempo. Dar, para tal operação, um prazo de 20 ou de 30 annos, vale por inutilisar o plano concebido, pelo avelhantamento do material, pela impossibilidade de instruir a tropa sem o armamento preciso, pela confusão decorrente da multiplicidade de typos de material.

O meio de attender a tudo está em fazer uma operação de credito, criação de receita ou outra, e applicar totalmente e immediatamente o dinheiro em realisar o plano adoptado. D'ahi decorre a satisfação completa e immediata da exigencia politica e militar que presidiu á elaboração do projecto. Não sobrevem onus incomportavel ao orçamento annuo, porque o que se gastaria annualmente em 20 ou mais exercicios para realisar fraccionadamente o plano, será gasto no mesmo periodo para o juro e a amortisação do emprestimo correspondente.

Supponhamos 100.000 contos a dispender, a 5% e 30 annos de prazo para amortisar. Será uma verba annual de 6.500 contos aproximadamente, cousa que a lei orçamentaria comporta, e com vantagem immensa da obtenção immediata do fim collimado.

Ha emprestimos de defesa nacional, como os ha de melhoramentos economicos, sendo que os primeiros habitam o paiz a garantir os segundos. O essencial, é claro, está em assegurar a amortisação, no prazo provavel correspondente á utilização do progresso militar obtido. Não se comprehenderia um emprestimo pesando ainda nos cofres publicos, após a desappareição do armamento comprado. São operações que devem ser planeadas por prazo accorde com a vida e a aproveitabilidade do projecto a tornar effectivo.

Isto, raramente se tem feito entre nós, dando como consequencia o avolumamento dos orçamentos militares.

Taes aquisições integram-se com seu valor pleno nos gastos annuos, quando sómente o deveram ser pela fracção representativa do juro e da amortisação do custo das obras das compras planejadadas e realisadas.

Certo é que, no orçamento para as despesas annualmente renascentes, ha economias grandes a fazer: o regimen das massas; a simplificação dos processos burocraticos; a concentração das contabilidades no Thesouro; as consequencias do serviço regional; a comprehensão final (até hoje inatingida) do que seja serviço militar obrigatorio, prestação pessoal de esforços e não officio especializado; reduzido o soldo a 100 réis diarios no maximo (em França é de um *sou* por dia, em tempo de paz) em vez dos 600 réis diarios de hoje.

Mas o mais importante e o mais urgente está nas despesas do aparelhamento militar, e essas só com operações de credito podem ser custeadadas, ao contrario do que até hoje tem sido regra quasi absoluta entre nós, onde o Orçamento é o vehiculo normal para taes sobrecargas.

Esta consideração é essencial, maximé no momento actual. O effectivo de 54.000 homens para nosso Exercito é irreductivel, com a ordem de batalha instituida pela legislação vigente. Não seria politico reduzil-o, nem só porque affecta visceralmente a eficiencia da força, como pelas considerações internacionaes despertadas pela hora presente na Historia do Mundo. Será insufficiente mais tarde, pois teremos fatalmente um nucleo de 100.000 homens em armas dentro de 10 ou 15 annos, no maximo.

E todos esses são effectivos de paz. Que acontecerá si, como penso que devemos, fôrmos á guerra, cooperando na Europa com os Alliados nossos?

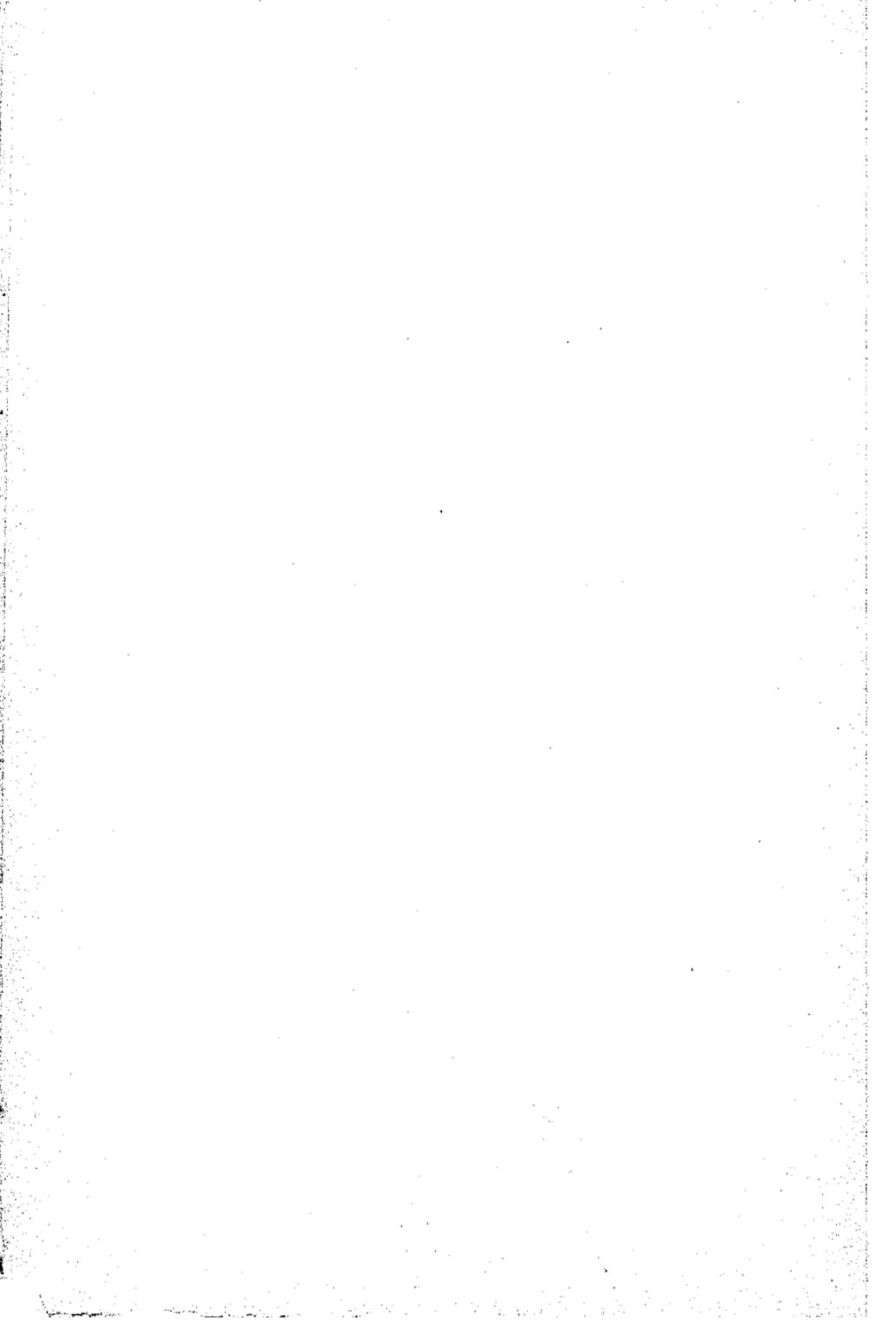
Ahi, então, augmenta o valor da solução que preconiso, pois a operação de credito terá de custear as despe-

sas integraes da guerra. O processo é facil, e parece de exito seguro.

Proponho que com os Alliados se negocie finalmente nossa co-participação material na linha da frente, já que até hoje não diz o Governo tel-o feito. Todas as despesas de preparo aqui, as de manutenção de forças e de serviços na França, serão escripturadas em conta especial, paga pela França ou pela Inglaterra (que me parece mais indicada para tal fim) como adeantamentos feitos ao Brasil, e reembolsadas pela indemnisação de guerra dos Imperios Centraes, aos quaes caberá tomarem a si o emprestimo assim feito pelos Alliados a nós. Nenhuma negociação me parece mais certa de exito do que esta. Convem a todos. E permite ao Brasil occupar seu lugar, de facto e não no papel, como Grande Potencia, nem só na guerra como no futuro Congresso da Paz.

Para isto, indispensavel é que o Governo vindouro esteja autorizado pelo Legislativo a negociar os accordos precisos para intervir na lucta presente, si, porventura, forem julgados insufficientes (contra minha opinião) as autorisações vigentes.

Com taes premissas sobre a politica geral do Orçamento para 1919, póde ser encetada a analyse mais detalhada dessas leis annuas.



## A LEI DA DESPESA

As economias a serem feitas provirão, é certo, das remodelações e das providencias que o Congresso determinar na lei de despesa. Outra fonte ha, entretanto, de não pequenas reduções nos gastos: a vontade firme, e inexoravelmente obedecida, de reduzir o pessoal sem ferir direitos adquiridos, eliminando as demasias creadas pela politicagem eleitoral. Com excepção do Ministerio do Interior, onde quasi nada me parece possivel nesse rumo, em todos os demais grandes economias são realisaveis.

Nas duas pastas militares, a situação do operariado dos arsenaes e das fabricas é simplesmente escandalosa. Vencem diarias exaggeradas, mesmo que trabalhassem, e muito mais assim quando quasi nada fazem. A desidia dos chefes e o doentio prurido de popularidade cercou-os de taes garantias que a disciplina desapareceu, não ha quem ordene e menos que execute. Uma reforma redical impõe-se ahi.

No Ministerio do Exterior, por um membro do actual Governo tive conhecimento de que mais de 6.000 contos, alem do orçamento, se dispendem em propagandas *pro domo*, em subvenções occultas, em subsidiar jornalistas e afilhados. Sei, por conhecimento pessoal, que no Itamaraty se intriga como em bastidores de theatro, nas

rivalidades e competições pessoais. De trabalho, raros actos podem ser apontados.

Na Agricultura, abriram-se as valvulas do derrame de gorjetas com as commissões de defesa da producção, de combate á lagarta rosada, de fiscalisação a quanta manifestação se dê de actividade industrial.

Na Viação, innumerados addidos perambulam pela Avenida, enquanto com pessoal extranho se organisam commissões constructoras, de vias-ferreas ou de linhas telegraphicas, de utilidade duvidosa e de urgencia nulla.

Na Fazenda, inventam-se fiscalisações de bancos em funcionamento normal, como si o Governo alguma coisa tivesse com isto; contra a lei, enchem-se de operarios inuteis repartições technicas como a Casa da Moeda, a regorgitar de eleitores do 2.º districto de Minas e da Capital Federal; subdividem-se collectorias contra os interesses do fisco; multiplicam-se cargos, não reclamados pelos serviços de arrecadação ou de despesa; a pretexto de liquidar bancos allemães de favor á actividade commercial (e talvez militar) dos nossos inimigos, e em prejuizo das organizações similares brasileiras e alliadas; do Lloyd, entre outros refugios, faz-se a pousada de todos os fallidos da politica, em seus diversos grãos, e dos jornalistas que se almeja propiciar.

E' tempo que o Governo governe para os contribuintes, e não para os protegidos. *La République des camarades* chamou Robert de Jouvenel a um phenomeno analogo em França. Entre nós, cumpre desappareça o systema de governo dos compadres.

E' tão facil conseguil-o. Basta saber querer. A prova pratica é dada, mesmo apesar dos abusos. No proprio Ministerio da Viação, onde tantas economias ha por fazer, o ultimo relatorio deste anno diz que nos portos se conseguiu reduzir os gastos pela forma seguinte, nos quaes, entretanto, ignoro si estão incluidos os addidos.

*Despesas com comissões de estudos e obras* (S. Luiz, Amaração, Ceará, Natal, Cabedello, Aracajú, Paranaçuá e Santa Catharina) :

|            |                |
|------------|----------------|
| 1914 ..... | 2.286:222\$184 |
| 1915 ..... | 1.255:500\$775 |
| 1916 ..... | 874:293\$785   |
| 1917 ..... | 658:719\$129   |

*Despesas com fiscalizações incluindo quadros extraordinarios e obras por administração* (Manãos, Pará, Recife, Bahia, Victoria, Santos e Rio Grande do Sul) :

|            |                |
|------------|----------------|
| 1914 ..... | 2.735:564\$870 |
| 1915 ..... | 1.494:171\$585 |
| 1916 ..... | 1.698:297\$175 |
| 1917 ..... | 1.679:243\$921 |

*Despesa com a Administração Central (Inspectoria) e porto do Rio de Janeiro :*

|            |                |
|------------|----------------|
| 1914 ..... | 8.726:777\$896 |
| 1915 ..... | 2.354:362\$468 |
| 1916 ..... | 1.638:951\$257 |
| 1917 ..... | 1.298:852\$298 |

No Ministerio da Fazenda, onde a verba para pessoal de folha não alcança 40.000 contos, a economia feita de 1915 para 1917, respeitadas todos os direitos, excedeu de 5.000 contos. Ainda póde ir alem. Ignoro, entretanto, si foi mantida de 1917 para cá.

Tudo quanto ahi fica dito, vale por uma exemplificação reduzidissima dos desperdicios existentes. Não exaggero calculando em 20.000 a 25.000 contos a economia possível por um emprego consciencioso das verbas, pela revisão dos

quadros, pelo aproveitamento mais intelligente e, por assim dizer, mais industrial do pessoal existente. Para tal, não é mister lei nem autorização especial: basta fiscalisar, não preencher vagas inúteis, fazer trabalhar razoavelmente quem para isto é pago — do operario ao ministro.

Em uma palavra, basta ter á frente dos serviços vontades conscientes e não politiqueiros, que, de cada cargo occupado, fazem trampolim para d'um pulo galgar posição mais elevada. Basta possuir auxiliares que se preocupem com o bem publico, agrade ou desagrade ás clientelas e ás egrejinhas, não cortejando a popularidade, servindo á Nação e não a própria carreira e ás conveniencias pessoasas.

Homens e não sombras, energias e não accommodações.

Por outro lado, despesas novas se impõem. Nem só o desenvolvimento organico da população acarreta gastos supplementares, como se vae formando na mentalidade collectiva a noção, aliás justissima, de que a União se não póde conservar indifferente a certos problemas.

Nos dispendios da primeira categoria, se classificam os que se referem a abastecimentos d'agua do Rio de Janeiro, á illuminação, ao serviço postal e ao telegrapho, aos accrescimos de trafego, terrestres ou por agua, á segurança publica.

Nos da segunda ordem, se incluem o aparelhamento militar, o saneamento do paiz, o ensino publico primario do ponto de vista de sua funcção como organo essencial de fortalecimento da Unidade Nacional, o problema da aprendizagem e do ensino technico-profissional.

Como conciliar todos esses dados, alguns contradictorios e oppostos?

Examinemos, mais minuciosamente, cada orçamento.

## MINISTERIO DO INTERIOR

Neste não haverá redução, muito ao contrario surgirá a ampliação das dotações. As verbas propostas bastam para serviços normaes, mas uma serie de necessidades novas reclamam satisfação, outras, antigas, exigem suplementação annua. Neste ultimo caso está a verba para o Congresso, orçada por 4 mezes de sessão, quando dura regularmente o dobro desse tempo.

Outra reside na pseudo-economia de cerca de 500 contos em Diligencias Policiaes. E' notorio que têm sido excedidas as dotações votadas, sendo custeado o excesso com as autorisações excepcionaes dadas pelo Legislativo por motivos de guerra. Seria vantajoso conhecer a quanto montam taes *dépassements* de creditos e investigar si pódem ou não ser limitados. Por elles correm subvenções inconfessadas, mas conhecidas. Ainda acodem ao pagamento do serviço de censura. Visam finalmente o redobramento da vigilancia imposta pela situação anormal que atravessamos.

Deixando de lado as subvenções, convem analysar a forma pela qual a censura se exerce, não em favor do Interesse Publico, sim em favor de determinadas individualidades e contra os criticos eventuaes destas. Chegou o escandalo a permittir-se que um Diplomata estrangeiro fosse alvo de uma campanha, só comprehensivel pela co-operação dos tres Ministerios do Interior, da Fazenda e das Relações Exteriores.

Por outro lado, sendo o escopo da censura, em toda parte, impedir se divulguem noticias que possam instruir ou fortalecer o inimigo, aqui tal cousa não é objecto de cogitações, e só procuram os censores obedecer a instruções reservadas de determinados Ministros, com intuitos personalissimos partidarios e de méra ambição politica interna.

Uma reforma ahi se impõe, urgente e moralisadora, que resgate o bom nome do Brasil perante seus Alliados. Feito isto, será possível tornar a censura realmente efficaz, talvez com dispendios menores do que os actuaes, méro pretexto para abrigar filhotes.

Sem sahir das verbas destinadas ao Serviço Policial, convirá attender a outro aspecto grave da questão. As innumeradas perturbações operarias, notadas no Rio e alhures, pequenos attentados e outros de vulto maior em fabricas e manufacturas onde se produzem utilidades que podem parcialmente abastecer o mercado europeu, as intelligencias suspeitadas entre allemães que perambulam pelo Brasil e os seus compatriotas no Velho Continente (por intermedio do Prata e da Hespanha), a movimentação de fundos que têm custeado certas actividades extranhas no Sul, certas dedicações no Parlamento e na Imprensa, o exemplo de todos os paizes e, nelles, das machinações germanicas; todos esses factos, repito, estão a revelar a inadiavel urgencia de realisar aqui uma organização de contra-espionagem, de policia politica, que não possuimos.

Não tenho, a esse respeito, confidencias das legações estrangeiras. Indirectamente, porem, me chegam noticias de que os Estados-Unidos, a Inglaterra e a França, escarmentados com a sua propria experiencia, estão convencidos de que, no Rio e em outros pontos do litoral brasileiro, manobras teutonicas se exercem, occultas e poderosas, como em toda parte onde o allemão tenha pene-

trado. Aqui como nos Estados-Unidos, na Argentina e no Pacifico, estamos envolvidos nas malhas da espionagem e da intriga desses inimigos. Nem podemos censural-os: é legitimo direito delles, nossos adversarios na guerra actual, premunirem-se contra possiveis eventualidades.

Ora a Policia do Rio, de accordo com a dos Estados, está acostumada e mais ou menos incompletamente aparelhada a combater o delinquente commum. Ignora por inteiro os modos e processos de exercer a vigilancia politica, pois são irrisorios os exemplos que se poderiam citar dos incidentes havidos em nossa vida constitucional, revoltas e conspirações em que a Policia brilhou por sua ignorancia dos factos e sua incapacidade de repressão.

Mesmo para cumprir nosso dever como Alliados, e ainda de accordo com os nossos companheiros de lucta, indispensavel será organizar tal serviço de policia politica. Certo, não poderá ser obra isolada, sinão de conjunto, de entendimento com os nossos co-belligerantes. Achar o pessoal para isto, vae ser tarefa difficilima, mas urgente por demais adiada. Ahi, pois, é seguro termos de prever despesas novas.

A Policia Militar é outro ponto que precisa ser estudado. Nem só sua qualidade de reserva effectiva do Exercito impede diminuir-lhe o numero deste momento, como antes aconselha fortalecel-o. Robustece tal alvitre a situação de desordem, de indisciplina e de anarchia a que chegámos, devido á incomprehensivel e indefensavel politica seguida pelo Governo junto ao operariado, capitulando systematicamente ante as mais esdruxulas pretensões, a pretexto de um mal entendido socialismo de Estado e de pieguices sentimentaes alheias á missão governativa. Já não falo do concurso trazido a taes perturbações por elementos suspeitissimos, de conhecida affinidade com os meios germanophilos em que intriga, espionagem e *sabotage* são legitimo recurso de guerra.

Os resultados de tal evanescencia de autoridade não tardaram em se fazer sentir. O custo da producção no Rio é mais elevado do que nos centros industriaes onde a producção é analoga; isto porque salarios, fretes e exigencias são aqui mais altos e encontram apoio official que se não limita a ser benevolo (que é o seu dever), mas vae alem e collabora contra os justos reclamos dos capitães empregados nessas mesmas industrias.

O porto do Rio de Janeiro está com tendencias para ser abandonado pela navegação transatlantica, taes os roubos, a impunidade, as exigencias á mão armada, as tarifas leoninas dos serviços de estiva.

A Federação Maritima, inexplicavelmente favorecida pelos poderes publicos, transformou-se em valhacouto de contrabandistas, ladrões do mar, violadores de bagagens e de cargas. Os escandalos que occorrem nos porões dos navios atracados ao cães ou descarregados em plena bahia, os contrabandos do Lloyd e de outras Companhias de navegação, os roubos a bordo dos navios allemães e outros, tudo tem como ponto de partida essa Federação, que, por fraqueza governamental, impoz suas tarifas e condições sem que aos lesados fosse licito protestar e garantir seus direitos com a acção official.

No Lloyd, desde o commandante do navio, por vezes, do commissario até ao taifeiro (tempo houve em que até directores da Empresa), o contrabando, os transportes clandestinos, os desvios de receita, estão organizados sob a bandeira de misericordia da Federação. No cães do porto, o trabalho livre não é permittido, e ainda neste momento assistimos ao triste desenrolar de mais um acto dessa escandalosa evidenciação da ausencia de Governo.

Tal situação, por intoleravel, terá de cessar logo que a energia governamental quizer expurgar as sociedades operarias dos agitadores (uns, profissionaes; outros, méros agentes provocadores a soldo de nossos inimigos),

que as revolucionam; assegurar a liberdade de trabalho com absoluto respeito ao direito de grève; dar a quem investiu capitães em industrias o direito de viver e de zelar seus interesses como todos os cidadãos protegidos pela Constituição.

O elemento de repressão está na Policia Militar, utilizada sem provocações, mas com energia. E aqui cabe salientar que conviria adestral-a, nem só como reserva do Exercito para missões bellicas, mas tambem para combates de ruas, para refrear motins, para seu destino policial propriamente dito.

Não é possível, pois, reduzi-la. Antes haveria vantagem em tel-a mais poderosa e mais efficiente.

Taes observações cabem a serviços existentes. Cumpre ter em vista, entretanto, que horizontes novos se abrem á actividade do Ministerio do Interior.

Erroneamente, por extranha inversão de optica sociologica, a esse Ministerio se tem chamado de essencialmente politico, como si esta ultima funcção, em nosso regimen, não estivesse concentrada no Presidente da Republica, cujo pensamento no assumpto se realiza por todos os departamentos do Executivo. Como corollario, deu-se ao Interior o mister de presidir á faina partidaria com a felizmente defunta Guarda Nacional e com as autoridades judiarias federaes. Ora, seu escôpo deve ser muito mais alto, e poderia resumir-se no amplo titulo de Ministerio da Unidade Nacional.

Ao Brasil, a Republica trouxe ou tensificou a acção dispersiva de tendencias, naturaes em um territorio que se estende por 8 1/2 milhões de kilometros quadrados, com todos os climas, necessidades contradictorias e aspirações por vezes em conflicto.

Para que a Federação, liame logico e indispensavel, produza os seus fructos e não leve a desintegrar a bella obra do Imperio, força é manter todos os élos que, sem

contrariar reclamos justos do regionalismo, os enfeixe todos no conceito unico de Patria commum. Accordos com os Estados, mesmo sem reforma constitucional, permitirão obtel-o quanto ao Processo, que o Estatuto de 24 de Fevereiro tirou á competencia federal. Outros poderão ser estabelecidos para necessidades unionistas similares.

Onde o Governo Federal, entretanto, poderá colher larga mésse de resultados, a bem da Integridade Nacional, merecendo todas as benções das gerações actuaes e das vindouras, é na creação de valores novos, humanos e economicos, de riqueza publica e de fortalecimento do laço unional.

Refiro-me á regeneração do interior pelo saneamento dos sertões, pelo combate ás endemias que amofinam, amesquinham, aniquilam e destróem uma raça, forte e capaz de esforço e de progresso.

Refiro-me, ainda, ao saneamento moral, pelo pleno surto da Religião da Patria, fundada na Educação Nacional primaria, verdadeira, viril, uniforme na variedade, polymorpha na unidade de sua essencia.

Não é este o logar proprio para desenvolver taes conceitos. Sua inadiabilidade impõe-se como a evidencia. Sua realisação será o facto de amanhã.

E, seguramente, a traducção orçamentaria será o augmento das dotações correspondentes no Orçamento do Interior.

Quanto prever para tal programma? Serão dezenas de milhar de contos de réis, mais tarde. Desde já, porem, duvido que se possa ficar aquem dos primeiros 10.000 contos. Não são 50.000, e sim 60.000 contos que se tornarão precisos para acudir dest'arte á despesa federal neste Orçamento, e mesmo 65.000 si quizermos prever desde já, como é mister em um computo sincero, a supplementação inevitavel de verbas, notoriamente insufficientes, e apesar disso mantidas nessas mesmas condições, por um injustificavel vicio de methodo.

## MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Pedem-se 3.220 contos ouro e 1.208 contos papel para este orçamento. Enunciar taes algarismos é dizer que nenhuma reduccão de vulto ahi se torna possível.

Tambem, não é nas verbas ostensivas desse Ministerio que economias pódem ser effectuadas. A titulo de despesas de guerra, bandeira a cobrir illicitamente carga mais que duvidosa, dispendem-se 6.000 contos, sem fiscalisação parlamentar, disse-me membro do actual Governo. E por ahi se fazem *pêle-mêle* correspondencias telegraphicas normaes, necessarias, e propaganda de candidaturas; ageitam-se interesses partidarios; amimam-se jornalistas até de infima classe, quanto mais a outros de cotação mais alta na tarifa de taes subornos; subsidiam-se asseclas e clientes em todos os meios.

Em varios casos, foi inoportuna a recente creação de numerosos postos consulares, porque as fluctuações de fronteiras resultantes do tratado de Brest-Litowsk, da paz com a Rumania e da anarchia russa, não permittem assegurar a permanencia dos *status* politico da Europa Oriental, nem os interesses commerciaes do Brasil justificam taes gastos em pontos nos quaes são nullas, ou quasi, as transacções sobre generos nossos.

Nestes reparos incidem, entre outros, os seguintes postos creados: chanceller em Antuerpia e vice-consul em

Liège, cidades ambas sob o guante allemão; consul geral em Shanghai, que nenhum interesse brasileiro desperta; vice-consul em Antofogasta, que nossa importação de *caliche* não justifica; consules em Calcuttá, Capetown, Montreal e Sidney, cidades onde são fracas nossas relações de negocios, podendo estas ser geridas por funcionarios honorarios; vice-consulados em Swansea e Georgetown, o primeiro desnecessario por existir um consul em Glasgow, o segundo por não termos intercambio com a Guyana Ingleza, só podendo o agente nosso servir de fiscal a exportações eventuaes do Amazonas pelo Tacutú e pelo Rupununi; consules em Salonica e Vera-Cruz, vice-consul em Santa-Rosa, na Bolivia, consules em Galatz na Rumania, em Helsingfors, Moscow, Odessa que se dizem na Russia, quando, entretanto, neste momento pertencem a outros paizes nascidos da decomposição espontanea do Imperio dos Romanow, estando hoje Helsingfors na Finlândia, Odessa na Ucrania, e Wladivostock, onde se crêa um vice-consulado, na Siberia autonoma.

E o peor é que, nas nomeações já feitas, com raras excepções se evidenciou que o fito de proteger a expansão commercial do Brasil não era fito e sim *fita*, pois não raros foram os escolhidos para a carreira consular entre reporters sem grammatica nem letras, a não serem protestadas, e bacharéis imberbes evadidos de promotorias sertanejas.

Na Inspectoria dos Consulados, *talvez* um dos nomeados não seja hospede em estudos economicos. Os demais são deploravelmente ridiculos.

Como se vê, o intuito foi angariar adeptos e lisonjeadores incondicionaes na imprensa e em certos meios politicos. Nunca se cogitou de servir ao paiz, cujo nome e cujo interesse figuram ahi como sacrilega falsificação.

As reformas ultimas da Secretaria de Estado, do Corpo diplomatico e do consular, valeni por um recúo em

muitos pontos. Rio Branco havia logrado sacudir a rotina do Ministerio, infundir-lhe alma nova, fazel-o trabalhar e produzir, quer no circulo politico internacional, quer no ambito das relações economicas. Era uma revolução para certos emperrados, ainda sob o influxo da ankylose que as normas administrativas do venerando Visconde de Cabo-Frio haviam imposto a seus auxiliares. Representante e maior interprete de uma diplomacia egrégia, modelar para seu tempo, o eminente Director-Geral não podia comprehender que as exigencias novas do caminhar do Mundo haviam avelhantado taes conceitos. Rio Branco bem avaliara, e abrira uma larga janella para o ambiente moderno, pela qual se renovara e oxygenara a atmospherá rescendente a bafio do antigo Ministerio dos Extranjeiros.

Hoje com os Conselhos Administraivos creados pela ultima reforma, a intervirem em tudo e por qualquer minucia, paralyzada fica a acção do Ministerio que, agora mais do que nunca, se requer agil, prompta, clarividente e intensa. Não ha mais chefe, unico e responsavel: ha uma collectividade, de horizonte burocratico e não politico, em que as decisões se tomam, não pelo valor e pelo peso do conselheiro, sim pelo numero de votos, o do especialista equivalendo ao do director de contabilidade ou ao do chefe do protocollo. Irresponsabilidade e ataxia locomotriz erigida em systema para guiar as mais delicadas e melindrosas negociações, as do Brasil com as demais Nações na *comitas gentium*.

Tendencia muito geralmente encontrada nos meios administrativos, desperdiça recursos e esforços em querer isolar-se sem communições nem collaboração com os diversos departamentos ministeriaes. E' o regimen da compartimentação estanque, no qual ministerios e serviços ignoram sua existencia reciproca, e querem, cada qual, fazer por si, isoladamente, com menor perfeição e gastos maiores, aquillo que a repartição competente faz, mais

barato e melhor, como seu serviço normal. E' o que se dá com a Contabilidade, rudimentar aliás, do Ministerio das Relações Exteriores. E' o que se repete com o pittoresco Boletim financeiro do mesmo Departamento, cousa que a Estatística Commercial, do Ministerio da Fazenda, faz sem bulha e economicamente, quando a iniciativa do Itamaraty, no caso, vale apenas por um desperdício de dinheiro, uma improvisação do que se não improvisa — a competencia — e uma duplicata dispensavel de esforço na hypothese mais benevola. Bastaria o entendimento com a Repartição fundada pelo Snr. Wileman e hoje bem dirigida pelo Snr. Leo d'Affonseca para produzir resultados immediatos, baratos, mais perfeitos e mais intelligentemente grupados.

Foram mais longe os ensaios por emancipar o Ministerio de qualquer auxilio extranho. Em 1915-16 foi determinada a aquisição de machinas apuradoras electricas, de grande rendimento de trabalho e que, com ligeiras modificações, se prestam admiravelmente ao estudo systematico dos phenomenos numericos, entre outros ao estabelecimento de balanços de contabilidade, quer financeira, quer economica, de produção e de consumo.

O Thesouro, em boa hora, aproveitou a licção e vac applicando-as á confecção de seus balanços. Pois bem, o Itamaraty, com uma contabilidade simplicissima, queria fazer installação igual para o mesmo fim, e para o apanhamento de dados do intercambio, que a Estatística Commercial já fazia e continúa a fornecer regularmente.

E' obvio, portanto, por taes esclarecimentos e pelos innumerados mais que não convem citar para não alongar indefinidamente este exame, que no Ministerio das Relações Exteriores, as economias, pequenas embora, são possiveis, mas dependem exclusivamente da personalidade do Ministro, de sua competencia administrativa e da respeitabilidade que souber imprimir á sua gestão.

## MINISTERIO DA MARINHA

Nenhum Ministerio, tanto quanto este, precisa de intensa e profunda obra de saneamento tecnico, administrativo e orçamentario. Dez annos faz que persiste o mesmo pensamento director, e de sua realisação resultou a quasi desappareição da Marinha como instrumento de combate e de execução da politica externa do Brasil. Explico-me.

Não se cogitou de fazer da esquadra o nucleo de força efficiente e sempre prompta que nossa Patria requer para os dias que correm, apesar de optima quanto a varias de suas unidades e ao valor dos quadros, quer combatentes, quer de especialidades, e apesar do enthusiasmo, do patriotismo e do desejo de trabalhar da officialidade mais moça e de alguns chefes de real valor.

Olvidou-se tratá-la, qual merece, como cellula inicial do poder maritimo que teremos de possuir um dia, por multiplices contingencias: politica, por nossa situação peculiar na Sul-America e por nossa tradição activa na doutrina de Monroe; geographica, pela immensidade de nossas costas e de nossos caudaes navegaveis para navios oceanicos; estrategica, pela vulnerabilidade de nosso commercio externo; economica, por dependermos para viver da liberdade de navegação dos mares e do livre franqueio de nossos portos.

O conceito foi outro, systematica, persistente e inva-

riavelmente sussurrado aos ouvidos e forçado como uma ameaça no animo dos Chefes do Estado; o motim, a revolta, a revolução sempre prestes a estalar. Na Marinha, só um homem impediria o conflicto. Em terra, as forças navaes desembarcadas serviriam de guarda-costas presidenciaes.

Symbolo dessa extranha concepção da politica naval, foi o *destroyer* que durante cerca de um anno permaneceu, de fogos accesos, proximo á ponte do Flamengo, nos fundos do Palacio do Cattete, para metralhar forças atacantes ou para facilitar a fuga do Marechal Hermes, a quem se havia convencido de que uma revolta local o iria depôr de seu alto cargo.

Instructivo seria investigar quanta promptidão foi ordenada, quanto boato circulou, quanta fantasiada revolta ou simples levante méramente suspeitado teve origem no proprio Gabinete ministerial, para dar força e justificar a nova theoria da Marinha bate-páo policial, a querer impôr a paz a um Exercito de turbulentos, a quem se accusava, calumniosamente, de conspirador. Esquecido de que, em 1893-94, o Exercito, desapparelhado, havia vencido a Revolta, e, hoje com elementos melhores, mais facil lhe fôra a tarefa.

Mas era preciso impôr á evidencia aos incréos e aos scepticos que a paz do Rio dependia da Marinha, e, nesta, de um Homem providencial e unico.

Officiaes distinctos e conhecedores dos mistéres de sua nobre profissão ousavam discordar? Dentro nas normas disciplinares, e nas discussões technicas das praças d'armas, afoutavam-se a defender a these de que as regras de 1895 já eram obsoletas quasi 25 annos mais tarde, que a missão da Marinha era o combate, a destruição das forças adversarias, e não a funcção de réles capanga em disturbios de ruas fomentados pela politicagem impenitente? Dissentiam da estagnação dos navios nos portos, e

invocavam os principios correntes da *blue water school* e os ensinamentos da crescente preponderancia do fogo, de sua direcção, de seus methodos? Admiravam-se de estar ainda em uso para os officiaes de navegação as cartas nauticas estrangeiras, quando já deveramos tel-as nossas, com os meios de que dispomos em homens e em material?

Tudo era e ainda é considerado como rebeldia, indisciplina. O *canon* adoptado era o pouco e já praticamente caduco que se sabia ha um quarto de seculo, e a tal inacção, a tal ankylose professional eram condemnados os anseios, as melhores aspirações da officialidade intelligente, nova, ardente, avida de aprender e de praticar, sabedora de quanto era capaz, si fosse bem guiada.

Essa, porem, era a heresia que cumpria extirpar. No Conselho do Almirantado havia revoltas contra concepção tão mesquinha? Annullava-se o Almirantado, reduzido a impotencia. No Estado-Maior da Armada, um chefe, que em todos os paizes é o responsavel pela efficiencia militar da esquadra, queria ter velleidades de reagir, por força de sua propria responsabilidade e de seu dever professional para com o Brasil? Demittia-se tal chefe independente, e preenchia-se o cargo com official docil que se prestasse a tão somente executar as ordens recebidas. Havia possibilidade de não commungar no crêdo official a maioria dos marinheiros modernos, mais instruidos e de valor maior? A promoção por merecimento, as recompensas, as commissões rendosas premiavam aos partidarios da orthodoxia governamental, deixando aos dissidentes a honra de suas convicções... e de seu ostracismo. *Magis amica veritas.*

Era mister, entretanto, que não viessem a lume taes controversias; que nada empanasse o fulgor do administrador, do remodelador de nossa Marinha; que a teimosia invencivel da verdade não lograsse apagar, pela divulgação dos factos, a aureola do Ministro Unico. Para isto,

o melhor instrumento de propaganda era a imprensa, e esta foi largamente subsidiada, quer directamente pelos processos escusos de contabilidade occulta do Ministerio da Marinha, quer por pagamentos ordenados pelo proprio Gabinete a firmas fornecedoras ou a firmas constructoras que trabalham para a Armada. Disso, tenho conhecimento pessoal.

No actual regimen de contabilidade (?) seguido pelas autoridades navaes, nenhuma conta se presta, nenhuma fiscalisação é possivel. Em nenhum departamento administrativo são tantas as irregularidades nos fornecimentos. Frequentes vezes, a classificação das despesas é fantastica, é illegal, obedecendo apenas ao intuito de dissimular manobras alheias ao serviço da Armada e actos de arbitrio.

A connivencia solicitada dos fornecedores no pagamento de propagandistas e de thuriferarios do Ministro exautora qualquer tentativa de fiscalisar contractos e fornecimentos, certos os fiscalisados da boa vontade e da cumplicidade tacita de quem os tem de julgar em ultima instancia. Note-se que, por essa forma, ainda é o contribuinte que paga dobrado; pela despesa illegal pedida ao fornecedor, que a inclue em suas facturas a titulos diversos; pela dispensa de fiscalisação effectiva dos contractos, impossivel ante a iniciativa ministerial em manobras illicitas pedidas pela propria autoridade superior.

Assim a ambição de um homem, seu descaso pelo Serviço da Nação, sua preocupação unica de cuidar de si tão somente transformaram a Esquadra no que ella hoje é, máo grado os esforços desesperados e ingentes de um grupo notabilissimo de officiaes novos de grande futuro.

Como lutar, porém, si a cada momento era a disciplina que se dizia violada no dissentimento respeitoso da opinião emanada do alto? si, contra os officiaes, se excitavam as paixões ruins de inferiores e de praças por mil

processos que não convem sinão resumir aqui: na força moral tirada aos chefes no apontal-os como tyrannos e crueis; no acoroçoar delações e quebras de observancia disciplinar como a representação directa sem passar pelo superior hierarchico; no apontar como monarchistas e conspiradores os officiaes independentes e avessos á adulação do Ministro; na fraqueza de procurar popularidade entre os subordinados á custa de familiaridades injustificaveis e de golpes de respeito hierarchico; na culposa protecção conferida a praças delinquentes; na impunidade de crimes que, em tempo de guerra e deante do inimigo, só admittem uma penalidade, a maior.

Dez annos durou essa tragica situação.

E assim, neste Ministerio, se tornou applicavel a terrivel comparação do Evangelho sobre os sepulcros caiados por fóra, a transbordar de sanie e de podridão, no interior. Os resultados praticos ahi estão, em sua immensuravel tristeza.

O instrumento de combate, para o qual a Nação liberalizou recursos, reduzido a um valor mais que discutivel. O enthusiasmo, o espirito de sacrificio e a alma de patriotismo de officiaes e de tripulações, desaproveitados. A descrença em vez da fé. A parolagem em vez de actos. A *fita* em vez do trabalho.

Estavamos com os navios parados nos portos. As guarnições quasi não se adestravam. Estudos hydrographicos, sempre possiveis, e de utilidade vital para nós, eram descurados. O tempo de embarque quasi se fazia em terra. A vida de bordo era tão pouco a pratica corrente, que, embarcados, enjoavam muitas vezes quadros e maruja. A pratica do tiro era abandonada, emquanto, inutilizadas pelo tempo, munições eram atiradas ao mar.

Em compensação, porém, o batalhão naval (modelarmente instruido, valha a verdade), marchava em parada pelas ruas, cantando hymnos. Fingiam-se forças navaes

imponentes, com os arremêdos militares do Tiro naval e da Reserva naval, mais proprios a fazer bater corações femininos no desfilar pela Avenida, do que a infundir terror ao inimigo em combate, admittindo mesmo que taes sociedades sportivas chegassem a embarcar.

Surgiu o estado de guerra e, louvado Deus, alguma cousa se fez.

Em entrevista, não contestada, declarou o Ministro da Marinha que, dada a ordem de mobilisação, em uma hora a Esquadra, prompta e com todos os sobresalentes precisos, poderia puxar fogos e sahir barra fóra, no desempenho de sua missão. Ha disso oito mezes, e ella ainda permanecia, ha poucos dias, em portos brasileiros, impossibilitada de se mover. O *São Paulo* já está na America do Norte, onde vae, segundo consta e é realmente indispensavel, adquirir e installar sua direcção central de fogo, o *fire control*. A divisão que vae cooperar com os Alliados, a mando de um official que é uma legitima esperanza do Brasil, o Almirante Pedro de Frontin, ainda privada de meios de agir, acha-se empregando utilmente seu tempo em conquistar a pratica do tiro e de navegação que, em tempo de paz, lhe devêra haver sido ministrada, e que só agora pôde adquirir, sob a pressão dos acontecimentos e graças ao valor do official que a commanda. E' a condemnação da indesculpavel inacção anterior.

Está, pois, traçado o caminho a seguir. Resume-se em reconquistar o terreno perdido e recuperar o tempo desperdiçado. Mas que prodigios de esforço heroico o executar de programma aparentemente tão simples impõe a quem o queira cumprir!...

Separar da funcção de commando do Chefe do Estado-Maior, que é a preparação para a guerra da Esquadra, a funcção administrativa do Ministro, que tem de fornecer os elementos materiaes e humanos a serem empregados technicamente pelo primeiro. Sanear a adminis-

tração, afim de cessarem abusos e para que o paiz inteiro tenha certeza de serem seus recursos dispendidos tão sómente com o fito de servir o Interesse Nacional. Eliminar a contabilidade do Ministerio da Marinha, centralizando-a no Thesouro, com as modificações precisas para que as formalidades de escripturação não demorem nem empeçam a promptidão essencial e caracteristica da execução das ordens militares.

Formular a lei organica da Esquadra, em virtude da qual a vida, a renovação, o evoluir do poder maritimo se não resintam de uma acção intermittente, por crises hystericas, á mercê de campanhas de occasião, ou da premençia de perigos a que, quando surgem, a lenta preparação dos elementos de guerra não permite mais acudir e atalhar. Lei organica que fixaria a Esquadra a crear no lapso de tempo previsto, os *stocks* de guerra a manter (combustivel, munições de guerra e munições de bocca, sobressalentes, etc.) e a conservar intactos sem embargo de movimentação continua das unidades, os arsenaes e as bases a estabelecer, o modo pratico de acudir ao problema financeiro da creação de recursos. Para isto, ter em vista que enquanto presta serviços um vaso de guerra ou uma esquadra, 20 ou 22 annos para uns, 8 a 10 annos para outros, é natural que pesem sobre os contribuintes os encargos correspondentes: d'ahi a norma de boa finança de não construir com verbas orçamentarias correntes (salvo no caso de *superavit* sem emprego mais aconselhavel, ou no de creação extraordinaria de recursos), sim de appellar para o credito mediante operação a amortisar no mesmo prazo da utilização dos navios ou da esquadra.

Estabelecer o programma annuo da pratica do tiro de combate, real, em todas as condições de tempo, de mar, de luz, de velocidade, de alvos. Para tal, não pensar sómente nos tubos Morris, mas recorrer, de facto, ás peças existentes nas proprias torres. Abolir a erronea noção

corrente de que se não deve atirar com o 305 m/m porque se gastam assimapparelhos caros. Tal erro leva á derrota, em linha recta e com velocidade accelerada, pois equivale a aconselhar a aprendizagem dos canhões nas peores condições — na emoção do combate com as faculdades dos pelejadores diminuidas pelos coefficients proprios da lucta; com apparelhos que se não conhecem ainda e munições ainda não experimentadas e com meios de transmissão de ordens insufficientemente impressos nos reflexos, — e perante adversario que si tiver previsão já terá solvido e superado todas estas difficuldades, utilizando na paz e familiarisando-se com os mesmos instrumentos e machinas de que lançará mão na guerra.

Em vez de conservar polvoras chemicas tanto tempo que, por velhas e estragadas, cessada ou parcialmente vencida a acção dos estabilisadores, se devam lançar ao mar, não exigir duração superior á attenuação toleravel de suas qualidades balisticas, e attribuir todo o lote que exceder a este ultimo limite aos exercicios de tiro real.

Outra questão grave e urgente a resolver é a dos arsenaes e das bases. Propositalmente uso de expressão no plural. Quinze annos ha que o problema está sendo estudado. Tal a divergencia de opiniões, tal o dissidio entre partidarios do Rio, de Jacuacanga, de Sta. Catharina, que até hoje nada se fez, sinão ultimamente, na Presidencia Hermes, no inicio de dique e de carreira situados na Ilha das Cobras. E, no entanto, nada mais urgente do que attender a tal reclamo.

Esquadra sem arsenaes, sem bases de concertos, de remuniamento, sem depositos de combustivel, é irrisão, é jogar dinheiro ao mar sem obter a protecção que se deve esperar da Armada.

A origem do fracasso é duplice. Queremos dar ao caso uma solução unica, quando elle só pode ser atten-

dido dividindo o Brasil em zonas — Sul, Centro, Nordeste, Norte — com as seguintes localizações para arsenaes: Ilha de Santa Catharina, Rio, Recife, Belem. Supponamos possivel achar uma base unica, com todos os requisitos technicamente indispensaveis para a solução perfeita das necessidades, e isto é um absurdo, como bem demonstra o Almirante Bradley (*The Navy as a fighting machine*).

Por falta de um programma naval, lucido na parte profissional e praticamente exequivel na parte financeira, enveredámos por um caminho errado, ou antes, por uma orientação de desequilibrio. Esquadra de grandes unidades, sem orçamento estudado para seu custeio em movimento (o que resolvemos, immobilizando os navios nos portos), sem pessoal sufficiente para sua utilização economica, sem bases de apoio, sem meios de renunciar e de abastecer as unidades do necessario para o combate, para a movimentação e para a propria vida a bordo.

Tem de ser enfrentado o problema das munições, no que diz respeito ás polvoras, aos estojos e aos projectis.

Do ponto de vista de simplicidade de fabrico, de economia, de regularidade, melhor fôra que uma só classe de polvora se empregasse no Exercito e na Armada. Possuindo nós um estabelecimento em Piquete, capaz de elaborar explosivo de base unica, tudo se reduziria a estudar e realizar o typo conveniente a cada especie de canhão. Acontece, entretanto, que a marinha só utiliza polvoras chemicas de base dupla. Para conseguir a desejada unidade fôra necessario substituir toda a artilharia, solução em que nem póde demorar o espirito, ou crear, com base simples, um explosivo que substitua o de base dupla. Este ultimo alvitre, possivel é certo, acarreta, entretanto, inconvenientes graves, quer para a vida dos canhões, quer para as condições balisticas do tiro devido ás diferenças que

na camara de explosão traz a mudança na densidade do carregamento.

Resta como solução menos defeituosa, embora mais complicada, enveredar pela dualidade de classe das polvoras, uma para o Exercito e para as armas portateis da Marinha, outra para os canhões navaes. Facilita esta solução o facto de ter sido a Fabrica do Piquete originariamente projectada para polvora de base dupla. Com pouco esforço, pôde ser desenvolvida nova secção elaboradora de explosivo. Já existe trabalho iniciado neste sentido, de grande utilidade e de maior urgencia. E' só proseguir e terminar. Assim conseguiremos, com um pouco de tenacidade e de sequencia nas idéas e nos processos, libertar nosso aparelhamento militar da sujeição em que tem vivido quanto a polvoras, dependendo de Rothweil, de Vickers, de Dupont e de outras usinas estrangeiras.

A questão dos estojos é igualmente séria. O cobre e suas ligas valem preços exorbitantes, de sorte que ha todo interesse em aproveitar o pequeno *stock* existente no paiz de discos e latão, de elementos manufacturados, de moedas, de aparas, etc., etc., e em reaproveitar os estojos servidos. Desse ponto de vista, foi um erro não pequeno a venda effectuada de milhões de cartuchos ditos inser-viveis pela Fabrica do Realengo. Mais acertado haveria sido tirar a bala, verificar o estojo e recalibrar-o. Para fins analogos, nos estabelecimentos militares, de terra e de mar, existem installações mais ou menos perfeitas de recalibramento. Convem mantel-as, e talvez mesmo dar-lhes desenvolvimento.

Assim, todo armamento que utilizar estojo, do fuzil até ao canhão de 305 m/m, poderá ser servido com um *stock* de cobre manufacturado de conservação facil, desde que se recolham os estojos servidos e se os recalibrem. O limite estará na permanencia do equilibrio molecular da liga cuprica, e no seu gasto mecanico.

Tal solução, economica e vantajosa, implica a necessidade de se estabelecer uma pequena officina de refino do cobre, tanto para o Exercito como para a Armada, afim de depurar o metal dos oxydos que contem e que o tornam fragil e quebradiço. Ao estudar o Orçamento da Guerra, voltarei a este ponto, citando as difficuldades que encontrei ao installar na Casa da Moeda laminadores rudimentares para cintas de forçamento de projectis, e que só parcialmente logrei vencer. A officina refinadora dará a solução completa do caso.

Quanto aos projectis, reservo-me para tratar do problema no estudo do Orçamento da Guerra. Não convem multiplicar despesas para um fim unico, quando, como nós, se é obrigado a pesar cuidadosamente os gastos.

Principalmente cumpre ter sempre na memoria que a artilharia de bordo, com as armas portateis e as metralhadoras, devem ser completamente familiares á maruja e a seus chefes. Instrucção de tiro não se adquire em combate. Não ignora quem se occupa de taes assumptos a immensa vantagem adquirida sobre seu adversario pelo combatente que obtem a prioridade do tiro regulado. E tal só confere a pratica constante do mesmo elemento material com que o combate se ferirá.

O rumo é portanto a Esquadra fazer-se ao mar, navegando e atirando. Ou seguirá esta norma ou continuará a não existir, como força combatente activa, na mesma penumbra em que hoje vive.

Foi tentado, faz annos, recrutar pessoal por meio da inscripção maritima. Objecções de valia desigual; falta de persistencia; predominio damninho do estreito espirito de judiciarismo que mata no broto, em nossa terra, tanto emprehendimento util; campanhas de imprensa, sempre ignorante, futil, e presumida; taes foram os obices que surgiram contra a benemerita iniciativa. De então para cá, as idéas caminharam. Já se comprehendeu que alguma

cousa superior ao gozo material, á propria necessidade egoista de garantir tal gozo: o dever moral para com o paiz. E o sorteio, passo preliminar para o serviço obrigatorio generalizado, já foi adoptado. O principio é optimo. Seria, pois, util e opportuno rever o conjunto das medidas tomadas pelo Almirante Noronha, rejuvenesce-las e adaptal-as ao conceito vencedor do serviço obrigatorio. A inscripção fornecerá dest'arte o melhor contingente para os claros da Armada.

Urge tirar as consequencias da norma em boa hora adoptada, tanto mais quanto repercutem no Orçamento no sentido de reduzi-lo.

Nas fainas de bordo, algumas ha que só podem ser entregues a peritos. São as especialidades: os marinheiros torpedistas, signaleiros, mecanicos, electricistas, telegraphistas. Por gratificações especiaes, com vantagens correlatas aos engajamentos e reengajamentos até certo limite de idade, convem favorecer taes especialistas, tornando-lhes convidativa e agradável a permanencia no serviço pelo maior lapso compativel com as conveniencias desse mesmo serviço. Assim tambem para as praças graduadas e para os chamados sub-officiaes.

Quanto ás demais incumbencias, qualquer recruta, com adestramento não muito longo, poderá desempenhal-as, principalmente si para algumas dessas occupações se fizerem escolas *exclusivamente* praticas, para foguistas, por exemplo. Maior facilidade haverá ainda si taes marinheiros provirem de gerações afeitas á vida do mar, dos inscriptos maritimos notadamente.

Estabelece-se, por esse modo, a differenciação normal entre os serviços prestados; uns, especiaes, permanentes, exigindo continuidade para sua boa execução, têm a remuneração que se dá á mão d'obra especial, mais alta e garantida; outros, communs, desempenhaveis por qualquer pessoa com instrucção summaria, sem aprendizagem for-

cada, são entregues aos sorteados como cumprimento de sua prestação individual de serviços, identica á funcção do recruta no Exercito, e só dura um ou quando muito dois annos, devendo apenas receber os 100 réis diarios que propuz para a tropa.

Dada a proporção a bordo entre as especialidades e as fainas communs, vê-se a economia que resultaria d'ahi.

Leva-me isto a estudar a curiosa interpretação dada á lei de vencimentos da Marinha.

Ninguém ignora que, salvo nos Estados-Unidos (isso mesmo, na duvida), nenhuma marinha e nenhum Exercito têm as vantagens pecuniarias que o Brasil prodigalisa sem conta. A observação é exacta, mesmo levando em conta o cambio.

Pois bem, quando sáe uma força qualquer em viagem pelo Oceano, desde o ultimo porto de escala no Brasil são transformados taes vencimentos em ouro. Ainda estão officiaes e marinheiros em territorio brasileiro — o navio de guerra que tripulam, — suas despesas em nada se alteram, pois rancho e morada lhes são dados pela Nação, e já mais de duplicadas são suas remunerações.

Que em territorio estrangeiro e emquanto nelle permanecem tal se faça, n'um porto onde ha difficuldades especiaes para forasteiros, afim de evitar que homens envergando a farda do Brasil soffram certos vexames poupados aos filhos do logar, ainda se pôde justificar, apesar de serem mais altas as soldadas nossas do que as dos postos equivalentes em outras marinhas, feitas todas as reduções cambiaes.

Mas que tal se faça, desde que deixam os portos nacionaes, é um absurdo sem nome, pois nenhuma das razões apontadas existe. O resultado é adoptar-se uma das soluções seguintes, ambas prejudicialissimas. Ou por economia, se evitam taes viagens, e com isto soffre a ins-

trucção nautica além de se não conseguirem as vantagens moraes e politicas do apparecimento frequente de nossa bandeira nos paizes de Alem-mar. Ou se fazem as viagens, e então as despesas são de tal ordem, que o Orçamento difficilmente as supporta.

Sóbe de ponto a gravidade da situação em tempo de guerra, pois além da applicação de tal forma de interpretar ás missões ordenadas á Esquadra, consignam-se mais um terço dos vencimentos a titulo de gratificação de campanha, rações, ajudas de custas e diarias, cousas absolutamente incompreensiveis para quem tem residencia forçada a bordo e é sustentado pela Nação.

Augmenta a extranheza o facto de que taes vantagens são concedidas, segundo affirma a Commissão de Finanças da Camara dos Deputados, a uma divisão que ainda se acha em aguas brasileiras, e ao *São Paulo*, que se encontra em um porto da America do Norte!... Gratificações de campanha e mais favores... sem campanha nem riscos.

Chega-se por esta forma a resultados comicos. Joffre, o salvador da França, do Mundo e da Civilisação na batalha do Marne; Joffre, para quem se restabeleceu como homenagem unica o marechalato de França, percebe vantagens pecuniarias inferiores ás de qualquer capitão-tenente da divisão de ouro, e infinitamente menos do que qualquer auditorinho que siga na comitiva.

Bem se vê que, para a autoridade superior, a norma não é sómente cumprir o dever militar, é tambem angariar sympathias.

Tal conjunto de circumstancias torna obrigatoria a revisão da lei, e tanto mais urgente quanto, dentro em breve, *volentes, nolentes*, teremos de estar presentes ás luctas na Europa. E não ha como fazel-o com semelhante programma de despesas, além da irrealisavel fantasia de se custearem os gastos com o orçamento normal.

Essa, entretanto, a pretensão da Proposta do Governo, mantida pela Commissão de Finanças da Camara. Não ha, em tal assumpto, como discernir a quem caiba o primeiro premio de insinceridade, tal a porfia em mascarar a verdade tanto no pedido inicial do Ministerio da Marinha como na formula final concatenada na Proposta. Sinão, vejamos.

Comecemos pela ultima. Os córtes feitos a esmo no Thesouro versam sobre: despesas no exterior, onde a redução foi de 1.800 contos ouro; munições de guerra, onde se diminuiu o pedido de 500 contos papel; munições navaes, 1.600 contos papel a menos; material de construcção naval, 2.000 contos papel a menos; combustivel, 2.000 contos papel a menos; obras, menos 2.000 contos papel; fretes, diminuição de 50 contos papel; despesas extraordinarias, cóрте de 100 contos papel.

Trata-se de uma marinha em movimento de guerra, e o *critério* (?) das economias cinematographicas foi exactamente reduzir as seguintes verbas: despesas no exterior, por onde são pagos os excedentes do orçamento aos officiaes e ás tripulações dos navios em commissão; as munições de guerra, as munições navaes e as de construcção naval, para navios que vão combater, que terão de refazer constantemente seu *stock* de elementos bellicos, concertar as avarias de navegação de combate, e substituir o que se estragar na permanencia no Oceano; o combustivel, que tem de obedecer ás condições normaes de consumo para desempenho das missões dadas, com velocidades impostas por estas, muita vez as maiores previstas na construcção dos vasos.

Fôra ridiculo, si não revelasse grave falha moral na comprehensão do dever da Marinha neste momento. Para o Thesouro foi um meio escuso de fantasiar reduções, irrealisaveis na pratica. Na Marinha, valeu por acceitar uma inverdade, pois não faço ao pessoal director a inju-

ria de acreditar que ignorasse ser inexequível o dever commettido á Esquadra, com taes verbas reduzidas, em quadra de maior movimentação de navios e de consumo illimitado de munições.

Para figurarem uma despesa inferior á real, Thesouro e Marinha conluiaram-se, mentindo á Nação, sem, contudo, embarçar realmente ás operações de guerra, pois a Tabella B do Orçamento da Fazenda consigna a faculdade de suplementar algumas de taes verbas, e, quanto ás demais, as amplas autorisações dadas ao Executivo pelo Congresso permittiriam agir sem limitação. Era e é a pratica do desrespeito á Patria, que não merece a taes timoratos a confiança absoluta que domina aos crentes no Brasil, em sua virilidade, em seu direito de saber a verdade e sua capacidade de enfrental-a. Visão de eunuchos e não de homens. Política do temor e da tergiversação. Mentira, timidez e descrença adoptadas como normas no trato com o Brasil. Abolição da fiscalisação legislativa. Obra de voluntaria myopia, que néga a gravidade do caso por lhe não saber dar remedio. Indesculpavel tibieza do Governo. Administração e senso politico infinitamente distanciados da grandeza de nossa Terra, nesta não confiando e, como a avestruz, escondendo a cabeça sob a aza, na convicção de se tornarem invisiveis.

Pois a verdade deve ser dita, não sendo admissivel que os brasileiros ignorem as responsabilidades assumidas com sua participação na guerra, e afim de que seus esforços correspondam á altura e á gravidade do dever livremente acceito.

Nem siquer as verbas originariamente pedidas pelo Ministerio da Marinha bastarão para manter ao nivel conveniente o nosso concurso naval. Mais do que isto: é impossivel prever as despesas a effectuar. Dependem da movimentação dos navios, das velocidades impostas para os cruzeiros e para as operações, rapidas, das avarias de

navegação e das de combate, das perdas maiores ou menores em homens e em material, do consumo de munições, em exercicios e em batalhas, do gasto de sobressalentes.

Bem mostra tal resumo, telegraphico em sua restricção, que por verbas orçamentarias normaes se não podem custear as despesas de guerra a que fomos arrastados, lucta na qual teremos de entrar e de nos empenhar de dia para dia mais a fundo.

Cumpra, portanto, adoptar alvitre outro. A critica feita linhas acima seria improficua e negativa, si se limitasse a apontar defeitos sem dar soluções adequadas para remedial-os. Com justiça, se poderia acoimal-a de subalternamente demolidora, sem elevação nos visos de corrigir as falhas porventura existentes.

O correctivo está em tratar extra-orçamentariamente o phenomeno, que escapa de facto á inclusão normal nos acontecimentos previstos nas leis de meios.

Levante-se a conta dos gastos totaes feitos com o apparelhamento naval do Brasil. Não é difficil a tarefa. No Thesouro, e, possivelmente, na Contabilidade da Marinha se encontrarão os dados essenciaes para tal balanço. Desde o rompimento das relações com a Alemanha, mandei que no Gabinete do Ministro da Fazenda se abrisse um livro auxiliar de escripturação das requisições de despesas oriundas de nossa situação internacional. E' natural tenha sido mantido o trabalho, que será completado recorrendo á Commissão de Partidas dobradas, na qual estão lançadas as despesas feitas, do ponto de vista do Thesouro, já se vê, segundo o qual a despesa feita corresponde á entrega do supprimento requisitado.

Nessa conta será lançado, em sua integralidade, o custeio total das forças em operações nos mares da Europa, ou nos demais, quando estejam agindo em consequencia da propria lucta. Nella figurarão ainda os reparos de

avarias, o valor das unidades destruidas, o capital cujo juro corresponder ás pensões pagas ás familias dos mortos ou dos desaparecidos em combate, todo o conjunto de responsabilidades financeiras, emfim, decorrentes de nossa participação activa na peleja.

Mesmo si nenhum vaso brasileiro fôr posto a pique, o total, admittido ainda que a guerra dure dois annos, excederá de 5 milhões esterlinos. Si houver perda de unidades navaes, o valor destas terá de ser accrescido ao total.

Dada a elevação desses algarismos, parece logico aproveitar o ensejo para organizar o aparelhamento naval de nossa Terra, e crear os indispensaveis arsenaes do Rio, de Belem, de Recife e da Ilha de Santa Catharina. Serão mais 10 milhões esterlinos. Talvez se pudesse construil-os sem onus, ou pelo menos com reduçção destes, mediante accordo com determinadas firmas europeas, ás quaes se arrendariam o custeio e a utilização dos estabelecimentos. E tal programma nada tem de irrealisavel.

Tomemos, porem, a hypothese mais desfavoravel: o total dos dispendios a pesar sobre o Thesouro.

Seriam, pois, 15 milhões esterlinos gastos até ao fim da guerra, ou 20, digamos, para arredondar as cifras, si algum desastre occorrer aos nossos navios.

Suggiro fazermos face á despesa, negociando o Brasil com as Potencias Alliadas — Inglaterra, França, Estados-Unidos, principalmente, — no sentido de serem feitos por uma dellas os adeantamentos necessarios, cujo valor total será computado na indemnisação que as Potencias Centraes terão de pagar aos nossos Alliados. Desta forma, "a guerra sustentará a guerra", na phrase de Napoleão, e nossos adversarios pagariam o aparelhamento militar naval do Brasil.

Tal politica tem tudo em seu favor. Economicamente, protege nosso cambio, creando recursos no exterior e

evitando remessas do Brasil, observação tanto mais topica e urgente quanto devemos prever uma diminuição no fornecimento de letras, em 1919, consequencia do prejuizo causado á lavoura de café pela ultima geada. Melhora nosso Orçamento, pois transfere para essa operação de credito a mór parte das despesas da marinha (e da guerra, como veremos), custeadas com os recursos normaes da receita. Funda em base estavel nosso Poder Maritimo.

Resta examinar si é exequivel.

Nenhuma duvida póde subsistir sobre a pratica applicada correntemente pela Inglaterra, pela França e pelos Estados-Unidos em subsidiar a collaboração militar de paizes talados pela invasão teutonica, ou insufficientemente providos de reservas economicas e de materiaes bellicos para poderem pelejar util e duradouramente. Innumeradas vezes têm sido publicadas as listas dos emprestimos feitos á Italia, á Servia, á Belgica, á Rumania, e, ultimamente, pelos Estados-Unidos á Inglaterra e á França. O que se desconhece são as condições em que taes operações são effectuadas. Nenhuma objecção de principio póde, portanto, ser formulada contra a extensão ao Brasil do mesmo systema.

Virá facilitada, do ponto de vista economico, o facto de se não destinarem os fundos assim obtidos a sahir dos paizes prestamistas, cousa que affectaria os cambios. Nós precisaremos do dinheiro na Inglaterra e na França, quer para o pagamento das forças expedicionarias, quer para as acquisições de material a ser utilizado lá mesmo ou então no Brasil. Regularisa a serviço de remessas de fundos das empresas estrangeiras com séde na America do Sul, pois vale o emprestimo por uma operação cambial esta-bilisadora.

Politicamente, as Potencias Alliadas têm toda a vantagem em facilitar sua cooperação financeira ao Brasil.

E' esta uma nação de 25 milhões de habitantes, reserva importantissima, portanto, quanto a fornecimento de soldados, de navios, de recursos materiaes. Ora a guerra, que ainda durará longo tempo, talvez dois annos mais, é uma terrivel consumidora de homens. Nossas tropas, nossos navios e sua maruja, tudo convenientemente treinado, serão bemvidos no theatro da lucta da Europa, no mar como na terra.

Estrategica e tacticamente, nosso concurso tem mais valor do que pôde parecer, a quem julgar pela rama nossa presente situação de quasi desarmamento. Potencialmente, porem, somos uma grande nação militar, e, para adquirirmos efficiencia real nas frentes de combate, basta despertar e educar as energias latentes da raça. Por isso, seremos recebidos de braços abertos, e todas as facilidades nos serão concedidas.

Dois pontos, para nós, devem ser objecto de sério estudo: o paiz que nos deverá dar recursos, a forma pela qual estes nos serão prestados.

Preferencialmente, deveriamos solicitar o auxilio inglez. Operações anteriores crearam para o Brasil grandes disponibilidades em Paris (arrendamento dos navios, compras de café); é possível que, pelo seu desenvolvimento normal, bastem para custear nossas despesas no Continente. Logo, qualquer novo credito que ahí nos seja aberto, poderia vir a ser uma demasia, que se tornaria incommoda pela difficuldade extrema (naturalissima, aliás) que, na defesa de seu cambio sobre Londres, o Governo francez oppõe á movimentação de creditos e de numerario entre as duas praças.

Em Londres, por outro lado, poderiamos concentrar os pagamentos á Esquadra e os devidos pela aquisição de material para as installações no Brasil.

Na America do Norte, pouco teriamos de dispendir,

para se evitarem os transportes de uma para outra banda do Atlantico.

Poderão objectar que os proprios paizes europeus estão tendo o auxilio financeiro dos Estados-Unidos. E' verdade, mas o facto se dá para grandes sommas, junto ás quaes nossas necessidades parecem uma ninharia.

De outro ponto de vista, nos contractos a fazer uma clausula deveria ser obtida: a transferencia de debito nosso, opportunamente fixado, para a responsabilidade integral e directa das Potencias Centraes, na indemnisação de guerra que terão de pagar.

E' natural surjam ahi difficuldades. Quem nos emprestar os capitães de que precisamos, preferirá sem duvida ter-nos como devedores directos, de solvabilidade muito maior, a transferir seu credito sobre nós aos Imperios Centraes, cuja enorme divida será objecto de sérias apprehensões, no tocante á regularidade dos serviços financeiros das immensas responsabilidades a cuja satisfação serão obrigados pelo futuro Congresso da Paz. Mas, exactamente por ser nossa parcella no debito global relativamente pequena, não alterará em grande escala a situação reciproca de devedor a credor, entre quem nos fizer os adeantamentos a que já alludi, e as exigencias proprias que este paiz tiver de formular perante o Prussianismo vencido.

Nesse ponto deveremos insistir, nas negociações preliminares, para nossa intervenção na lucta. E o facto de não termos interesses immediatos nella, de não reivindicarmos territorios, nem pleitearmos vantagens especiaes, sinão de collaborarmos no grande ideal da formação de uma Humanidade melhor, em um Mundo mais fraternal, dará grande força a nossa voz.

Conseguidos taes objectivos, a intervenção governativa nos negocios da Marinha teria de ser organica, e não, como até hoje, fragmentaria e desordenada. O melhor pro-

cesso de methodisa-la ainda parece ser o contractar-se, na Inglaterra ou nos Estados-Unidos (cujos notaveis progressos no mar tanta attenção nos devem merecer) uma Grande Missão Naval.

Com este modo de agir, o orçamento da Marinha se apresentaria desafogado, dando larga margem de *superavit* nas despesas previstas, o que permittiria attender ás necessidades internas do paiz, a que já alludi no estudo do Orçamento do Interior, e tambem auxiliaria a diminuir a premeincia de criação de novas fontes de receitas tributarias a que, máo grado todos os esforços, será forçoso recorrer.

E a Marinha de Guerra brasileira será uma realidade.

## MINISTERIO DA GUERRA

Ha trinta annos está acephalo o Ministerio da Guerra, com a excepção dos curtos periodos em que Floriano presidiu a Republica e dirigiu pessoalmente os negocios da guerra, a administração Mallet e os primeiros 18 mezes do ministerio Hermes, logo interrompidos pela mal-fadada lucta das candidaturas á Presidencia do Brasil.

Na situação actual, dirige esse departamento um homem bom, intelligente, sabedor, mas sceptico, desilludido, chegado ao fim da carreira, a nada mais podendo aspirar, querendo agradecer a todos e sobretudo ansioso por não se incommodar, sem energia, sem estimulo por trabalhar e por tornar uma realidade essa obra inegualavel: crear o Exercito nacional.

Em uma phase que exige, por dia, 24 horas de trabalho orientado, uma actividade incansavel, uma energia de ferro, um raro poder creador e uma capacidade de organização excepcional, o horizonte alcançado mal abrange a rotina burocratica, gábando-se o Ministro de nada mais ter que fazer depois das 2 1/2 da tarde, pois o expediente, a essa hora, já está todo assignado.

O periodo historico requer um Lazare Carnot, o organisador da victoria, e a fatalidade dá-nos apenas um homem de bem, com ideal de *rond-de-cuir*. As aspirações da tropa, os anseios da officialidade mais culta, os reclamos vitaes do Brasil bradam por uma alma. E a tragica

ironia dos factos concede-nos somente um amator de corridas e um assiduo frequentador dos cinemas da Avenida Central.

Um facto de largo alcance permittiu o progresso da força: o sorteio. A iniciativa de sua realisação não partiu do Ministerio da Guerra. Os defeitos que o enfeiam têm entretanto a responsabilidade deste, pois nem só era visto com pouca sympathia pelo Marechal Faria, como nenhuma providencia se tomou para o radicar melhor nos habitos da Nação, antes aggravando-o pelo crear ou pelo manter disposições inuteis ou susceptiveis de melhoramentos e que ferem actualmente interesses respeitaveis de nossos compatriotas, e que impedem o progresso logico e ininterrupto para o alvo a attingir: o Exercito Nacional, pela Nação armada.

A indifferença pelo dever militar de aprestar o Exercito, criminosa em qualquer tempo, assume proporções de verdadeira trahição quando o paiz está em guerra. E este é o nosso caso, e esta é a nossa situação que ao illustre Presidente da Republica por mais de uma vez salientei repetindo-lhe, apontando meus motivos, que só se não tratava de trahição porque era um estado de inconsciencia.

De sorte que o manancial abastecedor do Exercito, o sorteio, soffreu e continúa a soffrer de descaso official, de nenhum desejo, praticamente revelado, de collaborar na formação dos effectivos, de tornar alegremente acceita pelo paiz a prestação pessoal do serviço militar, de assegurar a instrucção da tropa, de manter os corpos com o numero de homens estrictamente indispensaveis para a proficuidade da instrucção (o minimo é de 52.000 homens, e o mesmo Governo *que os pediu* tolera existirem apenas 36.000, apesar das amplas autorisações legislativas).

Alem disso, cousa mais grave e verdadeiro crime profissional, cujas consequencias o Brasil já vae sentindo,

involuntariamente ataca e solapa a existencia do proprio Exercito por essa inqualificavel politica das linhas de tiro, que não fazem soldados, são pretexto de evasão ao serviço militar, e ainda desfalcam numerica e profissionalmente a tropa, desviando, como instructores, officiaes e inferiores, e antecipando as baixas logo após as manobras de fim de anno.

Houve, ha oito annos, uma crise de sargentos por excesso delles. Hoje, ha crise bem mais grave, pois o *deficit* é de cerca de 400 desses inferiores, comprometendo irremediavelmente a instrucção e a propria administração das unidades. Corpos ha que, desde as manobras até á incorporação da nova classe, não poderão mover-se, graças á combinação desses dois malfadados processos. Commandante de regimento houve que chegou a declarar que, durante esses mezes, só lhe restava fechar o quartel.

Convem demorar o espirito nesse problema das linhas de tiro, tão sério e tão grave elle se apresenta.

No entender dos technicos, a linha de tiro, *talvez* forme atiradores; não dá soldados. Estes, só a caserna pôde preparar. Além do que, admittir tal fonte de fornecimento de *reservistas* (?) complica por forma tal o problema da mobilisação (tanto na incorporação dos mesmos, como quanto á fusão dos elementos combatentes em uma alma unica, sob a inspiração commum dos guias moraes dessas unidades, que são os seus quadros), que torna muito problematico o exito da operação, de accordo com o velho preceito sobre a indispensavel simplicidade imperiosamente exigida para o successo de todas as grandes concepções que jogam com massas avultadas.

Só se comprehendem *reservistas*, tendo passado pela fileira. A estes, sim, as linhas de tiro serviriam grandemente, para lhes manter a habilidade adquirida no Exercito.

Quantas perturbações na disciplina, no commando,

nos modos de incorporar reservistas-atiradores, se evitariam si se abandonassem taes erroneos conceitos! A instrucção é falha, dada conforme o gráo de fadiga dos socios; ou a frequencia, ou melhor a falta de frequencia delles nos dias de exercicio. Não tem o instructor a necessaria autoridade sobre taes voluntarios. A nenhuma severidade nos exames confere titulo de habilitação a moços que ignoram até a nomenclatura, e mais ainda o manejo da arma.

Nem percamos tempo em falar nos tocantes e ingenuamente ridiculos batalhões escolares, quando tão acertado e proficuo fôra seguir o exemplo de S. Paulo e desenvolver o escoteirismo.

Póde a defesa nacional ser entregue a mãos tão inexperientes? Mais alto, ainda: póde ella depender da simples boa vontade em frequentar associações, em que o dever de auxiliar a guarda, por todos os meios, do sólo patrio, nem siquer tem sancções praticas?

Ter a honra de ser Brasileiro comporta deveres que, talvez em dia proximo, se inscreverão em terra nossa ou allures em caracteres de sangue. E' acto grave, que deve ser meditado e compulsoriamente estabelecido, o modo pelo qual cada um de nós tem de concorrer para o estabelecimento e a manutenção do poder militar no Brasil. Não se concebe que dê margem á improvisação no momento da lucta, nem a desapontamentos quanto aos effectivos precisos. E como garantir ambas as cousas com a população fluctuante dos tiros, e a assistencia, méramente voluntaria e não obrigatoria, de seus socios á instrucção, admittido mesmo que seja sempre perfeita esta ultima? Quaes as sancções, de valor real, para as falhas? Causa mais séria, quaes têm sido applicadas, para as faltas concretas já averiguadas?

Não! A defesa da Patria é tarefa sagrada. Para attender a seus reclamos, são sacrilegos quaesquer esforços

em que decisivamente influam correntes de moda, cabotinismo e libertinagem de espirito. A defesa da Patria incumbem á Força Armada, e esta deve ser toda a Nação. Por isso, quantos meditam sobre taes assumptos, batem-se pelo serviço militar obrigatorio e generalisado.

Um exemplo? Na Revolta de 1893, o commandante de um batalhão de guarda nacional no interior offereceu-se a Floriano para vir servir no litoral, e pediu um trem especial para seu transporte. O Marechal attendeu promptamente, por ironia, talvez. Na hora do embarque, só o commandante se achava na estação, e seus commandados, a bom recato, cuidavam da mulher e dos filhos. Poderia eu citar casos mais recentes.

Em todos os factos sociaes uma norma deveria predominar, a da economia da energia. No pensar da grande maioria dos militares, as linhas de tiro são um desperdicio della. Nessa instituição se malbarata a bella e nobre collaboração de quantos querem servir o Brasil; desse valioso material humano, que tão confiante e completamente se entrega á direcção dos competentes, se não tira a cooperação que era licito esperar.

Acto de generoso Patriotismo e alto amor altruista por parte dos moços, vem desperdiçado e morto no broto pelo erro da concepção militar. E isto, neste momento, em que estamos em guerra, e possivelmente seremos chamados a acompanhar, nos campos de batalha da Europa, a vanguarda do Brasil representada pela divisão naval que já seguiu para os mares em que se combate.

Isto não está certo. Um dever supremo, um dever unico existe neste momento. Todos para a fileira, como escola de disciplina, como base do poder militar do paiz, como factor de fraternidade entre os Brasileiros e meio de fortalecer e sublimar, physica e moralmente, uma raça que se amollenta após quasi cincoenta annos de paz, du-

rante os quaes se olvidaram os moveis moraes altissimos que justificam e animam e dão valor á Vida, para se cogitar, quasi que só, nos gozos materiaes e no enriquecimento.

Indispensavel é, comtudo, e como corollario dessa universalisação do serviço militar, limitar ao minimo dos minimos os inconvenientes inseparaveis de tal sujeição. E' o que ainda não conseguiram os dispositivos vigentes sobre o sorteio.

Quem conhece o sertão, as difficuldades de transportes, a lentidão com que chegam as noticias, o facto generalisado dos casamentos precoces, a ignorancia infelizmente reinante nas massas populares, de intelligencia viva e aberta, entretanto, bem avalia o desconforto trazido pela lei de 1908, com as applicações feitas de dois annos para cá. Nenhuma revolta houve quanto á lei em si; todos se submeteram a ella sem amargura nem queixa. As regiões que se suppunham mais avessas ao serviço militar, Minas por exemplo, acudiram ao chamado com uma dignidade simples e tranquillã que fala bem alto pela noção ali dominante sobre o cumprimento do dever e a obediencia á lei.

Uma queixa geral, entretanto, ouve-se por toda parte: o supplicio que representa a obrigação de servir em cidade extranha á região onde o sorteado nasceu e que conhece, o isolamento em que fica nesse meio desconhecido. Posso dar meu testemunho pessoal: dos districtos de Minas, que mais de perto me tocam, os insubmissos representam porcentagem minima e não valem por uma desobediencia á lei, traduzindo apenas o facto de não ter chegado a noticia do sorteio nos desvãos onde habitam os sorteados; os unicos pedidos que tenha recebido foram, não de isenção de serviço, e tão sómente de prestal-o na guarnição mais proxima á localidade donde é filho o novo soldado.

E' certo que, com os habitos nossos, alguns incommodos surgem para os casaes que contrahiram nupcias precoces. Mas essa é uma situação provisoria, na qual o mal não está no sorteio e sim no casamento prematuro. A lei, até, exercerá acção benefica para a raça, a quem grandemente prejudica o facto dos nubentes não terem attingido sua plena evolução organica. Com a passagem pelo Exercito nem só os rapazes sahirão mais fortes, como readquirirão aos poucos o costume de só realizar o casamento após a baixa, o que retardará a cerimonia e, como consequencia, robustecerá a prole de casaes mais fortes, por mais completamente perfeito seu desenvolvimento physiologico.

Resta, portanto, a questão do afastamento das guarnições quanto á procedencia dos sorteados. E ahi não ha desculpa para a actual exigencia, de, por exemplo, fazer servir no Rio um sorteado amazonense ou um goyano.

Como já disse, repetindo a observação de todos os estudiosos do assumpto, só se bate bem, no caso geral, quem o faz *pro aris et focis*. E este conceito, basilar no systema do serviço regional, solve todos os inconvenientes de que se queixam actualmente os sertanejos. E' pois o systema a instituir. Infelizmente nunca se cogitou d'elle, na alta administração da Guerra, sendo esta uma das numerosas sobrevivencias de um estado de espirito formado na phase de decadencia da mentalidade militar, no Brasil, contra a qual rarissimas foram no generalato as cerebrações superiores que conseguiram reagir.

Hoje, collocam-se guarnições onde ha quartéis e á mercê das solicitações de Camaras Municipaes interessadas.

A solução é outra: dividir o paiz em regiões militares de recrutamento; em cada uma, que será a região divisionaria, fraccionar em districtos de brigadas; estes, em circumscripções de regimentos, em subdivisões de batalhão, e, talvez, mesmo, descer até ao cantão de compa-

nhia. A séde do cantão servirá a uma zona pequena e então o conscripto, em vez de desterrado a centenas de leguas do paiz de seu nascimento, se achará a poucas horas de casa, sob a protecção familiar, por assim dizer, na irradiação mais longinqua do proprio lar. Servirá melhor, mais alegre, com a sensação de defender aos seus, á sua terra, no aconchego da familia militar composta de conhecidos, de vizinhos, de patricios da mesma região, um alargamento de ambito da propria familia. Elemento insubstituivel de força, de cohesão, de solidariedade no seio da propria tropa.

Nas manobras, de batalhão, de regimento ou de brigada, as companhias, os batalhões ou os regimentos se uniriam e adquiririam a noção de conjunto, de fraternidade de armas, de sentimento nacional de defesa. E assim ficaria solvido o problema que, por ora, nem posto está e menos ainda estudado pelo nosso Estado-Maior, com o Ministerio á frente.

Desse conceito devidamente applicado, resultam consequencias orçamentarias de alta valia.

As despesas, sensiveis actualmente, de transporte dos conscriptos até a séde dos corpos, desapparecem quasi por completo. Por outro lado, multiplicando as paradas das unidades, em cada uma deverá existir o quartel correspondente, com campos de exercicios e de manobras. Esta ultima despesa, entretanto, não póde ser de character orçamentario annuo, pois vale por despesa de installação, de primeiro estabelecimento, cousa definitiva paga uma vez por todas. Convirá fazer-lhe face por uma operação de credito, como já expuz e como melhor explanarei dentro em breve.

Obtido assim o soldado, dentro no minimo de condições de desconforto para sua vida familiar, mais facil se torna a applicação do conceito de prestação pessoal de

serviços, e estes sorteados, presos aos corpos por 12 mezes, serão submettidos, sem excepção, ao regimen do arrançamento e da centralisação dos fornecimentos por cantinas regimentaes (ou de batalhão ou de companhia, conforme o caso) para evitar a exploração gananciosa que sempre é feita por pequenos commerciantes sem escrúpulos, habituados a negociar com os pret. E, como consequencia, poderá cada praça receber a gratificação diaria de 100 réis, que, ainda assim, é entre o triplo e o quadruplo do que a França paga a seu *lignard* em tempo de paz.

Claro que só me refiro ás simples praças de pret, e não ás praças graduadas. Para estas, cumpre facilitar e mesmo provocar o engajamento e o reengajamento, pois de sua longa permanencia na tropa dependem a solidez do enquadramento das unidades e a perfeição na execução das ordens.

Egualmente, é indispensavel assegurar o bom desempenho de uma serie de serviços que as praças não pódem fazer: a conservação e os concertos no fardamento, no calçado, no armamento, no correame, nos arreios, na ferragem dos animaes, etc. etc. Para isto, constituir, como caracter permanente, e remuneração adequada, a secção especial que em cada companhia do Exercito francez se chama a *section hors rang* (S. H. R.), destinada a attender a taes mistéres. Quem conhece nossa tropa e ouviu as justissimas queixas de nossos commandantes de corpos saberá avaliar a necessidade e a urgencia da creação de tal elemento administrativo.

Com semelhantes providencias, teremos obtido um manancial de soldados, baratos, bem dispostos, prestando alegremente seus serviços, com maior efficiencia militar. Estarão bem distribuidos, bem enquadrados de inferiores, e com todos os serviços internos da unidade garantidos de modo permanente.

Não posso deixar de dizer duas palavras também sobre a antecipação das baixas e a duração do serviço.

Nos paizes onde o serviço militar entrou nos hábitos correntes, a permanencia na tropa varia de 2 a 3 annos. Está verificado, porem, que numa instrucção intelligentemente dirigida, em que se tenha em vista exclusivamente o preparo para a guerra, para o combate, a ordem dispersa e não a ordem unida, as exigencias da lucta como o presente a ostenta e não a figuração em parada, em quatro mezes se pôdem obter unidades aptas a iniciar certos serviços de campanha. Com mais dois mezes de treinamento progressivo, pôdem entrar em peleja real.

A proposição é verdadeira para a infantaria. Nas armas montadas (cavallaria e artilharia), o tirocinio preliminar deve ser mais longo, mas si se fizer uma selecção aproveitando as aptidões naturaes do sertanejo e do gaúcho, o cavallariano pôde ficar prompto em prazo até menor, pois taes patricios já nascem a cavallo.

Para o recruta chucro, o periodo de indisponibilidade é pois de quatro mezes. Comprehende-se, pois, que se deseje aproveitar-lhe a instrucção durante prazo maior, e d'ahi os dois annos de serviço (quando não, tres) e as convocações periodicas dos reservistas.

Mas em nossa terra um elemento a mais vem complicar o problema: o tempo perdido até hoje, em face da Argentina mais cauta e previdente de que nós, dispondo de reservas que se elevam talvez a meio milhão de homens. Temos, portanto, que seguir o exemplo da Prussia, após o desastre de Iena, em 1806, e intensificar a instrucção dos recrutas cujo tempo de serviço será menor, com o intuito de augmentar o mais rapidamente possivel o numero de classes promptas, e nellas manter a instrucção por convocações periodicas dos reservistas.

Na previsão das surpresas, sempre possiveis em politica internacional, ha normalmente em todos os exercitos

bem organizados um núcleo perfeitamente instruído e treinado. Mesmo nessas tropas, a baixa de uma classe e a incorporação de outra representam uma phase critica, na qual o nível profissional e a execução das ordens sofrem um declínio, pela injeção na força armada do contingente de recrutas, ainda bisonhos. Com o systema seguido por nós, o maximo do absurdo e da imprevidencia é attingido. Adoptou-se o serviço de um anno (o que é razoavel e conveniente); mas a consequencia é que, terminado o tempo, são toda a classe, esvaziam-se os quartéis e, durante quatro mezes, a partir de março, não se tem exercito, sim apenas aggregado de conscriptos sem eficiencia militar. Agora accrescente-se a isto a anticipação das baixas para após as manobras, isto é, fins de outubro ou de novembro, e se conclue que o Brasil só tem um núcleo de defesa de julho até novembro, no maximo, ficando entregue ao destino e á protecção da Divina Providencia, no resto do anno!...

Responder-se-á que, havendo tensão politica, serão convocados os reservistas, e mantidos sem limitação de prazo nos corpos as proprias praças com seu tempo concluído. Isto, porem, é ignorar a subitaneidade dos acontecimentos (e para proval-o, basta relembrar o inicio da guerra actual), as difficuldades inherentes a essa operação delicadissima que é a mobilisação nos proprios paizes onde toda ella está prevista e regulada nos seus minimos detalhes, e maiores aqui no Brasil onde nada se tem feito neste sentido, e onde, por não terem existido até hoje, se ignora como lidar com as reservas. Nem vae nisso uma censura: si com a mesma força activa a balburdia á tanta, como extranhar que se não saiba crear nem utilizar as forças de complemento?

Bem o sentiu o Ministerio da Guerra. Na lei de forças para 1919, propoz a elevação facultativa do tempo de serviço por 2 annos. Foi um erro, de diversos pontos

de vista. Impopularisa o serviço militar. Torna mais va-  
garosa a formação das reservas. Diminue o rendimento  
da instrução: havendo conseguido uma praça prompta, o  
interesse militar não consiste em mantel-a no quartel, sim  
em preparar outro recruta para se tornar tambem praça  
instruida, conservando no mesmo nivel, pelas convocações  
do reservista, a instrução ministrada á primeira.

Agora, para evitar, com o serviço de um anno, o pe-  
riodo critico de desarmamento geral do Exercito, a que  
alludi, cumpre combinal-o com o correctivo de duas datas  
de incorporação: em março e em setembro, digamos. As-  
sim, na peor hypothese, sempre haverá meia classe ins-  
truida. Foi o fundamento de meu voto, na Camara, contra  
a proposta do Ministerio da Guerra quanto á lei de forças  
para o exercicio vindouro.

Examine-se agora o modo pelo qual os homens cha-  
mados á fileira são aproveitados nas diversas unidades ta-  
cticas creadas por lei. Compare-se, em summa, com a actual,  
a ordem de batalha que resultava da organização Her-  
mes. Ha quem affirme que não parece ter havido pro-  
gresso, e que, mantido o que a lei de 1915 fez para a arti-  
lharia, talvez fosse vantajoso regredir á ordem de 1908.  
Exaggera quem se abalança a condemnar com tanta faci-  
lidade. E' indubitavel que a remodelação poderia ter sido  
mais feliz, mas não merece os epithetos pejorativos que  
lhe querem applicar.

A remodelação Faria trouxe mais clareza e mais me-  
thodo na organização divisionaria. Foi menos feliz, entre-  
tanto, quanto á artilharia, pois si dotou melhor a divisão  
em boccas de fogo, diminuiu a elasticidade interna do re-  
gimento de artilharia, com a qual podia fazer face ás di-  
versas missões tacticas que tivesse a enfrentar. Foi defi-  
cientissima quanto á dotação de metralhadoras para a in-  
fantaria.

Todos esses inconvenientes provieram de não ter sido

aproveitada a experiencia decorrente da guerra actual, nem encarado o problema com mentalidade militar. Ambas seriam decisivas, entretanto, no apontar o predomínio crescente do material, quer no que toca aos canhões, quer no que se refere a metralhadoras.

A solução logica e mais conducente a realizar os fins do exercito, consistiria, parece, em adoptar a organização divisionaria Faria, restabelecendo para a artilharia a composição ternaria da lei de 1908, e dada á divisão uma brigada e não um regimento só, elevando a tres as baterias dos grupos de obuzes, e dotando de maior massa de metralhadoras o batalhão de infantaria, pelo menos de duas companhias cada regimento de infantes.

Alem disso, para que o commandante da divisão possa effectivamente dirigir o combate e fazer valer sua decisão, conviria que, alem de cavallaria e do batalhão de engenheiros, houvesse um nucleo de forças a mando directo do general divisionario. Talvez se pudesse constituir-o com as companhias de metralhadoras excedentes, a 1 por brigada de infantaria, e com os canhões de excesso do numero fixado na organização Faria. Assim teria o commandante das forças um meio de intervir na lucta, no sentido de assegurar a realização de seu pensamento director do combate: seria uma artilharia divisionaria e um nucleo divisionario de metralhadoras, paralelo á artilharia de corpo de exercito e ás demais tropas de corpo de exercito, nos paizes em que este ultimo constitue a base da organização.

Voltarei a esse ponto, quando a lei de 1908 e a remodelação de 1915 tiverem de ser examinadas quanto aos effectivos perante a licção da guerra actual.

As ordens de batalha, creadas pelas duas leis citadas, permittiam organizar cinco divisões. Deixando de lado as tropas divisionarias, os serviços e as formações auxiliares,

a comparação se estabelece pela forma aproximada seguinte:

*Effectivo da divisão, segundo a lei de 1908:*

|  |           |
|--|-----------|
| 2 brigadas de infantaria (de 2 regimentos de 3 batalhões), cerca de      | 12.000 H. |
| 5 secções de 3 metralhadoras, cerca de                                   | 160 "     |
| 1 regimento de artilharia montada (de 3 grupos de 3 baterias de 4 peças) | 1.397 "   |
| 1 bateria de obuzeiros de 6 peças ..                                     | 192 "     |
| 1 regimento de cavallaria divisionaria (de 2 esquadrões), cerca de       | 500 "     |
|  | <hr/>     |
|  | 14.249 "  |
| Numero de canhões .....  | 42        |
| " " metralhadoras  | 15        |
| Proporção por 1.000 bayonetas, de canhões .....                          | 3,5       |
| " metralhadoras .  | 1,3       |

*Effectivo da divisão, segundo a remodelação de 1915:*

|  |           |
|--|-----------|
| 2 brigadas de infantaria (de 2 regimentos de 3 batalhões), cerca de  | 12.800 H. |
| 2 companhias de metralhadoras (de 4 secções de 2 metralhadoras) ..   | 328 "     |
| 1 brigada de artilharia (de 2 regimentos de 2 grupos de 3 baterias de 4 peças e 1 grupo de obuzes de 2 baterias de 4 peças) .... | 2.940 "   |
| 1 regimento de cavallaria divisionaria (de 4 esquadrões) .....   | 808 "     |
|  | <hr/>     |
|  | 16.876 "  |

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| Numero de canhões .....       | 56  |
| "    " metralhadoras .        | 16  |
| Proporção por 1.000 bayonetas |     |
| de canhões .....              | 4.4 |
| " metralhadoras .....         | 1.3 |

Como se vê, a situação quanto a metralhadoras não se alterou; a de canhões, dentro na divisão, melhorou um pouco, mas isso mesmo de modo insufficiente, em face do que a experiencia do momento ensina, e com sacrificio da facilidade de acção do regimento para attender a suas multiplices missões.

Quanto a metralhadoras, não é dizer que a dotação da divisão ficou a mesma mas melhorou a situação geral do exercito por adquirir, extra-divisionariamente, as machinas automaticas precisas. Não. Em 1908, as metralhadoras constituíam 5 companhias de 3 secções de 3 metralhadoras, ao todo 81 armas. Em 1915, são 10 companhias de 4 secções de 2 metralhadoras, sejam 80 armas. Não se alteraram, pois, os dados da questão.

No que toca aos canhões, o progresso havido é insufficiente. Foi adquirido á custa da eficiencia tactica do regimento.

Si se considerar um combate apoiado por forças de artilharia, e desde que tenha de intervir um regimento desta arma, é claro que um grupo acompanhará a acção da infantaria, serão as baterias de acompanhamento ou de apoio á infantaria; um outro grupo agirá como contra-baterias de artilharia adversa. Que restará para supprir uma falta eventual, para effectuar uma concentração de fogos ou de meios, para agir no sentido da economia das forças, intensificando a energia de acção no ponto onde se quer decidir a lucta pela victoria, para contra-bater forças de qualquer arma que venham reforçar o inimigo?

Utilizados os dois grupos, nenhum elemento sobra para taes missões.

E esse é o ponto fraco. Por mais que se queira dividir os grupos em profundidade, ha limites e o resultado só se consegue com o enfraquecimento da acção primitiva da fracção empenhada. Esse, o principio que, dentro no grupo, leva á organização ternaria das baterias, e que, pela mesma razão, aconselha a organização ternaria do regimento. A elasticidade, a *souplesse* nessas condições permite á unidade enfrentar todas as missões.

E' essa grande vantagem que importa a redução a 2, pela remodelação Faria, dos 3 grupos originarios do regimento de artilharia da lei de 1908.

Nem se julgue que d'ahi decorreria um excesso de boccas de fogo. A reconstituição dos regimentos a 3 grupos, e a elevação do grupo de obuzes a 3 baterias, dariam á divisão 84 peças, apenas. Ora, no inicio da guerra actual, o corpo de exercito allemão mobilisava com 144 e, mesmo, 156 peças para alguns corpos. O francez, com um canhão de campanha indiscutivelmente superior, mobilisava com 144. De ambos os lados se verificou a insuficiencia e a proporção foi augmentada. Note-se que 156 canhões Krupp valem bastante menos do que 144 peças de 75 m/m do typo francez.

O modo de augmentar variou. Constituiram-se grupos superiores aos elementos endivisionados, e mesmo, em alguns casos, na guerra de trincheiras, crearam-se commandos especiaes, alem da artilharia de corpo, formando-se estados-maiores e unidades peculiares adaptadas ao novo aspecto da lucta.

Não cheguemos ahi, pois o problema na America só por excepção se revestirá do feito de guerra de trincheiras, sendo a de movimento o caso geral. Nossas 84 peças de artilharia de campanha por divisão, dado o augmento que parece aconselhavel, corresponderiam a 168 por corpo de

exercito de 2 divisões. Nenhum exaggero ha, portanto, mas convirá estudar o modo de grupar os regimentos, para não constituirem apenas forças enquadradas na divisão, e afim de reservarem ao general commandante desta um meio material de intervir na direcção e na execução do seu plano de combate. Parte da artilharia, portanto, deverá constituir tropa divisionaria subordinada directamente ao general.

Em resumo, alem do elemento — homem — a guerra provou a importancia vital do termo conjugado — material. — Metralhadoras e canhões só são sufficientes quando estão em excesso, dentro nos limites praticos da utilização technica do terreno.

Pois é esse conceito que infelizmente não tem sufficientemente inspirado a acção do Quartel-General, no presente quatriennio. Alem do que acima ficou dito sobre a ordem de batalha, a organização interna das unidades de artilharia, a deficiencia de peças e de metralhadoras, uma outra prova existe, escólho que cumpre eliminar sob pena de aniquillar o valor combatente do Exercito: o criterio de escolha dos quadros, as promoções.

Neste ponto, graves cincadas foram dadas.

As promoções ao generalato raras vezes foram felizes. Obedeceram a considerações politicas e pessoaes, a relações de amizade, muito mais do que ás conveniencias de serviço. Apesar de estarmos em guerra, da responsabilidade tremenda que recae sobre quem tem de escolher os chefes futuros de nossas tropas, seus guias nos combates; apesar de se tratar de seligir os homens a quem incumbirá a missão terrivel, embora honrosissima, de defender o nome do Brasil, o brilho de sua bandeira, o resguardo das vidas de seus commandados; o que mais pesou no criterio de eleição foram a sympathia, serviços politicos, parentes influentes e empenhos, e não, como devera ser, o crisol do valor profissional, da dedicação á tropa, do esforço militar. Graves desgostos têm surgido d'ahi.

O absurdo revela-se por factos numerosos. Entre elles, o seguinte: a brigada de artilharia, no Rio de Janeiro, é commandada por um general cuja carreira, aliás distincta, foi feita na infantaria. Uma especialidade como essa, entregue a um infante que não tem a obrigação de a conhecer!...

Por isso, e por outros motivos, lavram fundos ressentimentos que, por disciplina, não vêm á tona. E' uma injustiça clamorosa que urge fazer cessar. Poucos dias faz, o "Correio da Manhã" publicava uma nota, evidentemente inspirada por officiaes de artilharia, a qual traduz uma verdade inconcussa:

"Em rodas militares vem causando certa estranheza a ogeriza do presidente da Republica aos officiaes pertencentes á arma de artilharia. Com effeito, passando-se uma revista ás promoções até hoje feitas para o quadro dos officiaes generaes, vê-se que apenas foi contemplado um coronel da arma de artilharia, enquanto a engenharia já deu quatro, a infantaria seis e a cavallaria tres.

Convem ainda notar que o general feito na artilharia veio do extincto corpo de estado-maior, cujos officiaes foram distribuidos pelos corpos.

Ora, dizem os officiaes, é possível que não exista na artilharia um coronel digno do generalato?

Achamos que têm razão os artilheiros, porquanto ha coroneis, por todos os titulos dignos da promoção que se lhes tem negado".

O mal, aliás, não reside apenas na promoção ao generalato. E' muito mais extenso, e está visceralmente ligado á nossa defeituosissima iel de promoções. O progresso na carreira militar depende dos conchavos, das trocas de votos, das sympathias de meia duzia de generaes, reunidos em

conclave. Seus estados-maiores, seus parentes, os officiaes a quem já commandaram, suas afeições pessoases... taes são os criterios de escolha, com rarissimas excepções. Quanto mais altivo o official, menos frequentador dos dispensadores de graças, mais addicto á vida do quartel e ao aperfeiçoamento da tropa, mais mal visto fica dos seus chefes, que nelle vêm uma exprobração muda do desleixo, da indolencia, do culto á baixa adulação, a quem tantos devem a rapidez de sua ascensão.

Um terremoto é necessario. Não pode permanecer a lei vigente; outra, inteiramente nova, deve ser feita que se baseie *exclusivamente* no principio de premiar o merito profissional. Até capitão, inclusive, a subida deve ser por antiguidade. D'ahi até aos bordados, exclusive, parte por antiguidade, parte por merecimento aferido por meios que escapem ás manobras eleitoraes da Commissão de promoções. Para o generalato, exclusivamente a escolha do Governo.

Um correctivo, porem, é indispensavel, para não confiar a sorte da tropa, a vida dos soldados, a honra da bandeira, o destino do Brasil a um general que, porventura, se revele inferior á sua missão. E' adoptarmos cousa analoga á lei franceza de 16 de fevereiro de 1912, que permite a reforma de tal official general mediante parecer fundamentado do Conselho Superior da Guerra.

Teremos fatalmente de soffrer as consequencias desastrosas das infelizes promoções feitas de alguns annos a esta parte, si não tomarmos as devidas precauções. Interesses vitaes do paiz estão em jogo. Considerações pessoases, garantias individuaes não existem deante disto, e quando muito poderão ter compensação pecuniaria.

Passemos á questão do material.

Theoristas e technicos de competencia forjada exclusivamente pela zabumba jornalistica, mesmo pondo de lado as propagandas pouco recommendaveis devidas ás gorges

tas dos interessados, têm preconizado o estabelecimento no Brasil de fabricas de material bellico, canhões, fuzis, metralhadoras, etc. etc. Mais do que isto, aproveitando-se desse pretexto fallaz, firmas commerciaes têm requerido largos favores, pecuniarios e outros, afim de estabelecerem usinas no nosso territorio, dizendo que tambem poderão fornecer metaes para usos pacificos, trilhos, ferros e aços commerciaes, estruturas architectonicas, etc. etc. O segredo está em obter os favores... que virão dar lucros extraordinarios visados pelos proponentes, pois a metalurgia corrente, para as necessidades communs da industria e da construcção no Brasil, já remuneram razoavelmente quem quizer se abalançar a desenvolver as fabricas já existentes ou a fundar novas.

A unica cousa que se possa, e que se deva fazer, é estimular-lhes a producção garantindo o mercado. Haja vista o que se dá com as usinas de Hime, com as de Miguel Burnier e de Esperança, com o proprio forno Siemens-Martin da Cia. Ferrum. Com esses industriaes, por preço abaixo do do mercado (pelo facto de se tratar de um fornecimento garantido e de certo vulto) conseguí impulsionar a producção de gusa (ferro-fundido) e de aço em lingotes. E' seguir a mesma norma, e se terá assegurado o abastecimento normal de metaes precisos para larga serie de productos bellicos e, tambem, de productos méramente commerciaes, como o ferro e o aço em barras, vergalhões, peças moldadas, etc. etc.

Dar favores especiaes para se fazerem fabricas de canhões, etc. etc., seria gravissimo erro. Para o supprimento de metaes, já se sabe que a simples garantia de consumo permite obtel-os das usinas nacionaes, ás quaes esta politica daria o preciso incremento. E quanto a manufacturar aqui fuzis, peças de campanha e outras, o dispendio seria fabuloso; por que preço ficariam taes productos?

Na Europa e nos Estados-Unidos, com largos mercados internos, não bastam estes e, em todos os paizes, pullulam agentes dos fornecedores de armamentos, nem só para obterem os lucros da operação commercial, como para permittir a fabricação em serie, permanente, nas respectivas usinas, o que assegura regularidade de produção, preço de custo médio mais baixo para o material, amortisação mais rapida das installações.

Nós não poderíamos lutar contra taes concurrentes, com seus capitaes já parcialmente, talvez mesmo totalmente amortisados, com sua organização commercial em pleno funcionamento, com habitos já instituidos nos paizes compradores, e com as facilidades financeiras que possuem firmas como Krupp, Erhardt, Bethleem, etc. etc.

Teríamos de contentar-nos com o quasi imperceptivel mercado nacional. Além do preço por que ficaria cada fuzil, cada canhão, as despesas annuaes com os favores continuariam a pesar sobre o Erario, as installações se avelhantariam.

Só pela economia entre o custo do material comprado ás fabricas, cuja occupação corrente é essa, e o custo do producto similar feito aqui, haveria meio de armar o Brasil á feição dos planos mais exigentes e mais previdentes de defesa nacional. E isto obviaria ao inconveniente (illusorio, embora) que se poderia apontar, de serem taes compras consideradas como contrabando em tempo de guerra.

Si têm procedencia taes observações de um modo geral, maior peso têm ainda em se tratando de um mostrengo tecnico, mal situado, sem força motora, sem matas, sem minerio abundante e puro. Refiro-me a Ypanema.

Esse estabelecimento vive de uma lenda. Foi estudado por metallurgistas sérios, empenhados em aproveitá-lo. Resume-lhes o parecer a phrase definitiva de Ferdinand Gautier: "*Ypanema vit d'une légende et n'est susceptible d'aucun développement sérieux*".

Não vem a pêlo justificar o asserto, que tem sua fundamentação em longa serie de estudos feitos por technicos de verdade, e não por jornalistas ou tenentinhos mettidos a literatos. O Marechal Faria foi avisado por mim, pessoalmente, do erro, que ia commetter. Outros profissionaes, lentes de metallurgia em Escolas officiaes, publicaram avisos do mesmo teôr. Nada valeu e a nenhuma ponderação quiz attender o Ministro. Já se gastaram 600 contos em pura perda, tentando galvanisar um morto. Tal despesa pôde e deve ser eliminada. Ypanema terá grande utilidade, de outro genero, para estabelecimento militar de remonta, para campo de exercicio, para quartel de unidades do Exercito. Para fabrico de guza e de artefactos bellicos é que está definitivamente e competentemente condemnado, no estado actual de nossos conhecimentos.

Com a mesma convicção de que a industria siderurgica militar surgirá do desenvolvimento natural da industria civil, de sua expansão independente das injecções damninhas dos favores e privilegios, advogo o maior impulso e o maior auxilio commercial dados a esta ultima, por meio de fornecimentos garantidos de materia prima e mesmo dos artefactos que puder produzir para as necessidades do Exercito e da Marinha, das estradas de ferro federaes e dos demais serviços publicos. A prova já está feita, e eu mesmo a renovei nos contractos que tive de firmar com taes usinas.

Outra vantagem ahi se encontra: é um ensaio preliminar de mobilisação industrial. Nem se diga que é inutil a experiencia. Ninguem pôde prever o que será o dia de amanhã. Si houver necessidade de conjugar esforços para determinada producção, bellica ou outra, tal mobilisação se imporá com a força de evidencia e da exigencia ineluctavel. Mesmo normalmente, quando vier uma administração militar que, nas duas pastas, faça emprender os

tiros de exercicios indispensaveis para o adestramento das tropas de terra e de mar, larga cópia de projectis serão precisos, e estes deveriam ser fornecidos pela industria particular, deixando aos arsenaes o encargo de manter e avolumar nossos *stocks* de guerra.

Uma remodelação profunda, entretanto, torna-se inevitavel nesses estabelecimentos militares. Ahi ha de tudo, menos trabalho.

Convem rememorar aqui um factio de experiencia pessoal.

Quando occupámos os navios allemães, e, depois, rompemos relações com a Allemanha, foram naturalmente aventadas em conferencias ministeriaes, no Cattete, as consequencias provaveis de taes actos.

Haviam corrido boatos de que as tripulações germanicas são consentiriam na occupação dos navios pelo pessoal do Lloyd, e eu não me sentia com autoridade moral de enviar meus subordinados a correrem um risco que eu proprio não partilhasse. Acompanhei-os pois, quando tomaram conta dos barcos e fui sempre o primeiro a entrar a bordo. Nada houve, absolutamente. Aproveitei a occasião para inspeccionar rapidamente as machinas, afim de avaliar as avarias que, no pensar dos allemães, por serem irremediaveis no Rio, impediriam o aproveitamento desse material. Sou profissional, de sorte que, embora rapida, minha visita foi bastante completa para ter uma noção da situação.

Os pareceres dos technicos da marinha consonavam em declarar serem inconcertaveis os estragos, com os meios a nosso dispôr no Brasil. Não partilhava eu essa opinião ao sahir de minha inspecção.

Quando, pois, em uma das conferencias a que alludo, o Ministro da Marinha declarou que taes vasos eram inaproveitaveis, pedi licença para tomar a meu cargo essa

tarafa e tentar pô-los em estado de navegar. Chasqueou o Almirante, e nem só nesse momento como mais tarde declarou que arriscava meu nome profissional em uma aventura sem possibilidade de exito. Essa, aliás, foi a nota durante muito tempo dominante nos circulos navaes.

Os navios, entretanto, foram concertados, estão navegando e prestando bons serviços. Alguns, até, pagaram seu tributo, natural na guerra em que estamos empenhados; torpedeados por submarinos inimigos, foram a pique.

Para conseguir tal resultado, que honra a industria naval brasileira, foi preciso mobilisar todos os elementos existentes no Brasil. No Rio, o Lloyd, Wilson, Felismino Soares, Brazilian Coal, foram os estaleiros incumbidos do trabalho, sob a minha direcção pessoal e assistencia e fiscalisação technica do Engenheiro-chefe das Officinas do Lloyd, o Dr. Honorio da Fonseca. Em Santos, deu-se a patriótica collaboração das Officinas da Paulista, da Cia. Mechanica, do Cães de Santos e da Ingleza. As duas primeiras, principalmente. No Rio Grande, a Cia. du Port foi valiosa auxiliar nossa. Na Bahia, no Recife e em Belem conseguiram-se concursos analogos.

Como collaboraram os arsenaes? Pela ausencia.

Tentei aproveitá-los. Não foi sómente o receio de fracassarem commigo, que lhes aconselhou a abstenção, nem o prazer maligno de verem confirmado seu vaticinio pessimista. Foi meu pessoal que me fez ponderar que industria em que o operario é funcionario publico, discute politica no trabalho, verifica quaes os artigos regulamentares em que se baseia uma ordem de serviço, está cercado de garantias, invoca direitos e desconhece deveres, não é industria nem cousa alguma. E' o chaos engendrado por politicos e por empreiteiros de popularidade á custa do Thesouro e para maior gaudio dos espertos, que pagam taes beneficios com o voto nas eleições. E' a montagem da machina eleitoral á sombra dos orçamentos.

Taes concursos, pois, estragariam o trabalho dos estaleiros de verdade, impediriam a regularidade no proseguimento dos serviços, e sobre taes operarios seria nulla a autoridade disciplinar do Ministerio da Fazenda, que havia chamado a si a responsabilidade dos concertos. Nem sequer aos officiaes pude recorrer, e tanto para desenhar peças a substituir como para inspecções fóra do Rio não encontrei elementos auxiliares na marinha de guerra nem nos seus arsenaes.

Facto analogo, menos generalizado, entretanto, se me deparou nos arsenaes e fabricas do Ministerio da Guerra.

Nas conferencias já citadas se verificou que nosso Exercito só dispunha de munição de artilharia PARA MENOS DE UMA HORA DE FOGO, e queurgia achar um succedaneo de momento, enquanto se não adquiriam, caso possível, as munições precisas no estrangeiro. Soube-se alem disso que o Arsenal de Guerra, no Cajú, estava ensaiando fundir projectis de guza, mas que só tinha cintas de forçamento para 3.000 granadas de 75 m/m!...

Indagou-se si o Ministerio da Fazenda poderia auxiliar a solver o problema. Promptifiquei-me a examinar a questão desde logo, e, embora o Marechal Faria quizesse adiar para o dia seguinte uma visita conjunta ao Arsenal, para lá partimos na mesma hora.

Minha impressão foi de visita a um monumento abandonado, tal a falta de vida que encontrei. Installações summarias, boas mas incompletas. Operarios-empregados publicos, sem trabalho, apesar de existirem alguns de real valor profissional, mas sem haver quem lhes soubesse aproveitar a habilidade. Officiaes, cheios de desejo de agir, immobilizados, porém, pela disciplina que lhes mandava obedecer á senha: a ordem é resonar. Um corpo sem alma. E, entretanto, bellissimos elementos de trabalho, desperdiçados pela incuria e pela indifferença.

A tarefa ali foi menos difficil, pelo concurso dedicado encontrado no corpo de officiaes e em alguns contra-mestres, auxiliados por operarios intelligentes e enthu-siastas.

O Ministerio da Fazenda forneceu appparelhos que faltavam, metaes que eram imprescindiveis para certas operações, aços rapidos para ferramentas, lingotes para o estudo experimental das prensas de shrapneis. Para isto, aproveitaram-se materiaes encostados e sem serventia (al-guns ainda encaixotados) dos armazens novos do Cães do Porto; firmaram-se contractos com usinas nossas, para fornecimento de guza e de aço em lingotes; entregaram-se ao Arsenal vergalhões de aços rapidos existentes em excesso na Casa da Moeda.

Dois pontos fracos e de alta gravidade eram a pro-dução minuscula do Arsenal quanto a projectis de guza para exercicios e para outros fins, e a falta de cintas de forçamento. A Casa da Moeda assumiu o compromisso de augmentar-lhe a producção pelo fornecimento de caixas de fundição, e de supprir as cintas precisas, já que o Ar-senal só cogitava de compral-as no estrangeiro (como si fosse exequivel, em guerra, e em periodo de crise de es-cassez de cobre) ao invés de cuidar em fabrical-as.

Com esse intuito, foi ampliada a officina de fundi-ção da Casa da Moeda, construindo-se um segundo *cubilot*. Foram preparados modelos das caixas de fundição, e den-tro em pouco foi iniciada a remessa dos utensilios pedidos. Conseguiu-se ainda mais. Descobriu-se na socata do Ar-senal uma velha machina de moldar projectis para o L/28 de tiro lento, machina que o Arsenal não tinha sabido montar nem utilizar. Mandou-se vir o appparelho, e na Casa da Moeda foi modificado de modo a permittir mol-dar granadas de tiro rapido. O esforço foi coroado de exito, e com essa machina se tornou de 6 a 8 vezes mais

rapido o preparo dos projectis, com a vantagem complementar de fundirmos pela base e não pela ogiva, como era no apparelho primitivo. Resultados desses trabalhos, com o dedicadissimo pessoal da Casa da Moeda, agindo industrialmente, foram os seguintes: enquanto o Arsenal podia fundir 100 a 120 projectis por dia, a Casa da Moeda conseguia dar 1.000 a 1.200 granadas no mesmo prazo. A machina de moldar, já modificada, foi reproduzida em diversos exemplares, afim de permittir, si preciso fosse, distribuil-a por outras officinas e assim ter no Rio um nucleo de firmas fornecedoras de projectis, na razão de muitos milheiros por dia. O limite ficaria posto pela capacidade de usinagem dos tornos existentes no Arsenal e nos demais estabelecimentos, com proporções para darem aos productos moldados seu perfil definitivo.

Com as cintas de forçamento se deu factio analogo. Na Casa da Moeda, havia um *stock* de moedas de cobre antigas, retiradas da circulação, e pesando algumas centenas de toneladas. Innumeras foram as tentativas por adquirir essa tonelagem, tendo eu recusado todas as propostas. Foi bom, pois constituiu tal accumulio de discos desmonetisados a unica reserva de cobre a utilizar aqui para fins bellicos.

Projectei, desenhei, fiz preparar e puz em ordem de marcha normal laminadores para cobre em barras e em vergas. Estudei ligas para os lingotes que deviam fornecer as cintas, até encontrar uma formula, menos imperfeita, que me dava barras pouco fendilhadas. O serviço é imperfeito, e só terá solução normal e satisfatoria com a construcção de um forno de refino do cobre, pois o actual methodo a que me vi constrangido a recorrer, por falta absoluta de tempo, a fusão em cadinho, dá metal heterogeneo, impuro e oxydado, portanto fragil.

Ainda assim, como *pis-aller*, poude servir e, hoje, a

munição de artilharia do Arsenal é toda cintada com cintas provenientes da Casa da Moeda, onde, pela vez primeira no Brasil e talvez na Sul-America, se laminou cobre em vergas.

Tudo se conseguiu graças á industrialisação das Officinas da Casa da Moeda e ao illimitado enthusiasmo de seu pessoal.

Taes exemplos não são trazidos á baila para contrapôr personalidades, sinão como confronto entre dois methodos. De um lado, o espirito *rond-de-cuir* a invadir a industria official; do outro, a organisação commercial das officinas.

Ora, como se não póde, de modo absoluto, dispensar Arsenaes e fabricas officiaes para depender exclusivamente do esforço privado e da iniciativa individual, o rumo a seguir está em aproximar a administração do governo da sua congenere particular, isto é: dar-lhe autonomia, feição pratica e commercial, fugindo cuidadosamente de tudo quanto aproxime o operario do typo do funcionario publico.

Mesmo isso é sempre facil, de sorte que certas circumstancias pódem surgir em que a praga do espirito *funcionaresco* (deixe passar o neologismo) entravará a execução de serviços urgentes, reclamados por motivos inadiaveis de ordem publica, externa ou interna. O Governo deve estar armado de poderes para mobilisar *militarmente* em taes casos todos os seus funcionarios e operarios, afim de nem siquer serem discutidas as ordens dadas, sob pena de cahirem os recalcitrantes e discutidores na sancção das leis militares.

A par disto, cumpre completar a installação dos arsenaes. Ha um anno (bem se vê que a situação é de plena paz, e nenhum motivo ha de se perder o folego com urgencias) está nos Estados-Unidos uma Commissão numerosa incumbida, não de comprar material para as fabricas

do Governo, sim de receber propostas para tal material. Depois das informações e do devido transitio pelos canaes competentes, é provavel que dentro em alguns annos conclua a Administração da Guerra pela annullação das concurrencias e pela abertura de nova hasta publica.

Si surgir quem comprehenda melhor o *carpe horam* que brada o momento historico em que vivemos, deverá ser ordenado com ou sem formalidades burocraticas a compra immediata e urgentissima das machinas e petrechos necessarios para o funccionamento normal dos arsenaes. Serão feitos os contractos de fornecimento de materia prima precisos e começará o fabrico corrente e continuo de nossos projectis.

No corpo sem vida de nosso aparelhamento industrial militar, terá reintegrado a alma que delle foi expulsa pela incuria reinante.

Começou-se a agir nesse sentido. Mas, ao que me consta, já cessou tudo e continúa campeando pelas officinas o mesmo sôpro de apathia e de morte que se conseguira afugentar em 1917. *Nesciunt quod faciunt.*

As observações feitas visam o estabelecimento do Cajú, que, a seu modo, ainda é um privilegiado. A pomposa inutilidade e ruinaría que se condecora com o nome de Arsenal do Rio Grande precisa de quem o faça surgir do nada em que vive para o serviço da tropa e lhe dê a actividade que não possui.

Talvez fosse util uma autorisação para, de modo geral, serem contractados industriaes de competencia notoria afim de remodelar, dirigir e instruir o pessoal tanto nos arsenaes como nas fabricas. Só assim se fugiria ao descalabro vigente, com rarissimas excepções.

A mesma ausencia de mentalidade militar faz-se sentir nas fabricas, exceptuada, apenas, e isso mesmo em termos, a de Polvora sem fumaça do Piquete.

Na Estrella gastam-se mais de cem contos para produzir aquillo que o Exercito não precisa mais: polvora negra, mecanica. Nem só os canhões que a utilisavam constituem minoria em nosso armamento, como pôdem ser servidos com polvoras especiaes, já estudadas e preparadas, da Fabrica do Piquete. Para as proprias composições traçadoras de trajectorias, esse estabelecimento pôde incorporar nos seus productos um elemento fumigeneo, que satisfaça á exigencia apontada. A que vem, pois, essa despesa inutil, em uma fabrica que immobilisa certo numero de officiaes, incute á tropa idéas erroneas e disperdiça esforço?

Piquete, sim, merece todo o auxilio e todo o cuidado, nem só para a sua missão de preparo de polvoras colloidaes para o Exercito, como para desenvolver o fabrico das polvoras de base dupla pedidas pela Marinha. Nenhum sacrificio, bem entendido e scientificamente coordenado, deverá ser poupado, no sentido de fazer dessa fabrica o grande centro abastecedor de explosivos militares e quiçá (problema a estudar sériamente) de explosivos industriaes communs, bem como dos sub-productos chimicos, o acido sulfurico, o acido azotico, e o ether. Despesas ahi podem produzir grandes receitas, desde que o estabelecimento se industrialise, e possa agir no mercado, commercialmente.

A Fabrica de cartuchos do Realengo é outra chaga, producto legitimo da incuria official em considerar o problema militar.

Em toda industria, a elaboração normal se caracteriza pela uniformidade de vazão, de regimen de producção nas diversas phases do trabalho. Assim, por exemplo, si a utilidade que se quer obter tem de passar por cinco operações, digamos, por A, B, C, D e E, é imprescindivel que a rapidez de sahida seja a mesma em todos os estagios

intermediarios, que A não faça mais do que B pôde elaborar, sob pena de se produzir um accumululo que perturba todo o regimen fabril.

Pois é isso que caracteriza a usina do Realengo. As secções têm capacidades de producção diversas, de sorte que o regimen adoptado ou ha de ser chaotico (si todas as secções trabalharem a plena pressão) ou ha de se regular mais vagarosa (o que vale por desperdicio de tempo, de material e de dinheiro).

Notadas as imperfeições, foi contractado um profissional suiso, de reputação firmada na propria Allemanha, onde dirigiu os maiores estabelecimentos desse genero, o Snr. von Steiger, com a missão de corrigir os defeitos porventura existentes.

Aqui chegando, apontou as falhas, redigiu a lista do que precisava para normalisar a situação, e, principalmente, fez sentir quanto era irracional e prejudicial o systema adoptado no modo de tratar aos operarios.

Por outro lado, á frente da fabrica estava, e ainda está, um official superior, o Cel. Villanova, homem bom mas doente, sem energia, e desprovido dos conhecimentos muito especiaes que a metallurgia e a usinagem das ligas cupricas exigem. Além disso, amigo do Ministro, que não queria desgostal-o.

Surgiram attritos, fataes entre quem sabe e quem ignora. E quem ignorava, venceu. O especialista foi posto á margem, recebendo sem trabalhar, e máo grado seus justos e pundonorosos protestos, as gratificações do seu contracto. E a fabrica continuou no seu caminho errado, a não fazer cousa que servisse, até que, ultimamente, foi nomeado um director technico, o Comnte. Aranha, official de valor que talvez consiga alguma melhoria, apesar das peias inacreditaveis que nascem do regulamento vigente e do absurdo regimen operario ahi observado. Mas

o Coronel director da Fabrica não foi incommodado, e continuou tendo as vantagens de uma commissão que não sabe exercer. O serviço publico soffreu? A defesa nacional ficou golpeada num de seus elementos vitaes, o preparo de cartuchos para a infantaria? Pouco importa, si as personalidades, a quem se queria servir, o foram...

Por esses e outros exemplos é que digo e repito: só se não trata de uma traição, porque é um estado de inconsciencia.

Em uma serie de discursos, em que o Snr. Deputado Mauricio de Lacerda, por incompletamente senhor do assumpto, não pode utilizar os elementos que é evidente lhe foram ministrados por gente do officio, muitos apontamentos vieram a lume sobre a situação da Fabrica do Realengo, e do Exercito em geral. Houve exaggero em varios pontos, aproveitamento defeituoso das informações em outros, incompreensões em mais alguns; foram emprestados, com manifesta injustiça, intuitos pejorativos a actos apenas errados; mas, *per summa capita*, ha grande verdade nas increpações feitas e, por esse motivo, a este meu trabalho junto taes documentos elucidativos, bem como a resposta que lhe offereceu o Snr. Deputado Octavio Rocha.

Assim, é inexacto que no Realengo apenas se enchem cartuchos. Parte-se dos discos de latão e vae-se até ao estojo definitivo. Mas isso sómente para o fuzil Mauser. E o problema é muito mais vasto: temos de produzir o estojo para toda a munição de artilharia que a consome; temos de recalibrar todos os estojos servidos. Precisamos de preparar aqui mesmo os discos de latão, as laminas de carregadores. Cumpre-nos fabricar correntemente as espoletas de tempo, as de percussão e as de duplo effeito. Nada disso se faz, e emquanto permanecermos nessa criminosa inercia, a defesa do Brasil não estará assegurada.

Urge, pois, completar a Fabrica de cartuchos, apparelhal-a para desempenhar sua missão e preparar *toda* a munição do Exército, e talvez, tambem, a da Marinha. Acima de tudo, é mistér entregal-a a um profissional de primeira plana, technico e administrador, e fazer cessar o regimen quasi maximalista que o descaso official e as tendencias pseudo-socialisantes de gente que ignora o que seja socialismo de Estado permittiram se instituisse ahí com grave damno para o Brasil e com desorganisação de sua defesa.

A questão, como sempre, é de energia, de competencia e de Homens, com maiuscula.

Examinados os dois elementos, o soldado e o material, vejamos como se conjugam no serviço da tropa.

Comecemos pelos campos de instrucção.

O adestramento da tropa, após a instrucção individual, obtem-se nos exercicios conjuntos.

Os que se fazem em ordem unica, os menos interessantes do ponto de vista militar, nos pateos dos quartéis, nas praças mais vastas das cidades ou em pequenos terrenos nos arredores das paradas dos corpos, só visam evoluções, correcção e promptidão no obedecer ás vozes. Impressionam estheticamente, e dão cohesão á tropa. Na guerra, no combate, delles nada se aproveita, a não ser a noção de solidariedade que conseguem fixar nos reflexos dos soldados. São, infelizmente, os que predominam na instrucção adoptada no Brasil.

Os exercicios em ordem aberta, ou dispersa, são os verdadeiros exercicios militares. Importam na utilização do terreno pela tropa, afim de poder progredir ou recuar com o maximo de eficiencia e o minimo de perdas. Exigem, para dar tudo quanto pódem render em materia de instrucção collectiva, grande dedicação dos chefes, e largos espaços onde os conselhos e os exemplos sejam segui-

dos e obedecidos no meio da maior variedade de terrenos, accôrde com o que na realidade se passaria.

Para pequenas unidades, os arredores dos quartéis sempre têm regiões que se prestem á demonstração pratica e ao treinamento imposto pelos instructores. Desde que se trate, porem, de massas maiores, articuladas, agindo em ligações, já se torna imperioso ter campo de evolução mais vasto. E si se juntarem, como é mistér, á exercitação corrente, os movimentos debaixo de fogo real de artilharia, imprescindivel se faz possuir uma zona bastante extensa em que tal se consiga sem perigo para a população civil. E' este um dos fins dos campos de instrucção.

Ali se ministra ainda a instrucção de tiro de fuzil, de canhão, sobre alvos fixos e alvos moveis. Ali se estudam e se experimentam novos processos e materiaes mais recentes. São, em uma palavra, o laboratorio experimental em que se apura o valor da força armada sob todos os seus aspectos.

Elemento essencial de treinamento, vital mesmo para o valor technico da tropa, na Europa existem na proporção de *um* pelo menos, por corpo de exercito. No Brasil, com cinco divisões apenas, muito distantes uma das outras, cada qual deverá possuir o seu. A area minima que a experiencia tem indicado como a mais vantajosa para a instrucção, varia de 4.000 a 6.000 hectares.

Força é confessar que nada possuímos nesse sentido. Saycan, cuja area satisfaria a algum dos requisitos exigidos, está transformado em coudelaria, recortado de gramados, cheio de gado e de cavallhada. Seria pouco indicado destruir tanta cousa para fazer de tal propriedade um campo de instrucção.

Para a 3.<sup>a</sup> Divisão, na Capital Federal, foi effectuado um progresso sensível, embora incompleto: o Marechal

Faria ordenou o aproveitamento da fazenda de Gericinó para o treinamento da tropa. Tive occasião de percorrel-a a cavallo e posso, portanto, falar com conhecimento proprio. A area é insufficiente, cerca de 1.900 hectares, mas ha meios de remediar a esta deficiencia, quanto ao tiro de artilharia, mandando as baterias tomar posição nos terrenos que cercam o campo, e neste collocando sómente os alvos, tanto os fixos como os moveis. Para o tiro de artilharia, pois, a difficuldade pôde ser contornada. Para a infantaria, o terreno presta-se a seu fim salvo quanto a uma condição onde a falta é sensivel para todas as armas: não ha collecções liquidas, rios ou outras, que habilitem bastante aos exercicios praticos de transposição de corrente, a váo, em balsas, por meios de fortuna, etc., etc. A cavallaria não pode treinar-se á travessia a nado, ou por outras formas. A engenharia não tem como fornecer occasião de lançar pontes, de exercitar pontoneiros.

Ainda assim, já é um progresso, cuja obtenção o Exercito deve ao Marechal Faria. Cumpre agora generalisal-o, e dar a cada região divisionaria, pelo menos, facilidade equal. A despesa não será excessiva, pois, o que interessa á instrucção é a topographia, são os accidentes da superficie. Basta, portanto, que se adquiram taes campos em logares afastados das cidades, em zonas de terras ruins e baratas. D'ahi decorrerão varias vantagens: obrigar as tropas a marchas de treinamento; multiplicar a possibilidade de combinar numerosos themes tacticos; economisar os dinheiros publicos.

Como prova final da instrucção, temos as grandes manobras, cousa até hoje ignorada no Brasil, apesar do appellido ter sido dado aos pequenos exercicios, sem plano nem alcance, feitos no Curato de Santa Cruz e na Villa Militar. Ahi mesmo, entretanto, é justo dizer que o esforço dos officiaes moços conseguiu melhorar sensivel-

mente o trabalho tecnico nestes ultimos 2 annos. A crise era e é no alto, mas o progresso está nas camadas mais modernas.

Taes exercicios treinam a tropa, e são de grande valor educativo para os quadros. Estes, porem, possuem muitos meios outros de estudarem e de se aperfeiçoarem praticamente: o *kriegspiel*, as manobras sobre a carta, os clubes de giz, as manobras de quadros. A' custa de inauditos esforços por vencer a inercia e a indifferença dos grandes chefes do Exercito poude a officialidade mais nova iniciar a pratica de taes methodos de ensino, e já tem conseguido melhorar muita cousa, apesar da hostilidade não dissimulada de todos os *ratés*, que vêm com funda antipathia esses intellectuaes a lhes perturbarem a doce quietude e a mostrar que alguma cousa ha de superior ao simples conhecimento da *Ignacia* (como em gyria militar se chama ás usanças regulamentares), no sentido de fazer do exercito uma instituição digna do Brasil.

Ahi, como em todos os detalhes, se evidencia de modo irrespondivel a grave crise da Força Armada, a Crise do Commando e o labor dos jovens por vencer a ankylose intellectual e professional que dimana da incompetencia do Alto.

A solução unica está em contractar uma Grande Missão, que só pôde ser franceza, nem só pela affinidade de temperamento de raça, como pela experiencia deduzida dos bellos resultados colhidos em S. Paulo com a collaboração de officiaes desse Exercito na Policia estadoal. Este é o desejo de toda a officialidade estudiosa, e só encontra entraves em generaes cansados que sabem soará para elles a hora da reforma, no momento em que tal Missão chegar a tornar patente a nenhuma valia de muito militar portador de bordados.

De facto, do generalato, talvez nem 50% possam escapar, e isso mesmo incluindo no numero dos aproveitaveis mesmo aquelles que só têm boa vontade, embora sejam profissionalmente fracos. De uma selecção mais rigorosa, talvez fossem conservados sómente 6 ou 8.

Só assim, deixariamos de passar pelo vexame que decorre da inspecção dos mappas mensaes da força, e das noticias correntes sobre o estado dos corpos e sua instrucção.

Para comprehender esse sentimento, cumpre ter em vista que a lei dotou o Governo dos meios precisos para organizar nossa ordem de batalha com os effectivos necessarios para se poder effectuar a mobilisação, isto é, mandou se organisasse o arcabouço sobre o qual, por incorporação de reservistas, se constituem os corpos com seu effectivo de guerra. E' portanto o minimo technicamente accetavel para se ter uma força mobilisavel. O Congresso liberalisou recursos nesse sentido, e com esse fim preciso. Ha um anno disso, e ha um anno que o Executivo, pelo organ do Ministro da Guerra, declarou dispensar missões estrangeiras pois possuia meios, technicos e materiaes, para solver o problema.

Ahi vão, entretanto, os resultados desoladores referentes a muitos dos corpos de nosso Exercito.

| <i>Unidades organisadas<br/>de infantaria</i> | <i>Effectivo<br/>existente</i> | <i>Effectivo<br/>fixado</i> | <i>Deficit</i> |
|---|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 48.º Bat. de Caçadores                        | 294                            | 432                         | 138            |
| 12.º Reg. de Infantaria                       | 659                            | 1.235                       | 576            |
| 45.º Bat. de Caçadores                        | 351                            | 432                         | 81             |
| 11.º Reg. de Infantaria                       | 773                            | 1.235                       | 462            |
| 42.º Bat. de Caçadores                        | 369                            | 432                         | 63             |
| 50.º Bat. de Caçadores                        | 339                            | 432                         | 93             |

| <i>Unidades organizadas<br/>de infantaria</i> | <i>Effectivo<br/>existente</i> | <i>Effectivo<br/>fixado</i> | <i>Deficit</i> |
|---|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 57.º Bat. de Caçadores                        | 338                            | 432                         | 94             |
| 1.º Reg. de Infantaria                        | 729                            | 1.235                       | 506            |
| 2.º Reg. de Infantaria                        | 811                            | 1.235                       | 424            |
| 3.º Reg. de Infantaria                        | 764                            | 1.235                       | 471            |
| 52.º Bat. de Caçadores                        | 387                            | 432                         | 45             |
| 55.º Bat. de Caçadores                        | 365                            | 432                         | 67             |
| 56.º Bat. de Caçadores                        | 346                            | 432                         | 86             |
| 4.º Reg. de Infantaria                        | 1.057                          | 1.235                       | 178            |
| 13.º Reg. de Infantaria                       | 682                            | 1.235                       | 553            |
| 54.º Bat. de Caçadores                        | 165                            | 432                         | 267            |
| 5.º Reg. de Infantaria                        | 1.029                          | 1.235                       | 206            |
| 6.º Reg. de Infantaria                        | 798                            | 1.235                       | 437            |
| 60.º Bat. de Caçadores                        | 260                            | 432                         | 172            |
| 7.º Reg. de Infantaria                        | 891                            | 1.235                       | 664            |
| 8.º Reg. de Infantaria                        | 1.105                          | 1.235                       | 130            |
| 9.º Reg. de Infantaria                        | 954                            | 1.235                       | 281            |
| 10.º Reg. de Infantaria                       | 1.127                          | 1.235                       | 108            |
| 8. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras         | 112                            | 152                         | 40             |
| 7. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras         | 131                            | 152                         | 21             |
| 9. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras         | 83                             | 152                         | 69             |
| 1. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras         | 117                            | 152                         | 35             |
| 5. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras         | 125                            | 152                         | 27             |
| 10. <sup>a</sup> Cia. de Metralhadoras        | 118                            | 152                         | 34             |

Nesta arma, não estão ainda organizadas duas companhias de metralhadoras, o 6.º Regimento de Infantaria, o 50.º e o 54.º Batalhões de Caçadores.

Si passarmos á Cavallaria, vemos o mesmo espectáculo contristador.

| <i>Unidades organisadas<br/>de cavallaria</i> | <i>Effectivo<br/>existente</i> | <i>Effectivo<br/>fixado</i> | <i>Deficit</i> |
|---|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 14.º Reg. de Cavallaria                       | 243                            | 480                         | 237            |
| 1.º Reg. de Cavallaria                        | 407                            | 480                         | 73             |
| 13.º Reg. de Cavallaria                       | 344                            | 480                         | 136            |
| 15.º Reg. de Cavallaria                       | 351                            | 480                         | 129            |
| 4.º Reg. de Cavallaria                        | 273                            | 488                         | 215            |
| 5.º Reg. de Cavallaria                        | 368                            | 488                         | 120            |
| 6.º Reg. de Cavallaria                        | 348                            | 488                         | 140            |
| 7.º Reg. de Cavallaria                        | 401                            | 488                         | 87             |
| 8.º Reg. de Cavallaria                        | 401                            | 488                         | 87             |
| 9.º Reg. de Cavallaria                        | 484                            | 488                         | 4              |
| 10.º Reg. de Cavallaria                       | 302                            | 488                         | 186            |
| 11.º Reg. de Cavallaria                       | 396                            | 488                         | 92             |
| 12.º Reg. de Cavallaria                       | 366                            | 488                         | 122            |

O 3.º Regimento de Cavallaria não está organizado.

Examinando a Artilharia, os dados numericos são igualmente depressivos.

| <i>Unidades organisadas<br/>de artilharia</i> | <i>Effectivo<br/>existente</i> | <i>Effectivo<br/>fixado</i> | <i>Deficit</i> |
|---|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 3.º Reg. de Art. Montada                      | 135                            | 659                         | 524            |
| 9.º Reg. de Art. Montada                      | 187                            | 659                         | 472            |
| 10.º Reg. de Art. Montada                     | 370                            | 659                         | 289            |
| 1.º Reg. de Art. Montada                      | 436                            | 768                         | 332            |
| 6.º Reg. de Art. Montada                      | 318                            | 768                         | 450            |
| 3.º Grupo de Obuzes                           | 171                            | 190                         | 19             |
| 2.º Reg. de Art. Montada                      | 397                            | 768                         | 271            |
| 7.º Reg. de Art. Montada                      | 395                            | 768                         | 373            |
| 4.º Grupo de Obuzes                           | 223                            | 325                         | 102            |
| 5.º Reg. de Art. Montada                      | 218                            | 659                         | 441            |
| 4.º Reg. de Art. Montada                      | 460                            | 659                         | 199            |
| 8.º Reg. de Art. Montada                      | 438                            | 659                         | 221            |

O 1.º e o 2.º Grupos de Obuzes não estão organizados. Assim também se acham os dois destacamentos do 4.º Batalhão de Artilharia de posição, dependentes da 1.ª Divisão do Exercito, o 4.º Batalhão de Artilharia de posição na 3.ª Região.

Dos batalhões de Engenharia só estão organizados: o 5.º com 256 homens, havendo um deficit de 134; o 1.º, com 251 homens, sendo o deficit de 169; o 2.º com 368 homens, sendo o deficit de 22; o 3.º com 251 homens, sendo o deficit de 139.

Nem falemos nos serviços auxiliares, de trem, de columna de munições, de equipagem de engenharia, de companhias de administração, de parques de munição, de parques de aeronautica, de companhias de pontoneiros, de comboios administrativos, etc.

E si quizessemos ir além, e, fóra os homens, examinar as dotações em material, mais aterradora resultaria a impressão. Muares, cavallos em numero insufficiente, já velhos, nem siquer aguentando o serviço normal das viaturas, em tempo de paz. Artilharia, ferramenta de sapa, vehiculos, arreios, lamentavelmente sovados, e escassos para os proprios effectivos pedidos pelo Governo.

Na infantaria, ha batalhão, aqui mesmo no Rio, que é a guarnição mais cuidada, com 190 homens apenas, em vez de 410 que lhe attribue a propria organização pedida oficialmente e autorizada pelo Congresso que para tal deu a verba precisa.

Do Norte e do Sul chovem telegrammas sobre a situação precaria da força, sem cobtores, sem capotes, sem fardamento, sem quartéis, sem viaturas. Prets retardados. Instrucção nulla. Campos de exercicios inexistentes. Pás e picaretas, em numero ridiculo. Adestramento, nenhum. Metralhadoras e fuzis-metralhadoras, cuja importancia vital a guerra está demonstrando, não existem

na tropa, quer o Madsen já adoptado por nós (e até melhorado sensivelmente por um official brasileiro que seguiu as experiencias e a fabricação de um lote encomendado pelo Ministerio da Guerra), quer o modelo Lewis que tão bons resultados está produzindo no largo campo de exame comparativo que é a França, no momento actual.

A crise de effectivo, a reinar de modo permanente: pelo incompleto do numero fixado; pela balburdia nas datas da incorporação dos recrutas; pela antecipação das baixas; pelo desvio de subalternos e de inferiores, prejudicando a instrucção e a administração das unidades, para irem como instructores de linhas de tiro e até de collegios de meninos. E, entretanto, essa a arma em que se conseguiram obter maiores progressos, graças ao esforço dos officiaes novos, e apesar do ambiente de surda hostilidade e de misonheirismo creado nos commandos superiores pelos fosseis e pelos burocratas.

Na cavallaria, a mesma carencia de homens. Regimentos com 243 sabres, em vez dos 480 que a organização votada lhe attribue; aqui, mesmo nos corpos privilegiados da 5.<sup>a</sup> Região (Capital Federal), o deficit é de 209 soldados em um total de 960. Crise de effectivos pelos mesmos motivos apontados quanto á infantaria, menos o de desvio de instructores, que se não applica por não haver ainda na cavallaria, sinão por excepção e snobismo, o equivalente das linhas de tiro.

Treinamento difficilimo, pela complexidade e pelo ambito, não o recebe a arma. Não basta a equitação, que é justiça reconhecer ter feito grandes progressos. São necessarias a instrucção de conjunto, a execução dos *raids*, as missões de officiaes, a utilização do terreno, a transposição em massa dos obstaculos naturaes, a pratica das grandes velocidades. E rarissimos são os exercicios desse genero.

Crise mais grave, a dos cavallos. Já não falo da criação do cavallo de guerra; refiro-me sómente á remonta. Actualmente, os corpos não têm o numero de animaes precisos para seus serviços. Abastecem-se comprando-os periodicamente, em condições determinadas, e educando o animal no esquadrão. D'ahi decorre uma serie de consequencias damninhas: diminue o valor da instrucção conjunta da tropa, pelo numero de soldados desviados para o picadeiro e para a praça de exercicios afim de domar e ensinar ao cavallo; e, ainda, só dispõe o corpo dos animaes existentes em suas baias e em suas invernadas.

Ora a guerra (e esse deve ser sempre, sem cessar, o pensamento dominante) é terrivel consumidora de cavallos, em numero incalculavel. Com o nosso systema, quinze dias após a entrada na lucta, e desde que as operações sejam um pouco activas, a cavallaria estará a pé, inutilisada por mortes, por pisaduras, por feridas ou esforços excessivos nos membros locomotores. E' preciso, pois, organizar a remonta e para isso crear desde já, em fazendas cuidadosamente escolhidas e convenientemente situadas, o deposito de animaes comprados mais novos, afim de serem domados e treinados e entregues á tropa promptos para o serviço. Deste modo, os regimentos se supprirão dos cavallos precisos em tempos normaes, e, principalmente, para a remonta movel que deverá acompanhar as tropas em campanha.

Tanto na cavallaria, como nas outras armas, será necessario crear uma unidade de deposito, para, no caso de mobilisação, centralisar a recepção dos reservistas, fardal-os, pol-os em forma, e alimentar, no effectivo normal dos corpos em campanha, os claros abertos pelo combate. Nas armas montadas, com mais difficuldade do que nas outras, essa obrigação se impõe, pois exige preparo mais longo, e a experiencia da guerra actual demons-

tra que a cavallaria, arma de exploração e de choque, apesar da concorrência da aviação, continúa na posse dos grandes requisitos que a tornam insubstituível antes, durante e após o combate.

Na artilharia, a situação é grave. Effectivos ridiculamente insufficientes, muito abaixo do que exigem as fainas normaes do serviço e a propria fixação legal. No Rio, sob as vistas do Governo, assistimos ao seguinte descalabro:

|                                     | <i>Effectivo<br/>existente</i> | <i>Effectivo<br/>fixado</i> | <i>Deficit</i> |
|-------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 3. <sup>a</sup> Brig. de Artilharia | 925                            | 1.726                       | 801            |

Si compararmos, então, com o effectivo de guerra, de 2.940 homens, os que se acham na fileira, o deficit é de 2.015 artilheiros.

Cavalllos e muares, em numero tão reduzido, que, nas celebres paradas que parece serem o *nec plus ultra* da sciencia militar para alguns cabides de farda, as unidades não pôdem atrelar sinão as viaturas-cânhões, pois não ha tracção para as viaturas de munições, que, entretanto, são inseparaveis das primeiras nas baterias!...

As proprias viaturas estão defeituosissimas, nos rodados e na compartimentação para os projectis. São insufficientes para o serviço. Nenhum corpo, salvo o 3.<sup>o</sup> Grupo de Obuzes, possui sua columna ligeira de munições. Os arreios allemães, já velhos, precisam ser substituidos, e mais bem adaptados ás dimensões de nossos cavalllos. Uma correaria deve ser installada junto a cada unidade para os concertos correntes. Exercicios, quer de tracção, quer de marcha por terrenos cortados e diversos, devem ser multiplicados. Campanhas de tiro urge sejam iniciadas e feitas sem descanso, pois até agora os exercicios de que tenho conhecimento não passam de tiro de polygono sobre alvos

fixos e de posições, já classificadamente invariáveis, e que já não fornecem aos artilheiros ensejo de se aperfeiçoarem.

O quantitativo de projectis de exercicios deve ser augmentado na proporção de 1 para 20 ou 50, pois é de importancia vital que os processos de tiro, os mecanismos de fogo estejam nos reflexos da tropa, e isso só se consegue com o uso, quasi diria o abuso, do canhão e da munição. Aliás, a mesma observação cumpre se faça quanto ao armamento portatil. Não é com 60 cartuchos que se forma um atirador de combate, e a guérra vigente bem mostra quanto vale a justeza na pontaria; assim desmentiu as theorias pontificadas por tacticos de gabinete, affirmando que a emoção do combatente impediria absolutamente a exactidão do tiro. Nas unidades bem instruidas, o inverso foi notado, e graças a isto tornaram-se ellas corpos de escól.

O arreiamento, mal estudado, não poupa o lombo dos animaes, e precisa ser substituido, de preferencia pela sella franceza que parece a melhor, a exemplo do que fez a Policia de S. Paulo.

O numero de baterias que possuímos é insufficiente para armar os regimentos, quanto mais para constituir reservas. Não temos *stocks* de guerra. A situação das fabricas e dos arsenaes é a que já ficou descripta.

Na engenharia, quasi nada ha feito. Construcções militares foram executadas, e com grande pericia; edificios para usos do Exercito, mas de methodos e processos unicamente civis. Fortificações de campanha, porém, utilização rapida do terreno, feitura de abrigos, organização de pontos de apoio, abertura de trincheiras e de depositos, pontes, telegraphia e telephonia de campanha, radio-telegraphia, são cousas conhecidas theoreticamente, apenas e quasi não praticadas pelos nossos Batalhões de engenheiros.

Um delles, aliás, está desviado na construcção das linhas telegraphicas de Matto-Grosso, obra de largo alcance geographico, talvez mesmo politico, mas que de militar tem apenas o nome, embora valha por enorme gravame no Orçamento da pasta.

Basta ter assistido a uma manobra qualquer para se averiguar quanto se acha afastada da verdadeira concepção da sua missão a mentalidade dessa arma no nosso Exercito. Pontes rococós, trincheiras preparadas com larga antecipação e com arrebiques que nunca se encontrariam na guerra, com coberturas de tabuas e revestimento de um palmo de terra; minas excavadas e carregadas não se sabe para que fim, material de scenographia para preparar agradavelmente os espiritos antes do almoço costumeiro que constitue o ultimo acto da manobra final; ha de se confessar que tal não é o escopo da Engenharia militar nem sua missão na campanha.

Posso falar da 5.<sup>a</sup> arma, embora oficialmente ainda não tenha tal categoria: a aviação. E, felizmente, é para louvar, que me tenho de occupar della. Nada existia, e foi melhor, pois permittiu uma solução que applaudo sem restricções: o Governo abriu um credito de 2.000 contos para apparelhar o serviço. Fel-o com intelligencia, e, si a censura de tardo no resolver lhe póde ser endereçada, vem dirimil-a o acerto da providencia.

Foi contractada em França uma escola completa, com os aviões e todos os sobresalentes, acompanhada de instructores, de mecanicos, de serventes, enfim uma instalação perfeita de instrucção. Essa é a solução ideal, que eu quizera ver adoptada para todas as armas e para os serviços.

Falemos nestes ultimos.

O Corpo de Saúde do Exercito tem se limitado até hoje a fazer clinica civil, com a unica differença de que

o medico e o doente usam farda. Mas serviço medico de campanha, exercicios de maqueiros, manobras de quadros do Corpo de Saúde, organização de postos de primeiros socorros, de transportes de feridos, de hospitaes de retaguarda, de formações sanitarias, de trens de evacuação, etc. etc., isso não foi feito e só é conhecido por excepção.

A guerra veiu operar de cataractas os chefes do serviço medico do Exercito. Estou firmemente convencido de que a licção aproveitará, si houver quem saiba utilizar o momento e dirigir os esforços de um pequeno grupo de profissionaes que avaliam a gravidade da hora, a urgencia do problema, grupo á frente do qual parece estar o General Ferreira do Amaral, director do Corpo.

O serviço da Auditoria é cousa verdadeiramente clamorosa. A poder de pedidos, conseguiram equiparações perniciosas para a disciplina e para o bom desempenho de suas funcções judiciais. Em vez de constituirem, como em todos os exercitos, um serviço auxiliar, com a mobilidade e a presteza de todas as organizações militares, transformaram-se, graças a leis obtidas da cumplicidade interessada de alguns congressistas, e tornaram-se magistrados inamoviveis, com o posto de subalternos mas com os vencimentos de officiaes generaes, nas Regiões 5ª e 6ª.

Semelhante anomalia existente na Marinha tambem, e pelos mesmos motivos, deve desapparecer, nem que seja necessario garantir aos actuaes serventuarios o gozo da esdruxula concessão que lhes foi dada, contra o interesse nacional. Assim receberá golpe de morte uma das tres pragas do Exercito, sendo as outras duas os professores e o desarranchamento das praças.

Na Instrucção militar, ha uma distincção a fazer: a instrucção militar propriamente dita, a verdadeira, e as inutilidades pomposas que usurpam tal nome. Na primeira classe, que abrange a Escola de Estado-Maior e a

Escola Militar, ha reformas a desenvolver e medidas novas a instituir. Na segunda, que se limita aos Collegios Militares, uma unica providencia se impõe e é reclamada por todos os officiaes do Exercito, menos os que têm cargos nos mesmos estabelecimentos: a suppressão pura e simples, como dependencias do Orçamento da Guerra.

São collegios de ensino secundario, aliás bons, que nenhuma significação militar possuem. Si devem ser mantidos pela União, sejam-no pelo Orçamento do Interior, e nunca pelo da Guerra, cujo fim exclusivo é organisar serviços e forças com um fito unico: a preparação para a guerra.

Além dos officiaes e das praças que desviam do serviço, e, entretanto, vencem pelas verbas respectivas, dispendem cerca de 340 contos em pura perda (do ponto de vista militar) e mais

|                |   |         |              |
|----------------|---|---------|--------------|
| 42 professores | a | 9:600\$ | 403:200\$000 |
| 36 adjuntos    | a | 6:000\$ | 216:000\$000 |
|                |   |         | <hr/>        |
|                |   |         | 619:200\$000 |

sommas ás quaes se devem accrescentar: additionaes, lentes em disponibilidade, professores excedentes, etc. etc.

Sem computar o que se gasta para esse fim pelos soldos, etapas e gratificações (verbas 8.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> do Orçamento), na fixação peculiar de gastos para Instrução militar, verba 4.<sup>a</sup>, no total de 2.574 contos, nem 600 contos vão ao preparo militar propriamente dito, concentrado nas Escolas de Estado-Maior e Militar. 2.000 contos são jogados fóra, do ponto de vista do preparo dos quadros e da tropa, para inutilidades absolutas no ensino profissional do Exercito.

Só ahi, nessa economia moralisadora, se encontraria mais do que o sufficiente para custear a Grande Missão,

as escolas de aperfeiçoamento, quer do tiro de fuzil e do tiro de canhão, quer nas de apuro da utilização tactica das cinco armas.

Mesmo expurgada de tal demasia a instrucção militar, uma reforma deve ser mantida com mais severidade do que se tem feito até hoje: a transitoriedade das funcções professoraes. Só é vantajoso o ensino theorico quando tem o apoio, a sancção, a autoridade da lida pratica; esse principio que fôra tão util ver generalisado nas escolas profissionaes civis, é essencial nas de character militar.

O official que leccione durante dois ou tres annos, voltando á fileira, permanece soldado; adquire mais prestigio por ter mantido seu preparo scientifico, tanto perante os alumnos como perante seus commandados. Afastado da fileira definitivamente, por ser professor inamovivel, vira funcionario publico e, tendo deixado de ser soldado, prejudica aos officiaes de verdade concorrendo com elles ás promoções, além das vantagens especiaes (hoje felizmente abolidas) que lhes premiavam, como professores, o terem abandonado seu dever militar.

Os quadros estão cheios, até de generaes, que fizeram carreira, uns ensinando, outros (por cumulo) em disponibilidade de serviço mas com a totalidade effectiva das vantagens. O escandalo chegou ao ponto de ter chegado ao generalato um professor desses, cujo curso era de calligraphia ou de desenho!...

E o mais pittoresco é que, deslembrados de que havia desaparecido seu valor militar, alguns desses honrados paizanos, a fingirem de profissionaes, mettiam-se a pontificar em questões de organisação militar, de adestramento de tropas, etc. etc. Por disciplina, seus subordinados escondem o riso que tal ridiculo desperta, mas todo o Exercito os aponta, e conhece de sobra a taes cidadãos que verificam praça com os bordados de general ou os 5 ou 6 galões de tenente-coronel ou de coronel.

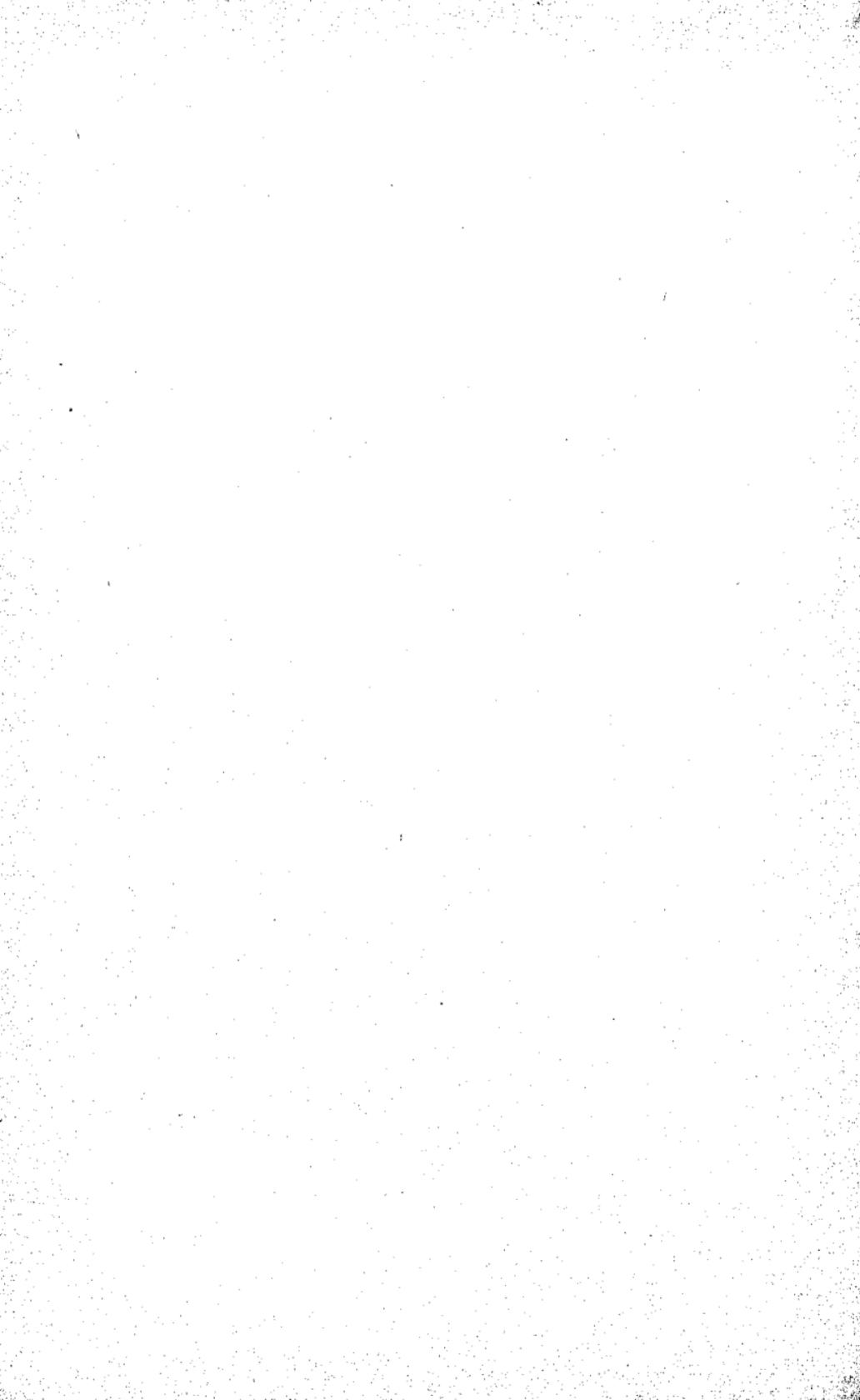
Para coordenar e remodelar tanto elemento bom desaproveitado e fazer, do conjunto dos soldados brasileiros, o Exército indispensável á politica internacional de nossa Patria, só a Grande Missão pela qual anseiam todos os estudiosos, todos os entusiastas pelo futuro de nosso paiz.

Para custear o aparelhamento material a que já alludi, só o recurso ao credito. Aquisição de canhões e de seus pertences; aquisição de metralhadoras; remodelação das fabricas e dos arsenaes; terminação das obras de fortificações de costas; construcção ou compra de quartéis para as unidades, de accordo com o principio do serviço regional; compra e preparo de cinco grandes campos divisionarios de instrucção; e mais os detalhes citados paginas atraz, bem como as consequencias da creação do nosso Exército, organismo a constituir dos elementos esparsos e desconexos existentes por ahí além; tudo isso representa um dispendio de cerca de 8 a 10 milhões esterlinos.

Com os 20 milhões de que falámos para a Marinha, são 30 milhões ao todo, como despesas de primeiro estabelecimento.

Para a manutenção do corpo expedicionario que parece conveniente e urgente mandarmos para o theatro da guerra, a despesa será proporcionada ao effectivo das tropas enviadas.

Para fazer face a tudo isto, é que proponho se negocie com os nossos Alliados. Um delles, a Inglaterra, preferencialmente, no meu entender, faria os adeantamentos precisos nesse sentido, com a clausula da transferencia aos Imperios Centraes da responsabilidade integral dos gastos, devidamente apurados, e incluidos na indemnisação de guerra a liquidar no proximo Congresso da Paz, que terá de impol-a aos Governos criminosos que desencadearam sobre o Mundo o cyclone devastador.



## MINISTERIO DA VIAÇÃO

A este Ministerio e ao da Agricultura, mas principalmente ao da Viação, cabe a maior responsabilidade na desorganisação das finanças publicas, a partir de 1910.

Os primeiros planos de construcção das rêdes ferroviarias da Bahia e do Ceará, embora um pouco arrojados para o momento, ainda seriam comportaveis com algum sacrificio dentro nos recursos do paiz. Foram logo excedidos, porem, e loucamente ampliados pela megalomania inconsciente do quadriennio Hermes, estando no Ministerio da Viação o Dr. Seabra.

Continuou com a reforma da E. F. Central. Contrario á medida, cumpri o dever de interpellar ao relator, o Dr. Paula Ramos, sobre as consequencias do voto pedido á Camara, verificando-se então, com surpresa geral, que nem Governo, nem Congresso tinha idéa nitida do assumpto, pois avaliavam em 2.000 contos o augmento quando de facto se elevou ao quadruplo, isto é, a 8.000, que correspondem ao juro de 5% de um capital de 160.000 contos de réis!

Proseguiu com a escandalosa transformação de serviços temporarios, de commissão, em onus normal, permanente, cousa que se deu com a Comissão das Obras do Porto do Rio, as dos demais Estados, as do Saneamento da Baixada.

Desenvolveu-se com as construcções de ramaes da

E. F. Central, da linha de Pirapóra a Belem, trechos que a administração passada não chegou a concluir em Itacurussá e em Vassouras apesar de ter gasto mais de 400 contos por kilometro.

Alastrou-se com os contractos de obras publicas para a feitura de portos e de vias-ferreas, que o Brasil não teria como pagar, preparando assim o terreno para onerosas rescisões futuras.

Ainda espraiou-se pelas interpretações latitudinarias dadas aos accordos, ás gratificações additionaes, pela capitulação constante do Governo ante o interesse individual, em um avanço systematico contra o Thesouro e os contribuintes.

E ultimamente cumulou com um delirio de construção de vias-ferreas e de linhas telegraphicas e de estradas de rodagem, que a propria moral governamental devia condemnar nas condições especiaes em que se encontra o Brasil, programmas de governo a querer tornar-se popular, sem embargo de estarmos apenas sahindo da moratoria e com a preocupação maxima da guerra a polarisar forçosamente todos os nossos pensamentos e todos os sacrificios.

Nessa impensada aventura, a responsabilidade do quadriennio expirante é mais grave do que a do precedente. Não pela importancia dos compromissos assumidos, é certo; mas pela indesculpavel cinca moral de ter proseguido na mesma politica de dissipação, de descaso do contribuinte que havia tão energicamente condemnado quanto ao Governo do Marechal Hermes, cujo legado de onus corajosamente e inexoravelmente havia exposto ao conhecimento da Nação.

E fê-lo sem grandeza nem sinceridade, querendo escamotear ao publico a noção de que gastava em inutilidades os impostos collectados com tanto esforço e sacri-

ficio. Para isso, figurava verbas orçamentarias inferiores aos gastos reaes. Acorçoava transgencias e concessões legislativas, que beneficiavam a funcionarios individualmente e não ao serviço publico. Devolvia ao Congresso conhecimento e solução de problemas de méra administração. Abdicava de governar, por horror á responsabilidade.

Quando, em 1914, ante o pavor do crescimento da despesa, em pleno regimen do segundo *funding-scheme*, o Congresso mandou rever, para reduzil-os, os quadros do funcionalismo, excessivo e, quanto ás nomeações ultimas, tecnicamente incompetentes, a grita de interessados sem direito algum fez recuar a Administração, e máo grado o protesto de uma ou outra voz isolada no meio do Governo, instituiu a indesculpavel politica dos addidos.

Procurou-se attenuar os inconvenientes de tão esdruxula invenção. Mas o Governo, a preconisar economias, systematicamente a ellas se furtou. Foram acceitas as pretensões extremistas, applicadas com espirito latitudinario e, cousa incrível, na sessão ultima do Congresso o Governo favoneou a inclusão no quadro desses inactivos de gente dispensada anteriormente aos dispositivos da lei de 1914. Foi uma comedia, paga pelo contribuinte brasileiro, e contra cuja adopção official de nada valeram protestos isolados.

Para mascarar o desastre, deu o Orçamento, a principio, a verba ridicula para tal onus.

A verdade é que, nestes quatro annos, o Thesouro não dispendeu menos de 25.000 contos com taes addidos, sendo que no primeiro anno andou por perto de 9.000.

Era de esperar que o aproveitamento desses parasitas orçamentarios lhes diminuísse o numero. Assim se effectuou realmente nos Ministerios da Agricultura e da Fazenda, onde houve rigor na applicação da ordem legis-

lativa. De um anno para cá, entretanto, quer num quer noutra desses departamentos, a propria interpretação do Governo, sem intervenção do Congresso, alargou o numero desses novos aposentados *sui generis*, contra a lei e contra a moral.

No Ministerio da Viação, entretanto, os factos passaram-se com um descaso ingenuo do respeito devido ao paiz. Incluíram-se como addidos funcionarios temporarios, de comissão com seus serviços findos (Saneamento da Baixada), dizendo a chronica dos corredores do Monroe que para isto concorreu grandemente a coincidência de um relator do Orçamento da Fazenda ter ali empregado um seu parente em gráo proximo.

Nas Obras contra a sêcca, que, apesar das premencias financeiras, e uma vez vencida a ameaça da crise climaterica de 1915, ainda continuaram a ser executadas, pois a politica partidaria de certos Estados se faz com linhas telegraphicas, açudes, estradas de rodagem e vias-ferreas, tudo em nome do flagello cosmico transformado em pretexto para eternisar concessões da União aos Estados que vivem da sêcca; nas Obras contra a sêcca, repito, não se aproveitaram os mil e um engenheiros e conductores que enchiam de pernas, como addidos, as avenidas do Rio. Comissões novas foram organisadas, com diarias avultadas, duplicando despesas... enquanto o pessoal tecnico que se poderia utilizar, ou, caso recusasse, dispensar, continuava a desfructar o *otium cum dignitate* de encostados inactivos, em pleno vigor, e a perambular pelos theatros e cinemas. E nesse mesmo tempo, cobravam-se impostos e faziam-se sacrificios sem nome para sustentar a taes inuteis. Mas a politicagem sertaneja e os interesses dos compadres assim exigiam...

Desse alargamento do circulo dos addidos, da duplicata evitavel de gastos, resultou a elevação global do onus,

que, neste quadriennio, se deve ter alçado a uns 30.000 contos de réis.

Uma disposição torna-se precisa para fazer cessar tal escandalo, ou dispensado os addidos, ou firmando a obrigatoriedade da acceitação das commissões que lhes forem designadas, fóra das sédes de suas antigas funcções, e mesmo que entre ellas haja apenas correlação e não identidade, pretexto que hoje invocam para recusar a designação.

Com um pouco de energia, em um anno desaparecerá essa verba de addidos, que ainda deve orçar por uns 4 a 5.000 contos.

A mesma triste indifferença pelo interesse collectivo notou-se quanto á celebre questão das gratificações additionaes. Resolvido pelo Congresso fazel-as cessar, um passe de ultima hora, no Senado, ao que consta, fez retardar de um anno, de 1912 para 1913, a data a partir da qual deixariam de valer os principios regulamentares, de legalidade duvidosa aliás, em que se fundava sua concessão. Levantada a questão e combatido o novo favor em conferencia de ministros, opinou o Governo pela solução mais benevola. A decisão tomada acarretou um augmento automatico de despesas que talvez exceda de 3.000 contos por anno.

A mesma fraqueza quanto ás accumulações. Condemnadas pela Constituição, pelos julgados uniformes do Supremo Tribunal, pela legislação orçamentaria (apesar de attenuada por causa de interesses pessoases de congressistas), pelos pareceres de todas as repartições informantes, do Tribunal de Contas, etc. etc., ainda existem taes accumulações para certos privilegiados, membros do Congresso Federal ou politicos em evidencia. Claro que me não refiro ás accumulações legaes, no proprio regimen vigente, nem ás que se constituíram legalmente antes da

proclamação da Republica. Seria acto de alta moralidade provocar a revisão de taes concessões, nem que se perdoe aos accumuladores a divida decorrente de terem illegalmente recebido quantias a que não tinham direito, até á data da nova providencia.

Acção saneadora da mesma especie deveria ser exercida quanto á multiplicidade de funcionarios occupando o mesmo cargo, mas afastados em commissões mais ou menos problematicas, ou em situação de inexplicavel indisponibilidade. Como regra, exigir o trabalho de quantos, em funcções activas remuneradas pelo Orçamento, se acham em disponibilidade ou em posição equivocada equivalente.

O mesmo espirito de honesta indagação dos factos e o proposito de cohibir abusos devem prevalecer quanto á execução dos serviços. Ha milhares de contos malbaratados, por desidia ou por dolosa applicação. E não ha negar que o Governo, sabedor dos casos, nem sempre quiz impedir as irregularidades nem apurar as culpas, porque receava punir.

Nas Obras contra a sêcca, houve larga serie de denuncias de fraudes e desvios de dinheiro em certo districto do Norte, onde se executavam obras. Ante a insistencia da grita, foi enviado em missão de inspecção um distinctissimo profissional da Repartição, o Dr. Pires do Rio. Seguiu viagem, examinou e voltou com as informações precisas, comprobatorias das irregularidades denunciadas. Pedidas as sancções indispensaveis para tão graves deslises, ouviu como resposta: "Sei disso, e de mais muita cousa; trata-se de amigos politicos, porem, contra os quaes não posso agir". E tudo continuou como d'antes.

O caso referido não é isolado. Ha em fornecimentos de repartições da propria Capital Federal largo campo de actividade para uma autoridade honesta, ciosa de seu nome e da boa fama dos serviços publicos.

A historia, pouco sabida, da construcção de alguns ramaes ferroviarios para as minas de carvão, é edificante. Havia meios, mais do que isso, sabia-se existirem propostas de realisação de varias dessas linhas sem onus para o Thesouro. Assim a Cia. S. Paulo-Rio Grande estava prompta a incumbir-se dos ramaes do Paraná até o Rio do Peixe e até Ourinhos. Hostilidades pouco comprehensíveis do Ministerio da Viação, e outras malquerenças (algumas, até, deram logar a extranhas murmurações), levaram o Governo a pôr de lado conselhos de prudencia, e, contra o parecer do Thesouro, a empreitar directamente a construcção.

O prolongamento das linhas de Barra Mansa e Angra, de Piquete a Itajubá, de Buenopolis a Montes Claros, de Mariana a Ponte Nova, nada tinha, a não ser o ultimo, talvez, que lhe indicasse a urgencia de forma a exigir taes sacrificios immediatos.

Como se vê, de modo nenhum contribuiu o Ministerio da Viação para attenuar os onus do Thesouro no quadriennio expirante. Antes o contrario seria a verdade. As mesmas revisões de contractos, que se apontam como uma economia, é duvidoso que o tenham sido. Nos encargos presentes, actuaes, positivamente nada diminuiram. E a unica cousa que se allega é que as revisões limitaram os onus futuros ao que são neste momento. Essa affirmação, contudo, deve ser acceita a beneficio de inventario. Nenhum contractante, seguro de seu contracto, assente em modificá-lo sem vantagens para si. Cede, por vezes, ante a fraqueza de sua propria situação juridica, e tanto mais facilmente quanto mais fragil é sua posição no modo de dar cumprimento ao que pactuou com a Administração publica. D'ahi a opinião prevalente em circulos bem informados de que, das revisões, varias fizeram reviver concessões que já agonisavam e caminhavam ligeiras rumo

da caducidade. Nessas condições, a E. F. de Theresopolis entre outras.

De modo geral, nesse Ministerio que joga com tantas responsabilidades ferroviarias e onde se ordenam gastos tão avultados, em nenhum momento se comprehendeu que o estado de guerra e a crise financeira impunham restricções. Tolerancias especiaes foram admittidas, a pretexto de força maior, que se condescendeu em reconhecer, para situações contractuaes que, com um pouco de boa vontade e de energia, se poderiam honestamente modificar a bem das despesas publicas.

Assim, poderia ser citada a iluminação publica do Rio de Janeiro, cidade com orgia de luz, que nos custa carissimo, maxime agora com a baixa do cambio. Uma revisão feita agora não encontraria grande difficuldade, si o Governo se limitasse a exigir o cumprimento rigoroso do contracto, pois a crise do carvão e gaz na Inglaterra, e a carestia dos fretes maritimos, levariam a Empresa a pedir novos termos de accordo. Mas, entre nós, politica de restricção não é cousa que se comprehenda. Prefere-se emittir, augmentar vantagens pecuniarias, e eliminar impostos.

Note-se que, quanto á iluminação do Rio, sua diminuição seria, alem de financeiro, um serviço de character militar. Nossa Capital não está livre de um bombardeio por submarinos de largo raio de acção e em determinadas condições, como prova o recente exemplo dos Estados-Unidos. O Rio tem tal profusão de luz que, no mar, a dezenas de milhas de distancia, se nota a mudança de côr do ceu á noite, e por ella se guiam os navios. Imagine-se o precioso signal que seria para os empreiteiros de qualquer aggressão nocturna, por parte de forças inimigas.

Obvio que tudo isto pôde ser corrigido, ou pelo menos melhorado: basta que superintendam aos serviços

homens competentes, despreocupados de politicagem e de popularidade, bastante superiores ao méro espirito profissional para o sacrificarem conscientemente a bem do dever de restricções que o momento impõe. Homens de Estado, Administradores, e não politiqueiros vulgares.

Cresce de intensidade a impressão, no exame detalhado dos serviços.

O primeiro passo a dar tem por objectivo a propria Secretaria de Estado. Como o Ministro da Fazenda tem de lançar o "Cumpra-se" ás requisições vindas dos outros departamentos, facil é averiguar pelas folhas de pagamento a natureza do pessoal, ostensivo ou não, que trabalha nos gabinetes. Em alguns, auxiliares de serviço quasi não existem, substituidos por clientes politicos e por jornalistas em férias. E' notorio que mais de uma vez Ministros têm sido postos em situação difficil por tal gente.

Na Secretaria da Viação, torna-se imprescindivel a mão de ferro de um administrador de verdade para cohibir abusos, reprimir collaborações remuneradas de funcionarios com contractantes e outros interessados na marcha dos papeis pelas dependencias do Ministerio. Ha um nucleo de optimos servidores do paiz, sem meios de agir, entretanto, emquanto promoções, premios, punições, commissões estiverem á mercê de politiqueiros, a tremem deante da censura e da *chantage* do primeiro reporter desoccupado e de jornalistas á caça de escandalos, que inventam para terem assumpto ou para sacarem contra o Ministro agredido.

Quem tem relações nas rodas commerciaes, no meio dos infelizes contractantes com o Governo, sabe por demais as extorsões de que são victimas e contra as quaes não ousam reagir, pois, os defeitos de administração a que alludi são de tal natureza, que por vezes organisam

nas respectivas repartições verdadeira *maffia* a que nada escapa. Delongas só se vencem com gorjetas; exigencias descabidas formulam-se, quando a victima recalitra em se explicar; informações capciosas castigam os revoltados, etc. etc.

As maiores queixas de que tenho noticia, nesse genero de immundicies administrativas, visam o Ministerio da Viação, o da Marinha e o Tribunal de Contas. O Ministro quasi sempre é vendido sem o saber.

Uma acção systematica, moralisadora, collimando dar prestigio, força, e premios ao optimo nucleo existente nessas repartições, de funcionarios honestissimos e dedicados, transformaria o ambiente em poucos dias. Para tanto, basta a acção pessoal do Ministro pois é o chefe que faz as administrações, como é o General que faz a tropa.

Não creio exaggerar affirmando que, saneados os meios de informação do Ministro, e sendo este competente, nas proprias verbas orçamentarias ha margem para milhares de contos de réis de economia. E' sempre, e cada vez mais, uma questão de homens, de applicadores severos da lei.

Nos Correios, ha elementos para se fazer um optimo trabalho, afastando alguns funcionarios de categoria superior, que conhecem o serviço, é certo, mas se tem valido disto e de sua intelligencia para commetterem, impunemente até hoje, as maiores irregularidades.

Um dos grandes auxiliares, inconscientes embora, destas ultimas, têm sido os Directores Geraes escolhidos fóra das repartições postaes. E, como contraprova, a melhor e mais moralisada das superintendencias dos Correios foi, até hoje, a do Snr. Sub-director Lyrio de Siqueira, que mais de uma vez, com proveito para a Nação, serviu de director.

As irregularidades surgem nos fornecimentos e nas

promoções, quando não decorrem da incompetencia de alguns chefes de serviço e de conluios criminosos como se deu na ultima epidemia de desfalques nas agencias da Capital Federal.

Ambas as causas merecem investigação mais cuidada.

O julgamento das concurrencias é feito por commissões, nomeadas pelo Director Geral, no Rio, e pelos Administradores, nos Estados. Da competencia desses funcionarios superiores, de seu conhecimento do pessoal, do duplice ponto de vista da idoneidade moral e de seu valor profissional, depende pois a seriedade no estudo das propostas de fornecimento... Não impede, mas póde diffcultar, os conchavos entre os proponentes. Mais um argumento para que director geral e administradores sejam, como regra, empregados postaes em commissão.

Ha uma verba para material que urge reformar: a que se refere á compra de sellos, de formulas de franquia e de cheques postaes, no estrangeiro. Foi, muitos annos faz, regra pacifica o serem feitas taes impressões na Casa da Moeda. Encontrei, ao assumir a direcção do Ministerio, abolida essa tradição, com grave prejuizo para os cofres publicos. Mais do que isso, nos Correios os supprimentos eram pedidos, e eram executados pela *American Bank Note*, sem se preoccupar o responsavel pelo serviço si o credito estava excedido, ou mesmo si existia credito, e as consequencias dessa desordem foram taes, que o Dr. Luiz Adolpho, director da Casa da Moeda, pode provar que em 3 annos (1912, 1913, 1914) as formulas fornecidas ao Correio Geral e por este enviadas ás Administrações estadoaes, e, a seu turno, distribuidas ás agencias andavam por 228.414:740\$500, seja a renda de quasi 24 annos!... Além disso, em 31 de dezembro de 1914 as formulas em deposito nas casas fortes andavam por .... 349.545:162\$950...

E' sabido quão deficientes são a fiscalização e a inspecção das agencias, aqui mesmo no Rio, como testemunhámos ultimamente quanto aos desfalques de 1916, e mais ainda no interior e no sertão invio. Taes sellos, em demasia, são valores em poder de responsaveis. Por falta de vigilancia, figuram em balancete sem que se saiba si existem de facto no cofre da agencia. São, portanto, um convite á pratica de desfalque, já que não ha, nem é correntemente possivel, recolhimento periodico de taes formulas de franquia.

Além disso, a encommenda nos Estados-Unidos, á sciencia de todos, dá margem a irregularidades graves: ultrapassaram-se os creditos, tanto que o Governo teve de pedir um credito especial de regularisação, em 1917; não ha fiscalização do Thesouro, para taes valores; commissões illicitas são pagas, como é notorio, para a obtenção de encommendas; os supprimentos são feitos sem atender á renda postal, mas somente de modo a esvaziar a thesouraria, no Rio, e assim justificar novos pedidos no estrangeiro; nas agencias encalham taes formulas, e são um incentivo a deslises.

Conseguiu-se, com reluctancia enorme da Directoria Geral dos Correios, voltar ao regimen anterior de fornecimento pela Casa da Moeda. Mas, agora, tudo está sendo feito para annullar essa boa pratica. Conservou-se a verba ouro de 50 contos (que já foi de 150 contos em tempos recentes) para compra no estrangeiro, e não para os imprimir aqui, como convem. Urge, pois, supprir a sub-consignação ouro, e incluir a de 200 contos papel para a impressão das formulas no estabelecimento official citado. Por emquanto, a Commissão de Finanças da Camara só corrigiu metade do erro da Proposta: incluiu a verba papel, sem eliminar os 50 contos ouro; ficou, portanto, a porta aberta para o abuso. Cumpre fechala.

Um outro serviço postal deve ser desenvolvido: a fiscalização das agencias. Nem só o monopólio postal é correntemente violado, como a contabilidade dessas estações arrecadoras nada tem que o abone. O desfalque é endêmico, e só poderá cessar pela fiscalização continua e pela inspecção competente das repartições-chefes. Acima de tudo, cumpre extirpar o elemento mais damnhinho que subverte toda a organização: a politicagem no preenchimento dos cargos, na protecção a desidiosos e culpados, no projectar itinerarios e no crear agencias.

Entregue a si mesmo, o serviço melhorará, attenderá mais completamente ao publico, dará margem a numero menor de reclamações.

Diametralmente opposta é a situação do Telegrapho Nacional. Enquanto nos Correios um espirito corporativo profissional lucta, se esforça e consegue progredir em melhoramentos technicos, no outro systema de communições rapidas uma quasi paralyisia entorpece o avanço e o aperfeiçoamento das installações, a elevação de nivel do pessoal.

Grande parte da responsabilidade cabe á deficiencia technica e administrativa dos Directores. Não exaggero dizendo que, desde a sua fundação, o Telegrapho só teve dois directores, o Barão de Capanema que o instituiu e dirigiu até pouco depois de 15 de novembro, e o Dr. Alvaro de Vilhena, cedo arrancado a seu labor por um fallecimento prematuro, e que lhe soube imprimir um largo impulso de vida e de progresso.

Considerado como de categoria inferior, este serviço não logrou ver á sua frente chefes activos, sabedores, justos nas promoções, atilados no desenvolver o trabalho proprio da Repartição, providentes em preparar o futuro para evitar obstaculos e entorpecimentos, providentes para acudir ás faltas e ás quasi-impossibilidades creadas pela guerra.

De tão lamentavel mediocridade na chefia, resultaram todos os inconvenientes que se poderiam esperar. A senha unica era manter-se no cargo, e para isto multiplicavam-se agachados e subserviencias para agradar a quantos poderiam influir na permanencia nos postos. O exemplo, vindo do alto, era seguido por toda a hierarchia. Do guarda-fio até ao Director Geral, era um *steeple-chase* para angariar sympathias dos poderosos em grãos diversos, do politico local aos congressistas, do membro do Governo ao Chefe da Nação.

O pessoal acostunou-se a não esperar recompensa de sua competencia nem de sua dedicacão ao serviço, sinão dos empenhos e das protecções. E, por isso, nos funcionarios de valor, reina desgosto profundo pelo arbitrio adoptado nas promoções, em que recebem premios os mais servis e mais louvaminheiros. Por verem que o esforço de nada vale na carreira, perdem o estimulo, e só um ou outro servidor inflexivel do Dever, heróe a seu modo, conserva a superioridade moral precisa para não se deixar vencer pelo ambiente. Para os demais, a regra de serviço é seguir o Regulamento com o minimo de saerificio possível, deixando de pingar um *i* ou de cortar um *t*, si já soou a hora de encerramento do trabalho e adiando a terminacão dessa letra para o dia immediato, e esperar o exito de sua vida de funcionario de boa vontade, de protecção de quem possa dispensar-lhe as graças.

Com tal systema, não se pensa em melhorar serviços, em preparar economias, em poupar despesas inuteis, em ter iniciativa de substituições impostas pelas difficuldades do momento. E' a parada completa da *vis intellectualis*, o reinado da burocracia, o triumpho incontestado da apathia e da chinezice administrativa.

As consequencias orçamentarias são evidentes, na enorme diminuicão da capacidade de rendimento technico

da Repartição, na sua productividade reduzida, no augmento de custo das construcções (o kilometro de linha representa quasi o dobro do que custa ás empresas de viação, no que diz respeito aos elementos comparaveis dos gastos), no desamor com que são attendidos serviços publicos e interesses dos que utilizam as canalisações electricas. O telegrapho já não é um instrumento de satisfação de necessidades do publico: é o pretexto para obter collocações para esses funcionarios.

Emquanto na pasta da Fazenda, tive um exemplo vivo desse curioso estado de espirito. O cháos financeiro creado pelo Governo do Marechal Hermes havia retardado todos os pagamentos e desorganizado os serviços de abastecimento de materia prima para os Telegraphos, entre outros.

A guerra viera ainda complicar a situação, pois os Allemães, como sempre e em toda parte, haviam dominado o mercado de material para nossa Repartição, pelos processos costumeiros e com sympathias (talvez mesmo interessadas) no proprio seio do pessoal director. Siemens era o grande fornecedor, e só se adquiriam fóra dessa firma os apparatus indispensaveis que a garantia internacional dos privilegios não permittia comprar sinão nas fabricas dos autores ou dos possuidores das patentes.

Fechada a exportação allemã, limitada e severamente fiscalizada a dos outros paizes, nosso Telegrapho, que não sabe agir com elementos proprios nem usar de recursos locais, preferindo a qualquer esforço seu substituir uma carta de encommenda aos fabricantes, bem atrapalhado se viu. Emquanto teve *stocks*, utilisou-os. Quando se exgottaram, porem, já não soube como dar conta de seu serviço.

Para alguns casos, realmente a impossibilidade era absoluta: os apparatus Baudot, por exemplo, são cober-

tos por uma patente e só pódem ser adquiridos do proprio fabricante. Mas para outros, e em numero infinitamente maior, a substituição local era possivel. Assim, quanto a postes, a isoladores, a substancias chemicas, etc., etc.

Pois foi nessas condições que me appareceu um dia o Director Geral, supplicando-me providenciar sobre pagamentos e encomendas, fóra dos preceitos legaes relativos a adeantamentos e a fornecimentos, com o duplice fito de regularisar os supprimentos de material Baudot (no que tinha razão), de postes e de sulfato de cobre. Ponderando-lhe eu que os ultimos pedidos podiam ser adquiridos ou aviados aqui, cahiu das nuvens o honrado funcionario e declarou que não podia assumir tal responsabilidade. Foi necessario que eu lhe explicasse como agir, e que lhe affirmasse assumiria eu a responsabilidade de fornecer a quantidade precisa de sulfato de cobre para as pilhas do Telegrapho, fabricando o sal cuprico na Casa da Moeda sem limitação de peso, para que esse technico, esquecido da profissão, comprehendesse a *gaffe* professional commettida, e silenciasse ante a evidencia.

Aliás, o conselho não foi seguido, pois exigia trabalho e incommodo pessoal. Foi feita nova encomenda, mais cara, e sem permittir que nos livrassemos da dependencia dos fornecedores estrangeiros. Inercia intellectual que cumpre a todo custo varrer de nossos serviços publicos.

Nos Telegraphos ha elementos para reorganisal-os, infundindo vida nova á Repartição, economisando trabalho, intensificando esforço, augmentando a productividade, libertando o Brasil em grande parte do tributo pago aos fabricantes estrangeiros. Para isto, basta haver um Homem á frente do serviço, homem que, ao mesmo tempo, seja uma vontade, uma competencia e um administrador.

Economias pouquissimas poderão ser feitas, mas com a mesma despesa, poderão augmentar de 50 % sinão de 100% os serviços prestados ao paiz.

E para desaparecer o deficit, e surgir renda positiva do Telegrapho, bastará rever a tarifa, não para agravá-la, sim somente no sentido de fazer cessar a serie de excepções odiosas em favor dos telegrammas dos congressistas, de jornalistas, e outros, que não prejudicam tanto pela sua barateza injustificada, como pelo abuso de transmissão, que atravessa as linhas e impede a recepção do serviço particular, que, este sim, remunera o trabalho. Para proval-o, basta dizer que, a razão de 25 réis por palavra, taxa para o Congresso e para os jornalistas, é duvidoso seja compensado o valor do proprio expediente utilizado.

Uma modificação profunda tem de ser estudada, igualmente, na construcção das linhas, para lhes tornar o custo menor. Talvez a empreitada seja a solução.

Outro problema sério a estudar e resolver é saber até que limite convem estender as linhas telegraphicas, e si se não torna mais economico e pratico multiplicar em certas zonas as estações radio-telegraphicas, applicando de preferencia a verba para construcções e reconstrucções de linhas ás que já existem e que, por mal conservadas e muito sobrecarregadas de serviço, não conseguem fornecer todo o rendimento de trafego que era licito esperar.

De grande importancia commercial, um ponto que está a pedir solução é o barateamento das taxas transoceanicas. A transmissão da palavra, do Brasil para outros paizes, ainda é carissima. O trafego augmentará notavelmente desde que se consiga, com orientação intelligente e persistente, reduzir a 50% a actual tabella das Companhias de cabos. Nem que seja necessario reduzir a quota do Thesouro, pela taxa terminal, paga, ao Governo, tal progresso é imprescindivel, e o avolumamento dos recados telegraphicos compensará a menor receita de cada um.

Na verba 4.<sup>a</sup>, Subvenção ás Companhias de Nave-

gação, é forçoso rever os onus actuaes, pois é incompreensivel que o Governo subsidie a empresas que, neste momento, regorgitam de recursos, pela elevação dos fretes, decorrente da guerra.

Por outro lado, o Governo é grandemente responsavel por taes despesas. Algumas concessões já haviam cessado, mesmo adoptadas as interpretações contractuaes mais latas. A pedido dos interessados, o Executivo não soube resistir e assim figuram no Orçamento as subvenções de 270 contos á Navegação Costeira da Bahia, de 270 contos á Navegação Costeira do Maranhão. Ainda figura ahi a extranha concessão de 1.040 contos á Companhia Nacional de Navegação Costeira, que nada justifica; pois, ainda ha pouco, essa empresa resgatou compromissos por *debentures*, no valor de cerca de 13.000 contos de réis.

Pelo menos durante a guerra, taes subvenções deveriam ser revistas. E ha meios de se chegar a um accordo, pois é sabido que os contractos não têm sido cumpridos com exactidão, no tocante aos itinerarios approvados.

Nada ha que dizer sobre a verba 5.<sup>a</sup>, Garantias de juros a estradas de ferro, pois é materia contractual.

Chega-se assim á verba 6.<sup>a</sup>, as Estradas de ferro federaes trafegadas pela União, a saber: a Central, a Oeste de Minas, a Rêde Cearense, e linha de Itapura a Corumbá.

Desde a proclamação da republica, numerosos foram os Directores da E. F. Central. Technicamente quasi todos tiveram valor. Mas possuindo simultaneamente valor profissional, energia, capacidade administrativa e disciplina de obediencia á lei, talvez só se possam citar Pereira Passos, Alfredo Maia, Osorio de Almeida e Miguel Lisboa. A administração deste ultimo, brilhantissima e benemerita, foi atacada pela matilha daquelles a quem havia o Director cortado a possibilidade dos innumer

abusos que praticavam, eleitoraes alguns, commerciaes outros, jornalisticos quasi todos. E ao invés de ser defendido como era de esperar, por assim dictarem o dever e o simples pundonor administrativo e humano, o medo de alguns e a opposição surda e tenaz de outros, fizeram com que capitulasse o Governo na mais desalentadora e compromettedora das fraquezas. O relatorio da administração Arrojado Lisboa está em vespéras de ser publicado. Quem souber lel-o, percorrerá uma tristissima pagina de acção governativa, de terror, de deslealdade e de covardia.

E não é, por certo, o Director da Estrada quem fica em situação lamentavel.

Os mais graves obices á direcção da Central decorrem das regalias absurdas que grangearam a seu pessoal a politicagem do Districto Federal, e, occasionalmente, a dos Congressistas representantes dos districtos que ella percorre; regalias entre as quaes cumpre citar o inexplicavel pagamento dos domingos e feriados. Provém ainda do atrazo e do pequeno rendimento de suas officinas de construcção e de reparações, da megalomania de certas ampliações da rêde por zonas improductivas (para maior gaudio dos empreiteiros, dos tarefeiros e, principalmente, dos intermediarios), da pessima e immoralissima administração official, da politica eleitoral das tarifas, das concessões de passagens e de favores que nenhuma empresa particular faria, da intervenção continua da politica na administração.

Neste momento, aggravam a situação, mais do que todos os outros factores reunidos, a crise de combustivel (carvão, oleo, lenha) revelada na sua escassez e no seu preço, e á quasi impossibilidade de importação de material de construcção e de custeio.

Ao iniciar-se o actual quadriennio, a anarchia era modelar na E. F. Central. Havia sido transformada em

material para manifestações a membros do Governo e da alta administração publica. Era elemento basilar do partidario local. Constituiu nucleo para a formação de eleitorado que escolheu representantes nas duas Casas do Congresso. Possuia carvão para menos de um mez. Pagamentos em atrazo. Difficuldades accumuladas, quiçá intencionalmente, para tornar mais ardua a tarefa do novo Governo. Irregularidades sem conta nem nome no furto de mercadorias transportadas, na observancia dos horarios, na execução das obras. Crise de material de tracção, a par de supprimento regular de material de transporte, e isto em vesperas de grande affluxo de carga para exportação em virtude das naturaes solicitações dos Estados-Unidos e dos Alliados para a obtenção de materia prima (manganez) com que alimentavam suas metallurgias de guerra.

Tudo logrou solver o Dr. Miguel Lisboa, com energia e competencia pouco communs e noção bem alta de sua responsabilidade de tecnico e de administrador, cujo nome estava empenhado em *solver* os problemas, máo grado a grita de interessados na permanencia do cháos anterior. E talvez seja possivel traçar a origem de certas accusações e as raizes de certos protestos pseudo-patrioticos no ouro allemão que alvejava no Director da Estrada um elemento combatente, no campo industrial, a favor dos Alliados.

Ainda hoje, na Central, é reconhecido que si o trafego se não interrompeu, foi graças ás providencias dadas pelo Director que precedeu ao actual.

Restabelecida a disciplina e normalisado o serviço da via-ferrea, finalisada a construcção dos trechos que já haviam custado 400 contos por kilometro e ainda estavam longe de seu termo, um problema sério chamava a attenção dos responsaveis pelo serviço: o combustivel.

O credito orçamentario era irrisorio, ante a alta dos

preços e dos fretes. Além do que, já estava exgottado em 15 de novembro. O conselho do Ministro da Viação foi que se suspendesse o trafego. Causa inacreditavel, comprovada porém, apesar de ser obvio, que tal suspensão seria a revolução em quatro Estados: Districto Federal, Rio, S. Paulo e Minas.

O Dr. Sabino Barrozo, e eu, depois d'elle, preferimos fazer uma operação de thesouraria com o Banco do Brasil, em que este não adeantaria um vintem, mas abriria uma conta corrente á Central que seria compensada com a renda semanal da via-ferrea. Assim, poderia esta emittir cheques, que não implicariam movimento de numerario do Banco, pois os pagamentos se effectuariam pela propria Estrada, o recolhimento da receita se faria mediante o cheque contra o Banco, e a justificação das despesas perante o Thesouro teria logar pela apresentação dos recibos das contas pagas. A conta do Banco do Brasil ficaria cancellada e balanceada com a communicacão feita pelo Thesouro.

Contornada assim a obrigação do recolhimento semanal da renda ao Thesouro, e feitos os pagamentos directamente pela Central, havia mais economia, mais pres-teza; evitavam-se supprimentos pelo Thesouro á thesouraria da Estrada, e o Banco nenhum ceitil adeantava, figurando a conta corrente como méro recurso de escripturação e de mobilisação de renda da propria via-ferrea.

Além desse expediente, houve necessidade de supprir de fundos, em excesso dos creditos votados, o serviço de tracção da Estrada, afim de comprar combustivel e impedir a paralysação do trafego. A justificação é obvia, e o Congresso, ao estudar o pedido de credito de regularisação, o reconheceu e proclamou, sancionando o acto do Executivo.

Mas o esforço financeiro não podia nem póde continuar. A proseguir o emprego do combustivel inglez ou

americano, o deficit da linha seria assombroso, e seguiria um crescendo assustador. Os dois quadros seguintes mostram a progressão dos deficits e o extenuo trabalho feito para substituir a hulha pelo oleo e pela lenha.

| <i>Annos</i> | <i>Receita total</i> | <i>Custeio</i>  |
|--------------|----------------------|-----------------|
| 1890         | 12.041:192\$249      | 9.184:083\$476  |
| 1891         | 16.236:347\$007      | 12.237:552\$104 |
| 1892         | 19.870:923\$658      | 17.123:525\$251 |
| 1893         | 24.539:305\$000      | 24.012:414\$996 |
| 1894         | 27.226:847\$160      | 25.383:912\$166 |
| 1895         | 29.377:160\$286      | 29.124:653\$800 |
| 1896         | 32.682:067\$709      | 32.677:027\$807 |
| 1897         | 30.386:487\$744      | 31.750:247\$344 |
| 1898         | 34.118:623\$332      | 31.043:580\$000 |
| 1899         | 32.495:751\$390      | 28.050:482\$993 |
| 1900         | 29.823:653\$696      | 27.253:719\$168 |
| 1901         | 31.920:349\$826      | 26.340:140\$458 |
| 1902         | 30.392:065\$132      | 26.708:315\$876 |
| 1903         | 30.534:863\$000      | 26.024:467\$000 |
| 1904         | 28.223:687\$000      | 27.840:953\$000 |
| 1905         | 28.641:493\$000      | 27.823:790\$000 |
| 1906         | 31.140:012\$000      | 30.574:049\$000 |
| 1907         | 32.475:558\$000      | 31.845:827\$000 |
| 1908         | 30.521:878\$000      | 32.182:377\$000 |
| 1909         | 31.735:699\$000      | 31.262:510\$000 |
| 1910         | 29.997:805\$000      | 38.521:885\$000 |
| 1911         | 32.427:548\$000      | 43.629:355\$000 |
| 1912         | 37.170:272\$000      | 47.683:482\$000 |
| 1913         | 43.824:636\$000      | 49.404:477\$000 |
| 1914         | 40.866:713\$000      | 45.621:758\$000 |
| 1915         | 43.074:522\$000      | 55.961:554\$000 |
| 1916         | 46.201:674\$000      | 66.278:031\$000 |
| 1917         | 55.797:177\$000      | 73.623:897\$000 |

Ahi vae agora a traducção numerica da acção desenvolvida quanto á substituição do combustivel.

| <i>Annos</i> | <i>Carvão<br/>tons.</i> | <i>Lenha<br/>metros cubic.</i> | <i>Oleo<br/>tons.</i> |
|--------------|-------------------------|--------------------------------|-----------------------|
| 1910         | 219.296                 | 2.617                          | ————                  |
| 1911         | 255.955                 | 114.617                        | ————                  |
| 1912         | 2.270.155               | 86.325                         | ————                  |
| 1913         | 302.346                 | 24.868                         | ————                  |
| 1914         | 258.692                 | 80.634                         | 3.691                 |
| 1915         | 235.632                 | 69.888                         | 24.510                |
| 1916         | 193.412                 | 212.195                        | 50.366                |
| 1917         | 182.332                 | 707.179                        | 32.188                |

Logo appareceram contratemplos. A guerra naval, a exigir grandes fornecimentos de oleo mineral para as machinas de submarinos, de destroyers, de cruzadores e de couraçados, monopolisou a producção dos poços petroliferos e dos navios-tanques para seu transporte. A lenha, sobre a qual tantas esperanças se haviam fundado, valeu por uma fallencia. A area suppridora era menor do que se suppunha, e os largos transportes exigidos para vehicular o combustivel do ponto de abastecimento ao ponto de aproveitamento nas locomotivas immobilisavam grande copia de material e encareciam o producto final.

Em ultima analyse, a equivalencia, que se imaginava ser de 6 a 8 metros cubicos de lenha para 1 tonelada de carvão, na pratica se revelou de 10 a 12 para 1. Alem do que, as fornalhas e as grelhas das locomotivas não se prestavam para queimar madeira. Como resultado definitivo, as rampas dos perfis accidentados das duas cordilheiras, do Mar e da Mantiqueira, não podiam ser vencidas sinão com carvão mineral.

Ainda assim, o uso da lenha, elevando-se a mais de

700.000 metros cubicos, permittiu economisar cerca de 70.000 toneladas de hulha. Mas esse foi um limite, difficil de ultrapassar, e cujos inconvenientes todos enxergavam.

Era imperioso achar outra solução. De ha muito, eram conhecidas jazidas nacionaes de hulha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catharina. Estudos mais recentes haviam alargado a area em que tal combustivel se encontrava, e mais ainda a região em que era licito esperar seu apparecimento.

De qualidade inferior, embora, tinha provado ser utilisavel em determinadas condições de preço, de transporte e de dispositivo de combustão. Eliminada ficára a hypothese de seu aproveitamento na metallurgia, a não ser como fonte calorifica.

Para ahi voltaram-se as atenções e os estudos. Nos Estados-Unidos, constava terem sido feitas experiencias de queima de carvões inferiores, préviamente dessecados e pulverisados. Sob a inspiração do Dr. Miguel Lisboa, foram enviados technicos competentes, com amostras de hulha de S. Jeronymo e de outros pontos, afim de seguirem os progressos feitos quanto á utilização do carvão pulverisado. Os resultados dessa iniciativa benemerita constam dos relatorios dos Drs. Joaquim de Assis Ribeiro e Silva Freire, e da conferencia do Dr. Miguel Lisboa feita na Bibliotheca Nacional. Tanto quanto é licito prever, ahi se encontra a solução do problema do combustivel nacional, para a Central como para as demais industrias.

Neste intuito, foi iniciado um esforço notavel. Adquiriu-se a patente do processo de pulverisação. Fez-se na Barra do Pirahy a installação dos apparatus. Iniciaram-se as experiencias industriaes de transporte em larga escala. Os resultados foram technicamente perfeitos. Era, pois, uma questão solvida, restando apenas dar andamento

aos contractos de fornecimentos com as minas productoras. E' a genesis do contracto da Jacuhy.

Para chegar-se ao fim, porém, e para impedir a especulação dos proprietarios de jazidas em exploração, era imprescindivel cuidar de varias questões connexas; o aparelhamento das minas; o transporte até ao ponto de utilização; o preço de custo e mais os fretes.

Ora o problema variava conforme as zonas. S. Paulo e suas estradas devem abastecer-se no Paraná, e ahí o obstaculo a vencer era puramente ferroviario e de exploração das minas. Rio de Janeiro e parte de Minas serão servidos pelo Rio Grande do Sul e Santa Catharina, e ahí difficuldades grandes tinham de ser superadas por causa do regimen das taxas do porto do Rio Grande. Não vae nisso a menor censura, pois quando feita a concessão das obras não se podia ainda prever o largo desenvolvimento a que seria chamada a produção carbonifera.

Trabalhos foram iniciados neste sentido. O Dr. Lisboa na Central, e o Ministerio da Fazenda, onde por acaso havia um profissional mais ou menos a par da questão, deram começo a uma serie de actos que permittiriam ter no Rio carvão de Jacuhy e de S. Jeronymo a razão de 35\$-40\$ a tonelada, quando o americano custava 110\$ a 120\$.

Nisso, julgou o Dr. Lisboa que lhe era impossivel continuar a prestar seus serviços á Central. Foi substituido por um antigo funcionario, demittido da mesma fazia 15 ou 16 annos, após ruidoso inquerito, e que não deveria ter voltado para aquella via-ferrea pelos seus antecedentes, pelo desconhecimento das novas condições e exigencias da estrada, pelo papel que havia desempenhado nos ultimos tempos junto ao Ministerio da Viação, como Inspector federal das estradas. Assim se fez, entretanto, com grave damno para o serviço publico. O resultado logo se fez sentir.

Voltou o periodo das irregularidades. Os fornecimentos á Central, que se faziam pelo credito proprio do Governo, tiveram de passar pela formalidade humilhante da garantia prévia do Banco do Brasil e, ainda por cima, appareceram intermediarios (Lage, Irmãos) em negocios que se deveram tratar livremente e directamente de Governo a fornecedor. Dos melhoramentos encetados, raros ficaram de pé.

Um dos primeiros cuidados do novo Director foi interromper o largo esforço creador que encontrou na Central. Necessario se tornou que o proprio Snr. Presidente da Republica dêsse ordem para proseguir no que estava iniciado, para se ultimarem as installações pulverisadoras e se continuar na utilização do combustivel nacional. Ainda assim, e como todo trabalho feito de má vontade e de *parti-pris*, definha e vive vida mofina um emprehendimento que, salvo prova em contrario que até hoje não foi dada, é justo esperar seja o 13 de maio industrial do Brasil.

Essa a missão *conjunta* do Director da Central, do Ministro da Viação (quanto aos transportes e quanto aos portos) e do Ministro da Fazenda (nos transportes pelo Lloyd e nas relações com as empresas em que o Patrimonio Nacional é senhor de acções, como Jacuhy e Butiá).

E' possivel, pelos preços actuaes, obter por tonelada de carvão fornecido á Central uma economia de 50\$. São 15 a 16.000 contos, só nas 300.000 a 320.000 toneladas gastas por essa via-ferrea. Essa é a grande economia a fazer no custeio da Central. As demais dependem de estar á sua frente um chefe, sem receios e competente, administrador e avesso á politicagem. Existem homens desse jaez, até na propria Estrada.

Nestes ultimos mezes, contradicção flagrante dos primeiros tres annos do quadriennio expirante, ordenou o

Governo uma serie de construcções de urgencia mais do que discutivel: taes os ramaes de Buenopolis e Montes Claros, do Piquete a Itajubá, de Barra Mansa a Angra dos Reis, de Mariana a Ponte Nova, o alargamento da bitola (que é uma estrada nova) de Lafayette a Bello Horizonte. Exceptuam-se talvez, esses dois ultimos trechos, por motivos decorrentes do que já existe feito e não póde ser abandonado; um, o de Ponte Nova, é realmente util, produzirá renda e atravessa zona boa, onde ha muito serviço executado entregue aos estragos do tempo e que convem aproveitar antes que desapareça, descuidadas como estão as obras desde 1914; outro, a bitola larga, esta prestes a terminar, e nunca foi interrompida desde 1913, defluindo d'ahi que, já agora, o prejuizo da cessação das construcções seria incomparavelmente maior do que a despesa da ultimação.

Não quero deixar esse capitulo, sem fazer notar que sempre e cada vez mais o que importa é a acção individual dos homens e a energia clarividente do Governo. Sendo o Director um competente, de todos os pontos de vista, e si o Executivo lhe dér força e prestigio, sem lhe embaraçar a acção, a Estrada irá bem. Si o inverso acontecer, ou si o Governo, por timidez ou por espirito partidario, enveredar pelo caminho das capitulações e das fraquezas, irá tudo aguas abaixo.

As tarifas não são as que deviam ser, e o Governo, apesar de instado e de convencido, nunca quiz agir com a energia necessaria, com receio á grita dos jornaes e dos interessados. As melhorias de vencimentos foram taes que telegraphistas e machinistas têm remunerações superiores ás dos Juizes de direito de muitos Estados. Disciplina não póde haver, porque a fraqueza do Governo deu ganho de causa a guarda-freios desordeiros e gritadores contra todo o pessoal correcto e obediente e contra os chefes

responsaveis dos serviços. E eu não terminaria si quizesse enumerar todas as occurrencias desse teôr.

O mal está portanto no systema que faz de um serviço industrial uma repartição publica; sem elasticidade de movimentos; sem noção de deveres; mas apenas de direito; em que o trabalho remunerado conforme seu valor é substituído pela gratificação fixa, haja ou não serviço feito; em que se paga a quem nada faz, aos domingos e feriados, constituindo nova aristocracia, dos operarios do Estado, na massa geral do proletariado brasileiro; em que a noção de responsabilidade desapareceu, porque a de autoridade foi solapada, por não haver meio pratico de dar sancção ás faltas, promptamente como a industria requer e como ella effectua em mãos particulares; em que o zelo pelo funcionario eleitor faz passar para o segundo plano o dever de servir ao publico.

São banaes taes commentarios. Para lhes obviar os inconvenientes sem nome, tem se falado em dar autonomia industrial á Estrada. E' meia solução, apenas, e acceitavel sómente como medida de transição.

Solução unica, completa, satisfatoria, technica e economicamente inatacavel é a applicação do principio pelo qual ha muitos annos me bato: a propriedade das estradas ao Poder Publico (União ou Estados); o trafego arrendado mediante concorrência publica, eliminados contudo concurrentes que, combinados com outras vias-ferreas, possam constituir um monopolio de transportes perigoso e ameaçador.

A E. F. Central deve ser arrendada, ou então ella devorará o orçamento federal, isto é, beneficiará a seus funcionarios e ás zonas servidas (pelas tarifas demasido baixas) á custa da receita produzida por todos os contribuintes. Em outras palavras, o Norte e o Extremo-Sul, sem compensação alguma, pagarão impostos para se man-

ter a aristocracia da Central e os privilegiados economicos dos productores ribeirinhos della.

Reconheço, entretanto, que é inarrendavel, presentemente, essa via-ferrea. Não pela opposição do pessoal, que qualquer Governo energico faria cessar em pouco tempo. Sim, pelo seu nenhum valor commercial.

Parece paradoxal dizer tal cousa, quando Congresso e imprensa reboam com os tropos da oratoria indigena e da literatura jornalística: a Central é uma joia do Patrimonio Nacional. Será joia por custar um despropósito. Mas *custo não é valor*. Commercialmente, *nada vale* uma empresa que a partir de 1910 (para não falar em annos anteriores) tem accumulado deficits successivos no valor global de 92.000 contos, sendo que em 1917 foi de 18.000 e no anno anterior de 20.000 contos de réis.

Quem se abalançaria a arrendar tal sorvedouro de dinheiro? E com as obrigações absurdas assumidas pelo Governo quanto ao pessoal? Com as gratificações addicionaes, os feriados e os domingos, o *não pôde* erigido como systema de administração?

Velho proloquio sertanejo diz "quem quer vender seu cavallo, engorda-o primeiro". E' o nosso caso, na Central. Começemos por tirar-lhe as demasias, revendo as concessões excessivas, dando margem a economias pela descentralisação do serviço, pelo seu aparelhamento industrial. Por isso, provisoriamente, sou partidario da autonomia, até que se dê o passo definitivo: o arrendamento.

Mas, para evitar surpresas, para poder agir em tempos perturbados sem que os transportes soffram, convem que o Governo esteja armado da faculdade de mobilisar o pessoal, mediante decreto, ficando desde então sujeito ás leis militares. Tal providencia, tomada em tempo, matará as greves no nascedouro.

A mesma observação poderia ser feita quanto á Oéste

de Minas, mas com a variante de que é facil arrendal-a desde já, e cumpre fazel-o com a maior urgencia, antes que se transforme em nova E. F. Central. De facto, toda a tendencia é essa, e si, até hoje, se não tem realizado, é verdadeiro milagre. Demorar por mais tempo a providencia saneadora, seria, entretanto, tentar a Providencia Divina. São numerosos os projectos e tentativas parlamentares para a concessão de favores ao pessoal da Oéste. Arrendemol-a, emquanto é tempo.

Nessa estrada a crise de combustivel não existe, porque seu trafego é reduzido, queima lenha e, na zona, ha reservas florestaes notaveis. Os elementos de producção estão crescendo a olhos vistos. Ha saldos positivos, que o desenvolvimento dos transportes e o augmento do material rodante accelerarão, a par do progresso da zona. E' facil, pois, obter propostas e effectuar, já e já, o arrendamento, tendo o Governo porcentagem na renda bruta e estabelecendo as devidas garantias para o pessoal actual, e para a conservação da linha, do material e das dependencias.

Com pouca alteração, os mesmos termos devem ser empregados quanto á Rêde Cearense e quanto á linha de Baurú a Corumbá. Ambas offerecem condições que facilitam a operação.

A segunda é de uma importancia sem par para o Brasil, quer do ponto de vista de politica internacional, quer sob o angulo puramente economico. Será seguramente um dos maiores troncos de viação de nossa terra, dentro em poucos annos, e sem duvida se destina a atravessar a Bolivia até onde fôr politicamente conveniente, sem embargo das considerações economicas. Seu arrendamento é, pois, negocio muito sério, mas relativamente facil, convindo desde já ponderar que as tres grandes estradas de S. Paulo — a Paulista, a Ingleza e a Soroca-

bana — são concurrentes naturaes a tal contracto. Talvez a ultima seja inconveniente mas qualquer das duas primeiras offerece idoneidade para assumir taes compromissos.

Quanto á Rêde Cearense, que dá renda, a operação é pouco complicada. Necessario é, parece, que previamente se expurgue o terreno das questões oriundas da caducidade decretada em agosto de 1915. Ahi, tambem, ha outra questão que estudarei no Orçamento da Fazenda, o deposito de mais de £ 700.000 existente em Londres, no Russian Bank, e que não nos querem entregar.

Passo agora ao estudo da verba 7.<sup>a</sup>, a Inspectoria das Obras contra as Seccas. Presidiram á criação desta Inspectoria dois homens de saber e de energia, o Ministro Francisco Sá e o Dr. Arrojado Lisboa. Emquanto este ultimo permaneceu á frente do serviço, o mesmo espirito emprehendedor, a mesma vontade de solver difficuldades e de cuidar dos interesses publicos continuaram a dominar a actividade da Repartição. Com o novo Ministro, no quadriennio Hermes, a grande tarefa de dar remedio ao flagello periodico do Nordeste, systematicamente, olhando para o problema e sem preocupações de politica eleitoral, teve de ceder o passo ás exigencias da politica da "Salvação dos Estados".

Com uma ou outra excepção, o nucleo de auxiliares da primeira hora teve de submeter-se ao novo ambiente. Continuava o corpo... mas a alma havia desaparecido.

A orientação superior dos trabalhos era tal, de tanto escrupulo e de tanta elevação, que era licito esperar corrigir-se inteiramente a calamidade da secca, pela acção conjunta da regularisação do supprimento d'agua, pelo ensino agricola adaptado ás condições mesologicas, pelas culturas novas iniciadas, pela irrigação das ribanceiras,

pelo aproveitamento das vazantes. Já haviam chegado as aspirações a ponto de se pensar em restabelecer o curso perenne de rios que "cortavam". O mal, em uma palavra, era atacado de frente, scientificamente, com remedios que o cercavam do mesmo modo pelo qual a secca se manifesta: socialmente.

De 1911 para cá, um eclipse escureceu tudo. Ha trabalhos em andamento. Obras são projectadas; algumas, mesmo, em vias de execução. Desappareceu, porem, o ponto de vista altissimo do qual eram dirigidas. O unico tecnico, na Inspectoria, capaz de lhe continuar a trajetoria anterior, o Dr. Pires do Rio, exhaure esforços na tarefa ingloria de um districto.

Um acto de bom Governo, pondo á frente do serviço quem tenha a cultura philosophica, social, economica e technica precisa, a energia indispensavel, o tino administrativo exigido, daria á Inspectoria o brilho pristino e poria o ambito de sua actividade á altura do problema gravissimo que tem de enfrentar. Reintegraria a alma evlada no corpo ainda apto para a receber.

Do ponto de vista social não ha discutir o dever de solver o problema. Assim tambem, quanto á licção decorrente do patriotismo e da solidariedade dos brasileiros. Já agora, porem, novo elemento se juxtapõe a esses: as provas praticas já colhidas do ataque systematico e scientificamente orientado contra as seccas e seus consecarios.

Financeiramente, o processo póde ser levado a effeito sem excessivos onus. Assim como no Sul, obras publicas de character méramente economico foram executadas mediante o appello ao credito, tambem no Norte a lucha contra a secca, que não é somente um problema de economia, sinão tambem um dever social de solidariedade humana, deverá ser solvido com presteza e simultaneidade em suas diversas phases, recorrendo-se ao credito. O onus,

portanto, será sómente o juro e a amortisação do emprestimo contrahido.

Os titulos emittidos para esse fim, alem do immenso valor, que accrescerá á economia nacional, de tantas vidas poupadas, tantas despesas de soccorros evitadas, tanta producção assegurada, alem desse acervo de valores terão como fonte de remuneração uma taxa especial a crear sobre o fornecimento d'agua para irrigação e outros usos. Amortisados os emprestimos, taes obras se tornarão fontes de receita, si não preferir o Governo cobrar apenas as despesas de custeio e mais uma ligeira taxa de conservação e de melhoramento.

E o Brasil pagará ao Nordeste a divida que contrahiu para com os conquistadores do Acre e os devassadores do sertão amazonense.

Nenhuma economia é possível na verba 8.<sup>a</sup>, Repartição de Aguas e Obras Publicas, antes se deve prever avolumamento de gastos. Esta Repartição soffre da balburdia existente desde sua criação, quando o serviço se iniciou, ao acaso, aos poucos, ao Deus dará, crescendo como manta de retalhos, sem plano de conjunto. A' sua frente têm estado engenheiros da mais alta valia. Nas obras novas de captação e de canalisação ha commettimentos que honram aos profissionaes que os executaram. Mas ainda existe um nucleo, a rêde distribuidora do Rio de Janeiro, que constitue como que um segredo technico, tão falhos são, ainda hoje, e apesar dos progressos feitos, os elementos de estudo systematico.

Dessa falta de rumos, resultam as difficuldades do problema, e é preciso um homem de valor, em todos os sentidos, para aclarar a situação e instituir a solução scientifica e orientada do abastecimento domiciliario. O ponto fraco é, pois, a rêde distribuidora.

Para sua revisão, os recursos orçamentarios têm es-

casado. E nenhum progresso será possível, sem que tal obice, insuperavel por enquanto, seja vencido.

Vem aggravar a difficuldade o facto normal, decorrente do desenvolvimento da cidade: o crescimento de população por bairros novos, a maior densidade demographica nos proprios bairros antigos em que as casas se alteam e se multiplicam. Maior volume de liquido a supprir, talvez com pressão maior.

E' logico, pois, esteja constantemente a assumir proporções mais avultadas o dispendio com o abastecimento d'agua.

A verba, entretanto, tem se mantido mais ou menos estacionaria. A explicação desse paradoxo apparente está em que numerosas reclamações deixaram de ser attendidas, varias irregularidades foram attenuadas pelo emprego do hydrometro, diminuiu um pouco o antigo veso de sangrar as canalisações com distribuições *en route* antes de chegarem os tubos adductores ás caixas de distribuição, e, finalmente, por existir um *stock* de material que já agora desapareceu por completo.

D'aqui por deante, si não forem adquiridos os elementos indispensaveis aos concertos e ao custeio normal das linhas, bem como ás distribuições domiciliaries inevitaveis, melhor será decretar o abandono do serviço, pois elle se desmantelará por culpa exclusiva do Governo. A gravidade da situação não póde ser exaggerada, tão séria ella se apresenta desde já.

Cumpre, portanto, prever novas despesas, para custeio e conservação do que existe e para os ramaes de distribuição que é sempre forçoso construir. Maiores serão os gastos, si se tiver de prever as necessidades para as quaes nos devemos desde já precatar: novas captações, reforço das linhas adductoras.

Um augmento de 2.000 contos nada terá de excessi-

vo, para attender á primeira, tão sómente, das imperiosas urgencias apontadas.

Uma economia, de um lado, e um augmento de receita, por outro, decorrem de providencias tomadas, ha pouco, pelo Ministerio da Fazenda de accordo com o da Viação, a revisão systematica e precisa do ról das pennas d'agua. As irregularidades eram numerosas: casas que recebiam liquido sem pagal-o, ou pagando-o incompletamente; predios que pagavam por penna em vez de ser medido o consumo por aparelho registrador; predios que se haviam desdobrado e contavam mais de uma economia familiar, sem que dos róis tal constasse: etc. etc.

O serviço revisor feito pela Inspectoria de Exgottos, em 1916-17, por conta do Ministerio da Fazenda para o lançamento da taxa sanitaria, permittiu rectificar taes inexactidões, o que provocou augmento de receita do consumo d'agua. Como consequencia, rectificado o numero de predios servidos, rectificado ficou egualmente o numero de contribuintes pelo exgottamento sanitario, a cargo da City Improvements, de accordo com a interpretação dada pelo arbitro desempatador na contestação que havia surgido entre a Empresa e o Governo, sobre o que se devia entender por "predio exgottado", de accordo com os contractos.

A economia feita dest'arte foi grande. Sendo o Governo responsavel pelo pagamento da taxa, quanto maior o numero de predios, maior a contribuição. Ora, da revisão effectuada, de accordo com o laudo arbitral, verificado ficou que o Thesouro pagava annualmente a maior uma somma em ouro que correspondia a cerca de 200 contos papel. Tal economia foi feita, e já consta da Proposta, sendo natural que se haja cobrado (ou é dever fazel-o ainda agora) a differença paga a mais, desde a data em que surgiu a controversia, pelo menos.

Nada tenho a acrescentar, quanto á Inspectoria Geral de Illuminação, verba 10.<sup>a</sup> do Orçamento, alem do que já consignei paginas atraz. Apesar do latitudinarismo evidenciado nesta época que devêra ser de restricções, quanto á execução do contracto da antiga "Societé du Gaz", ainda julgo possivel uma intervenção administrativa que permitta reduzir a despesa mensal da illuminação publica do Rio de Janeiro. Impossivel é prever desde já si terá exito, pois para isto fôra preciso conhecer melhor do que conheço a extensão da tolerancia admittida pelo Ministerio da Viação no desempenho do serviço, no tocante ao poder illuminante do gaz corrente e de sua substituição, em gráo variavel, pelo gaz d'agua.

Na verba 11.<sup>a</sup>, Inspectoria federal das Estradas, o exagero de despesa é patente: 1.635 contos para fiscalisar menos de 30.000 kilometros de vias-ferreas. Si ainda houvesse trabalho real de superintendencia, que poderia talvez aproveitar ao estudo economico das rêdes e aos progressos sempre possiveis em materia ferroviaria, seria aceitavel o dispendio. A triste verdade é, entretanto, que, com rarisimas excepções, taes logares não passam de sinecuras bem remuneradas.

O engenheiro fiscal da Madeira a Mamoré, que tem, como todo o pessoal dessa fiscalisação, 15% de augmento sobre seus vencimentos pela carestia da vida na região do Acre, passeia á vontade pela Avenida Central, donde não sáe. Os chefes de districto são méros empregados de penna que do meio-dia ás 3 horas da tarde palestram *de omni re scibili* nos seus escriptorios, e tem um reduzidissimo expediente. As estatisticas ferroviarias, interessantissimas estas e do maior alcance para o estudo economico das linhas e das regiões servidas, fazem-se sobre dados fornecidos pelas empresas; quando aos proprios fiscaes cumpriria, pelo menos, verificar sua exactidão.

O vicio da vagabundagem acha-se tão arraigado nesta Repartição e nos addidos a ella, que, para executar um serviço qualquer, é escusado ir buscar um profissional na Inspectoria: a uma, invocam regulamentos, direitos adquiridos, inamobibilidade dos cargos que occupam, o facto dos addidos só poderem ser chamados para commissões identicas ou, quando muito, analogas ás funcções que exerciam.

Evidente que um organ é indispensavel para o estudo e a applicação corrente dos contractos de viação celebrados com o Governo Federal, e para isso serve a Inspectoria. Mas quanto á fiscalisação technica das rêdes, ella é, póde-se dizer, inexistente. A redução do pessoal ahi é cousa que se impõe a bem da moralidade administrativa, pois os impostos se não destinam a pensionar inuteis, com a hypocrisia de fingirem que tem uma funcção qualquer. Com energia e autoridade moral, pode-se technicamente fazer face ao serviço com metade da verba votada para tal fim. Os funcionarios excedentes do novo quadro seriam dispensados (aquelles a quem legalmente fosse applicavel a medida) ou postos em commissões de trabalho real, afim de que á remuneração paga correspondesse a prestação effectiva de um serviço.

A Inspectoria federal de Viação Maritima e Fluvial, nas condições actuaes de sua organização e de disseminação de competencias sobre navegação por entre ministerios varios, é uma inutilidade que custa 133 contos pela verba 12.<sup>a</sup> do Orçamento. E obvia a necessidade de regularisar e de centralisar tal faina, e ao Ministerio da Viação caberá naturalmente superintendel-a. E' o problema da marinha mercante, quanto aos transportes, que assim teria um centro de estudos e de impulsão. Mas isto é obra vasta, que não cabe em Orçamento, e menos ainda nas ligeiras notas á margem que aqui vou lançando.

Nada tenho a notar sobre as tres verbas seguintes — Fiscalisação de serviços diversos, Enventuaes e Empregados addidos — e chego logo á 16.<sup>a</sup>, Inspectoria federal de Portos, Rios e Canaes.

Começo pelo pessoal. Consome 1.977:925\$000 assim distribuidos.

*Fiscalisação de portos:*

|                             |           |           |
|-----------------------------|-----------|-----------|
| Administração central ..... | 457:450\$ |           |
| Porto de Manáos .....       | 40:460\$  |           |
| "    "    Pará .....        | 74:460\$  |           |
| "    "    Bahia .....       | 142:725\$ |           |
| "    "    Victoria .....    | 64:660\$  |           |
| "    "    Santos .....      | 40:460\$  |           |
| "    "    Rio Grande .....  | 169:100\$ | 989:315\$ |
|                             |           | <hr/>     |

*Commissões de estudo e obras por administração*

|                                |           |           |
|--------------------------------|-----------|-----------|
| Porto de S. Luiz .....         | 96:200\$  |           |
| "    "    Amarração .....      | 24:600\$  |           |
| "    "    Ceará .....          | 57:400\$  |           |
| "    "    Natal e Baixinha ..  | 95:000\$  |           |
| "    "    Cabedello .....      | 79:800\$  |           |
| "    "    Aracajú .....        | 29:500\$  |           |
| "    "    Paranaguá .....      | 37:000\$  |           |
| "    "    Sta. Catharina ..... | 150:000\$ |           |
| "    "    Laguna .....         | 20:000\$  |           |
| "    "    Recife .....         | 200:060\$ |           |
| "    "    Rio de Janeiro ...   | 159:050\$ | 948:610\$ |
|                                |           | <hr/>     |

1.977:925\$

Da primeira categoria, nada haveria a dizer quanto a Manáos, Santos e, talvez, Victoria. Já Bahia, Pará, e Rio

Grande têm pessoal em demasia, sendo que na cidade do Salvador, a pretexto de fiscalisação, procurou-se tão sómente crear uma clientela eleitoral. Quanto á Administração Central, está cheia de gente a nada fazer, sem contar os encostados.

Da segunda categoria, a não serem Recife e Rio, sobre os quaes voltarei dentro em pouco, o mais é dinheiro posto fóra. Como acreditar que se possam executar obras de melhoramentos de portos, as mais dispendiosas de todas, com meia duzia de contos de réis? Estudos, mesmo, exigiriam mais do que isto. Bem se vê que taes consignações valem por méros pretextos para nomear protegidos. Quanto ao Rio de Janeiro, o serviço de conservação actual tem mais gente do que, por parte do empreiteiro Walker, havia pessoal tecnico e administrativo durante a construcção; e isto mostra o desperdicio reinante. No porto do Recife, ainda agravada se revela a situação; na empresa constructora e na fiscalisação, os papeis se inverteram, e os fiscaes são mais numerosos do que os fiscalisados. Em toda parte e sempre, o mesmo vicio: o descaso do contribuinte, o desamor ao serviço, a indifferença pelo interesse nacional, o zelo extremo pelo apaniguado e pelo cliente politico.

Vejamos agora a verba para material. Só o porto do Recife consigna 4.500 contos ouro, e o facto merece menção especial. Essa obra foi contractada para ser construida mediante recursos privativos obtidos de operações de credito. Havia, em 1916, como mencionou a Proposta de Orçamento para 1917, como saldo desses recursos a quantia de que figurou no Orçamento.

Ultrapassando as autorisações legislativas, entretanto, além das receitas especiaes creadas, o decreto de 24 de julho de 1912 consignou compromissos em excesso do que o Governo podia pactuar: d'ahi, exgottados os recur-

sos, apparecerem esses 4.500 contos em como que *bill* de indemnisação de illegalidade anterior e para prosegui-mento das obras de accordo com a irregular responsabi-lidade assumida pelo Governo.

Exemplo caracteristico do descaso da lei e do nenhum cuidado que merecia o Thesouro, no quadriennio Hermes.

Chego agora ás garantias de juros, no valor de 350 contos papel e de 6.050 contos ouro.

Por mais extranha pareça a affirmação, é muito dis-cutivel a legalidade de taes importancias a pagar como garantia de juros. As empresas sabem-no, aliás, como a mim declarou o Dr. Carlos Sampaio, beneficiario de uma dellas, a "Port of Pará".

O caso é o seguinte: a lei n.º 3.314 de 16 de outubro de 1886, não revogada até hoje neste ponto, estabeleceu no artigo 7.º § unico, 4.º, o limite de 6% para a garantia de juros ao capital destinado a melhorar portos. Assim foi feito em todos os contractos baseados nessa lei, até que nas revisões e nos accordos novos celebrados pelo Dr. Lauro Müller, com a Cia. Internacional de Docas e Melho-ramentos do Brasil para o porto da Bahia (Dec.º n.º 5.550 de 6 de junho de 1905), com Percival Farquhar para o porto do Pará (Dec.º n.º 5.978 de 18 de abril de 1906) e com Elmer Lawrence Corthell para o porto e a barra do Rio Grande do Sul (Dec.º n.º 5.979 de 18 de abril de 1906), foram estabelecidas as seguintes bases:

|                    |                |         |       |
|--------------------|----------------|---------|-------|
| Porto da Bahia     | Clausula XIV   | 6/70 ou | 8,55% |
| Porto do Pará      | Clausula XVI   | 6/65 ou | 9,23% |
| Porto do R. Grande | Clausula XXXVI | 6/60 ou | 10 %  |

Estava, pois, excedido o limite da lei. E embora tenha sido mantido esse regimen tanto pelo Executivo como pelo Tribunal de Contas, que ambos se deixaram embru-lhar por uma apparencia fallaz de pseudo-exactidão ma-

thematica, nada sana a violação da lei então commettida. Em qualquer tempo, a questão poderá ser levantada, e si ainda o não foi, é pela posição esquerda em que ficaria o Governo, parte no contracto, confessando que foi enganado em assumpto que um alumno de curso primario tem o dever de conhecer, isto é: 6/70, 6/65 ou 6/60 não são 6%, sim, respectivamente 8,55%, 9,23% e 10%.

As empresas sabem disso, e, por tal motivo, não reputam inteiramente segura sua situação juridica. Prefeririam transigir, antes de serem aventadas custosas e desagradaveis chicanas forenses.

Esse argumento pratico dá força accrescida á velha opinião, que de tempos a esta parte tem sido renovada, e ultimamente foi estudada no Relatorio do Ministro da Viação, apresentado em julho ultimo: a encampação dos portos.

Sou, de ha muito, partidario dessa politica, com uma condição essencial, entretanto: o arrendamento immediato do serviço. Basta uma Central, para que não queiramos multiplicar o desastre por tantos serviços officiaes quantos forem os empreendimentos industriaes encampados.

Outra precaução, ainda, deve ser tomada: considerar a operação do ponto de vista nacional, e arrendar de modo a que a gestão do *conjunto* dos portos de recursos para amortisar o *conjunto* das encampações. A não ser assim, e si se fizer a operação porto por porto, os mais rendosos após a guerra, digamos Santos, Manáos, Rio Grande, Bahia e Recife, ficariam amortisados logo, enquanto os demais valeriam por um onus. A diminuição das taxas estaria assegurada, sem prejuizo da amortisação dos emprestimos.

O recente projecto legislativo do Estado do Rio Grande, sobre a encampação das obras do porto e da barra do Rio Grande, apresenta vantagens reaes, desse ponto de

vista, mas offerece tambem a falha de ser uma operação isolada.

Ainda assim, virá desafogar a produção local e solver um problema capital: a utilização das jazidas carboníferas. Em 1906, não era de prever a possibilidade de alargamento avultado no emprego do combustível dessa procedencia. Não merece, pois, censuras a tabella das taxas organizada para esse porto, mas não é menos certo que, como estão, impossibilitam a baldeação economica da hulha, asphyxiam os productores e impedem que Rio Grande se torne um grande porto carvoeiro.

A encampação permite solver essa exigencia com conhecimento de causa, sendo que o alvo a attingir é que, entre baldeação, carga e descarga, o transito pelo porto do Rio Grande e sua collocação nos porões dos navios transoceanicos não devem onerar o carvão sinão em 1\$000 por tonelada no maximo, isto mesmo sujeito a reduções com o desenvolvimento das tonelagens manipuladas.

Seria possivel obtel-o, mesmo sem a encampação, e já o Ministerio da Fazenda em 1917 havia iniciado sobre o caso troca de vistas com a "Cia. du Port de Rio Grande". Mas a encampação fornece ensejo unico que cumpre aproveitar, para conseguir muito mais, melhor e mais barato, em prol da expansão das exportações (portanto, da produção) das minas das vastas bacias carboníferas rio-grandenses.

Por todos esses motivos, dou meu assentimento á exposição feita nesse sentido pelo Dr. Tavares de Lyra, de accordo com as idéas de longa data victoriosas nos meios que mais estudam tal problema.

Um argumento mais vem roborar o conselho de apres-sar a operação: a renda liquida que nestes ultimos quatro annos muito baixou e tornará mais facil um entendimento com as empresas, que, certamente, mais reluctariam si

pudessem contar com um lucro, pela exploração dos serviços, maior do que os 6% sobre os capitais reconhecidos.

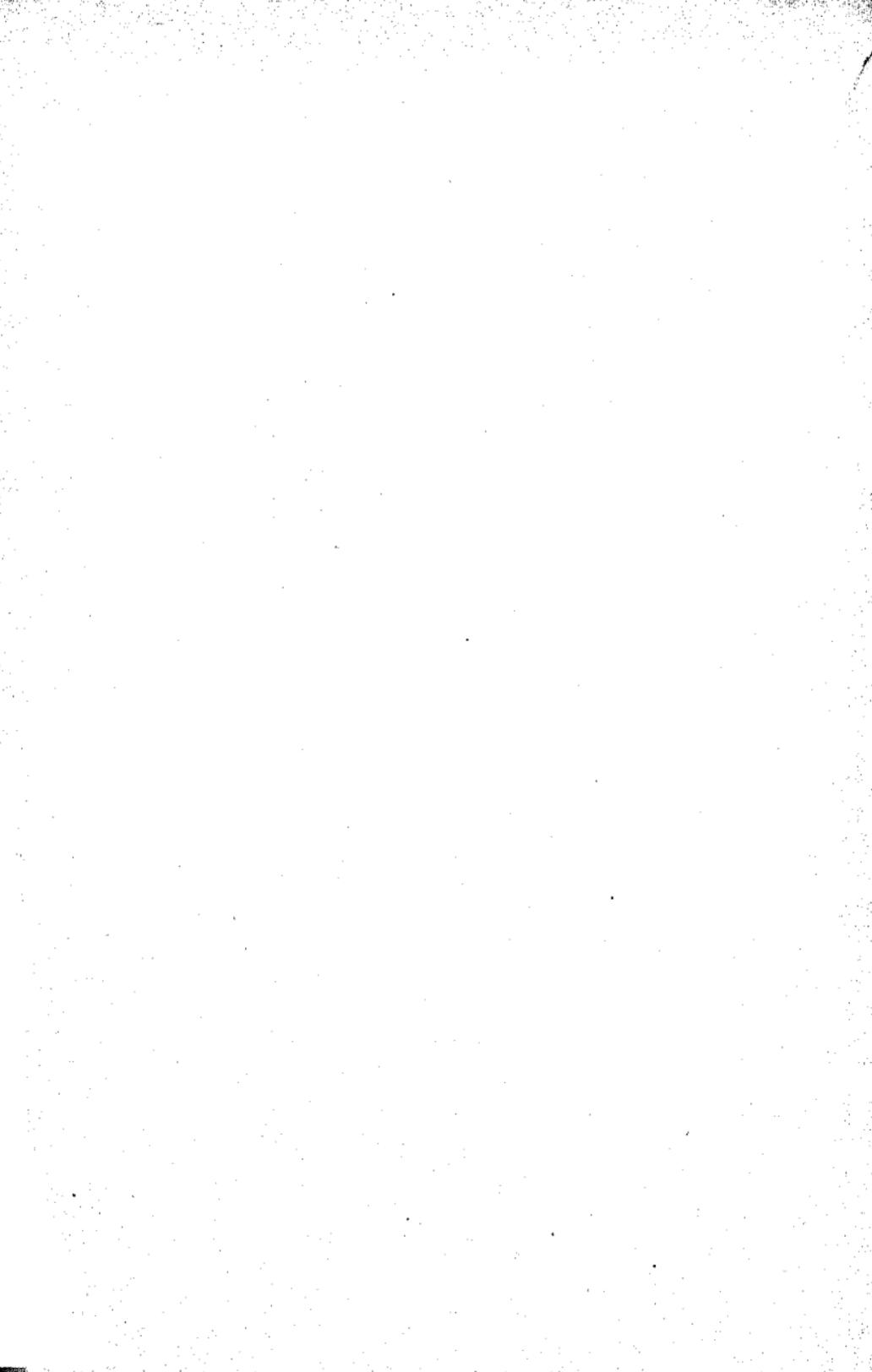
Resta-me agora alludir á ultima verba do Orçamento, que ainda não recebeu numero, mas se intitula "Construção de estradas de ferro", e se subdivide em tres sub-consignações:

- a) as despesas por conta de depositos;
- b) as despesas em apolices da divida publica;
- c) as despesas em dinheiro.

Quanto ás primeiras, nada ha que dizer.

Quanto ás segundas, salvo o caso de contractos existentes, conviria attenuar a velocidade das construcções, paralela ao avolumamento das responsabilidades.

E' para a terceira categoria que convem olhar com cuidado. As duas linhas do Rio do Peixe e de S. José de Ourinhos, podiam ter sido construidas sem onus. Sei que o Governo não quiz acceitar propostas nesse sentido. Quem sabe si ainda seria tempo de reparar semelhante erro? A ultima linha, de Tubarão a Araranguá, tem varios senões. Seu traçado está technicamente mal projectado. Sua directriz não serve convenientemente á região carbonifera. Talvez se pudesse tambem evitar a consummação do projecto que, como está, e pesar das melhores intenções, dará linha cara, por terreno não convenientemente escolhido, e fóra da zona propria dos depositos de hulha.



## MINISTERIO DA AGRICULTURA

Compõe-se este Ministerio de duas series de serviços. A primeira abrange aquelles que foram destacados de outros departamentos de administração para se gruparem neste: Serviço de Povoamento, Expansão Economica, Jardim Botanico, Serviço Geologico e Mineralogico, Junta Commercial, Directoria Geral de Estatistica, Museu Nacional, Escola de Minas, e Junta de Corretores. A segunda engloba os empreendimentos novos: Agricultura Pratica, Escolas de Aprendizes Artifices, Serviço de Informações, Serviço da Industria Pastoril, Serviço de Protecção aos Indios, Ensino Agronomico, Estação sericicola de Barbacena, Instituto de Chimica.

Tal distincção não é ociosa, pois explica um dos grandes males que affligem o Ministerio, o nivel baixo da competencia profissional de seus esforços, em varias de suas missões.

Nos antigos serviços, já havia pessoal mais ou menos seleccionado, apto a cumprir tarefas a que já estavam acostumados. Bastou desenvolver o ambito de suas attribuições para que funcionassem á vontade, sem attritos excessivos, nem desfallecimentos profissionaes.

Assim a Secretaria de Estado, continuando a merecer o bom nome das antigas Directorias destacadas do antigo Ministerio da Industria e Viação, desempenhavam a contento suas incumbencias, enquanto tiveram á sua

frente Ministros conhecedores de seu officio. Ainda é modelar o serviço das Patentes de invenção, de accordo com a lei de 1882.

No Povoamento, ampliação e desdobramento do antigo serviço de immigração e colonisação, persistiram o mesmo labor, a mesma dedicação ao trabalho e o mesmo espirito de intensa comprehensão das necessidades nacionaes, que caracterisavam a repartição a que succedeu. Salvas pequenas deficiencias individuaes, o pessoal é respeitavel, e possui no seu chefe, o Dr. Dulphe Pinheiro Machado, um modelo de funcionario honesto, competente e digno.

Precisa ser ampliada a orbita de acção dessa directoria, e não se limitar a ser méro registrador do movimento da população immigrada e dos nucleos, e da simples expansão economica destes ultimos. A' situação geral do problema operario no mundo inteiro, não escapa o Brasil. Temos de instituir a legislação social indispensavel para garantir os interesses do proletariado, sua ascensão a niveis mais altos de Cultura e de Civilisação, sua participação crescente, mas consciente, nos negocios collectivos. Tudo nos falta para isso, entretanto, e a população de nossas cidades, em materia de phenomenos sociaes, vive sacudida entre a repressão brutal das reclamações por vezes justissimas, e a capitulação pusillanime perante a grita, muitas vezes desarrazoada. Só nos falta uma cousa, verdade é que essencial: comprehender os phenomenos e agir com energia e bondade, e sem violencia, para assegurar o advento de todos os progressos pacificos nas relações entre o capital, o trabalho e a intelligencia.

Para isto, um orgam se torna indispensavel, de criação urgente: o Departamento do Trabalho. Seu nucleo será o actual Serviço do Povoamento, onde alguns elementos bons existem capazes de se alçarem á comprehensão e á execução de seus novos deveres.

O augmento de despesa resultante d'ahi não será de natureza a assustar.

A Expansão Economica é o chrisma dado á missão especial que, em 1907 (salvo erro), foi creada pelo Dr. Miguel Calmon e que o povo appellidou de Embaixada de ouro. Só lhe cabe desaparecer, como suggere acertadamente a Proposta do Governo, supprimindo-lhe a verba, de 10 contos ouro, ultimo sobrevivente de seus faustosos orçamentos primitivos.

O Jardim Botanico tem sido mal comprehendido, desde muitos annos antes da proclamação da Republica. Quando fundado por D. João VI, ainda Principe-Regente, seu papel fôra bem definido, de organo de estudo da flora indigena e de acclimação, divulgação e cultura intensiva das especies exoticas que conviria trazer ao Brasil e diffundir pelas propriedades agricolas do paiz. Pouco a pouco, decahiu o alto conceito inicial, e, dentro em breve, o Jardim Botanico se tornou méro passeio, de alto valor esthetico, é certo, e deposito de plantas quer autochtones, quer alienigenas.

Contra semelhante decadencia era preciso reagir. A vinda do Professor Willis, especialista em flora e culturas tropicaes, foi um grande bem. Nem só conseguiu corrigir em parte o desleixo reinante na parte scientifica da actividade do Jardim, produzindo até trabalhos originaes notaveis, e dando exemplo de labor e de competencia a numerosos *encostados* que ali encontrou, como reorganizou varias dependencias que jaziam abandonadas. Pena foi que divergencias administrativas, certa inadaptabilidade ao nosso meio, uma tal ou qual fraqueza no lidar com os demais funcionarios, e, cumpre confessal-o, o vicio nosso de não comprehendermos a latitude de que deve gozar a direcção de taes estabelecimentos scientificos, obrigassem o Governo a não renovar o contracto celebrado com esse botanico.

Não se perdeu, entretanto, a lição anterior. O Jardim hoje trabalha mais do que outr'ora. Ha mais ordem; suas collecções estão cuidadas; investigações originaes são feitas; excursões scientificas têm lugar, com proveito para o pessoal, para o estabelecimento e para o estudo systematico de nossa flora.

E' de lastimar que a iniciativa parlamentar, obedecendo a interesses de protegidos, tenha alterado a disciplina reinante ahi, e dado motivo para proliferar a damninha praga das equiparações. Com o fito de favorecer especialmente a apaniguados, em 1911 havia sido organizada uma tabella peculiar de vencimentos, aberrante de tudo quanto era admittido nas repartições dependentes do Ministerio da Agricultura. Ante as criticas, fundadas e repetidas, do Congresso, a lei do Orçamento para 1915 restabeleceu a uniformidade precisa, que o Decreto de 10 de fevereiro desse anno consignou e tornou normal.

Começaram as reclamações, e vieram os interessados solicitar da Camara e do Senado o restabelecimento das vantagens excepcionaes anteriores. Sem annuencia do Governo, unico competente para julgar o caso, o espirito de camaradagem e a fraqueza ungenita nas multidões, a que não escapa o Congresso Nacional, deram ao interesse particular ganho de causa sobre o interesse collectivo, do serviço, e restabeleceram a situação anterior, em boa hora abolida, entretanto. Creio, até, que se mandou restituir as differenças, desdizendo-se o Congresso do que elle proprio havia decretado.

O perigo está no precedente, no exemplo que será invocado para equiparações solicitadas por outras Repartições.

Continuando a examinar as incumbencias transferidas para o Ministerio da Agricultura, cabe agora a vez ao Serviço Geologico e Mineralogico, instituido pelo Dr. Calmon no Governo do Conselheiro Penna.

Empreendimento utilissimo, de alcance immenso para um paiz onde a actividade mineradora tem largo campo para se exercer, foi sua direcção entregue a um cientista de reputação mundial, tão bom brasileiro e servidor desta terra como os melhores filhos della, o Professor Orville Derby, levado ao suicidio pelos desgostos e injustiças que soffreu no Ministerio e no proprio Instituto scientifico de estudo do sólo, por elle creado.

Começou modesto, systematisando trabalhos anteriores, e reunindo elementos para seu surto ulterior. Assim teve o auxilio e a intelligente cooperação do fundador do Ministerio, o Dr. Antonio Candido Rodrigues. A substituição desse homem prudente e bom administrador pelo Snr. Rodolpho Miranda valeu por um desastre para o Serviço.

Fui convidado para traçar a reforma deste ultimo de accordo com o Professor Derby e o Dr. Miguel Lisboa, e a organização elaborada, modesta e elastica, attendia ás exigencias peculiares da Repartição e das investigações a seu cargo. Desprezou-a o Ministro declarando que tinha candidatos a collocar, e multiplicou cargos e despesas para attender a essa curiosa orientação de sociedade beneficente.

Ainda si as nomeações tivessem recahido em pessoal idoneo!... Mas foram lastimaveis as *acquisições* feitas então pelo Serviço: exceptuado o pessoal tecnico competente anterior á reforma, dos novos funcionarios se sabia apenas que um era engenheiro electricista, afastado da profissão para o jornalismo faceto, e outro engenheiro despedido de uma empresa particular por má desempenho moral de suas funcções, e que, ao Serviço Geologico, só apparecia para receber seus vencimentos.

Era pouco, entretanto, pois mais tarde se chegou, em 15 de novembro de 1914, a nomear um medico para o

cargo de geologo, licenciando-o immediatamente com todos os vencimentos, contra a lei, afim de não poder ser desde logo exonerado.

A administração seguinte normalisou a situação. O novo Regulamento (Decreto n.º 11.448 de 20 de janeiro de 1915) obedeceu ás prescripções technicas das pesquisas do sólo e do sub-sólo, deu liberdade de movimento aos chefes responsaveis, permittiu a expansão das fainas de accordo com as necessidades economicas do paiz e as possibilidades financeiras do Thesouro.

As bases adoptadas foram as seguintes:

- a) evitar uma intervenção casuistica, afim de permittir, dentro na orbita do regulamento da Secretaria de Estado, liberdade de movimentos, e firmar a correlata responsabilidade do pessoal incumbido da execução dos serviços;
- b) dar a elasticidade precisa para que os elementos de acção variassem com as exigencias e o desenvolvimento dos serviços e os recursos orçamentarios annuos;
- c) só admittir definitivamente, nos quadros, funcionarios technicos que houvessem atravessado satisfatoriamente um estagio de experimentação, como simples encarregados de determinadas incumbencias;
- d) evitar remodelações continuas, organisando um código de attribuições applicavel, desde já, ás aperturas da situação financeira e tambem a qualquer extensão que tomem os trabalhos geologicos e de prospecção do sólo;
- e) evitar que a investigação se norteie por alvos exclusivamente scientificos, tendo-se em vista que, em paiz novo e em phase de indagações, aproveitamento e divulgação de seus recursos, o lado economico, utilitario, deve preponderar em todos os esforços, de modo que estes, seja qual fôr sua natureza, tenham por escopo

- a *mise en valeur* dos elementos de riqueza quiçá existentes em nosso territorio;
- f) unificar as condições estabelecidas para o estatuto dos funcionarios pertencentes ao Ministerio da Agricultura.

Os resultados corresponderam á espectativa. O grande impulso dado ao problema carbonifero teve como um de seus melhores collaboradores o Serviço Geologico, que, anteriormente, já havia prestado optimo auxilio no estudo das jazidas de ferro de Minas Geraes, na discriminação da bacia devoniana do Paraná, nos levantamentos geographicos e geologicos da Região do Nordéste.

Morto Derby, esse grande espirito e grande coração, succedeu-lhe um discipulo de valor igual, Gonzaga de Campos. Não ha recear quanto ao exito, portanto, nem quanto á probidade scientifica dos trabalhos.

Junta Commercial e Junta dos Corretores não pesam no Orçamento, e continuam prestando bom auxilio ao Commercio e ao estudo dos phenomenos economicos.

Onde a pessima intervenção da politicagem e do prurido de collocar afillhados havia causado verdadeiros desastres, foi na Estatistica, que tinha perdido o estimulo ao trabalho e a preocupação da technicidade de sua incumbencia. Levas de funcionarios novos (por duas vezes foi reimpresso o regulamento de reforma, na Presidencia Nilo Peçanha, sendo Ministro o Snr. Rodolpho Miranda, para ampliar o numero de nomeações novas) sem aptidão nem tirocinio, impediam com frioleiras o esforço moralizador e honesto do nucleo de velhos servidores que haviam vindo, com o Serviço, do Ministerio da Industria.

Fraqueza de direcção, falta de especialização, deshonestidade de alguns dos recém-nomeados, tudo conspirou e cooperou para fazer da Repartição de Estatistica um

pandemonio em que rarissimos trabalhavam, ninguem se entendia, todos desmandavam e nada se fazia de serio e de proveitoso.

A volta á frente da Repartição do Dr. Bulhões Carvalho marcou o saneamento do pessoal e dos processos, logo traduzidos no novo Decreto de 5 de fevereiro de 1915, que restabeleceu a antiga denominação classica de Directoria Geral de Estatistica.

Em uma ordem de estudos que visa traduzir numerica ou graphicamente os factos sociaes, grupando-os por sua homogeneidade e tirando-lhes, por inducção, os ensinamentos, claro é que constituem elementos essenciaes para o exito do esforço e a valia da investigação a intensa technicidade do pessoal incumbido de obter os dados referentes aos phenomenos inquirendos, a existencia dos meios promptos de acção, a necessidade de colher, pela collaboração de todos, a vasta somma de depoimentos comparaveis em que assentem as conclusões tiradas.

Ao primeiro desses escopos deve corresponder o criterio seleccionador do pessoal. Estivessem mais divulgados e mais correntes nos habitos intellectuaes do nosso paiz os inqueritos estatisticos, relativamente facil fôra estabelecer um estalão mais alto para discriminar a competencia profissional dos candidatos, de categorias varias, aos cargos da repartição coordenadora de taes exames. Inutil, entretanto, seria firmar um metro sem a indispensavel correlação com o estado social, o nivel da instrucção especializada do meio em que vae ser utilizado; a impossibilidade de applical-o praticamente corrigiria o erro de querer fazer obra futurista. Por isso, não foram traçadas medidas apuradoras do valor profissional alem daquellas que comporta o pouco progresso de nosso ambiente de estudos. Foram, comtudo, previstas por fórmula que reservasse os melhoramentos necessarios e a crescente severi-

dade na bitola da escolha, que se imporão para termos um serviço organizado á altura do de que o Brasil urgentemente precisa.

O material de trabalho para a estatística consiste nos questionarios e no grupamento das respostas obtidas. Posta de lado, já agora, a questão do acerto com que hajam sido redigidos taes documentos, consideremos tão sómente a massa de papeis a movimentar em um paiz como o nosso, com quasi oito milhões e meio de kilometros quadrados, communicações escassas, actividade particularisada e população já superior a vinte milhões de habitantes, tanto quanto se póde grosseiramente avaliar.

E' obvio que a condição vital para poder agir reside em subordinar á directoria o elemento preparador de taes questionarios, circulares e outras formulas impressas da mesma natureza. D'ahi a ligação indissolúvel da repartição com a officina typographica annexa. Esse era, aliás, o rumo dos regulamentos anteriores com a excepção unica do penultimo, excepção que convinha fazer desaparecer, a bem da continuidade do esforço desse ramo administrativo, da tradição dos serviços e da conveniencia delles.

Finalmente, como organ orientador geral das indagações estatísticas, para lhes grãngear o concurso de todas as boas vontades e lhes dar, pela unidade de processos, comparabilidade nos resultados obtidos, avulta o Conselho Superior. Já existia em nossa legislação. Em má hora cahiu no olvido. Cumpria fazel-o reviver e trabalhar.

Taes os tres pontos capitaes da reforma que se impunha para tornar proficuas as quantias tão largamente dispendidas, quasi em pura perda, nas tentativas apuradoras insufficientes das manifestações da actividade brasileira.

Essas, as grandes linhas da reorganisação instituida pelo Decreto nº. 11.476 de 5 de fevereiro de 1915. Valeu

por uma volta á melhor tradição nossa em assumptos de Estatística, e por um acto de obediencia aos ensinamentos da pratica em todos os paizes.

Com taes normas, applicadas pelo Dr. Bulhões Carvalho, póde o Governo ficar tranquillo quanto ao desempenho da missão da Directoria Geral de Estatística.

Os Annuarios já publicados, o Registo Civil, as estatísticas sobre instrucção honram ao Serviço, e satisfazem aos mais exigentes.

Um problema sério impõe-se agora.

O quadriennio proximo a iniciar-se, virá presidir á celebração do primeiro Centenario da Independencia. E' dever patriotico deixar um monumento de que o Brasil fez, neste seculo transcorrido, sob a inspiração de seus Governos, tanto no Imperio, sob os Braganças beneméritos, como na Republica.

Entre as homenagens que se prestarão, nenhuma sobrelevará ao Censo, que mostrará donde viemos em 1822, e ao que attingimos em 1922.

Mas para o conseguir, desde já cumpre aparelhar a Repartição a executar as operações censitarias. E são de 25 a 30.000 contos de gastos a prever, globalmente, repartidos em tres ou quatro exercicios, sendo que o mais sobrecarregado será o do recenseamento propriamente dito.

Desde já, pois, será necessario orientar o trabalho no rumo indicado e, para isto, a verba inicial deverá constar do Orçamento. Nunca menos de 100 a 800 contos, por enquanto, para despesas preliminares..

A Directoria de Meteorologia e Astronomia é o desenvolvimento e a ampliação dos serviços a cargo do antigo Observatorio Nacional. Foi censurada como demasia, e entretanto não chega a attender ás exigencias do problema que procura investigar.

Deixando de lado o Observatorio, em boas mãos em-

quanto o dirigir o Dr. Henrique Morize, examinemos a parte destinada á Meteorologia.

A agricultura exige supprimento d'agua, precauções contra intemperies, adaptações entre plantios e chuvas, correlação entre sólo e ambiente. E', pois, essencial o conhecimentos desses dados, referentes todos a phenomenos meteoricos. Mais se intensifica a necessidade quando, como em nosso Nordéste e mesmo do Centro de Minas para o Norte, larga area soffre de seccas cujo estudo cuidado e systematico se tornou imprescindivel.

Si formos alem, e procurarmos descortinar o futuro proximo, qual se deduz da actividade industrial contemporanea, não exaggeraremos prevendo dentro em prazo relativamente curto largo trafego aereo, por aeroplano, tanto para transportes postaes, exercicios militares, operações de topographia photographica, como talvez, mesmo, para viagens rapidas collectivas.

Ora, navegar na atmospheria, e esse é um dos alvos dos esforços intensissimos de todos os que se preocupam com a aviação, até do ponto de vista commercial, presuppõe conhecimento profundo da meteorologia regional, das correntes aereas, da barologia, das temperaturas e do movimento de deslocação dos centros de depressão e de pressão. Mais do que isso, impõe a previsão dos phenomenos, entre certos limites de probabilidade, com antecedencia de vinte e quatro horas.

Para tudo isso, não possuímos ainda 200 estações observadoras!... E, em compensação, temos duplicata de serviços (e de despesas, portanto) entre o do Ministerio da Agricultura e o da Inspectoria das Seccas. Mais um argumento, de ordem economica e scientifica, para transferir este ultimo para o Ministerio da Agricultura, onde se enquadram *todos* os problemas superintendidos pela Inspectoria.

Uma cousa, porem, é indispensavel para tornar practica a larga observação do ambiente por estações multiplicadas por milhares: achar o meio de contornar a prohibição constitucional que veda as accumulações, de modo a entregar os apparatus de observação a professores publicos, a agentes do correio, a funcionarios do telegrapho. A esses homens se faria um merito especial de sua dedicação, do bem acabado de seu trabalho, da pericia de sua manipulação, etc. etc. A par dessas provas Moraes de apreço, muito mais valiosas do que geralmente se suppõe e que influiriam na sua carreira, se lhes daria uma remuneração monetaria de 20\$ ou 30\$, mensaes. Isso permitiria multiplicar o numero de estações, e ir aos poucos aparelhando, sob uma direcção unica, um serviço que diz tão de perto, tão directamente, com a actividade agricola e o surto industrial do paiz.

Nada tenho a dizer sobre o Museu Nacional e a Escola de Minas. Em ambos os estabelecimentos se trabalha. Póde-se exigir mais, mas o que existe não representa esforço perdido nem recursos desbaratados.

Passo agora á segunda categoria, aos empreendimentos novos trazidos pela constituição do Ministerio da Agricultura. E isto permite que eu preste uma homenagem ao espirito pratico, de bom senso e de prudencia, com que dirigiu a pasta seu primeiro titular. De seu afastamento do cargo, por mal do Ministerio, provieram largos inconvenientes, insanaveis alguns, cujas consequencias não se póde prever quando cessarão de prejudicar ao progresso do Brasil.

O primeiro a estudar deverá ser o antigo departamento de Inspecção e Defesa agricolas. Havia sido inicialmente projectado com um centro pratico de auxilios technicos e materiaes aos lavradores. Mas, aos poucos, se desviara o Serviço de seu rumo primitivo, dando lugar ás

maiores balburdias, desperdícios e pretenciosas inutilidades.

De todas as missões subordinadas ao Ministerio da Agricultura nenhuma, talvez, mais se afaste dos fins que se deve destinar do que a Defesa agricola.

Para tão lastimavel estado de cousas concorreram principalmente dois erros: um de organização, outro de execução.

A agricultura nacional, em seu conjunto, precisa de quem a aconselhe, fornecendo as instrucções praticas necessarias para a melhoria de seus processos e para o augmento dos proventos resultantes de sua actividade.

Deram-lhe, como satisfação a reclamos tão justos, um corpo burocratico, delimitando admiravelmente competencias e funcções, creando uma legião de funcionarios capazes de escrever officios, fazer mesmo uma ou outra conferencia sobre assumptos economicos, sem contacto com a terra e seus lavradores, entretanto. Pouco admira não despertar entusiasmo tal viveiro de pensionistas, nas classes productoras que lhes custeavam a existencia, sem lhes conhecerem a valia.

No modo de executar o plano, peorou a situação. A competencia profissional dos funcionarios corrigiria os vicios da organização e da estrutura. Longe disso, e exceptuados rarissimos casos, o criterio de escolha adoptado foi outro, e dentro em pouco a repartição se tornou uma sorte de baixio onde foram esbarrar naufragos de todas as profissões, sob o amparo da mais curiosa das politicas; um admiravel descaso pelos conhecimentos technicos dos membros de um organismo tecnico. A impopularidade que acompanhava o Serviço era o justo premio de taes desvios profissionais e ethicos.

Contra esses rumos, evidentemente damninhos, procurou reagir a remodelação de 1915, dada pelo Decreto

n.º 11.519 de 10 de março. Comparado com o regimen anterior, o novo regulamento era menos brilhante, abrangia talvez ambito mais limitado, ostentava menor vastidão de programma, de quasi impossivel realisacão, aliás, nas condições actuaes do paiz. Leal e honestamente applicada, porem, a reforma assegurava o cumprimento pratico de uma tarefa infinitamente mais fecunda: crear agricultores esclarecidos, elevando-lhes o nivel do preparo profissional, mostrando-lhes a coincidência de seus interesses com os resultados da applicação de novas normas culturaes; substituir o bacharel em agricultura pelo instructor tecnico; em logar do funcionario que só conhece o cultivo da terra entre quatro paredes e atrás de uma secretária, pôr o arador callejado pelo manejo dos instrumentos da profissião; aproximar o Serviço dos lavradores, a ponto destes recorrerem normalmente ao instructor, considerado tão util quanto a acquisição de boas sementes; appellar para a collaboraçã dos interessados, multiplicando o contacto entre a repartiçã e as classes ruraes.

Os quadros ideados seriam os seguintes:

Na base, o instructor agricola, admittido mediante concurso de natureza pratica, de manejo de instrumentos, de tratos culturaes, de cuidados a estabulos, de direcção de granjas. Essa averiguação preliminar de competencia profissional seria feita no Rio, sob as vistas da direcção do Serviço, em estabelecimentos pertencentes ao Ministerio. Esse instructor, no seu districto, designado pelo Ministro, auxiliaria os fazendeiros, preparando com os aradores os terrenos de cada fazenda, adestrando animaes e deixando o lucro produzido pelos novos methodos em mãos do proprietario da terra, assim transformado em propagandista interessado na renovação agricola. Pouco a pouco assim se faria em areas crescentes, até se generalisar o uso da lavoura mecanica. Com o correr do tempo, o

numero de taes instructores cresceria enormemente. Transitoriamente, seria designado para desempenhar essas funcções o pessoal das inspectorias, effectivo e addido, sujeito a uma prova prévia de competencia, eliminados os incapazes.

Entre esses instructores, por selecção, se encontrariam os administradores de campos de demonstração. Ambas as categorias, com os auxiliares agricolas, tambem admittidos em concurso, formariam a base da escolha dos auxiliares agronomos; de entre todos elles se tirariam os agronomos e os inspectores agricolas, que teriam a seu cargo, alem de outras, incumbencias de character administrativo de sua circumscripção.

Por selecções successivas, entre inspectores e agronomos, ter-se-ia o ajudante da sub-directoria technica dessa Directoria, e, entre essas tres classes, o chefe da mesma sub-directoria.

Para multiplicar o contacto entre lavradores e o Serviço, haveria uma serie de campos de demonstração: uns, nas proprias fazendas, sob a inspecção dos instructores; outros, de permanencia mais duradoura, em trechos arrendados, por um quinquennio no minimo, aos donos das terras, em se tratando de ensino mais demorado; finalmente, estabelecimentos officiaes em que, alem dos ensinamentos costumeiros, se formem viveiros para a distribuição gratuita de mudas e de sementes, afim de fugir, quanto possivel, á compra no mercado, garantidas assim a economia do fornecimento, a sanidade das plantas distribuidas e a qualidade das especies. Tal providencia deveria ser generalisada a outras estações, fóra da esphera de acção do Serviço de Agricultura pratica.

Superintenderia a todo esse esforço o organismo central, no Ministerio, subdividido em duas categorias de funcções, uma de méro expediente administrativo, outra

technica, especializada, constituindo um nucleo para desenvolvimentos futuros, já aparelhada, entretanto, para as necessidades actuaes.

Não cabe mostrar aqui as origens longinquoas da orientação deste esforço, que se funda na primitiva lucta do descobridor portuguez contra a matta que o opprimia, e nos seus consecutarios até á lavrança extensiva, á derrubada, á *Raubbau* e ao nomadismo que decorre de taes premissas.

Basta assignalar-lhe a filiação historica, os traços caracteristicos da acção e o rumo em que se desenvolverá.

Cumpra ainda accrescentar que a essa repartição não caberia, sinão em escala reduzida, a indagação dos altos problemas de biologia agricola e de chimica, reservada a outros departamentos, nomeadamente á Inspecção do Ensino, quando devidamente organisada. Ao Serviço incumbiria divulgar e tornar correntes processos, meios de agir, elementos de trabalho oriundos das altas investigações citadas. Missão pratica, intensamente pratica, como seu nome indica. Nenhum maior serviço nem mais relevante auxilio poderia ser prestado á causa da economia nacional.

Pouco durou tal orientação. A pretexto de economias, de aproveitamento de addidos, de simplificações, com predilecções por esta ou por aquella zona, veiu o Decreto de 22 de março de 1916 prejudicar bastante o desenvolvimento normal dos trabalhos, que se conseguira fazer voltar á simplicidade primitiva de 1909.

A crise estava no pessoal. Nisto havia, dentro na restricção da infeliz lei de addidos, cuidado a reforma anterior. A nova, misturando tudo, nivelando competencias, conhecimentos e preparo de aradores com os dos professores, annullou praticamente o pouco elemento bom que se salvava das infelizes nomeações de 1910 a 1914, pois era obvio que um professor ou um instructor de certo merito

se não poderia pagar pelo salario de um arador. E nem si-quer a economia foi obtida, pois acto de força que se apoiava na lei, mas exigia energia para ser mantido, as reclamações se fizeram ouvir e triumpharam ante a fra-queza do Governo e o conluio de interesses, dos func-cionarios (cabos eleitoraes, muitos delles) e de seus patro-nos politicos, que não queriam ferir seus partidarios.

Todo o elemento technico da Directoria, todos os competentes para os estudos das "pragas" das plantações, o entomologista para às doenças provenientes de insectos, o phytopathologista para as produzidas por vegetaes, todo esse elemento insubstituivel de estudo, foi eliminado. O Serviço tornou-se méro comprador e distribuidor de plan-tas e de sementes. Obvio que era e é insufficiente.

A tudo, entretanto, corrigiria o esforço do pessoal. Infelizmente, a deficiencia qualitativa não permittia alimen-tar tal esperanza. Esse o mal, o grande, o irremovivel mal de que vae morrendo o Serviço. Homens novos, com-petentes e energicos, contractados fóra do paiz, si aqui não existirem, são precisos. Unica cousa impossivel, é to-lerar a estagnação vigente.

Cabe aqui estudar uma creação recente do Governo, baseada, ao que consta, nas autorisações amplas dadas pelo Congresso, mas que, inda que seja legal, confirma meus dizeres e condemna a organização dada ao serviço. Refiro-me á Delegacia Executiva da Producção Nacional.

Tem-se limitado o Delegado a centralisar compras e distribuições de sementes e de mudas; a distribuir fo-lhetos de propaganda e a estudar a situação do mercado productor. Tem-no feito, aliás, com intelligencia e sem peias burocraticas. Essa é, porém, exactissimamente, a função do Serviço de Agricultura Pratica, segundo o regulamento de 1915. Porque a duplicação da despesa, com o Serviço e com a Delegacia? Si o primeiro está mal pro-vido de funcionarios, si são incompetentes e fracos (e

esse é o caso, a meu ver), nomeie-se sempre o *right man in the right place*. Mas manter ao lado do que está certo, demasia embora como a Delegacia, o que está torto, como o Serviço, embora legal, é que não pôde ser justificado.

Os meios de acção, os recursos, as formalidades administrativas peiam o Serviço? Modifiquem-se esses elementos e faça-se com elle o que se adoptou para a nova criação. Mas dobrar gastos, só pelo receio de ferir individualidades ou para beneficiar outras, é o que se não pôde comprehender. Com a volta ao Regulamento de 1915 e a substituição do pessoal incompetente por gente direita, será obtido o mesmo resultado, com economia para os cofres, grande impulso á actividade do Ministerio, e com homenagem á Logica.

Observação analoga deveria eu fazer sobre o recém-organizado Commissariado de Alimentação. O Dr. Leopoldo de Bulhões é um de meus melhores amigos, um dos brasileiros a quem tributo maior admiração e respeito pelos altos serviços prestados á nossa terra. Sua pessoa e seus meritos estão fóra de discussão. Sou insuspeitissimo, pois, ao inquirir do serviço que preside, confessando que o considero uma superfecação.

O titulo do Ministerio é — da Agricultura, Industria e Commercio, — isto é: abrange todos os phenomenos da producção e das trocas, salvo os transportes. A elle, pois, cabe superintender a execução da lei de necessidade ultimamente votada para attender a uma real exigencia do publico sobre os abusos creados pela especulação e, tambem, aos que decorrem da propria situação de guerra.

Nem se chega a comprehender como um Ministro tolera, sem se melindrar, que ao lado de sua missão essencial sejam creados dois organismos para executarem exactamente aquillo que é seu mistér fazer. Não se pode affirmar mais claramente a vacancia da pasta.

Aliás havia precedentes, no sentido do que allego. Em

começo de 1915 houve uma crise séria de alimentação, devida á alta extraordinaria no preço do feijão, em consequencia de uma retenção inconstitucional do genero no Rio Grande do Sul. O Ministro de então, sem bulha nem commissariados (que não toleraria se estabelecessem, ao lado seu), interveiu mediante providencias simplicissimas junto ao Dr. Borges de Medeiros para fazer cessar a retenção, e junto ao Lloyd e á Costeira quanto aos transportes, determinando assim o affluxo da producção do Rio Grande ao mercado do Rio, provocando a baixa dos preços.

Era continuar na mesma senda, sem o custosissimo e pesado apparatus, que nada tem de commercial nem de flexivel para attender ao perpetuo vae-vem caracteristico das oscillações das cotações. Cadeias de aço, com a missão de conter a mobilidade innumeravel das ondas.

Restabelecendo o dominio da Logica, sempre haverá redução nas despesas realmente feitas, embora não figurem no Orçamento. Mas, para se ter uma lei de despesa leal e franca, como sempre se esforçaram por conseguir os melhores espiritos do Governo e do Congresso, convirá addicionar á verba destinada ao Serviço de Agricultura Pratica a que se despende, por creditos de guerra e outros, com os gastos feitos por Delegacia e Commissariado.

Passo ao Serviço de Informações. O que lhe falta é alma, uma cabeça directora a par de sua missão e capaz de lhe dedicar esforço, competencia e amor. Infelizmente, nelle reinam burocracia e indifferença. Basta, para proval-o, comparar seu serviço com o que fazem instituições congeneres: o Ministerio da Agricultura, nos Estados-Unidos; as Sociedades de Agricultura, nesse mesmo paiz e na Europa; a actual propaganda de guerra. Entre nós, mesmo, a propria Delegacia da Producção.

Com seu feitio actual, o Serviço de Informações e Divulgação ainda não póde prestar ás classes productoras

a collaboração que se faz mistér. Limita-se, por emquanto, a distribuir impressos e ministrar um que outro esclarecimento insufficiente e nem sempre de exactidão inconcussa.

Para conseguir cumprir a missão que incumbe, conviria crear ao Serviço novas fontes informadoras com a garantia precisa de segurança, alargar-lhes o ambito da acção, apurar o valor das noções divulgadas, aproximal-o das classes a que deve prestar auxilio.

Por outro lado, o meio de colher elementos de resposta ás consultas deve ser desenvolvido. E' indispensavel organizar sobre todos os assumptos susceptiveis de indagação um systema de fichas, constituindo um repertorio ao qual se recorra com facilidade identica á que se experimenta ao compulsar um catalogo qualquer. O ideal a attingir é a possibilidade de, sem demora apreciavel alem do tempo imprescindivel para concatenar dados já reunidos, fornecer ao consulente a satisfação immediata de suas perguntas.

Não basta, para isso, colleccionar folhetos e distribuil-os. Qualquer livraria pôde fazel-o mais economicamente, mediante contracto. Necessario é, para cada questão, colligir e manter em dia todos os apontamentos interessantes, registando não só o que existir nas publicações recebidas, como nas folhas diarias e nos extractos de documentos enviados ao Ministerio.

Systematicamente organizados em fichas, classificadas á semelhança do que faz o methodo de Dewey para as bibliothecas, em qualquer momento a pesquisa nesses informes se pôde fazer, fructuosa e rapida.

Tal serviço ainda não existe, e só será creado quando houver um Director que se dedique de facto a seus deveres.

Pequeno seria o raio dos esforços dessa repartição

si se limitasse apenas a responder a quem tivesse a iniciativa de inquirir.

E' necessario, mesmo sem provocação interessada, pôr ao alcance de todos, os elementos de acção que permittam alargar a intensidade e o proveito da producção das trocas. E tal missão deve estender-se ao Brasil inteiro.

Visando esse genero de interesses de ordem commercial, industrial e technica, é opportuno estabelecer, como uma das funcções normaes de Serviço, um boletim telegraphico semanal em que, pela imprensa, se divulguem nas capitães, da Republica e dos Estados, dados referentes ao mercado dos titulos nacionaes e estrangeiros, aos *stocks* e ás cotações das principaes mercadorias de exportação. de importação e de consumo local, ao commercio inter-estadual, aos transportes e aos fretes.

Essa publicação, feita regularmente de accordo com o Decreto n.º 11.509 de 4 de março de 1915, tem prestado bons serviços. Tanto correspondia a uma necessidade, que a imprensa della se tem valido de modo constante.

Ainda na mesma ordem de idéas, o momento é asado para se iniciar, collaborando os interessados, a criação de Repertorio Commercial do Brasil.

Acham-se estas e outras iniciativas contidas no Regulamento em vigor, umas expressas, outras em germen. Sua execução pratica deveria ser objecto de instrucções especiaes, expedidas em tempo opportuno.

Não desconheço que, para o exito do tentamen, infinitamente mais vale a alma com que o esforço fôr feito do que a perfeição dos textos em que tal esforço tiver de haurir sua autoridade. Confesso igualmente que, por enquanto, nada se fez nesse sentido que se aproximasse da méta de utilidade que devemos buscar attingir.

E é por isso que sempre insisto na técla: a questão é de homens, não de lei. O Regulamento em vigor estatue todas as providencias citadas. Na pratica, pouco se obtem,

porque aos executores da lei faltam alma, noção do direito do publico a ser bem servido, do dever da Administração de auxiliar e guiar a expansão economica do paiz.

Sobre as Escolas de Aprendizizes Artifices, a observação mais topica versa sempre sobre o pessoal director. O problema da aprendizagem profissional só terá solução após a guerra, pois rarissimos são, no Brasil, os estudiosos do assumpto; mais raros ainda, si é que existem, os que tenham conhecimento pratico, pessoal das soluções dadas nos paizes da Europa e nos Estados Unidos. Uma direcção especial do ensino profissional deverá ser creada, contractando-se para ella um dos grandes nomes dessa especialidade. Da Belgica ou dos Estados Unidos, paizes que estão na vanguarda dos esforços solvedores do caso, virão esses chefes praticos. Quiz eu, em tempos, obter o concurso do celebre Omer Buyse, de Bruxellas, para esse fim. Mas, por causa da guerra, e occupado como estava em organizar o trabalho das creanças e dos adultos na Capital belga conquistada não poudo elle, por patriotismo, abandonar seu posto de combate.

Quer esse grande educador, quer outro, *yankee*, sabedor dos grandes progressos obtidos nos *sloyd* pelos Norte-Americanos, de tal jaez deverão ser nossos collaboradores. Deveremos pagar-lhes o concurso sem regatear, pois si em todos os tempos o problema da formação da mão d'obra, principalmente da especializada, foi grave e difficil, mais o será agora que a guerra renovou processos, anniquilou mestres aos milhões, difficultou seu exodo para terras extranhas.

No momento actual, a unica cousa a fazer no Brasil é procurar melhorar o valor dos directores das Escolas de Artifices, realmente mediocres de mais, quando não positivamente incapazes, com duas ou tres excepções apenas. Concomitantemente, deve ser posto em pratica o preceito

regulamentar da constituição dos peculios de aprendizes, pelas remunerações pagas aos do 4º anno.

Dos dois ramos principaes em que se divide o aproveitamento do sólo — a agricultura e a pecuaria — o segundo não encontrou, no Ministerio da Agricultura, todos os órgãos indispensaveis para lhe auxiliar o crescimento e conferir a importancia previsivel em paiz como o nosso, no qual parecem illimitadas suas possibilidades de desenvolvimento.

Nem ha, em tal ausencia, phenomeno surprehendente: creação nova, iniciada tacteando-se em pleno desconhecido, era natural não surgisse inteira e impeccavelmente apparelhada do cerebro que a ideou. Veiu a pratica indicar os pontos fracos, as lacunas a supprir, os defeitos a eliminar. Aos poucos, tornou-se organico o modo de encarar o problema, afastando-se as soluções episodicas e os expedientes parcellares até então preconizados.

Hoje, o ponto de vista em que se colloca o Ministerio é o da apprehensão integral do facto economico: a industria pastoril em seu conjunto, abrangendo a producção do alimento; a creação do transformador biologico das forragens em energia viva, productos comestiveis e sub-productos industriaes; a hygiene, aggressiva e defensiva, dos rebanhos.

Antes de instituido esse departamento administrativo, as innumeradas questões incluídas na resenha feita linhas acima tinham de ser solvidas por iniciativas particulares. Uma ou outra conquista definitiva foi feita; algumas normas praticas firmaram-se; raros ensaios vingaram.

Como regra, entretanto, a tarefa excedia ás forças individuaes dos creadores, e máo grado toda a sua dedicação e a nobre energia com que dispenderam cabedades e esforços, a lista dos insuccessos esmaga, por seu vulto, a curta exposição do que se poudé colher de positivo.

E' para a Nação pagar demais a lição negativa do mallogro, sem ter, sequer, a absoluta certeza das conclusões obtidas, dada a insufficiencia scientifica dos experimentadores.

Não exaggera quem avaliar em muitos milhares de contos de réis as quantias assim desbaratadas, sem levar em conta, ainda, as consequencias possivelmente damnosas, para a industria pastoril e seu futuro, de algumas experiencias feitas em escala perigosamente elevada.

Taes ensaios e tentativas mais cabem na orbita de acção do Governo, com outros recursos scientificos e materiaes, com outro escopo tambem, puramente altruista, em bem da collectividade. Averiguações feitas e resultados colhidos aproveitarão dest'arte a todos, e serão transmitidos como regras praticas de technica, já isentas de todo elemento aleatorio.

Para conseguir tal premio, porem, tudo está por fazer.

Não basta crear, no papel na mór parte dos casos, institutos que se condecoram de zootechnicos ou de modelos e apenas pesam no orçamento, sem nada produzir, com tres ou quatro excepções.

Cumpre começar por definir o ambito da acção; pois, em verdade, em nosso meio, quasi tudo se desconhece em zootechnia. Pouquissimo se sabe de nossas forragens. E' discutido si existem raças brasileiras de gado. Não se póde prever, desde já, como obtel-as; si por selecção, si pela cruz, si pelo refinamento. Ainda é ignorado o valor de certos coefficients locais de clima, de natureza de pastagens, de afastamento de mercados, de exigencia do consumo.

Precisa-se, portanto, iniciar o estudo systematico de todos esses aspectos da questão. As proprias experiencias sobre os mesmos phenomenos em condições variadas de meio, para se tornarem uteis, devem-se tornar comparaveis, isto é, obedecer a uma orientação scientifica una,

capaz de, competentemente, investigar o caso e lhe tirar os corollarios. Deste modo, sómente, se conseguirá unidade e, portanto, comparabilidade na experimentação e nos seus ensinamentos, e se logrará evitar desperdicio de energia em rumos descontraídos.

Quem, como nós, não possui recursos fartos e está deante de um problema quasi por inteiro desconhecido, só tem um caminho a trilhar: concentrar esforços, norteal-os por um alvo commum, e proceder logicamente do geral para o particular e do simples para o complexo.

Isso só se obterá enfeixando sob uma direcção unica os trabalhos da mesma natureza. Fique bem claro, porem: tal direcção é meramente orientadora, pois na realisação pratica dos programmas deve ser dada absoluta liberdade de movimentos, com a responsabilidade correlata, aos orgãos de execução.

Outra razão capital impõe tal processo. Codigos e leis valem o que vale quem os põe em pratica. Chefe apto a planejar e executar, é mais facil achar *um* do que vinte ou trinta, ao passo que, em esphera mais humilde, vinte ou trinta bons cumpridores de ordens podem ser encontrados, principalmente em sabendo elles que suas possiveis falhas ou deficiencias terão correctivo e auxilio no conselho de seu superior tecnico.

Na situação vigente, por abuso, cada director de posto zootecnico ou de fazenda-modelo age por si, sem nexos seus esforços com os de estabelecimentos similares, creado liame, apenas, pela decisão do Ministro. Ora, excepcionalmente será este um profissional com aptidões especializadas sufficientes para desempenhar tal missão. E quando o consiga, quem affirma poder seu successor prolongar a mesma orientação? Essencial, entretanto, é a continuidade em taes empreendimentos que se protraem por largos prazos. D'ahi perda de tempo, gasto improficuo de força, prejuizo para a collectividade, estagnação

nos estudos, tendencias á incoherencia, desanimo na missão aconselhadora official.

Cessam os inconvenientes e desaparecem os obstaculos, combinando a orientação scientifica central com a livre realisação na observancia dos programmas pelos organs periphericos de execução.

Será applicar á zootecnia o methodo que tão bons resultados tem produzido na lucta contra os zoonoses.

Effectivamente, ao ser creado, a inexperiencia nesse ramo scientifico era quasi completa em nosso paiz. Sobravam, porem, boa vontade e desejo de acertar. Hoje, pela collaboraço estreita do Instituto Oswaldo Cruz e do Serviço de Veterinaria, e pelo crescente desenvolvimento e progresso innegavel deste ultimo, já tem o Ministerio da Agricultura motivos para se ufanar do caminho percorrido e das conquistas alcançadas. Já o problema para melhor servir aos creadores é outro: consiste em methodisar as intervenções, alargar-lhes o campo, enveredar pelo debellamento systematico de enzootias e epizootias, das quaes, até ha pouco, só se julgava poder vencer casos isolados.

Tanto para o estudo e para a evolução ascensional do rebanho são, como para igual tarefa no caso especial das doenças animaes, o grande, o inilludivel dever está em dispôr de um estado-maior scientifico perfeitamente aparelhado, seleccionado do exclusivo ponto de vista de sua duplice capacidade technica e administrativa, sem atender a nenhuma solicitação de outra especie.

Para conseguil-o, procurar as competencias onde estiverem, no paiz ou fóra d'elle, e a todas dar largueza de movimentos e unidades de rumo na missão collectiva a cumprir.

Claro que neste grupamento hierarchico de serviços, não entram os institutos de ensino médio e de ensino su-

perior. A estes convirá enfeixar futuramente sob uma direcção unica, ainda em estudos, infelizmente, e que só depois da guerra achará solução.

Na actualidade, deveriam subordinar-se á orientação technica do Serviço da Industria Pastoril méros organs de execução, de alta valia scientifica e de grande importancia pratica: os postos zootechnicos; as fazendas-modelos; as estações de monta; as inspecções de carnes refrigeradas, de serviços especiaes, como laticinios, fiscalisação de productos animaes; os postos veterinarios; os postos de observação; os lazaretos quarentenarios; as inspecções de portos; a lucta systematica contra as zoonoses, e outras incumbencias da mesma natureza scientifica.

Na organização do Regulamento de 1915, se quiz systematizar, dar novo impulso, fortalecer a acção e polarisar synergicamente os esforços do Ministerio no tocante á industria pastoril, fazendo dominar, alem do movel orientador já exposto, os principios administrativos e technicos elucidados na remodelação do Serviço Geologico: dar amplitude de movimentos ao pessoal scientifico; só admittil-o definitivamente após um estagio de experimentação; dar elasticidade aos quadros; tornar pratico o rumo das investigações; unificar o estatuto dos funcionarios do Ministerio; augmentar ao maximo a collaboração destes na actividade da classe dos creadores; multiplicar os pontos de contacto e de prestação de auxilios entre interessados e organs officiaes; popularisar, intensificando-os, os trabalhos destes.

Felizmente, o trabalho ia medrando de modo compensador do esforço dispendido. A confiança estabeleceu-se para com o Serviço, e diariamente augmenta o numero dos que recorrem aos seus conselhos e aos seus profissionaes.

Caracteristico é o que se deu com as vaccinas. A

principio, por um accordo com o Instituto Oswaldo Cruz, cada d6se de vaccina anti-carbunculosa custava ao The-souro 300 r6is. Ora o consumo era enorme e as verbas para a aquisiç3o insuficientes. Deliberou-se em principios de 1915 dar maior amplitude ao serviço, preparando-a em laboratorios dependentes do proprio Ministerio. Chegou-se, entretanto, a um *modus-vivendi* com o Instituto, me-diante o qual o preço baixou segundo a seguinte tabella:

|                                      |          |
|--------------------------------------|----------|
| at6 1 milh3o de d6ses .....          | 150 r6is |
| at6 2 milh6es de d6ses .....         | 130 r6is |
| at6 3 milh6es de d6ses .....         | 120 r6is |
| at6 4 milh6es de d6ses em deante.... | 100 r6is |

Os resultados n3o se fizeram esperar. Alargou-se o consumo numa progress3o acelerada. Ampliaram-se as verbas para aquisiç3o, e, para esta como para as demais vaccinas distribuidas pelo Serviço, o quadro seguinte resu-me os beneficios prestados:

| Annos     | I         | II      | III     | IV  | V   | VI    | VII | VIII | IX  | X      |
|-----------|-----------|---------|---------|-----|-----|-------|-----|------|-----|--------|
| 1914      | 234.105   | 51.680  | —       | 5   | 486 | 2.195 | 222 | 930  | 950 | —      |
| 1915      | 686.280   | 98.910  | —       | 5   | 135 | 420   | 88  | 180  | 145 | 8      |
| 1916      | 877.177   | 156.880 | 38.384  | 696 | 186 | 270   | 476 | 226  | 210 | 35     |
| 1917      | 1.116.655 | 366.185 | 150.951 | 218 | 233 | 1.115 | 136 | 83   | 120 | 3.524  |
| 1918      | 778.000   | 244.475 | 189.720 | 449 | 210 | 2.425 | 562 | 730  | 588 | 12.920 |
| (7 Mezes) |           |         |         |     |     |       |     |      |     |        |

(NOTA — Nesse quadro significam: I Manqueira; II Carbunculo hematico; III Pneumo-enterite; IV S6ro anti-ophidico; V S6ro anti-tetnico; VI Spirillose; VII S6ro anti-streptococcico; VIII Malleina; IX Tuberculina; X Batedeira. Al6m disso, houve ainda pequena distribuç3o de protosan).

Taes serviços, de valia inestimavel, convem desenvolver sem regatear, attendendo ás reclamações dos interessados e os optimos resultados colhidos. Por causa de irregularidades occorridas em Bello-Horizonte, onde, mais especialmente se prepara a vaccina contra a bateadeira dos porcos, deliberou o Governo ampliar o numero de estabelecimentos em que tal se fazia, e designou Pinheiros para esse fim. Mangrou a tentativa e foi agora determinado que se incumbisse do trabalho a Ponta Grossa, salvo erro. A medida é optima e deve ser mantida. A vaccina contra a bateadeira é tão efficaz quanto á que se emprega contra a manqueira, nos bovinos.

Egual acceitação tem tido o serviço veterinario. Infelizmente, é insufficiente o numero de profissionaes que ahi trabalham, de sorte que vivem elles por montes e valles a acudir nos chamados. Isso bem mostra a necessidade urgente que ha em augmentar seu numero. Na actual situação de guerra, nada se pode fazer no sentido de se contractarem especialistas no estrangeiro. Aqui, medicos têm comprehendido a unidade essencial dos seres vivos, e têm intelligentemente adoptado a solução de transferir o campo de seus estados biologicos do corpo humano para os termos immediatos, os mais elevados da escala zoologica. O Instituto de Manginhos, sob a direcção de Oswaldo Cruz, deu o exemplo.

Assim é que o Serviço já possui um corpo clinico que se especializou em estudos de zoonoses, e tem prestado auxilios relevantes á creação nacional, quer no preparo da vaccina, quer nas therapeuticas a seguir ou nos conselhos technicos a observar.

Não basta, porem. Urge multiplicar o numero de praticos para os pequenos casos communs de tratamento do gado, que saibam guiar os criadores e evitar-lhes os erros palmares conhecidos de quantos têm percorrido o interior

do paiz. Esse era o fim do curso de praticos-veterinarios instituido pelo Regulamento de 1915. Tanto correspondia a uma necessidade, que foram disputadissima as inscrições. Hoje, quando cresce a urgencia e mais se sente a precisão desses auxiliares, o curso, patrioticamente feito sem onus para o Thesouro pelo digno pessoal tecnico do Serviço, foi fechado por determinação do Dr. José Bezerra, contra a opinião de todos os technicos e sem attenção para os reclamos da criação nacional.

Não foi esse, aliás, o unico ponto em que a passagem pelo Ministerio desse disticto pernambucano valeu por uma retrogradação nas conquistas já obtidas.

E' velho proloquio repetido por todos os zootecnistas que o animal se faz pela bocca, isto é, pela alimentação. Um dos primeiros cuidados da nova Administração, no prurido de reformar, foi extinguir os cargos de chefes de culturas dos postos zootecnicos. A par disso, que significa supprimir o encarregado de produzir a forragem destinada a nutrir e melhorar o gado, foram subtrahidos á acção orientadora e scientifica do Serviço os directores dos postos e das fazendas-modelos, quasi que praticamente extinguida a sub-directoria da zootecnia, quando, entretanto, são positivamente incompetentes *todos* os chefes desses estabelecimentos, com excepção do de Ponta Grossa, o Dr. Vincent, e, em segunda linha com grande intervalo, o Dr. Manuel Paulino, do de Pinheiros.

Foi um desastre, e hoje taes postos e fazendas causam dó. De alguns delles (Pinheiros e Santa Monica) se fizeram depositos ou museus de raças, bovinas e outras. Ora, ninguem póde impedir que um cavallo salte um muro, um touro vare um vallo. D'ahi, cruzamentos imprevisitos, que nenhum tratador ou zootecnista póde deslindar, nem director supprimir. Isso em estabelecimentos

officiaes, que deveram ser modelares e fornecer gado puro de reproducção.

Cada vez mais se impõe voltar á orientação anterior, a bem do futuro, do crescimento e do aperfeiçoamento dos rebanhos nacionaes.

A monta, cousa essencial para a melhora systematica do gado e para o ensino de processos de tratamento aos fazendeiros, incultos mas cheios de boa vontade para aprender, foi descuidada.

O cultivo das plantas forrageiras foi abandonado. Em Pinheiros, o gado não tem como alimentar-se com o recursos do pasto. E, enquanto tal deficiencia profissional se ostenta, e não é severamente corrigida, perdem-se os optimos serviços de um homem como o Dr. Vincent, em Ponta Grossa, que conseguira dar a seguinte bella lição de agricultura e de zootechnia: em pleno inverno, requeimados os campos pela geada e morrendo o gado de fome pela destruição das forragens, o estabelecimento official por elle dirigido apresentou-se como um oasis, verde, com seu gado gordo e sadio.

Voltemos, pois, ao Regulamento de 1915.

Não basta, porém, restabelecer esse Decreto e insistir no desenvolvimento dos cursos da Escola de Agricultura de Nictheroy. Cumpre dotar o melhor serviço. Para vaccinas, laboratorios, pesquisas, contractos de profissionais (logo que a guerra o permitta), uma dotação supplementar de 500 contos valerá por um augmento annual de 100 vezes mais, si não forem 1.000 vezes, na fortuna publica: pelos bezerros que se salvarem, com os cuidados mais apurados com a criação, pelas enzootias e epizootias evitadas ou juguladas.

Tambem cumpre facilitar a criação, multiplicando-lhes o numero, das estações de montas e das granjas-modelos. E' o trato normal do gado e dos campos que

assim se demonstra aos proprietarios da zona. E' a melhoria do rebanho que se obtem. E' ainda, e isso é importantissimo, o modo de guiar zootecnicamente aos fazendeiros de cultura insufficiente, e que confundem circumstancias creada pela guerra e lucros de méro commercio, com o que ensina o raciocinio calmo e previdente, desapegado de taes contingencias.

Um grave perigo está se avizinhando, se lhe não atalharmos os progressos: o definhamento do rebanho bovino.

Por hora tudo serve e nenhuma exigencia se formula: a guerra quasi suspendeu a actividade criadora na Europa, e reduziu grandemente os rebanhos. Esteja este reconstituído, porem, quatro ou cinco annos após o tratado de paz, e as exigencias dos consumidores imporão sua lei, mudança no gosto e no aspecto das carnes refrigeradas que lhes enviamos. Já os grandes estabelecimentos frigorificos estão agindo neste rumo, aconselhando, indicando o typo de boi para frigorifico que precisam ter, criando elles proprios para terem um nucleo em torno do qual se grupem os demais criadores. Se, entretanto, o Governo não auxiliar tal esforço, veremos (como antes da guerra) os quartos refrigerados de mestiços de Hereford Durham de Devon expellir do mercado europeu os quartos de mestiços de Zebus, que o Brasil exporta.

Cumpre, portanto, seriar os problemas. Não é o mesmo povoar campos afastados dos mercados de consumo, obrigado o creador ou comprador de gados a longos transportes — e para este caso talvez ainda se possa provisoriamente defender o boi indiano — e effectuar a mesma operação em zonas mais proximas. Rio Grande, São Paulo, Santa Catharina, Pará, Minas nas zonas ferroviarias, já não comportam senão raças bovinas mais finas. Mesmo ahi, entretanto, a acção governamental da União, pelas

suas repartições technicas, favorecendo indifferentemente a todas as importações de reproductores, induz em erro aos homens de bôa fé que ainda não viram a consequencia alongada dos cruzamentos hoje por elles defendidos, nem possuem a cultura precisa para conhecer o desastre que em outras terras decorreu do mesmo erro que aqui praticam hoje correntemente.

Felizmente a solução definitiva será dada pelos consumidores, e a isto presidirão os estabelecimentos frigorificos empenhados em só abater gado que seja acceito nos paizes para onde exportam os quartos refrigerados. Mas isso é processo lento, e mesmo assim não deve ser contrariado pelo ambiente official, quer seja este levado a agir, ou simplesmente a se abster.

Acima de tudo, cumpre ser inteiramente respeitada a intervenção do Ministerio da Agricultura, no tocante ao exame sanitario dos productos animaes, e bem assim na fiscalisação da matança das vaccas. Para isto o elemento essencial e decisivo é o valor moral, a integridade profissional dos technicos incumbidos da inspecção. Ultimamente foi praticado um acto de consequencias tão serias, que, se não fôr desfeito, trará o descredito a todo o serviço verificador.

Refiro-me á recente nomeação de um fiscal itinerante da matança das vaccas junto ás *Packing-houses*, escolhendo-se para tal missão um estellionatario que já cumpriu pena de prisão por esse crime na cadeia de Ouro Preto, e que ainda por cumulo diz ser inventor de um processo de conservação de carnes. Com tal individuo nomeal-o é um convite a que negocie com as empresas fiscalisadas, ou vendendo seu pretenso processo de conservação, ou bem seu silencio quanto a irregularidades, ou ainda fechando os olhos sobre o numero e a idade das vaccas abatidas, ou finalmente provocando crises por denuncias justas ou

não. E nessa aventura, a função official do nomeado comprometterá o bom nome do Governo.

Para executar tal programma, mil contos serão apenas um inicio, a empregar na compra de reproductores (quando fôr possível), no seu transporte e na sua instalação. Ainda ahi, convirá ter cuidado e não reproduzir a extranha escolha feita recentemente pela qual, nos Estados Unidos, foi comprar gado um distinctissimo entomologista; no Prata, uma commissão em que só um technico figurava, sendo o outro membro um jornalista *en rupture de ban*, recebeu igual incumbencia.

Como sempre, volta ahi a questão primacial, em tudo: o Homem mais do que a lei ou o regulamento.

Nada direi sobre o Serviço de Protecção aos Indios, que humildemente confesso nunca ter comprehendido, preferindo eu as missões, salesianas principalmente, que tão bons auxilios têm prestado.

Silenciarei, igualmente, sobre as verbas de Eventuaes, de Empregados addidos (a avolumar-se com inclusões de gente que a lei de 1914 não attingiu!...) e de Subvenções.

Em duas palavras, resumirei minha opinião sobre o Ensino Agronomico, tanto nos Aprendizados como na Escola Superior de Agricultura, Judeu Errante a peregrinar de Santa Cruz para a rua Canabarro, d'ahi para Pinheiros até sossobrar neste momento em Nictheroy: só possuiremos ensino agronomico real e proficuo contractando profissionaes no estrangeiro, nos Estados Unidos de preferencia, afim de mostrarem ao nosso pessoal, intelligente e eminentemente capaz de aprender e de trabalhar, como se orientam semelhantes estudos. E', portanto, obra para depois da guerra.

Da Estação Sericicola de Barbacena o menos que se pode affirmar é que precisa de uma inspecção, não feita

por compadres, mas por gente competente e severa. Não é um centro de ensino e de trabalho, sinão um nucleo de eleitores, e não sei até que ponto são legalmente e moralmente justificaveis as despesas ali feitas.

Nada acrescentarei, quanto ao Instituto de Chimica, aos motivos que determinaram lançar-se o germen de que proveiu: a Estação Central de Chimica Agricola... Eil-os.

E' banal affirmar que para se renovar e alcançar o nivel que é licito esperarmos attinja, a agricultura nacional precisa basear-se nas licções scientificas e experimentaes do laboratorio, a exemplo do que se dá em todas as manifestações da actividade humana fundadas na physico-chimica e na biologia.

Nem se comprehende no Brasil, onde quasi tudo se desconhece dos coefficients locais dos problemas agricolas, seja prescindivel tal estudo.

Vinte e cinco annos faz que Dafert, o eminente Director do Instituto de Campinas, declarava que tudo quanto se sabia sobre taes questões mal se resumiria na materia para o programma do curso lectivo de um anno. Pouco melhorou a situação, de então para cá.

Tendo de attender a varios aspectos do facto, entre os quaes avulta o da competencia profissional, a lei do Orçamento para 1915 extinguiu varias dependencias do Ministerio da Agricultura, onde taes indagações deveram ser feitas, embora o não fossem. Mas, sabiamente, dando ao Executivo a faculdade de reorganisar serviços, forneceu ensejo para crear o orgão adequado ás exigencias do premente assumpto, aproveitadas installações existentes e collocados nos logares proprios elementos technicos de valor real, errantes por outras repartições.

De facto, só permaneceram no computo orçamentario o laboratorio do Serviço Geologico e o Museu Nacional, este mesmo reduzido e refundido. O primeiro muito espe-

cializado pela natureza do trabalho que tem de executar, ia ter sua capacidade posta á prova, dentro em certo praso, com a sobrecarga advinda do pleno funcionamento da lei de minas. O segundo precisando ser remodelado, teria de adaptar-se mais tarde e estrictamente aos fins pecuniarios do Museu.

Onde fazer, pois, analyses de terras, de aguas, de correctivos, de sementes, de alimentos, de forragens, de falsificações, etc.? De que modo investigar o influxo dos processos culturaes, dos adubos, da rotação, da adubação verde, da fixação directa do azoto, em varias condições de meios e para especies diferentes? Como proceder ás indagações bromatologicas que não mais se podem adiar? Em que condições firmar exames e certificados de garantia para productos de marcas registradas? A quem pedir o exame previo imposto, em casos determinados, por nossa legislação sobre patentes de invenção?

Era urgente e indispensavel satisfazer tal reclamo, méra parcella da tarefa complexa que incumbe a esse Instituto. Felizmente, pode ser feito sem despesa apreciavel.

No Jardim Botanico, o extincto laboratorio de chimica, embora installado com indiscutivel orientação scientifica, prestava-se a servir de nucleo a uma reorganização normal. Nos terrenos do mesmo estabelecimento podia ser demarcada a área precisa para um jardim de culturas experimentaes. E da conjugação desses dois elementos, intelligentemente aproveitados por technicos sabedores de seu officio, nasceria uma Estação Central de Chimica Agricola.

Cumpria aproximal-a do publico, facilitando a este recorrer, como providencia normal, aos serviços profissionaes da Estação. Exigencia identica impunha despear a acção do laboratorio, reduzindo ao minimo o liame administrativo, dentro nas regras uniformes do regulamento da Secretaria de Estado, afim de se não perder na redacção

de officios o tempo mais utilmente gasto nas analyses chimicas.

Não foi proposto, desde logo, fundar-se um instituto completo' desse genero. Surgiria, naturalmente, e dentro em breve, do desenvolvimento progressivo da semente lançada. Seria a consagração do esforço feito, e provaria a utilidade da obra creadora.

Assim aconteceu. Fundido com outro laboratorio, installado no Ministerio, para o Serviço de Inspeção das manteigas, alargou-se o ambito do novo estabelecimento e fundou-se o actual Instituto de Chimica.

Ainda está nos seus primeiros passos. Já está prestando bom serviço, entretanto, é licito augurar largo surto á collaboração que vae dando, e muitissimo mais dará para o futuro, á industria e á agricultura de nosso paiz.

Estudem-se agora os serviços ultimamente supprimidos.

Um dos primeiros é o da celebre Inspectoria de Pesca, mais tarde transformada em Estação de Biologia Marinha.

Como sempre, houve exaggero na reacção, igual ao exaggero no impulso inicial. A Inspectoria era um sorvedouro de gastos e um pretexto a collocações. Mas continha um elemento de utilidade e de grande desenvolvimento possivel. Foi o que se não differençou em gráo sufficiente, e levou á Inspectoria a malquerença generalizada do Poder Legislativo e do publico. Em termos, entretanto, para evitar de cahir no illogismo.

Ao extinguir a primitiva repartição, não descurou o Congresso os altos interesses economicos ligados ao aproveitamento da fauna marinha.

Determinou, apenas, que os estudos referentes á solução desse problema deviam ser feitos, guardada a indispensavel homogeneidade entre o assumpto e os meios de perquiril-o.

Não era, por certo, burocraticamente, com invasão de funções de outros Ministerios, fazendo duplicatas de estatísticas sem grande alcance já commettidas a outras repartições, ensinando gymnastica, escrevendo officios e informando sobre terrenos de marinhas, que se haviam de solver as multiplices questões presas á alimentação barata fornecida pela vida nos mares.

Para acudir ao despovoamento de peixes de certas zonas da costa, prover aos melhores methodos de pesca, estudar os meios de diminuir os percalços dessa industria, promover o consumo crescente de conservas e a criação de estações de salga, etc., etc., era mistér investigar intrinsicamente os factores do meio; o oceano; seus elementos nutritivos para a fauna alimenticia; as condições de vida desta; a temperatura, as correntes, a densidade, o gráo de salinidade das aguas; as relações mutuas da vida marinha e do *habitat*; os costumes dos peixes e a evolução dos molluscos e dos crustaceos; seus modos de reproducção, a divisão dos primeiros em especies sociaveis, em cardumes e individuos isolados; a fórma por que comportam a salga e os varios meios de a fazer; a adaptabilidade a outros generos de conservas; e tantos e tantos outros pontos desconhecidos.

Mil e uma incognitas, cuja decifração é essencial para se conseguir fundar na ichthyologia a grande industria que, em outros paizes, absorve tantas actividades, e, no nosso, poderá talvez vir a merecer logar de igual importancia no conjunto de nossa economia.

Tal foi o escopo da reorganisação de que resultou a Estação de Biologia marinha: buscar na sciencia e na economia a intervenção official, no sentido de desenvolver o aproveitamento dos recursos oceanicos para o fim de reduzir o custo da existencia e augmentar os proventos colhidos pelos esforços da população litoranea.

Continuou, porém, a má vontade contra o Serviço, até que uma lei orçamentaria o extinguiu.

Foi excessivo o gesto. Compreende-se que não fosse creado, por motivos de poupar despesas, em periodo critico qual o momento de sua fundação. Installado, entretanto, e com seus trabalhos em andamento, menos se comprehende seu abandono, principalmente tendo em vista que, por força da lei absurda sobre os addidos, continuaria a despesa com o pessoal, sem que este produzisse cousa alguma.

Tempo virá em que será restabelecido, pois o aspecto industrial do momento tem que ser investigado. E fatalmente terá de ser objecto de indagação, tal o influxo que exerce na alimentação publica. Si algum exemplo fosse necessario citar para proval-o, bastaria lembrar o consumo de bacalháo que, talvez, possa ter succedaneo na fauna ichthyologica do Brasil. No Norte, notadamente, tentam dar-lhe como substitutivo o pirarucú.

Outro caso typico é o referente ao algodão.

A experiencia, já velha de quatro seculos, tem demonstrado que o Brasil está fadado a ser um dos maiores productores mundiaes dessa fibra. E, comtudo, é relativamente insignificante o valor de suas exportações do genero. Ao que attribuir a contradicção? Estudal-a, solvel-a, scienti-ficamente, industrial e economicamente, tal a tarefa a cumprir.

Trata-se de uma cultura de terras seccas, exigindo, além disso, condições especiaes de clima. A Inglaterra e a Allemanha, para descobrir ou adaptar regiões proprias a essa industria, têm dispendido fortunas em suas colonias, sem exito correspondente, cumpre accrescentar. Nossa patria, por vastissimas extensões, é uma zona algodoeira natural, ideal, chegam a dizer os especialistas.

As razões do valor tão minguaado das exportações

dessa fibra devem ser procuradas em todos os estagios da elaboração do producto.

As roças fazem-se hoje tal como lhes descrevia o processo, em 1587, Gabriel Soares em seu *Tratado Descritivo do Brasil*. Nenhum cuidado com a escolha das sementes, com as hybridações fataes dos fructos.

Apanha, rudimentar, tosca e brutal, mistura capulhos de qualidades diversas; mescla fibra, folhas, ramos e quanta impureza possa haver.

Descuidada a separação, a fibra perde em comprimento, quiçá em resistencia.

A embalagem faz dos fardos receptaculo de tres, quatro e mais typos diversos, além dos innumerados detritos que ahí se encontram, uns levados pelo descaso do productor, outros introduzidos por sua ganancia para roubar no peso.

Nos processos commerciaes, tudo está por se normalisar, e, quanto á exportação, será forçoso observar habitos, typos de mercadorias e usanças do credito dos mercados reguladores, Liverpool entre outros.

A intervenção official esclarecida terá, portanto, tres campos principaes onde se exerça: I, nos processos culturaes; II, nas colheitas e na embalagem; III, nos processos commerciaes.

Quanto ao modo de proceder, é preferivel seguir o exemplo norte-americano e fugir ao predominio das estações officiaes, de experiencia e de demonstração, para pedir e obter a collaboração dos interessados: os proprios plantadores.

E' obvio que, cultivando as proprias terras dos particulares com processos modernos em todas as phases do trabalho até á embalagem, e obtendo resultados pecuniarios mais altos, o fazendeiro mesmo, com essa licção pratica, será o primeiro propagandista da renovação cultural, mantendo-a para si e diffundindo-a entre seus vizinhos. Cresce-

rão, dessa forma, em progressão geometrica, o numero de pontos de contacto entre o Serviço e os interessados, e a intensidade de seus ensinamentos praticos. Caberá, então, ao Serviço, manter e melhorar as novas normas e velar pela pureza e boa qualidade das sementes utilizadas.

Este methodo, de resultados immediatos, permite atacar de frente e desde logo o problema algodoeiro, com sementes puras, acclimadas ao paiz, productoras de fibra conhecida e commercialmente reputada.

A's Estações Experimentaes e aos outros estabelecimentos officiaes caberia tarefa mais vasta de valia scientifica mais alta. No dizer dos technicos, o Brasil não precisa procurar no estrangeiro qualidades superiores de fibra. Já existem aqui, nativas, algumas variedades melhores do que as que poderia obter, e já afeitas ao meio. O problema está em separal-as das mesclas e seleccional-as quanto ao comprimento e á finura, para constituir typos. Pouca duvida póde haver em que as melhores amostras do algodão preto da Parahyba vençam as mais perfeitas qualidades egypcias cultivadas em nosso paiz. E accrescentam os profissionaes: com cuidado e selecção, os melhores algodões brasileiros podem ser equiparados, talvez mesmo sejam superiores aos do Egypto, nos grandes mercados algodoeiros do mundo.

Obter taes resultados, seria a missão das Estações Experimentaes.

Pela conjuncção e pela persistencia de taes esforços, não é utopia repetir as palavras do Professor Greem: "The standardization of Brazilian cottons can be accomplished by practical means within very few years and at very little expense."

Com esse programma começou o Serviço a trabalhar. A Exposição do Algodão, na Bibliotheca Nacional em 1916, já revelou grande esforço e progressos sensiveis.

Era preciso reformar, entretanto. O prurido de novidade grassou. E um orçamento fez cessar a proficua faina que o Ministerio ia desenvolvendo nesse sentido.

E de que fôrma? Entregando esse ramo de actividade, que, de per si, constitue um mundo de affazeres e de pesquisas, ao mesmo Serviço de Agricultura Pratica cuja deficiente orientação profissional e quasi nulla valia economica motivaram a criação da duplicata que é a Delegacia Executiva da Producção Nacional!...

Logo em seguida, verificada a existencia do *Pink boll worm*, a lagarta rosada, cujo combate caberia nas attribuições normaes do Serviço do Algodão e dentro na verba orçamentaria correspondente, inventaram a missão ao Egypto do Dr. Bruno Lobo, professor distincto mas alheio á especialidade, e as commissões mais ou menos eleitoraes e sem criterio profissional de escolha, que, numerosas, vagueiam pelos Estados, aproveitam a protegidos politicos e fingem combater o mal.

Ainda por cima, em vez da verba orçamentaria normal e permanente a esta occupação, attribuiram o custeio, para mascarar despesas, aos celebres creditos de Intensificação da Producção...

Já é ter amor á desordem e desconhecer problemas!...

E a todos esses vae-vens e a todas essas bruscas desnivelações do valor administrativo e scientifico esteve sujeito o pobre Ministerio da Agricultura!...

Pouco admira, depois de tanta therapeutica, esteja tão combalido e tão desacreditado na opinião publica e, especialmente, no criterio dos homens de senso e dos estudiosos da Economia Nacional.

## MINISTERIO DA FAZENDA

Este Ministerio ainda é o exemplo de economia, de escrupulo e de cuidado no dispendir a receita publica. E' o de orçamento maior... para pagar despesas alheias.

Basta dizer que quasi toda a receita é por elle arrecadada, quasi todos os gastos são pagos por elle, e para attender a esse formidavel movimento de fundos, todo o pessoal, inclusive os inactivos, exige menos de 33.000 contos.

Do orçamento pedido para 1919, quasi 49.000 contos ouro e 126.657 contos papel, apenas 68 contos ouro e 32.900 contos papel vão remunerar o pessoal de fazenda.

Já foi maior o gasto, e, paginas atraz, tive occasião de dizer que consegui economisar 5.000 contos nessas verbas. Ainda ha margem para reduções, pois interesses electoraes conseguiram novamente incluir gente dispensada, que nenhum direito tinha a permanecer no quadro e nenhuma falta fazia, além de encher de diaristas e de encostados as repartições no Rio. Com certo geito, ainda poderá ser feita uma economia de mais de 1.000 contos, mas para isso só a vontade energica e a clarividencia de um Ministro que não se preocupe de politicagens nem de popularidade.

Ha que prever augmento de despesas, por outro lado. Assim a Recebedoria da Capital Federal, sobrecarregada de onus, arrecada mais de 60.000 contos com o mesmo pes-

soal que tinha em 1889, quando sua renda era apenas de 11.000 contos. O serviço que se exige desses dedicadissimos funcionarios já ultrapassa sua capacidade organica de trabalho. Urge reformar a Repartição e augmentar seu pessoal.

Egual medida se impõe para o Thesouro e para as Repartições de fazenda. Sem augmento sensivel de verba, poder-se-ão conciliar maior promptidão no serviço, economia de tempo, augmento de productividade e regularidade accrescida na marcha e no estudo dos papeis.

A organização vigente não se comprehende mais, dado o desenvolvimento dos impostos de consumo, a centralisação de toda a contabilidade na Commissão de Partidas Dobradas. Está se delineando espontaneamente a dichotomia natural: Receita e Despesa; uma secção central de Guarda-livros do Thesouro centralizará todas as escripturações, tendo cada Directoria méros livros auxiliares para as operações proprias, constituindo então, de verdade, a Contabilidade do Thesouro.

Grande melhoria se obteve com as Partidas Dobradas, que só a custo de muita energia foi possivel tornar a regra do Thesouro, tal o emperramento da rotina contra esse progresso.

Outra reforma está se impondo, porem, para facilitar tudo, poupando tempo e desgostos aos credores do Thesouro, economisando tempo e complicações inuteis ao proprio Thesouro: substituir a nossa escripturação por exercicios financeiros pela contabilidade por gestão. Será tornar commercial, pratico, expedito e simples o que actualmente é um quebra-cabeças e uma tortura. O Thesouro será uma grande casa commercial, de operações simples e claras, ao invés do laboratorio excuso em que um credor soffre horrores para ver reconhecido seu direito, e receber

suas contas, ainda com a agravante dos *Exercícios findos* a duplicarem despesas, tempo perdido e esforços.

Outro grande passo a dar é o apressar as tomadas de contas, e os balanços diários das Pagadorias e da Thesouraria. Graças á intervenção persistente da Commissão das Partidas Dobradas, máo grado todas as opposições rotineiras, e modificando o processo de pagamentos (quer no modelo das folhas, quer no transporte por meio de carrinho electrico em vez do trabalho pessoal dos continuos e dos serventes), foi possivel ter a 2 de cada mez o balanço das operações do mez anterior nas citadas dependencias do Thesouro.

Convem, e é possivel, andar ainda mais depressa graças ás machinas apuradoras Hollerith, que se mandaram vir para a Estatistica Commercial, e hoje já conquistaram a adhesão de todo o pessoal de Fazenda, a ponto de, com justa razão, applical-as á confecção dos balanços em atrazo da Republica.

Balanço quer dizer verificação, significa fiscalisação permanente. Muitos dos conhecidos desfalques nas Pagadorias só tiveram por origem a falta dessa fiscalisação, pelo atrazo dos balanços. Cheques falsos, pensionistas fantasticos, e outras falcatruas de jaez igual só podem ser difficultadas, si não chegarem a desapparecer, pelas operações continuas de balanceamento.

Providencia preliminar é exigida, entretanto, para que o trabalho se dê normalmente. Fazer com que ás repartições subordinadas remetam a tempo seus proprios balanços. Para isto, nem só a simplificação de methodos de contabilidade, a que alludi supra, é o prefacio obrigatorio, como é indispensavel cesse o abominavel habito de que o Ministerio havia conseguido livrar-se, e que, nestes ultimos doze mezes, voltou a campear triumphante: as addições para attender a pedidos politicos. O resultados é o que vemos:

anemia nas repartições longinquoas, com os consequentes atrasos e malfeitorias de serviço; congestão nas Capitaes, sem que por isso melhore a qualidade nem augmente a quantidade de trabalho feito.

No Rio, Thesouro, Alfandega, Casa da Moeda, Recebedoria, Caixa de Amortisação, Imprensa Nacional, estão cheios de addidos e de encostados, graças ás facilidades ultimamente liberalisadas. Que importa soffra a boa ordem administrativa, si foi servido o patrono politico do addido ou do encostado?

Outra fonte de despesa virá da necessidade moral e humana, até mesmo de conveniencia do serviço, de attender á situação creada pela guerra para certas alfandegas. Como se sabe, o pessoal vence uma parte fixa, o ordenado, e um certo numero de quotas que são proporcionaes á lotação da alfandega. Ora, em algumas, a importação estrangeira cessou. Em Fortaleza, por exemplo, a quota já desceu a pouco mais de 1\$000, quando o previsto na tabella dá cerca de 10\$500 por mez.

O resultado é que os empregados de 1.<sup>a</sup> entrancia estão morrendo á fome, com vencimentos inferiores a 100\$000 por mez. Conviria tomar uma medida para obviar a tal descalabro, e seria fixar a quota em certo minimo para cada alfandega, proporcionalmente ao valor marcado na tabella para cada uma dellas. Seria um augmento de despesas, é certo, mas sem repercussão no Orçamento, pois neste o calculo é feito sobre a lotação anterior á guerra, lotação que não variou.

A grande necessidade a attender, porém, não está nessas providencias. E' mais alta e depende do valor moral do Ministro: premiar o merito, recompensar os dedicados ao serviço, castigar aos desidiosos e aos criminosos. Infelizmente, por politicagem e por prurido de popularidade entre os patronos dos funcionarios cujo unico

merito é terem padrinhos, a norma ultimamente seguida tem sido nivelar empregados honestissimos e peculatórios confessos, defraudadores provados das rendas publicas e os velhos funcionarios que continuam honrando a velha tradição de probidade e dedicação á Causa Publica do Corpo de Fazenda. Taes têm sido os factos que não tenho a menor duvida em affirmar que o Ministro se accumulou conscientemente, por politicagem, com sonegadores dos redditos publicos, com contrabandistas, peculatórios e outros personagens do mesmo nivel moral.

Os factos dispensam enumeração, por notorios, mas estou prompto a fazer a prova, quando fôr mistér e me fôr exigido.

Dispenso-me de apreciar o papel do Exmo. Snr. Presidente da Republica, reprimindo os crimes a principio, e voltando sobre sua decisão mais tarde. Em uma das duas occasiões faltou ao dever para com os contribuintes e a moral governamental. Convem acrescentar que, ao punir os culpados, teve os processos originaes em suas mãos e assentiu nas sancções a applicar. Como qualificar, então, a amnistia dada depois aos criminosos contra a Fazenda Publica?

Com taes palavras preliminares, póde ser feito o exame das rubricas do Orçamento da Fazenda.

As duas primeiras dizem respeito aos juros, amortisação e mais despesas da divida externa (verba I) e do emprestimo para o resgate das estradas de ferro encampadas (verba 2).

Vem a pêlo tratar aqui de uma critica que tem sido feita, á socapa embora, contra o cumprimento do *funding-scheme* de 1914, allegando os censores que melhor houvera sido negociar nova moratoria, comquanto menos dura para os credores do que a citada.

Chamo a mim a responsabilidade da execução integral

do *funding*, pois não é segredo que o Snr. Presidente da Republica pendia para a realisação de nova moratoria.

Os motivos de meu parecer e da acção que desenvolvi para a realisar são obvios e elementares.

Aconselhavam-no o interesse economico do Brasil, o respeito á palavra dada, o zelo pelo credito de nossa terra, o dever de simples honestidade para com aquelles que tinham confiança em nós e nos haviam entregue suas economias.

O Brasil é, potencialmente, um paiz riquissimo. Mas para o ser, de facto, precisa pôr em gyro, fazer produzir, fecundar taes riquezas latentes. Tal só se consegue com recursos fornecidos por mercados financeiros onde ha sobras a empregar. E esses mercados só se abrem, e, principalmente, *só permanecem abertos* ao homem de bem, á Nação honrada que cumpre seus compromissos, ou que, nas crises mais terriveis, dá provas publicas de que tudo fez, até aos ultimos sacrificios, para desempenhar a palavra dada.

Para esses paizes, o credito não se exgotta. Mesmo nos peores momentos, reconhecem os credores o esforço do devedor e auxiliam-no, dando prazo, concedendo facilidades, attenuando onus.

Mais se tornava obrigatorio observar tal dever, quanto é certo que o *funding* de 1914 fôra incomparavelmente inferior — moral, economica e financeiramente — ao de 1898.

Da primeira vez, foram os nossos proprios credores que, vendo exaurirem-se as forças do Brasil nas terriveis differenças de cambio, tomaram a iniciativa de um plano que permittia a remodelação tributaria e era, para beneficiar o presente, um cheque sacado contra o futuro. Foi acto de consenso.

Da segunda vez, o caso mudou de figura. Atraz da

miragem de um empréstimo que se não realisou, nem se podia realisar, foi suspensa a remessa de fundos para Londres e os proprios Rothschilds tiveram de declarar publicamente a impontualidade do Brasil, sem que este houvesse providenciado sobre um entendimento prévio com os portadores de titulos. E o contracto do *funding* de 19 de Outubro de 1914 teve de confessar em seu preambulo que retroagia para incluir na moratoria os juros não pagos do 1.º semestre do anno!... Foi um acto de força, sinão de má fé, que só logrou respeitado pela generalisação da guerra na Europa, impedindo que os Governos europeus interviesses na defesa dos interesses de seus nacionaes em nosso paiz.

Cousa mais grave. Da primeira vez, o Governo do Grande Prudente de Moraes havia herdado uma situação de angustia creada pelas emissões, pelas guerras civis, pela Revolta da Armada, pela liquidação de todos esses erros. Nenhuma culpa, nem responsabilidade lhe cabia. Da segunda, haviam sido os destemperos do quatriennio Hermes, a cegueira de seus Ministros e a inexperiencia financeira dos da Fazenda, os responsaveis pelo descalabro; e estes mesmos homens haviam deslustrado a palavra do Brasil, suspendendo suas providencias adequadas ao serviço financeiro da Divida Externa.

Tanto sobrava autoridade moral ao Governo de Prudente, quanto faltava ao Marechal Hermes. E isso reflectia sobre a fama de nossa Patria.

Situação de ineluctavel necessidade, reconhecida e attenuada pelos nossos credores, então. Descaso do bom nome do Brasil, abandono da politica de zelo pelo credito publico, ausencia de medidas para atalhar ao mal e para remediar as suas consequencias, agora. Com a aggravante de romper, sem audiencia e assentimento prévio dos demais contractantes, os contractos com elles celebrados.

Não haja illusão: só a guerra, com suas naturaes com-

plicações locais e o dever que impunha de não multiplicar attritos no circulo dos neutros, permittiu que o acto violento do Governo Brasileiro passasse sem maiores protestos, chegando-se mesmo á assignatura do segundo *funding*.

Mal feito, aliás, por não abranger todas as responsabilidades do Thesouro na Europa, o que augmentou as difficuldades nas negociações ultteriores.

Em taes circumstancias, escasseava ao Governo autoridade moral para negociar nova moratoria. Mais do que isso, nem sequer poderia tental-o emquanto, no interior, *todas* as restricções não houvessem sido feitas, e, depois, si averiguasse não serem sufficientes para attender á retomada dos pagamentos.

Pelas nossas loucuras, os responsaveis eramos e somos nós, mesmo aquelles que mais combateram o despauterio por todos os modos. Ora, deslocar as consequencias, e as aperturas financeiras, de nós, responsaveis, para os creadores estrangeiros que nem sequer tinham voz no capitulo, nem podiam intervir no sentido de se reprimirem os abusos que haviam conduzido a tal descabro, era e é monstruosidade que brada aos ceus. Responsaveis nós, a nós, cabia fazer todos os sacrificios para pagar a divida contrahida. Exgottados nossos esforços, e verificada sua vanidade, então, sim, pediríamos novo prazo.

Mas a iniciativa do Governo havia sido outra. Em vez das restricções que cumpria se fizessem, havia muita palavra sonóra... sem correspondencia nos factos. Jogavam-se fóra dezenas de milhar de contos de réis com addidos. Rejeitava-se a tributação indispensavel para normalisar as finanças. Buscava-se a popularidade favoneando classes, e emprehendendo obras á custa das receitas publicas a minguaem. Não se queria (nem se podia, devo accrescentar) bulir nas apolices, para um *funding* interno.

Que autoridade teria o Governo para pedir, sequer,

prorogação da suspensão de pagamentos, aos estrangeiros que nenhuma culpa tinham dos desmandos nossos?

Nosso devera ser o esforço, nosso o sacrificio.

Isso mesmo tive a honra de fazer sentir ao Exmo. Snr. Dr. Wenceslau Braz. E, por isso, reivindico altamente a responsabilidade da retomada dos pagamentos, que, timidos e menos conhecedores das condições do nosso credito, certos homens publicos censuram.

Nisto procedo com tanta maior energia, quanto fui, desde 1908, um vencido em todas as demasias, quer dentro, quer fóra das leis orçamentarias. Ainda aggravaram minhas difficuldades o ter de negociar com aquelles que me citavam minhas opiniões, infelizmente vencidas pela megalomania dos dois quadriennios precedentes ao actual, e nellas se estribavam para reclamar. Triste contingencia e amarga situação de liquidante de massa fallida da mesma fallencia que havia previsto e procurado evitar.

Graças a Deus, hoje em dia o resurgimento do credito, a firmeza das cotações de nossos titulos, todos os symptomas da confiança renascida congregam a quasi unanimidade das opiniões em torno do rumo e da politica que, desde 1915, procurei seguir, nessa época porém, quasi só e sem os auxilios com que eu julgava poder contar, pois era dever para com a Nação, já não falo para commigo.

Tive, desde então, a satisfação ironica de ler, como titulo de benemerencia governamental, exactamente essa politica que com tanta opposição interna logrei executar e tornar vencedora. Cumpre acrescentar que, para isto, em vez dos tres annos de prazo mencionados no contracto do *funding*, só de dois pudemos dispôr, pois só de 1915 em deante foi possivel tratar do caso.

Tenho, pois, completa tranquillidade de espirito quanto ao julgamento definitivo da politica seguida no

restabelecimento da normalidade financeira do serviço da Dívida Externa, politica, repito, de que assumo a plena, inteira, e quasi diria exclusiva responsabilidade, tal o desanimo que me rodeou e tal o isolamento em que me vi.

Nenhuma imprevidencia houve, pois deixei recursos accumulados para fazer face aos compromissos, e o Orçamento da Receita os manteve, consignando receita-ouro sufficiente para taes encargos, receita que tanto maior se tornará quanto mais se desenvolverem as importações com a cessação da guerra, normalizando o trafego marítimo e desmoralizadas as industrias de guerra para só cuidarem da producção pacifica.

Sobre as verbas 3 e 4 — Juros, amortisação e mais despesa dos emprestimos internos e da divida interna fundada — não tenho observações a adduzir. O accrescimento feito na primeira, de 1.886:550\$000, para attender ao serviço da encampação da Noroeste, dentro em breve desaparecerá pela receita dessa via-ferrea, cujo futuro economico difficil é exaggarar.

E' opportuno lembrar que, para o resgate do papel-moeda, emittido em 1915 e 1917, o elemento de substituição é a apolice especial, depositada na Caixa de Amortisação com a garantia do imposto sobre o fumo. Caracterisa o cuidado que deve presidir á gestão da Dívida Interna, para permittir o emprestimo futuro de resgate, não de vez, mas por fracções escalonadas. Dahi o carinho com que o mercado interno foi tratado, e de que é producção a alta do titulo, de 691\$ em julho de 1915, de 841\$ em setembro do anno passado, e de 920\$ agora.

A verba 5 — Inactivos, pensionistas e beneficiarios de montepios — com 26.172 contos, é uma chaga do Theouro. A grande conquista de 1897 havia sido trancar a admissão de novos contribuintes de montepio. Manter essa medida, era solução salvadora. Apesar de avisado, a inexperiencia financeira do Ministro da Fazenda em 1910

permittedu se reabrisse a inscripção de contribuintes, e aggravou a situação já precarissima do instituto.

Todas as tentativas têm falhado, para reorganisal-o, pois contra esse rumo conspiram interesses de todos os funcionarios. A medida, entretanto, é de urgencia tal que adial-a por mais tempo equivale a confessar a impossibilidade de semelhante reforma, e então serão incalculaveis os prejuizos do Thesouro.

Mais de 16.000 contos consome o serviço. Dar autonomia ao Montepio, desligal-o do Ministerio da Fazenda, e exonerar este de quaesquer compromissos — taes são as providencias a tomar. Serão baratissimas, si se puder conseguil-o mediante a constituição de um fundo especial de 50.000 contos em apolices, que, convenientemente gerido, e sem intervenção official, poderá garantir *post mortem* um peculio razoavel ás familias dos funcionarios.

Sobre o Thesouro e a Recebedoria do Districto Federal (verbas 6 e 8), as exigencias do serviço já foram descriptas: a reforma das repartições de fazenda, imprescindivel e urgente, dar-lhes-á satisfação. Mas só uma reforma organica, e nunca uma reorganisação parcellada. Por tel-a tentado pela fórmula ultima, mangrou a creação do Conselho de Fazenda, instituto utilissimo, mas que, por mal ajambrado, cahiu finalmente no ridiculo, tanto retarda os processos e é incoherente em suas decisões.

Outra reforma, ora em estudos, para simplificar o processo burocratico do Thesouro, tambem será insufficiente, pois melhorará apenas um dos aspectos do problema: a demora nas informações. Os demais, porém, isto é — a distribuição logica dos serviços, a supressão das duplicatas de informações, o apressamento dos processos nos Estados, as tomadas de contas, a inconstitucionalidade de certas sobrevivencias do antigo Contencioso (em attribuições peculiares da Procuradoria da Fazenda, com invasão da esphera da Justiça Federal), tudo isto que

resumo, e ainda omitindo muita cousa, só se obterá pela reforma organica das repartições de fazenda.

Della poderá provir ainda um saneamento, technico e moral, de muitos serviços, e isto sem augmento de despesa.

Quem teve a honra de gerir a pasta, sabe quanta gente honrada e boa e dedicada se acha no Corpo da Fazenda. Mas existem no rebanho ovelhas ruins, e mesmo pessimas, que convem excluir. São conhecidas e apontadas. Outras vezes, é a incompetencia quasi absoluta, que a protecção politica fez galgar postos que normalmente lhe seriam vedados. Com a responsabilidade de quem passou por lá, affirmo que desde os Directores geraes até aos grãos inferiores da hierarchia, ha, nesse duplice sentido, obra de progresso technico e de saneamento moral a exercer. E' urgente e imprescindivel. A reforma proporcionaria a occasião. E é realisavel sem augmento sensivel de despesa.

Do Tribunal de Contas me absterei de falar, por serem extranhas ao Poder Executivo sua organização e seu funcionamento. De passagem, entretanto, devo salientar as queixas profundas ouvidas de todos os que lidam com esse instituto. Falta de seriedade por parte de empregados conhecidos, propinas, gorjetas e fintas exigidas e impostas a quantos têm de se sujeitar ao exame de suas contas ou de seus contractos pelo Tribunal. Ha uma larga tarefa de moralisação a cumprir ahi. Mas muito receio que a lastimavel reforma, que consta vae ser levada a effeito pelo Governo, em má hora, nenhum resultado produza nesse sentido.

A Caixa de Conversão está em circumstancias curiosas. Pesa com 140 contos no Orçamento... para nada fazer, por determinação legal. Seus funcionarios, nomeados apenas em commissão, conseguiram na pratica ser equiparados a funcionarios permanentes. Ali ha tambem addidos. Respeitados os direitos porventura adquiridos

(que, creio eu, não existem no caso vertente), a solução mais razoavel seria passar os depositos para a Caixa de Amortisação, onde iriam iniciar a reconstituição do fundo de garantia, aproveitando-se o pessoal aproveitavel para trabalhar na mesma Caixa de Amortisação, cujos serviços tanto se têm avolumado, e extinguindo a Caixa de Conversão.

Da Casa da Moeda será posta no olho da rua a chusma de encostados ahí collocados a, vencerem sem trabalhar, para o unico fim de servir aos politicos do Districto Federal, de Juiz de Fóra e de Barbacena. Basta, para isso, que haja novamente na rua do Sacramento um Ministro que se preocupe sómente com o serviço publico

A Imprensa Nacional está a pedir um director, honesto e conhecedor do officio, espirito *débrouillard* á americana. O actual é um homem de bem, mas pouco familiarisado com sua missão, e fraco, deslocado do meio em que realmente póde prestar serviços.

Desde a famigerada direcção Armenio Jouvin, a casa fundada pelo Cons. Galvão se transformou muito, e baixou a méro material de festejo, em concurrencia com a E. F. Central, no quadriennio Hermes. Era o batalhão da Imprensa, fardado a evoluir; eram as manifestações ao Presidente da Republica e a Ministros e chefes politicos. Felizmente, as cousas melhoraram, e os elementos mais prudentes, ponderados e disciplinados vindos do tempo da criação do estabelecimento, corrigiram as demasias. Ainda ha muito que fazer, entretanto, para restabelecer a ordem, a disciplina, o methodo, a capacidade de trabalho dessa casa, até que sua producção corresponda aos sacrificios. Com um director energico, benevolo e justo, a Imprensa Nacional póde até dar lucro. O escolho a evitar é, tão sómente, a burocracia e o espirito *rond de-cuir*.

Anomala é a situação do Laboratorio de Analyses. Presta os maiores serviços, mas só aqui no Rio, quando,

entretanto, eguaes exigências e reclamações se fazem ouvir nas grandes alfandegas do Sul e do Norte. Em escala menor, embora, terão de ser fundados laboratorios analogos no Pará, no Recife, na Bahia, em Santos e no Rio Grande do Sul. Só quem teve de resolver recursos, pode apreciar as delongas decorrentes da tomada de amostras, de mercadorias de classificação controvertida, em todo o Brasil para se accumularem aqui no Rio, á espera de vez para serem analysadas em um laboratorio sobrecarregado de trabalho, afim de voltarem depois ás alfandegas originarias, séguindo o processo seus tramites costumeiros.

Na Directoria de Estatistica Commercial não convem bulir, como organização e como regalias de pessoal, pois os serviços vão bem, sob a direcção de um chefe trabalhador e competente. A missão ahi é ampliar as indagações, e para isto as machinas americanas Hollerith, ultimamente adquiridas, podem prestar optima collaboração.

Infelizmente, não posso dizer outro tanto da Inspectoria de Seguros. E' repartição onde um Governo energico e sério tem muito que melhorar e corrigir. Mas, para isso, a tarefa lembra o que se dizia, quanto á Igreja, no tempo da Reforma, da necessidade de sanear "na cabeça e nos membros", pois pouco se poderá salvar si uma devassa competente e minuciosa se fizer.

Nada occorre assignalar sobre a Administração e Custeio dos Proprios Nacionaes, que exigem 157 contos por anno, sinão que é dinheiro posto fóra. Ou bem se faz de vez a reorganização do serviço (fundindo-o com incumbencias analogas neste e em outros Ministerios), e se cuida do Patrimonio Nacional abandonado pela Directoria desse nome no Thesouro, ou então se economisam os taes 157 contos deixando as cousas irem, como vão, ao Deus-dará, mas, pelo menos, sem se gastar para nada fazer.

Na Delegacia em Londres nada ha que respirar.

Nas Delegacias fiscaes dos Estados, ha grandes mo-

dificações exigidas a bem do serviço. Uma criação da lei restabeecedora das Delegacias não parece orthodoxa, do ponto de vista constitucional: o cargo de procurador fiscal, cuja unica função caberia, uma vez extincto o antigo Contencioso, aos procuradores seccionaes. Outra situação esdruxula é a da gratificação adicional de 50 % (em geral) concedida para equiparar os funcionarios de Delegacia aos de Alfandega, ao tempo em que as quotas eram mais rendosas. Hoje, as posições se inverteram, e ir para uma aduana é castigo para o serventuario de cargo nas outras repartições, com excepção de sete ou oito, apenas: Rio, Santos, e talvez Porto Alegre, Rio Grande, Recife, Bahia e Pará. Em todas, ha simplificação a fazer no trabalho, inspecções a desenvolver, outras a intensificar, escripturações a methodisar. As causas não são tomadas, de modo geral. Delegacias ha, Minas por exemplo, em que o atrazo sóbe a mais de duas mil contas, de collectorias e de outros responsaveis por dinheiros publicos.

Nas Alfandegas, o pessoal, de modo geral, demasiado. Em algumas, o descaso chegou a ponto de manter gente para serviços supprimidos por lei: nas capatazias, da Bahia e de outros logares. E' a politicagem eleitoral dos deputados das Capitaes. Mais do que isso, conseguiram alguns desses honrados representantes da Nação restabelecer cargos supprimidos legalmente por extinctão de serviços, sómente para preenchel-os com seus partidarios. Mas corrigir taes abusos, eloquente testemunho da mentalidade de taes defensores dos interesses nacionaes, é obra para Ministro de pulso, de vontade, conhecedor e servidor da Lei, e não para fracos, pusillanimes ou politiqueiros.

Não tenho que commentar as verbas restantes do orçamento da Fazenda. Representam serviços normaes: Agencias aduaneiras, collectorias e mesas de rendas; Em-

pregados extinctos e addidos em virtude de sentença (que conviria aproveitar nas vagas e nas reformas); fiscalisação e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte (com tendencia a crescer pelo desenvolvimento na cobrança desses tributos); Ajudas de custo; Juros de bilhetes do Thesouro, dos emprestimos dos cofres de orphãos, da Caixa economica e Montes de soccorro, e diversos; Commissões e corretagens; Despesas eventuaes; Reposições e restituções; Exercicios findos; Obras; Creditos especiaes (fiança do emprestimo á Associação Commercial); Inspeções e repartições de fazenda e outros serviços extraordinarios.

Apenas salientarei a alta conveniencia em desenvolver a ultima, a inspecção das repartições de Fazenda. O resultado colhido com essa providencia tem sido tal, que tudo indica a necessidade de multiplicar essas verificações pelo Brasil inteiro.

Tambem, quanto aos jogos dos emprestimos de Caixas economicas, lembrarei que embora o ultimo regulamento tenha desenvolvido o ambito das operações que as Caixas autonomas podem effectuar, ainda cumpre ir além, até que se possa attingir ao ideal definido pelos mestres: a economia popular, voltar á circulação, para intensificar a producção de nova riqueza e, portanto, de novas economias. Assim desaparecerá, para bem do paiz, o systema a que obedece a organização federal das Caixas — fontes de emprestimos para o Thesouro, ao invés de fomentadoras de energia economica para a multiplicação das forças productoras nacionaes.

Cumpré, comtudo, não nutrir esperanças sobre o alcance de taes medidas. Ainda quando se realisam, com cuidado e espirito de sequencia, as economias apontadas, a quanto montarão? Mil, dois mil contos? D'ahi, certamente, não virá o restabelecimento da ordem nas finanças de nenhum paiz. Creio, realmente, em que se possa re-

duzir a despesa em larga proporção; reconheço o valor moral de tal orientação; mas estou convencido de que as soluções estão alhures.

Indispensavel é, para isto, que presida á gestão da pasta o animo viril de quem se bata exclusivamente pelo bem publico, sem preocupações pessoaes. Resguardar o Thesouro, cumprir a lei, zelar o patrimonio nacional, exigem attenção, esforço e lucta de todos os momentos.

Recear responsabilidades, abrigar-se atraz de pareceres, resolver pela média das opiniões quando uma só é a certa, tremer perante a grita, taes preocupações definem os fracos e os covardes. Dellas descursa inteiramente o homem de bem, seguro de seu proprio entendimento, e forte da tranquillidade de sua consciencia.

As consequencias orçamentarias são immediatas. Graças á fraqueza dos homens publicos da primeira categoria, o empenho e o desejo de agradar levam de vencida á lei e ao interesse collectivo. Advogados, a quem se quer servir, lesam o fisco, ferem a moralidade da administração, malbaratam a respeitabilidade governamental.

Um exemplo, entre muitos. Certa sentença, passada em julgado, condemnava a União a pagar a um antigo concessionario de burgos agricolas, J. Mendes, a somma de 1.000 contos de réis, mais os juros e as custas, tudo elevando-se a cerca de 1.300 contos. Advogados ha, cuja especialidade consiste em empreitarem causas mais ou menos escabrosas, e assumirem o compromisso, não da defesa da causa, mas de seu triumpho. Inutil accrescentar que não escolhem meios para vencer, cousa aliás muito conhecida, correndo de bocca em bocca os nomes dos patronos e de seus socios, nos tribunaes e fóra delles.

No caso em questão foi ao Thesouro o advogado e, exhibindo o precatório de cumprimento de sentença, declarou que, apesar de seu direito liquido, estava prompto a transigir. Aceitaria apolices em pagamento e daria qui-

tação mediante o recebimento do principal, dispensando portanto juros e custas. Pelo Ministro foi respondido que nenhum favor seria aceitar apolices em solução do debito, pois esse era o preceito legal (Decreto n.º 11.516 de 4 de março de 1915), e, quanto á redução dos 1.300 contos a 1.000, tratando-se de uma liquidação prompta e immediata (dependendo de concessão de credito), pedia redução maior, a 700 ou 800 contos. O advogado declarou que iria consultar seus constituintes, accrescentando então o Ministro que, havendo uma interdicta (a viuva de J. Mendes), era imprescindivel a audiencia, a autorisação do Juiz.

Varias tentativas foram feitas, para conseguir melhores termos. De tudo foi sabedor o Snr. Presidente da Republica. No maximo, pois, a despesa seria de 1.000 contos em titulos.

Dá-se a alteração no Governo. Renovam-se as tentativas, mas, desta vez, contra todos os precedentes, contra o Decreto n.º 11.516, contra as disposições orçamentarias que lhe haviam revigorado a força da lei, contra a propria proposta do interessado, pagaram-se em dinheiro os 1.300 contos... O pretexto foi um parecer do consultor geral da Republica. Certo que estivesse, e é mais do que duvidoso o fosse, que valiam suas conclusões ante a proposta do interessado?

Moralidade: 1.º, pagar bem os consultores, mas prohibir-lhes advogar de qualquer forma, já que são consultores da União; 2.º, nomear Ministros capazes de agir e de resistir a cantos de interessados e de fiscalisar seu proprio *entourage* no gabinete.

Outra prova? Manda a lei que os terrenos de marinha se arrendem mediante concorrência publica. Havia em Ilhéos uma zona nessas condições, muito disputada e sobre a qual reclamações varias tinham sido formuladas. Estudados os protestos, mandou o Thesouro satisfazer aos

que fossem justos, por serem provenientes de pequenos posseiros já localizados, e, mesmo, existir o titular de uma concessão bem definida. Quanto ao excedente, a lei teria de ser applicada.

Mudada a situação governamental, vieram os empenhos, politicos e outros, em favor do concessionario de uma via-ferrea que tem seu inicio naquelle porto bahiano, por acto da Camara Municipal, que foi mais longe, até, e teve a audacia de conceder tambem o proprio porto!... Tanto fizeram, que o arrendamento se effectuou sem concorrência. Avaliam o favor assim liberalisado em 3.000 contos de réis.

Outra mais? Na concessão para passagem e alargamento da via do tramway de Sta. Thereza, parte do terreno dos fundos da Imprensa Nacional teria de ser occupado. A medida era justificadissima, pois o beneficio era para o publico; mas era tambem evidente que, lucrando com ella a Empresa, disso derivassem lucros para o fisco. Tudo se dispensou, porém, mas sabendo-se que a lei vedava agir discricionariamente, no proprio despacho vem dito mais ou menos o seguinte: "para evitar a intervenção do Tribunal de Contas, faça-se a concessão a titulo precario".

Outras, ainda? Reintegrações de funcionarios provavelmente criminosos, condemnados em processos regulares; mas reintegrações, sem forma nem apparencia legal, onde ha despacho em que se lê, em certos *consideranda*, bellezas aproximadamente do teor seguinte: "provado, entretanto, como está, que o supplicante prevaricou, advogando interesses de terceiros contra os do Thesouro, apesar de ser funcionario... seja considerada de suspensão a pena de demissão que lhe havia sido imposta".

Outras reintegrações, objecto de mercadejado contracto entre os expulsos do Serviço Publico, a bem deste, e seus patronos, alguns delles congressistas.

Mas para que multiplicar citações e exemplos? Porque narrar as violações da ordem estabelecida no Thesouro para o resgate das *sabinas*, quer ouro quer papel, em beneficio de determinadas firmas e de particulares conhecidos, especialmente protegidos? O assentimento, e mesmo o auxilio prestado a dispendios que o Thesouro sabidamente não comportava? Porque alludir aos arrendamentos, quasi clandestinos, de terrenos de marinha tentados por Allemães, residentes na Europa, isso na propria bahia do Rio, povo entretanto com o qual se diz que estamos em guerra? Porque citar a opposição continua que encontra no Thesouro a defesa dos interesses do Brasil, na fiscalisação dos bancos e dos bens dos Allemães aqui? As violações da lei sobre a remessa de fundos para o estrangeiro, por Allemães que contornam a difficuldade por meio de casas austriacas (ou que se dizem taes), chegando-se mesmo a boquejar a connivencia da Legação deste ultimo paiz? O desleixo em exigir os balancetes das repartições arrecadoras ou de bancos onde as receitas publicas podem ser depositadas: citarei a Central, as contabilidades da Guerra e da Marinha, o proprio Banco do Brasil? O abandono da escripturação clara, immediata das operações na Commissão das Partidas Dobradas?

Enumeração inutil e incompleta, pois tudo são corollarios do postulado inicial: o valor do Homem, acima da lei ou do regulamento que applica.

Não basta, comtudo, que o Ministro seja competente, austero, energico, cumpridor da lei e zeloso gestor da Fazenda Nacional. Sua missão vae além de sua pasta, como coordenador das despesas, dever em nome do qual tem de intervir no dispendio das demais, não por força da Constituição (que alguns invocam para combater a preeminencia natural do Thesouro, isto é, do representante dos interesses financeiros e economicos da Nação), mas como consequencia do poder incontrastavel dos factos.

Ordem financeira só se obtem pelo equilibrio entre receitas e despesas: as primeiras dependem do Thesouro e são limitadas, e, portanto, ao gestor dellas cabe, como responsavel pela vida financeira do paiz, regular o rythmo dos gastos. O Imperio bem o havia comprehendido, e, por isso, nos ultimos tempos da Monarchia, era o Presidente do Conselho quem assumia a direcção da pasta da Fazenda, mesmo quando não era especialista, para garantir o funcionamento orçamentario normal do Imperio, e manter, sem attritos, a preeminencia devida ao arrecador dos recursos com os quaes se custeia a administração.

A Republica, com o regimen presidencial, e a egualdade constitucional dos Ministros, conservou, entretanto, um elemento essencial dessa predominancia financeira, que cabe ao Thesouro: a Proposta de Orçamento, que é o pensamento do Governo, e se elabora em definitiva e ultima instancia no Ministerio da Fazenda.

E' impossivel parar ahi. Nem só a acção dos Ministros junto aos relatores nas Camaras não pôde ser em sentido de contrariar a Proposta, ou o pensamento orçamentario do Governo, e isto equivale a consultar o Thesouro para todas as medidas acarretando augmento de gastos ou reduções de redditos, como, na execução do Orçamento votado, nenhuma iniciativa deveria ser tomada para assumir compromissos, sem ouvir o responsavel pelas finanças nacionaes, sem prévia averiguação de que se não alteraram as condições em que foram votadas as autorisações insertas nas leis de meios.

Já não falo das tentativas feitas extra-orçamentariamente, quasi sempre com violação flagrante da lei.

Para taes casos, deve o Thesouro e deve seu chefe ter prestigio e força sufficientes para impedir loucuras, feitas sempre com optimos argumentos de genero rhetorico, iniciadas em outros Ministerio.

Prova flagrante está nas expansões inconsideradas de nossa viação ferrea.

Houvesse á frente da pasta da Fazenda um Ministro á altura da situação, competente e preocupado unicamente com os compromissos do paiz e indifferente á sua propria vantagem pessoal, e nunca se haveriam feito as revisões desastradas da Rêde Cearense e da Rêde Bahiana.

Tivesse agido o Thesouro com a energia precisa e, em dois outros casos, na E. F. de São Luiz a Caxias e na E. F. Central do Rio Grande do Norte, não poderia ser fornecida pela propria Inspectoria Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro a vergonhosa nota abaixo transcripta.

*"E. F. Central do Rio Grande do Norte — Trecho em trafego. Natal a Pedra Preta, 119kms,558 — Capital da Companhia — 2.000:000\$000.*

Pagamentos effectuados pelo Governo em folhas de medição até 31 de dezembro de 1917: 36.248:533\$813.

*E. F. São Luiz a Caxias — Em construcção .... 376km,433. Capital da Companhia — 2.000:000\$000 .. Em trafego — 0 (zero).*

Pagamentos effectuados pelo Governo em folhas de medição até 31 de dezembro de 1917: 36.248:533\$813. Havendo muitas folhas de medição em processo.

70.358:178\$811 no total.

Os dois pagamentos já excedem de 70.000 contos e apenas existem em trafego pouco mais de 100 kilometros!... Sae o custo de 700 contos por kilometro!..."

Existisse essa natural supremacia do Ministerio da Fazenda em todas as pastas, no tocante ao empenho de responsabilidades pecuniarias, e não se daria a triste situação a que estamos reduzidos em referencia á celebre clausula de deposito dos dinheiros *pertencentes á União* em banco indicado pelos contractantes com o Ministerio

da Viação, o Russian Bank, mais de £ 700.000, que bem receio estejam perdidas para o Thesouro.

O caso é o seguinte.

Na lamentavel revisão do contracto da Rêde Cearense, levada a effeito pelo Dr. Scabra, parte dos capitães obtidos pela segunda operação de credito, então negociada, deviam ficar depositados em determinado estabelecimento bancario, o Russian Bank, e seriam sacados á medida das necessidades e de accordo com o contracto. O mais que o Ministro da Fazenda de então poude conseguir, foi que parte do dinheiro ficasse no Banco do Brasil. Lèssa, de facto, a unica parte que se aproveitou, pois chicanas successivas e processo aberto em Londres, em consequencia da caducidade decretada pelo Governo, contra a União (que, nação soberana, não podia ser citada á barra de um tribunal estrangeiro) e contra o Banco do Brasil, pela antiga Companhia arrendataria e constructora, fizeram com que as quantias creditadas no Russian Bank ao Governo brasileiro ali ficassem retidas. A questão, estudada com afincio e seriedade pelo Ministerio da Fazenda, em 1916-17, foi transmittida ao das Relações Exteriores a quem cabia providenciar... Ignora-se, até hoje, quaes as medidas tomadas pelos Drs. Lauro Muller e Nilo Peçanha sobre a arrecadação das sommas que nos são devidas e que não nos querem entregar, mais de £ 700.000 como já tive occasião de dizer.

Outra fosse a autoridade do Ministerio da Fazenda e tal revisão, si chegasse a realisar-se, teria pelo menos acautelado o interesse nacional, mandando depositar o producto da operação de credito em banqueiro de confiança nossa, nossos agentes em Londres, naturalmente, e não em outro banco qualquer, da confiança dos contractantes mas que podia não ter a do Brasil, sendo que este era e é o responsavel e o pagador do emprestimo effectuado.

Na correspondencia entre os dois Ministerios, vem minuciosamente esclarecida a questão. De solução dada pelas Relações Exteriores, nada se sabia até fins de 1917.

Ahi estão, quanto á restricção das despesas e ao equilibrio orçamentario, as áreas de acção verdadeiramente proficua do Ministerio da Fazenda, quando exercida de verdade não sendo seu occupante méro traficante politico.

Ainda nesta pasta se encontra, em uma politica monetaria sadia, a solução do problema da carestia da vida. Na da Agricultura a acção pôde visar ampliar a producção, vencer manobras de especulação e açambarcamento, attenuar a crise anormal dos preços oriundos de tal concurso de factores. Mas o phenomeno de alteamento progressivo e normal do custo da producção, como consequencia da torrente emissora, só o Ministerio da Fazenda pôde combater efficazmente.

As emissões não foram uma linha de conducta, uma politica: provieram da pressão ineluctavel dos factos, quando, por mim pessoalmente estudadas e exploradas, se revelaram fechadas todas as avenidas do credito, trancadas todas as portas do appello á confiança publica. Tal a inevitavel consequencia das loucuras criminosas de 1910 a 1914...

Para deixar bem claro, porém, que se não tratava de recurso normal e commum a lei estabeleceu um titulo de substituição do papel-moeda, a apolice privilegiada com a garantia do imposto do fumo, para ser emittida opportunamente e permittir a incineração correspondente do papel posto em giro.

Ao invés de seguir uma politica de economia, de zelar o credito, uma vez restabelecida a normalidade na situação como estava em fins de 1917, preferiu o Governo negar suas origens e suas promessas solennes ao iniciar o quadriennio, e enveredar pelos esbanjamentos e pelas des-

pesas de construcção e de melhoramentos de obras adia-  
veis, politica méramente de anseio de popularidade e não  
exigida pelas condições do paiz, antes fortemente repe-  
lida por todos os conhecedores da situação do desenvol-  
vimento previsível do theatro internacional.

Sentiu-se immediata a consequencia. Compromissos,  
moral e economicamente condemnaveis, exigiam despesas  
para os quaes nenhuma receita occorria. E era sobre o  
successor do actual Presidente, successor que nenhuma  
culpa nem responsabilidade tinha na febre eruptiva de  
gastos adiaveis ultimamente declarada, que ia recahir a  
tarefa de crear recursos. A nova emissão em projecto,  
ainda pendente do voto do Congresso, teve pelo menos  
esse aspecto de correcção: quem creou os encargos, teve  
de dar o remedio para supportal-os.

Fel-o mal, entretanto, e trouxe novas e grandes dif-  
ficuldades ao Governo vindouro.

Si as palavras têm significação, emittir sobre lastro  
ouro contem implicitamente o direito do portador da nota  
a receber ouro, na proporção do cambio, está claro. A  
não ser assim, nenhuma função do lastro, e palavra vã  
sua menção no projecto.

Ora tal entrega de metal é um mal que se não póde  
acceitar, em momento como o presente, em que todos os  
paizes defendem sua caixa metallica. Drenada a nossa  
(e commercialmente seria nem só facil, como valeria por  
optimo negocio pelo maior valor hoje obtido pela moeda  
metallica, e isso explica certos enthusiasmos de especu-  
ladores), maior difficuldade haverá na manutenção do  
cambio.

Si tal conversão fôr prohibida, nada significa o pro-  
jectado mecanismo. Ficaria, então, apenas o grave con-  
flicto de duas circulações concurrentes, das quaes a mais  
garantida será a vencida (lei de Gresham). Balburdia  
maior surgirá no problema monetario que deu tanto tra-

balho a solver em 1915-16, no conflicto entre a nota commum e a da Caixa de Conversão. Felizmente, a prudencia e o espirito conservador dos Poderes Publicos lograram evitar ou antes vencer a crise.

Sem indagar qual processo o melhor (si o projectado agora, si o posto em pratica, por não ser viavel outro, em 1915), o facto de já estar em vigor um delles fórça o Governo á continuidade de acção, sob pena de atropelar gravissimamente as relações monetarias do paiz. E como tal tarefa de regularisar a situação vae caber ao Cons.<sup>o</sup> Rodrigues Alves, são obices á acção deste que, involuntariamente, se vão crear.

O mais prudente, pois, seria simplesmente alargar o limite da emissão, *nos moldes actuaes*, até ao maximo de X.

O lastro de ouro, pertencente ao Governo, a este continuaria pertencendo, sendo base para a futura reconstituição do fundo de garantia, como o propoz o proprio Governo em documentos officiaes que correm impressos, e que o actual projecto copiou das iniciativas anteriores.

Além de que, impossibilidades reaes occorrem no texto sujeito ao Congresso. Que depositos nas legações ou em estabelecimentos na Europa são esses a que se refere o projecto, e aos quaes confere o poderem servir de base a uma emissão de notas? Si forem remessas nossas representando dinheiro pertencente a terceiros (portadores de titulos, credores, etc.), não são disponibilidades nossas e dellas não nos poderemos servir. Retiradas taes sommas por seus legitimos donos, como retirar parallelamente aqui a somma emittida?

Dispensio-me de alargar aqui a critica ao projecto. Já o Senador Frontin, em parte, o fez. O Relator da Receita, na Camara, o Dr. Carvalho, embora não o consignasse em seu parecer, a renovou perante a Commissão de Finanças, o proprio Governo e politicos responsaveis da situação vindoura.

Será forçoso, antes do fim do anno, applicar ao aleijão em debate um processo orthopedico, que véde os maleficios previsiveis de sua approvação, na circulação monetaria do Brasil.

Complicado assim, artificialmente, o problema cambial, outro elemento existe a modificar, que, por erronea apreciação dos factos, foi adoptado pelo Governo, cioso das glorias de um ex-Presidente de Republica que, ao que se diz, queria mandar um piquete prender ao Cambio, autor de tantos males ao Brasil e ao Thesouro.

Refiro-me ao decreto monopolisando, de facto, no Banco do Brasil as operações cambiaes.

Assim como na mentira póde haver uma alma de verdade, no erro se dá por vezes um méro desvio de raciocinio baseado, entretanto, em uma observação acertada. E' esse o caso vertente.

Ha toda conveniencia em fortalecer a acção nacional na permuta de valores. Os bancos estrangeiros, cobrando por conta dos remettentes de mercadorias europeus ou americanos, são senhores das letras de cobertura enviadas pelos compradores brasileiros de taes utilidades, ou dos recursos em moeda nacional para adquirir as coberturas.

Fela facilidade e pela concentração dos affazeres em suas mãos, são, por isso mesmo, os negociadores das letras recebidas, e com ellas jogam licitamente, isto é, compram e vendem a mercadoria-ouro de accordo com as indicações do mercado.

D'antes, quando a situação era de paz, e os recursos da matriz folgados, já tinham os directores das filiaes ordens terminantes para não sacarem a descoberto, afim de evitar surpresas. De 1914 para cá, as determinações vindas de Londres e de New-York foram ainda mais strictas: nem só as operações se balanceiam quasi que diariamente, como ha esforço em adquirir excedentes,

metallicos, si possível, para a remessa directa ás caixas matrizes.

E' pois, normalmente, receio pueril, filho do desconhecimento dos phenomenos monetarios, o pavor á especulação revelado pelo decreto citado. Mas para evitar surpresas, tambem, e não permittir que todas as perguntas se façam exclusivamente, ou mesmo preponderantemente, por um grupamento de institutos bancarios que, por politica internacional, por conveniencia especulativa de momento ou por outra qualquer razão imprevista, se disponham a jugular a praça e provocar uma crise, é utilissimo e de sã providencia economica estabelecer um contrapeso, com um estabelecimento nacional possuindo elementos para agir como freio, como regulador. Essa a origem do Banco do Brasil como interventor no mercado cambial por meio dos *vales-ouro*.

E' instrumento imperfeito, insufficientemente apparelhado e desenvolvido, mas que convem manter e ampliar. Não tanto, porém, que asphyxie o commercio bancario, a concurrencia no credito, a facilidade, a commodidade, a presteza e o rapido meneio das transacções commerciaes. Não tanto que permitta o monopolio odioso, verdadeira finta lançada sobre todos os productores, e ameaça directa ao concurso do capital estrangeiro.

Tal politica revela tão singular myopia financeira e economica, que deve ser banida quanto antes. E nesse sentido estão inteiramente cobertas de razão as reclamações da Associação Commercial e de outros órgãos das permutas entre nós.

Como os principaes lesados pela medida governamental são os bancos da nacionalidade pertencente ao grupo alliado, não seria de extranhar que na providencia adoptada houvesse, ás occultas, collaboração allemã, por parte dos bancos germanicos, só ultimamente e a custo fechados. E essa presumpção teria tanto mais plausibi-

lidade, quanto o unico jornal a defender e louvar ao Governo nesta questão é o "Correio da Manhã", conhecido como fundamentalmente germanophilo, a ponto de ter dado logar a reclamações discretas por parte de autoridades alliadas. Além do que, são sabidas as facilidades que no Ministerio a Fazenda têm tido, nestes ultimos tempos, os representantes de interesses teutonicos, com os quaes se diz, contudo, que estamos em guerra.

O monopolio, para voltar á questão, chegou a ponto de se fixar entre o preço de compra das cambiaes pelo Banco do Brasil e o de venda a quem dellas precisa margem que já não obedece ás velhas normas do juro decorrido até o vencimento do seguro e do frete, mas sim, uma extorsão ao possuidor inicial da letra. Citaram-me casos de compra pelo Banco a 12 1/2 d, e venda a 12 1/16. Isso não é toleravel, e é producto legitimo da ausencia de concurrencia por parte de outros bancos.

Por outro lado, porém, a falta de obrigatoriedade da declaração das operações feitas pelos bancos estrangeiros á Camara Syndical torna quasi impossivel o estudo dos movimentos de fundos e das relações economicas do Balançamento das contas entre o Brasil e os demais paizes. E isto convem ser estabelecido de fórmula permanente, mas sem vexame. Ha meios de obtel-o, sem entrar o commercio. Cumpre adoptar systema aproximado do que observa em Buenos Aires o "Banco de la Nación", que centralisa sem oppressão o mercado cambial.

Como as transferencias de fundos, por letras e por telegrammas, se revestem de dois aspectos, as letras propriamente ditas e os saques de contabilidade (por movimentação interna das contas de credores diversos, dentro do proprio banco), será necessario attender a essa duplice modalidade. Mas repito e insisto: sem offensa ás transacções nem oppressão ao commercio ou restricção ao gyro de negocios.

Esta questão de cambio é vital para o Brasil. A saída do periodo de difficuldades em que nos debatemos coincidirá com a volta das taxas a niveis altos. Será o barateamento da vida, a economia nas despesas publicas, a redução nos serviços das dividas externas da União, dos Estados e dos Municipios. Será a valorisação de nossa moeda, e elevação do *standard of life*, a abertura de horizontes illimitados ao progresso do paiz, ao inicio de operações financeiras reductoras dos onus publicos, á rapida e gradual ascenção a regiões mais altas de civilisação e de cultura.

D'ahi o cuidado que sempre nos devem merecer taes problemas.

Ao ser forçado o Governo ás emissões de 1915 e de 1917, muito empenho houve em que taes massas de papel representassem tão sómente uma antecipação de emprestimo, e é vital para o Brasil que assim se faça, logo que o mercado permitta collocar progressivamente os títulos, por serie de 100.000 contos, digamos, sem queda da cotação da apolice.

Mas conviria pensar em um meio de apressar o recolhimento das notas, além do emprestimo.

Dois annos de economia real, sem fita, de méro cumprimento de leis orçamentarias sinceras e organisadas com severo intuito de pôr cobro ao desperdicio, darão margem a sobras que deverão ser empregadas em incinerar progressivamente o papel emittido por dura força de circunstancias inexoraveis. Isso contribuiria a resguardar o mercado da apolice. Si o emprestimo dér 50 % do total emittido e o restante fôr de sobras orçamentarias — possíveis, certas mesmo havendo energia e competencia —, a situação economica ficará absolutamente saneada e segura.

D'ahi o advogar-se, para custear as despesas de guerra a que estamos adstrictos, a criação de recursos no

extrangeiro, sem influxo no cambio portanto, e permitindo ainda crear nosso poder militar sem sacrificio financeiro para a Nação.

Identico motivo, ainda, leva a propugnar a creação de novos impostos que acudam as deficiencias de receitas oriundas da mesma causa, a guerra, e que depois darão os excedentes precisos para concorrer ao resgate indispensavel do papel-moeda e ao saneamento da circulação.

A mesma ordem de idéas, crear valores, e, portanto, recursos, aconselha a tratar aqui da collaboraçãõ economica official em certos empreendimentos, commerciaes e industriaes, taes como o Banco do Brasil, as Companhiaes carboniferas e o Lloyd.

Não quero nem devo entrar em detalhes quanto á administração do Banco do Brasil. Poderia ser uma potencia nas nossas praças, e occupar logar sem competidor nas relações com os demais paizes. Longe disso, é pouco considerado quer num ambiente, quer noutro. Chega a ser objecto de mófa nas rodas de corretores de cambio. Tudo por falta de direcção e por intervenção indebita do Governo, intempestiva e mal orientada na applicação dos recursos.

Capital pertencente, em partes eguaes, ao Patrimonio Nacional e á economia privada, tem o Governo tido a pessima conducta de pesar com seus votos como accionista na escolha dos directores eleitos, para os quaes o criterio electivo preponderante devera ser a vontade dos demais accionistas. Assim, além do presidente e do director da carteira cambial nomeados officialmente, toda a directoria é emanação do proprio Governo. Do mesmo modo, quanto ao conselho fiscal. De sorte que o Governo nomeia os gestores do capital commum, e, sósinho, fiscalisa a seus proprios nomeados, eliminando lindamente a representaçãõ dos 50 % dos accionistas restantes!...

Ainda si a escolha tivesse recahido em gente de valor excepcional, bem exercida teria sido essa prerogativa official. Ao contrario, deploravel se tem revelado o modo de seligir o pessoal de direcção. O Banco do Brasil mais parece, hoje em dia, o refugio para politicos mal succedidos, em busca de aposentadorias. Natural é que pouco possa desenvolver-se em taes condições.

Materia technica, delicadissima pela familiaridade profunda que exige com a psychologia de nossa praça e de nossos negociantes de cambio, a carteira cambial tem sido entregue a homens de bem, é indubitavel, dignos de occupar cargos elevadissimos de administração, de judicatura, de representação popular, mas leigos inteiramente quanto ao conhecimento intimo de nossas firmas, dos corretores, quando mesmo não acontece (como de um delles ouvi dizer) hesitaram em responder de prompto si  $1/8$  é mais ou menos que  $1/32$ .

De um delles se sabe que se gabava de não ter vendido sinão algumas dezenas de libras em um dia, isto é, vangloriava-se de estar o Banco do Brasil fóra do mercado, fugindo pois á sua missão principal. Custodio de Magalhães e Pereira Jorge foram os dois unicos directores de carteira, technica e moralmente preparados, de 1909 para cá.

O capital do Banco precisa ter na directoria defensores energicos, inclusive contra ordens inconsideradas do Governo. Emquanto este se limita a sacar contra fundos seus existentes a seu credito no estabelecimento, nada tem com isso o Banco. Si fôr uma illegalidade do Governo, ou um desvio ethico deste, a responsabilidade não caberá á directoria. Mas quando, por ordem, se fazem operações pelo proprio Banco contra seus interesses e contra a letra, e o espirito de seus estatutos, a responsabilidade é inteira da directoria, que trae ao seu mandato para agradar ao Governo e aos poderosos do dia. Poderia eu

citar casos concretos dessa natureza. Prefiro pronunciar-me, entretanto, em termos geraes.

Duas provas immediatas, todavia, podem ser dadas: as taxas cambiaes e as agencias. Na primeira phase do Governo actual — a de restricção relativa, de economia real em certos departamentos da Administração, de liquidação do passivo herdado —, o cambio sobre Londres foi subindo gradativamente das cercanias de 11 *d* até 13 25/32 em setembro de 1917, tendo mesmo havido uma ou outra operação feita a 14. Na segunda — a do desperdicio de recursos, a ponto de exigir uma emissão nova, inteiramente dispensavel si não foram taes gastos sem conta — o cambio já desceu abaixo de 12 *d* e só agora, com difficuldade reagiu, mantendo-se a custo a 12. Já surgiram, comtudo, novos symptomas de quéda.

As agencias, em these e na pratica, só se fundam á medida das necessidades das transacções. Onde são fracas, bastam méros correspondentes. No Banco do Brasil, porém, na sua phase actual, o criterio tem sido prestar homenagem (á custa do dinheiro do Banco) á imprensa, aos politicos e aos propagandistas da benemerencia da directoria, a qual agradece a lisonja deferindo aos pedidos sem sufficiente exame, aproveitando em geral a alguns dos taes louvaminheiros.

O resultado é o seguinte: onde ha logar para uma ou outra agencia de estabelecimentos diversos, o Banco abre filial sua, em concurrencia, prejudicando a todas; as immobilisações devidas ao movimento de fundos das agencias não devem estar longe de 50.000 contos, e, si pouquissimas dão ainda pequeno lucro, á maioria não succede o mesmo, e é duvidoso que taes sommas rendam 5 % ao anno. Essa observação, aliás, já foi feita ao presidente do Banco pelo excellente financeiro, experimentado e honesto, que era o Dr. Custodio de Magalhães e pelo Ministro da Fazenda de então. Mas... a imprensa

pedia agencias, e como contrarial-a, si o deferimento proporcionava tão bellos artigos laudatorios?...

Do capital dos accionistas, quero dizer dos particulares, *non curabat praetor*. O Banco, para realizar a missão a que deve e póde aspirar, precisa ter á sua frente directores, e na escolha desses homens cumpre obter a collaboração effectiva do capital particular, que representa 50 % do total.

Outra é a observação a fazer quanto ás empresas carboníferas, de que o Thesouro é co-proprietário: o fito principal dessa cooperação está sendo desconhecido ou mal comprehendido por parte da Administração Publica.

Obvio que todos os processos financeiros e expedientes transitorios apontados quanto ao meneio da Fazenda Nacional, não passam de formas destinadas a attenuar, ou melhor, distribuir os gestos. A solução normal, definitiva e absoluta, está em desenvolver a actividade economica do paiz, pois assim como as exportações pagam as importações, o trabalho e a producção darão recursos para folgarem os orçamentos, quer da União, quer dos Estados, dos Municipios e dos particulares.

Essa, portanto, a róta a seguir: intensificar a producção. E é o que se preocupou de fazer o Ministerio da Agricultura, e, depois, cuidou de obter o da Fazenda.

Um dos pontos de ataque era e é o consumo de combustivel, que vale por uma exportação annual de £ 3.000.000, em tempos normaes, e agora com a guerra, alteando os preços e os fretes, representa valor muito maior. Convinha, si possivel, evitar tal sahida de dinheiro e fixal-a no paiz, pelo aproveitamento do carvão nosso.

A utilização systematica da energia hydro-electrica deu-se de modo crescente, como combate á importação de hulha, á queima de lenha. Mas a tudo não podia attender. D'ahi o estudo novamente solicitado para as jazidas car-

boníferas do Brasil, e com dobrado motivo após as experiências de pulverisação nos Estados Unidos, e a brilhante demonstração aqui feita pelo pessoal da E. F. Central. Era, pois, imperativo fomentar o aproveitamento das jazidas de hulha do Sul.

Para isto se fundou a "Jacuhy", na melhor camada conhecida até então, e, para evitar dificuldades com elemento local, condescendeu o Governo em colaborar com a "Butiá", em situação menos favorável. Além disso, prestou auxílios á S. Jeronymo (que já reembolsou ao Thesouro, ignorando eu, entretanto, si foi incinerado, como manda a lei, a importancia recebida em solução de debito) e iniciou, por fórmula erronea embora, a construção dos ramaes ferroviarios para as minas em Santa Catharina e no Paraná.

Essa politica, que naturalmente terá de desenvolver-se, visa solver um dos aspectos do problema: obter carvão nacional em proporção adequada ao consumo.

Na "Jacuhy", e subsidiariamente na "Butiá", outro fim mais alto foi collimado: com a produção dessas empresas, em que o Thesouro é condomino, regular o preço da tonelada e cohibir os abusos dos demais productores.

No commercio brasileiro predomina, infelizmente, a falta de intelligencia na visão economica que caracteriza o portuguez: em vez de lucrar pouco por unidade, em grande movimentação de negocios, querer logo obter a renda maxima em vulto menor delles. Ora, para mercadorias baratas, de valor pequeno mas de consumo larguissimo, como a hulha, o successo e a ampliação das transacções dependem de ganhar o menos possivel em cada tonelada e alargar assim o ambito de collocação do producto.

E' a missão que "Jacuhy" e "Butiá" têm de cumprir

e para a qual devem se apparellhar. O carvão deve ser vendido com lucro, nas minas, por 10\$ a 12\$ no maximo, e, aqui no Rio, deve chegar por 30\$ a 35\$ no maximo. Toda a organização, desde a mina até aos embarcadouros, aos navios transportadores e aos depositos aqui, tudo tem de modelar-se por tal missão, e reconheço que nisto vae uma tarefa extraordinariamente complicada, mas que tem de ser emprehendida e solvida.

Para vencer a ganancia de outras empresas e de intermediarios (Francisco Leal e outros), que chegam a pedir 100\$000 por tonelada de carvão nacional, imprescindivel que as minas, onde o Governo pôde influir, estejam em condições de fornecer, quasi diria illimitadamente, pelo preço reduzido as toneladas que lhes forem pedidas.

O problema essencial, em questões industriaes, é ter força motora barata: exige, portanto, a economia geral do paiz se venda a baixo preço a hulha riograndense. Os directores dessas duas empresas semi-officiaes, porém, só lobrigaram o lado de lucro immediato, de aproveitamento das cotações altas, da coparticipação nas taxas usurarias de beneficios das demais explorações carboniferas. E isto é o contrario da missão collimada pelo Governo, e é a condemnação de tal actividade, pois o problema não está em produzir vantajosamente agora, em que tudo é caro, sim em continuar a produzir depois da paz, a preços reduzidos de carvão e de fretes, quando se colligarem contra nós todos os interesses hulheiros, quer nos Estados-Unidos quer na Inglaterra.

E' esse alvo elevadissimo que as Companhias de que o Governo é accionista não estão procurando attingir. E o Governo, que o devera impor, e pôde fazel-o, abandonou a questão, que encerra, entretanto, uma das cogitações mais graves, das que mais directamente dizem com o futuro de nossa terra, como capacidade de trabalho, poten-

cialidade de progredir e de se afirmar no Mundo qual portadora de novos factores e de novas palavras de Justiça e de Bondade.

Chego agora a uma das manifestações industriaes do Estado, em que mais se accumulam difficuldades, qual mais candente, e a pedir solução urgente qualquer dellas: o Lloyd Brasileiro.

Depois que, por erros accumulados — alguns até não solvidos judiciariamente ao que consta, como seja a propria tomada da empresa pelo Governo, passou o Lloyd ás mãos da administração official, sua vida pôde infelizmente resumir-se em duas palavras: deshonestidade e anarchia. Contra ambas, assim como eu mesmo procurei fazer, está pertentando lutar o Dr. Osorio de Almeida, com escasso resultado, entretanto, por motivos que terei de expor.

E é com esses predicados negativos que está o pessoal a porfiar obter dos Poderes Publicos a officialisação da empresa!...

Os principaes responsaveis por esta lamentavel e vergonhosa situação encontram-se na Federação Maritima, nas Associações profissionaes, nas Resistencias diversas, e, é necessario, embora doloroso, confessal-o, no Exmo. Snr. Dr. Wenceslau Braz.

Por mais avisado que S. Excía. estivesse, por mim, pelo Ministro da Marinha, pela Policia e por informantes outros, de que á frente da Federação se áchavam alguns réus de crimes communs, gente sem imputabilidade moral; por mais que lhe dissessemos que os roubos, a bordo, nos porões, nos navios allemães, estavam todos acobertados pela gente protegida e associada da Federação; por mais que lhe mostrassemos que o fito do Commte. Muller dos Reis e de seus asseclas era organizar um corpo militante de pilhagem a explorar as rendas do Lloyd em proveito

proprio, tendo S. Exa., até, provas de desvios de taes receitas para fins pessoaes e politicos (havia candidatos á deputação federal, por varios Estados, no pessoal da Federação), S. Exa., deliberadamente cerrava ouvidos, negava-se a providenciar.

A intimidade chegou a ponto de permittir S. Exa. que fosse tirada uma photographia em que figurava entre duas personagens graduadas dessa associação, das quaes uma era réu da policia, em Pernambuco, e a outra se revelou defraudador das rendas do Lloyd, e só escapou á punição por haver prescripto o crime.

Foi necessario que eu provocasse uma crise, expondo-me pessoalmente a todos os ataques, para conseguir fazer cessar a acção mais intensa da commandita exploradora. O Dr. Osorio de Almeida, a quem a idade e a molestia quebrantaram forças, é certo, mas não despojaram por inteiro de sua antiga energia, já logrou ver diminuida a intensidade do assalto. Não tem obtido mais, porque, como sempre, a Federação recorre directamente á intervenção do Dr. W. Braz, e este, por bondade e por timidez, accede sempre em auxilial-a.

Para fazer cessar a anarchia, impõe-se a energia illimitada de uma vontade de ferro, consciente e sabedora, sem violencias, mas capaz de mandar dissolver motins de estivadores, de trabalhadores em carvão e outro pessoal dessas classes, entre as quaes os chefes, innumeras vezes, são clientes costumeiros da Policia, quando esta ousa enfrontal-os. E quando digo — dissolver motins —, refiro-me ao emprego opportuno e energico das armas. Uma repressão dessa natureza, em certas occasiões, valerá pelo restabelecimento da ordem no porto do Rio, que as exacções, os roubos e as imposições dessa gente já desmoralisou, a ponto de ser caso discutido entre as empresas estrangeiras de navegação si não conviria fazer do Rio méra escala, sem operações de carga e de carvoamento.

Incalculavel para nós seria o prejuizo proveniente do triumpho de tal politica de abandono.

Não basta semelhante repressão, todavia. Póde ser organisada a lucta pelas Federações e Resistencias, no terreno das *Grèves perlées*, do absentismo, etc., etc. A lei da cabotagem prevê a possibilidade de, durante a guerra ou calamidades publicas, ser suspensa sua applicação, quer quanto á nacionalidade das tripulações, quer quanto á dos navios empregados ao serviço da costa. Convirá usar, si preciso fôr, de tal autorisação e, na previsão da lucta, ter engajado em diversos paizes gente disciplinada e habil para substituir a todo os membros das Federações e de suas acolytas.

Tal providencia attenderia ainda a outro aspecto da questão, que não esse de anarchia: a honestidade na administração da empresa.

Quando assumi a gestão da pasta da Fazenda, achei á frente do Lloyd o Snr. Servulo Dourado, cercado de uma aureola de rectidão e de capacidade de trabalho que eu não tinha motivos para impugnar. Em varias occasiões, entretanto, notei manobras extranhas na direcção, protecções inexplicaveis e casas onde havia socios ligados a altas autoridades (tive de mandar abrir um inquerito em um desses casos, relativamente á firma Caldas Bastos & Cia, accusada de contrabandista, sem que eu pudesse apurar a evidencia do crime), o pavor de ter de zelar pelos interesses da receita quando tal dever contrariava a determinadas individualidades ou a jornaes. Notei ainda o empenho de substituir ao trabalho verdadeiro e fecundo a cinematographia sensacional e espaventosa.

Apesar de tudo, porém, não logrei, em vida do Snr. Dourado, apurar deslises formaes, as minhas suspeitas não chegaram a tomar corpo. O Snr. Presidente da Republica, propenso a substituir ao empenho pelo serviço a consideração ás personalidades, e que muito o protegia,

dizia-me sempre que eu não era amigo nem confiava em Dourado. Minha resposta uniformemente era a seguinte: "Não o conheço. Acho, todavia, que adula demais, e eu proprio já tive de reagir contra essa fraqueza, a meu respeito. Ha comtudo, falhas inexplicaveis que apurarei". E assim agia eu, por dever do cargo, mas sempre com inteira lealdade e franqueza, para não quebrar a autoridade moral e hierarchica de um subordinado meu, a quem eu não tinha base para accusar formalmente.

Para evitar exames, indagações e pesquisas, o Snr. Dourado multiplicou insidias, insinuações junto a todos, campanhas surdas por jornalistas subsidiados. Tudo se quebrantou ante a lisura de minha acção, a plena luz em que me movia, e a certeza que o proprio director commercial possuia de que, agindo impessoalmente, sem amor sinão ao Serviço, sem odio sinão aos prevaricadores, taes manobras nem siquer deteriam minha attenção desde que de minha superintendencia do Lloyd sahisse justificada a direcção dada pelo Snr. Dourado.

Foi o que se deu, e, arrependido do que havia feito, penitenciou-se pouco antes de morrer (cousa que ignorei até ha pouco tempo) das campanhas desleaes movidas contra o Ministro da Fazenda.

Dei uma ultima prova de respeito á sua memoria, nomeando seu ajudante de confiança, o sub-director do trafego Muller dos Reis, para um dos logares da directoria. Foi um grave erro meu, do qual me accuso e me penitencio. Minha desculpa está em que acreditava na honestidade de Dourado e do seu auxiliar; sabia que o substituto era trabalhador e respeitado por seus subordinados.

Pouco após, verifiquei quanto havia sido illudido e meu maior empenho consistiu em reparar a falta, filha de minha boa fé.

De facto, tive occasião de certificar-me que Dourado, para aconselhar directamente ao Snr. Presidente da Republica a concessão de favores á Cia. Costeira, além dos que tinha o proprio Lloyd quando empresa particular, recebera 200 contos de réis. Assim foi expedido, antes de minha entrada para o Ministerio da Fazenda, o Decreto de pseudo-equiparação cuja desistencia obtive depois, quando Ministro, com grande esforço vencendo inacreditaveis resistencias, mas que a Costeira hoje procura fazer reviver, seguindo seus processos costumeiros de suborno.

Verifiquei depois, sem poder colher prova juridica plena, comtudo, que commandantes de navios, commissarios de bordo, pessoal de contabilidade do Lloyd agiam combinadamente no sentido de effectuar gratuitamente transportes para determinadas casas que lhes distribuïam gratificações. Sonegavam renda cobrada a bordo. Negociavam por conta propria, sem pagarem fretes. E a directoria commercial acobertava tudo, partilhando lucros, por vezes. Commissões illicitas; propinas por transportes preferenciaes; informações tendenciosas, generosamente remuneradas; tudo me foi sendo objecto de observação. Culminava o assalto contra a receita do Lloyd na pessoa do novo director commercial, e este, receoso da fiscalisação, desbaratava dinheiro pelos jornaes, creava ciladas, vivia a insinuar-se na intimidade do Chefe do Estado a titulo de presidencia da Federação Maritima, espantallo a ser chocalhado ante os olhos de S. Exa.

Foi preciso acto de decisiva energia para iniciar a obra saneadora. Do dispensador quasi irresponsavel da receita do Lloyd, fiz um méro subordinado do Presidente da Empresa. Bastou isto, para cessarem os abusos maiores. Ainda ha muito que fazer, é obvio; nem se limpam em horas, não sendo Hercules, as cavallariças de Augias. Mas a mole está em movimento e a depuração se dará.

Para isto é que se torna preciso usar a faculdade concedida pela lei de cabotagem: sem attender a nacionalidades, cumpre poder substituir ao pessoal de bordo, do commandante aos taifeiros. Nessa tarefa, muito póde ser obtido com a collaboração de officiaes da marinha de guerra, convenientemente escolhidos e não ás cegas, para se não recorrer a alguns que já se viciaram na atmosphaera de certas capitancias de portos em que logram fazer fortuna os individuos despidos de escrupulos.

Ainda se deve modificar o regimen de fornecimentos de generos, de recebimento de passagens. Todos os fornecimentos devem ser centralizados de modo que o commisario nada tenha de comprar nas escalas. E' o systema seguido com grande proveito pela Companhia Costeira: os navios, que têm todos camaras frigorificas, saem do Rio com todos os generos precisos para a viagem redonda; balanceam estes na sahida e na volta ao porto, o que permite fiscalisar e habilita a regular as médias das rações.

Fretes e passagens não são pagos a bordo, e sim nos portos de embarque, ou excepionalmente nos de destino.

Com esse conjunto de providencias, applicadas por gente direita, decidida, conhecedora do serviço, possuindo força para agir e tendo toda a energia, mas *toda ella*, indispensavel para a repressão, quando precisa esta, o Lloyd produzirá renda proporcional á das demais empresas de navegação.

Outras medidas impõem-se, para attender á situação precaria dos transportes neste momento, e mais ainda á crise que sobrevirá após o fim da guerra.

O famigerado *contrôle* da navegação, pelo qual tanta tinta se dispendeu na imprensa, tanto discurso inflamado se fez, e tantas centenas de contos (cerca de 800, segundo me affirmaram) se empregaram para accender e manter o calor de *convicções* entusiastas favoraveis á

Companhia Commercio e Navegação; esse *contrôle*, repito, não é obra nem idéa minha.

Combati sua adopção no momento, por julgar mal aparelhado o Governo para fazel-o. O Lloyd já tinha difficuldades proprias numerosas a solver. A continuidade de acção, essencial para manter uma medida que seria certamente atacada com violencia, não me parecia assegurada com as continuas e inveteradas capitulações do Snr. Presidente da Republica ante o mais innocuo ataque impresso de reporter sem assumpto, quanto mais em caso como este em que entrariam em fogo as peças de maior calibre, dada a munição empregada pelos interessados. Além disso, achava eu que nos contractos (para a Costeira e para a Commercio e Navegação, que eram accusadas, com razoavel fundamento, de quererem alienar suas frotas) e na legislação especial, haveria meios de cohibir quaesquer abusos ou manobras contrarias ao interesse geral.

Queria logo o Governo desapropriar os navios. A operação, por muito onerosa de momento, fazia-me recear novas emissões. Esforcei-me, e consegui lograr approvação para o plano seguinte: 1.º um accordo directo para utilizar os navios; 2.º fracassado este, a occupação da frota para ser utilizada, de accordo com o art.º 591 do Codigo Civil; 3.º mallogrado esse esforço, a desapropriação.

Felizmente, consegui negociar a primeira solução, vencidas difficuldades e resistencias muito sérias. Logo surgiram incidentes, de simplicidade infantil e sem a menor complicação no modo de solvel-os. A grita, paga pela Companhia Commercio e Navegação, produziu sem demora o effeito que eu esperava. O Dr. Wenceslau Braz, autor principal da medida, recuou, apavorado ante a sombra de uma sombra. E fez o que se dá em todas as fugas em que o medo domina sem contraste: nem sequer

se limitou a voltar atraz quanto aos incidentes insignificantes motivadores do barulho, mas fugiu ainda além, até ao desmancho do accordo feito e sobre o qual nenhum protesto havia apparecido. E' a psychologia normal em casos taes!...

Já agora, porém, a questão não interessava mais ao problema do transporte maritimo, pois, já haviam sido tomados os navios allemães e eu tinha assumido o compromisso (que foi inteiramente cumprido) de restabelecer as condições de navegabilidade desses vasos. E ahi ficava garantida a cabotagem. Certo é que, no meu programma, não entrava o arrendamento de taes barcos á França, nos termos em que foi feito, pois eu tencionava effectuar transportes do Brasil para os Estados Unidos, de lá para a França, e deste paiz para o Brasil, ou da França para New-York e d'ahi para o Brasil, conforme as circunstancias aconselhassem. Como schema, uma viagem com itinerario triangular que acudisse ás necessidades de vehiculação para o *front*, quer de munições, quer de viveres, e tambem ás justas exigencias da producção nossa a ser exportada ou a servir de escambo ao longo da costa.

Achei, por isso, mal delineada a operação arrendadora, pois creou novamente e sem necessidade o problema da escassez da cabotagem, quando poderia servir aos Alliados, sem causar damnos de vulto á actividade productora de nossos patricios que vêm cerceadas a sahida e a circulação do que conseguiram, em meio de tanto esforço e de tanto sacrificio, obter de seu trabalho.

Com os precedentes estabelecidos, o problema do *contrôle* se impõe novamente, mas com feição um pouco diversa. Cumpre solvel-o segundo outras linhas. Para termos transportes baratos, seguros e proporcionados ás necessidades do trafego a estabelecer, é urgente eliminar a concurrencia maritima, federando todos os interesses em uma vasta empresa unica que faça desaparecer os attritos

actuaes, causa principal de desperdicio e de gastos duplicados. Só assim conseguiremos, como conseguiram outros paizes, obter o aproveitamento maximo da tonelagem maritima nacional.

O modo de realizar esse grande plano de concentração de energias, ora dispersas, comporta varias soluções, não é unico. Modalidades multiplices existem. Mas, adoptada uma, considerada a melhor, Lloyd Nacional, Lloyd Brasileiro, Commercio e Navegação, e Costeira deverão formar um grande bloco, nucleo de outras adhesões futuras, que distribuirão entre si commercialmente o trafego de cabotagem e o de navegação transatlantica. Haverá economia nas viagens, melhor e mais completa utilização do material, economia no custeio e, assim, possibilidade de lutar após a guerra contra a concurrencia de outras marinhas mercantes.

Eu iria ainda além, obtida a fusão das empresas nacionaes, advogaria a criação de um ou mais entendimentos com companhias estrangeiras, a escolher ainda, para assegurar trafego em nossos navios contra a boycottagem de outras empresas concurrentes. E' intuitivo que estas ultimas congregarão seus esforços para varrer dos mares a nova marinha, com menos prestigio e menos resistencia economica e financeira do que suas maiores, que hoje, e mais ainda após a paz, continuarão a exercer seu predomínio no mercado dos fretes.

Esse programma, para nós, seria a solução do problema espinhosissimo do Lloyd, que querem transformar em nova E. F. Central, mas em peores condições moraes, quando todos os esforços e todo o empenho devem consistir em tiral-o da Administração official.

Uma fusão, qual a que advogo, representaria a collaboração governamental, com o intuito de regularisar os fretes, e a administração commercial, caldeados os dois elementos na acção orientadora da Directoria. O Go-

verno, possuidor do Lloyd e como tal representado na junta executiva, poderia fazer ouvir e preponderar seu conselho, sem permittir o esmagamento do interesse economico geral do paiz pelo empenho méramente commercial de avolumar o lucro immediato pela alta do frete.

Uma ultima observação, antes de dar por finda a analyse do orçamento da Fazenda.

Tratando-se da carestia da vida, cuidou-se em intensificar a producção e em evitar manejos de especulação. E' evidente que a alta do cambio agirá como reductor dos preços. Porque não fazer a politica do saneamento da circulação? Porque não seguir o exemplo dos Estados Unidos (já não falo da França nem da Inglaterra, mais proximas da zona de operações, e mesmo a primeira com seu territorio invadido), restringindo o consumo interno?

Combinando tal medida com as precedentes, nem só se evitariam desperdicios, immoraes na nossa posição de aliados, como surgiriam novas disponibilidades de mercadorias essenciaes aos paizes em guerra, e que poderiamos exportar, augmentando o activo de nossa conta internacional.

## A LEI DA RECEITA

Na situação actual dos orçamentos de despesa na Camara, os gastos se discriminam pela fórmula seguinte:

| <i>Ministerio</i> | <i>Ouro</i>     | <i>Papel</i>     |
|-------------------|-----------------|------------------|
| Interior          | 18:341\$600     | 46.200:368\$744  |
| Exterior          | 3.252:146\$000  | 1.267:600\$000   |
| Marinha           | 200:000\$000    | 49.163:795\$928  |
| Guerra            | 100:000\$000    | 78.377:952\$643  |
| Viação            | 27.397:491\$980 | 159.284:203\$931 |
| Agricultura       | 606:680\$352    | 17.674:068\$610  |
| Fazenda           | 48.828:667\$220 | 124.656:630\$695 |
| <i>Totais</i>     | 80.403:327\$152 | 478.623:620\$554 |

Esses numeros, porém, peccam por inexactos, pois ahi não figuram despesas certas, autorizadas e em via de execução forçada.

Assim, na Marinha e na Guerra, para despesas de-correntes de nossa belligerancia. Só no segundo desses Ministerios, a differença para soldos e etapas de praças, de accordo com o effectivo determinado (cerca de 53.000 homens), é de quasi 25.000 contos. Não falo nas acqui-sições de material bellico, cujo valor desconheço.

No Ministerio da Agricultura, não figuram as des-pesas com a Delegacia da Producção e com o Commis-sariado de Alimentação.

Na Fazenda, um passe de finanças pittorescas supprimiu os creditos supplementares, de cuja existencia ninguem duvida, entretanto, como consequencia da propria lei.

Ahi estão, nessas duas pastas, mais de 10.000 contos seguros.

Si sommarmos a estes totaes as quantias que o desenvolvimento e a defesa sanitaria e economica do paiz exigem, teremos mais:

|   |                     |
|---|---------------------|
| Interior (saneamento do paiz) ..                                  | 10.000 contos       |
| Agricultura (vaccinas etc., reproductores, e recenseamento) ..... | 1.700 contos        |
| Viação (abastecimento d'agua ao Rio, combustivel para a Central)  | 18.000 contos       |
| Marinha e Guerra (apparelhamento militar) .....                   | £ 30 milhões        |
|   | <hr/>               |
|   | 29.700 £ 30 milhões |

Deixando de lado o preparo militar, que, no meu entender, se deve fazer pela fórmula descripta no estudo anterior, isto é, por um emprestimo que seria pago pelas indemnisações impostas ás Potencias Centraes; applicando o mesmo methodo para a manutenção das forças, de mar e de terra, que porventura mandarmos á Europa, que, por outro lado, permite attribuir parte das despesas com as pastas militares, no Brasil, á mesma operação de credito; ainda assim são mais 30.000 contos a addicionar aos 35 ou 40.000 contos *esquecidos* pela Proposta do Governo e pelos projectos da Commissão de Finanças. Ao todo, de 65 a 70.000 contos-papel, o que elevaria a despesa total a cerca de 81.000 contos-ouro e de 545.000 contos-papel.

Que temos, na lei da receita, para lhes fazer face e occorrer aos dispendios, orçados com perigoso optimismo?

Póde-se aceitar, em globo, a previsão da Proposta, que o digno Deputado Galeão Carvalhal perfilhou em seu projecto. Em algarismos redondos: 95.000 contos-ouro, e 406.000 contos-papel. As divergencias não seriam grandes, e, por isso, não valeria a pena apontal-as, salientando eu apenas a tendencia á majoração nos redditos aduaneiros, onde não se póde affirmar o augmento de 16.000 contos sobre a arrecadação de 1917.

Do confronto, teriamos um saldo ouro de 14.000 contos e um deficit papel de 139.000 contos. Convertidos a 12 *d*, os 14.000 contos-ouro seriam 31.500 contos-papel. O deficit final seria pois de 107.500 contos-papel.

Onde achar essa somma?

Preliminarmente, insisto em uma observação que já fiz por diversas vezes, como Ministro da Fazenda: o decrescimo da renda aduaneira, no valor aproximado de 180.000 contos, mostra que, restabelecida a situação normal do trafego marítimo, o orçamento se equilibraria e daria saldos para resgatar o papel-moeda emitido, parallelamente com a emissão do emprestimo de resgate, previsto por lei.

Renovo, pois, a nota que inclui em minha Exposição de motivos da Proposta do Orçamento para 1918: "Isso nos assegura mais um meio a empregar no futuro para o resgate das emissões a que nos constrangeu a força ineluctavel da *débacle* de 1914".

O problema do momento é achar, de accordo com as condições creadas pela guerra, recursos que liquidem o deficit.

Na tributação aduaneira, póde-se bulir, mas com grande prudencia. Em tempos normaes, reduzir as taxas provocaria augmento de importação e crescimento de receita. Hoje, tal alvitre é irrealisavel: produção estrangeira cerceada, falta de transportes marítimos, desenvolvimento dos similares nacionaes, collaboram para tornar

impossível acceitar semelhante suggestão. Augmentar a quota-ouro ainda seria medida a estudar, dada a natureza da nossa tarifa especifica, e em que se não fez revisão dos valores officiaes, quando é certo que os valores reaes das importações cresceram notavelmente de 1914 para cá. Uma alteração augmentando a quota-ouro agiria como uma sobretaxa. Não seria desarrazoado pensar em qual-quer dessas duas providencias. Mas teria o inconveniente de dificultar a volta futura ao regimen, considerado normal entre nós, dos 30 % ouro e 70 % papel. Por maior cautela, e sem embargo de possível alteração no decorrer do debate na Camara, deixarei de lado esse genero de tributos.

Nos impostos de consumo, ha margem para augmentar taxas unitarias, por mais justa applicação das mesmas ás utilidades visadas, e por mais patriotica apreciação do momento que atravessamos em nossa vida de Nação independente.

Algumas entidades tributarias deveriam desaparecer ahí: as que recaem sobre bengalas, espartilhos e discos de gramophone. Não rendem 100 contos, por junto, e são causas de continuos vexames para o commercio.

Os tecidos, mais equitativamente classificados, permitem um augmento de 4.000 a 4.500 contos, principalmente si se alterarem um pouco as taxas mais baixas, que estão de facto ridiculamente desproporcionadas ao valor de mercadoria.

A manteiga, consumo de luxo no Brasil, póde supportar o dobro da taxa actual dando assim mais 500 contos á arrecadação. Não falo no xarque, na farinha de trigo, nos oleos combustiveis e no kerozene, como propuz em tempos passados, porque as duas ultimas mercadorias só chegam ao mercado com escassez extrema, oriunda de sua utilização crescente na guerra, e por preços altos; quanto

ás duas primeiras, porque se verificou estar em franco declínio a industria do xarque, vencida pelos frigorificos, e não ser opportuno augmentar o preço do pão e das massas alimenticias sem primeiramente ter desenvolvido o cultivo do trigo e o maior aproveitamento dos productos de milho.

Neste capitulo, porém, só posso repetir as palavras que escrevi em 1917, para a Proposta do Orçamento do exercicio seguinte, o actual.

“A maior receita, porém não viria d’ahi, nessa classe de tributos. Seria produzida pelo imposto sobre o assucar.

Não ha argumento que, nas condições actuaes do mercado desse genero e após a longa isenção de que gozou, justifique a prolongação desse extranho privilegio. De uma situação na qual o Brasil pede sacrificios a todos os seus filhos, causa assombro ver que o interesse individual e o espirito regionalista afastam dessa necessaria e nobilissima collaboração financeira exactamente uma das industrias mais beneficiadas pela guerra, quando em outros paizes são precisamente essas industrias que mais buscam attingir a remodelação tributaria.

Argumento unico invocado tem sido que o assucar resistiria ao imposto acima de certo preço, mas teria de desaparecer do quadro da producção nacional, abaixo desse limite com o gravame do imposto.

Pois seja acceita a objecção e firme a lei o principio: o assucar pagará 50 réis por kilogramma, desde que o preço seja igual ou superior a um limite razoavel. Assim desapareceria o receio de um onus incomportavel com a baixa dos preços e viria immediatamente reforçar a receita publica uma quantia nunca inferior a 15.000 contos, calculado o consumo nacional em 300.000.000 de kilogrammas, sejam 5.000.000 de saccas.

Si em todas as epocas, é natural que o paiz peça a

seus filhos attendam ao influxo do patriotismo mais do que á voz do interesse, sobreleva de urgencia e de imperiosidade esse dever na hora grave que transcorre em nossa vida nacional e internacional, na qual como que se dá a conjuncção de todos os problemas internos e externos, qual mais temeroso e premente.

Não é com phrases, mas com actos que taes difficuldades se vencem.

Já não somos neutros, cumpre tel-o sempre em vista, e essa situação impõe encargos.

Si um grande sacrificio se comprehende, é agora em que todos os esforços, de todo genero, se devem polarisar para um só ponto: vencer, de vez, o ultimo passo da crise que atravessamos.

Passou a phase em que se discutiam conveniencias economicas immediatas. Soou o momento de agir, e já clangorou o toque de reunir.

Para o cumprimento dessa missão augusta convem que quantos tenham uma parcella siquer de autoridade moral, na praça publica ou no Congresso, nas grandes instituições nacionaes ou em conselhos de Governo, na predica espiritual ou na labuta pratica, todos, emfim, comprehendam que para realisar o dever nacional o Brasil exige homens e não sombras, energias e não accomodações".

Quanto mais exacta a apreciação, hoje, que não mais somos neutros, mas sim belligerantes.

Os impostos de consumo podem, portanto, elevar a receita de

|                |               |
|----------------|---------------|
| Tecidos .....  | 4.500 contos  |
| Manteiga ..... | 500 contos    |
| Assucar .....  | 15.000 contos |
|                | <hr/>         |
| Total .....    | 20.000 contos |

Nos impostos sobre a circulação, a revisão do sello tomando por base o excellent projecto do Deputado Balthazar Pereira, apresentado em 1916, salvo erro, daria folgadoamente mais 8.000 contos.

Nas rendas extraordinarias, uma revisão cuidadosa, moralisadora e oportuna, permitiria arrecadar mais ... 1.000 contos do imposto de industrias e profissões na Capital Federal.

Nas rendas industriaes, uma omissão existe, da qual até certo ponto tive eu a responsabilidade: a receita do Lloyd Brasileiro, que não é computada. Assim procedi eu, porque era urgente amortisar um grande passivo fluctuante que eu havia encontrado, e porque a sua frota, abandonada fazia muito, se achava tão desmantelada que se tornava imprescindivel multiplicar esforços e despesas para a collocar novamente em condições de navegar. Ambos os alvos foram attingidos e pouco mais se tem de fazer, no rumo de se aproveitarem cascos velhos de navios, ainda capazes de trafegar. Já agora, portanto, é licito pensar em incluir a receita eventual desse serviço, *sem que nisto vá a menor parcella de officialisação*: será uma renda qualquer, eventual, só percebida enquanto o Lloyd fôr administrado pelo Governo, que, mais tarde, será substituida pelos dividendos das acções correspondentes si se transformar em Companhia anonyma com a participação do Governo, ou desaparecerá si houver venda pura e simples do acervo a terceiros.

Nessas condições, póde ser computada a receita da empresa de navegação. 1917 foi o anno de grandes despesas de reconstrução de navios, dos proprios allemães tomados pelo Governo. Ainda assim, o lucro resultante do balanço foi de mais de 10.000 contos. Não haverá exaggero em computal-o agora em 15.000 contos, pois o numero de embarcações cresceu. Si, por outro lado, fôr aqui incluido o preço do arrendamento dos navios cedidos

á França, ou, si o arrendamento não fôr prorogado, o producto da exploração directa do trafego desses barcos, teremos um accrescimento de receita de 38.863 contos-ouro, que valem por quasi 87.000 contos-papel.

D'est'arte, conseguiríamos um augmento de 116.000 contos-papel, distribuidos pela forma seguinte:

|                              |                |
|------------------------------|----------------|
| Consumo .....                | 20.000 contos  |
| Sello .....                  | 8.000 contos   |
| Industria e profissões ..... | 1.000 contos   |
| Lloyd Brasileiro .....       | 87.000 contos  |
| <hr/>                        |                |
| Total .....                  | 116.000 contos |

o bastante para cobrir o deficit, si não surgirem os imprevistos decorrentes da guerra, dos gastos que temos de enfrentar, e da recusa em seguir a politica do appello ao credito a ser compensado pela indemnisação de guerra, a cargo das Potencias Centraes.

E' pois, dever nosso ir buscar outra fonte tributaria. E é justo, moral e topico pedir recursos exactamente áquelles que a guerra enriquece.

Nenhuma monstruosidade se póde imaginar maior do que essa de se transformarem em lucros, em ouro, para meia duzia de aproveitadores sem escrupulos, o sangue, o sacrificio, o lucro, o soffrimento dispendidos-sem conta no cadinho depurador da guerra, na gestação de um Mundo Novo e de uma Humanidade mais alta, com serena consciencia e sublime abnegação mais prodigas de si mesmas do que a propria inconsciencia louca da cegueira mental.

Taes beneficios existem? Pois revertam para a collectividade. E, por tal motivo, aos lucros de guerra applicaram todos os paizes taxas de excepção, que se elevam por vezes até 80 %. No Brasil, intelligentemente applicado o imposto, renderia mais de 50.000 contos.

Erro seria, porém, lançá-lo isoladamente.

Deverá constituir subdivisão especial do imposto cecular sobre os rendimentos, que tenho por imprescindível e urgente ampliar. Repito palavras já por mim escriptas.

“As objecções feitas a esse plano têm por base o muito respeitavel desejo nutrido pelos Estados de adoptarem esse mesmo tributo como elemento substitutivo dos que se cobram sobre a exportação.

O ponto de vista merece acatado, não tanto, porém, que restrinja, a ponto de eliminá-lo, o campo tributario da União.

O que parece mais razoavel é o entendimento entre os interessados, delimitando, por accordo, o que ficaria reservado aos Estados do que permaneceria pertencente ás receitas federacs.

E é tão vasta a área da applicação do imposto que não merece difficil o consenso das opiniões.

Si tomarmos a enumeração, que é uma das mais completas, do regulamento francez de 17 de janeiro ultimo (escrevia eu em 1917), a classificação seria:

- a) Renda de propriedade immovel construida;
- b) Renda de propriedade immovel não construida;
- c) Renda dos valores e capitaes moveis;
- d) Lucros da exploração agricola;
- e) Lucros do commercio, da industria, da exploração das minas, dos cargos e dos officios;
- f) Rendimento das profissões liberaes;
- g) Rendimentos dos empregos publicos ou privados;
- h) Renda de todos os capitaes e de todas as occupações lucrativas não especificadas supra;
- i) Aposentadorias, reformas, pensões e rendas vitalicias.

O desdobramento dessas varias modalidades de renda é tal que levando em conta nossa organização constitucional, largo campo é dado á tributação dos Estados, reservado para a União outro equivalente sinão maior.

Não ha exaggero em esperar, do inicio de execução desse plano, um accrescimo de receita de 10.000:000\$000'', fóra os 50.000 contos de taxas sobre lucros de guerra, o que daria um total de 60.000 contos.

Ahi ficaria, pois, uma reserva para o imprevisto, e, mesmo, si tudo se passar mais, ou menos accórde com as previsões, o ponto de partida para o resgate do papel-moeda, parallelamente ás emissões das apolices preferenciaes de substituição, solvido assim mais promptamente o problema gravissimo que os desbaratos dos quadriennios Penna e Hermes, bem como a guerra forçaram irremediavelmente ao Governo actual a crear.

Ainda ficará estabelecido, no Orçamento da União, o grupo dos impostos reguladores, da compensação, que tanta falta lhe tem causado, a ponto de embaraçar e retardar o advento das indispensaveis e já urgentes reformas tributarias precisas, afim de assentar a economia nacional em bases de taxaço menos vexatorias e mais productivas do que as vigentes.

## CONCLUSÕES

Chegando agora á conclusão do estudo do Orçamento para 1919, creio dever recapitular as normas directoras das soluções que preconiso.

Ellas permittem que o Brasil cumpra inteiramente *todo* o seu dever como Alliado, nos campos de batalha. Asseguram a constituição do poder militar de nossa terra.

E ambos os objectivos podem ser alcançados sem onus para o Thesouro.

Firmam bases para o progresso economico do paiz, e dão amplo impulso a todas as forças productivas.

Resguardam o equilibrio, talvez mesmo fomentem o apparecimento de saldos, nos nossos orçamentos.

Collaboram efficazmente e de modo permanente no saneamento da circulação, e na consolidação do credito.

Obedecem ao intuito de valorisar nossa moeda, nossas permutas internas, e attenuar todas as nossas responsabilidades no exterior.

Exigem trabalho, esforço sem medida, espirito de sacrificio, desprezo da poeira da estrada, olhos fitos no luminoso alvo a attingir.

Missão para os fortes, para um povo viril e altivo, para o qual a maior prova de respeito e de amor será sempre servil-o sem limites, dizer-lhe a verdade e nelle confiar de modo absoluto. Assim dignamente dirigido, o Brasil nunca encontrará obstaculos á sua carreira ascensional para a Luz.

Aos guias da Nação, pedem abnegação inteira e patriotismo sem mescla. Bem pequeno sacrificio em prol de Terra tão grande e tão generosa!...

Mas, acima de tudo, impõem trabalho e acção em vez de palavreado sonoro e vazio, e de cortejo á popularidade. Reclamam energia e aborrecem ás capitulações. Consciencias, e não individualidades evanescentes. Capacidades e não rhetores.

Intima e profunda convicção de quantos cogitam do futuro do paiz, o momento que passa equivale ao da decifração do enigma da Esphinge, momento em que Oedipo symbolisou o livre esforço de um povo avido por subir e revelar ao Mundo o Milagre Hellenico. Persuadido de que estamos atravessando um dos maiores periodos geneticos da Humanidade em ansia do progresso, nutro egual certeza de que cessou a phase da declamação para surgir o pleno dominio da acção e da energia.

O Embaixador Gerard, ao narrar sua missão diplomatica, em sua formosa obra "My four years in Germany", resume o motivo pelo qual deu publicidade ás suas observações, no alto symbolo mystico que a lucta presente encerra.

Com essa concepção coincide meu modo intimo de pensar. E' pois, sob os auspicios de suas palavras, que valem para o mundo inteiro e não só para a America, que me animo a collocar neste trabalho, cujo escopo reflecte o que sinto pela grandeza e pela maior majestade do nosso Brasil.

"There are too many thinkers, writers and  
"speakers in the United States; from now on  
"we need the doers, the organisers, and the rea-  
"lists who alone can win this contest for us,  
"for democracy and for permanent peace".

Rio, Setembro de 1918.

## INDICE

|   | <i>Pags.</i> |
|---|--------------|
| <i>PREFACIO</i> .....                           | 5            |
| <i>CONFIDENCIAL</i> .....                       | 7            |
| <i>A POLITICA GERAL DO ORÇAMENTO</i> .....      | 9            |
| <i>A LEI DA DESPESA</i> .....                   | 41           |
| <i>MINISTERIO DO INTERIOR</i> .....             | 45           |
| <i>MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</i> ..... | 51           |
| <i>MINISTERIO DA MARINHA</i> .....              | 55           |
| <i>MINISTERIO DA GUERRA</i> .....               | 77           |
| <i>MINISTERIO DA VIAÇÃO</i> .....               | 127          |
| <i>MINISTERIO DA AGRICULTURA</i> .....          | 171          |
| <i>MINISTERIO DA FAZENDA</i> .....              | 213          |
| <i>A LEI DA RECEITA</i> .....                   | 239          |
| <i>CONCLUSÕES</i> .....                         | 269          |